



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

YURI AMARAL BARBOSA

ESPAÇO, HISTÓRIA E CIDADE

Uma abordagem geográfica do processo urbano de
Juiz de Fora na última década do século XIX

JUIZ DE FORA
2016

YURI AMARAL BARBOSA

ESPAÇO, HISTÓRIA E CIDADE

Uma abordagem geográfica do processo urbano de
Juiz de Fora na última década do século XIX

Orientador:

Prof. Dr. Júlio César Gabrich Ambrozio

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal
de Juiz de Fora como requisito
parcial para obtenção do título de
mestre em Geografia.

JUIZ DE FORA
2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Yuri Amaral, BARBOSA.

ESPAÇO, HISTÓRIA E CIDADE : Uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX / BARBOSA Yuri Amaral. -- 2016.

249 f.

Orientador: Júlio César Gabrich AMBROZIO

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2016.

1. Urbanização. 2. Juiz de Fora. 3. Financeirização. 4. Encilhamento. 5. Geografia Histórica. I. AMBROZIO, Júlio César Gabrich, orient. II. Título.

ESPAÇO, HISTÓRIA E CIDADE: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA
DO PROCESSO URBANO DE JUIZ DE FORA NA ÚLTIMA DÉCADA
DO SÉCULO XIX

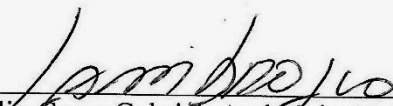
YURI AMARAL BARBOSA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Espaço e Ambiente, linha de pesquisa Dinâmicas Sócio-Espaciais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

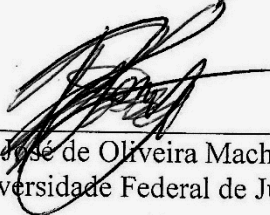
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/08/2016



Prof. Dr. Fania Fridman (Membro Externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Julio Cesar Gabrich Ambrozio (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Pedro José de Oliveira Machado (Membro Interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora

À Juiz de Fora,
um genuíno *lugar* para mim.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a uma teleologia universal que, apesar de a razão negar, insisto em acreditar. Aos meus pais, por todo carinho e educação recebidos. Por me fornecerem uma segurança estrutural sem a qual eu não chegaria até esse momento. E por acreditarem e mim, mesmo sem entender muito bem o que eu estava fazendo nesses últimos dois anos...

À minha companheira de vida, que, há dez anos atrás, achou por bem compartilhar a sua comigo. Desde então, caminhamos juntos, passando pelas mesmas inseguranças, as mesmas dúvidas, os mesmos anseios, mas também as mesmas conquistas, as mesmas alegrias, ideologias e aspirações, sempre com a certeza de que, juntos, tudo daria certo! Sem dúvida alguma, eu não estaria aqui se não fosse você também, obrigado Joviana! :D

Não poderia deixar de mencionar também meus familiares e amigos com os quais sempre me sinto confortável, seguro e feliz: todo o pessoal da casa da vó Ana, em especial, claro, a vó Ana; minha tia Ducarmo e meu tio Caco; meus parentes “emprestados”, Ana e família; meus amigos, Rodolfo, Rodrigo e Marcelo; minha turma da pós-graduação, mas, principalmente, Higor, Jader e Lucas; todo o pessoal do Clube do Livro e a equipe de Ciências Humanas do CAEd. Obrigado a todos por estarem sempre aí, proporcionando e compartilhando momentos de prosa, distração, trabalho e felicidade!

Ao meu orientador, Julio, que acreditou – às vezes mais do que eu mesmo – no meu potencial de produzir esse trabalho desde que ingressei no programa, e, para além da formalidade acadêmica, foi um grande incentivador e amigo ao longo dessa empreitada. Agradeço também ao curso de Geografia da UFJF e a todos os membros do corpo docente, cada um, à sua maneira, contribuiu para a construção do presente trabalho. Em especial, agradeço aos professores da Pós-Graduação – Clarice, Carmen, Elias e Carlos – cujas leituras indicadas e apontamentos foram essenciais, não somente para a pesquisa, mas também para ampliar os horizontes geográficos. Aproveito ainda o ensejo para agradecer as observações valiosas que os professores Elias e Sônia fizeram na banca de qualificação, e também aos professores que aceitaram fazer parte da defesa desta dissertação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos pesquisadores que dedicaram parte de suas vidas a conhecer, sob diversas perspectivas, um pouco melhor a história de Juiz de Fora; a equipe do Arquivo Histórico de Juiz de Fora, principalmente, a Elione, que, com tanta paciência me escutou, aconselhou e indicou materiais valiosíssimos; ao Marcelo, secretário do programa, sempre atencioso e solícito em relação às mil burocracias que cercam a atividade acadêmica e à CAPES, que, por meio dos tributos pagos por cada brasileiro e brasileira, financiou essa pesquisa e as viagens para a divulgação do trabalho nos congressos.

Obrigado a todos! ☺

RESUMO

Este trabalho situa-se no campo daquilo que chamamos de Geografia Histórica, ou seja, uma análise do espaço descolada do presente, com os olhos voltados para o passado, a fim de compreender as estruturas que geraram certas configurações espaciais e os processos de formação de uma cidade capitalista. Localizando no espaço-tempo, nosso trabalho pretende verificar se a conjuntura econômica dos anos finais do século XIX impactou o processo urbano da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Nesse período, a progressiva evolução das técnicas permitiu à economia mundial alcançar, pela primeira vez, um significativo estágio de globalização. Nesse contexto, identificamos uma crescente e controversa interferência dos países centrais na economia dos países periféricos, como o Brasil. Aliado à um conjunto de políticas internas, essas intervenções acabaram por fomentar a Crise do Encilhamento no país, período caracterizado pela abertura de inúmeras sociedades anônimas, pela extrema desregulamentação do mercado de capitais e por uma exorbitante emissão de papel-moeda. Ao mesmo tempo, a Proclamação da República concedia, por meio da Constituição de 1891, uma significativa alteração política, até então, negada pelo Império: a autonomia municipal. Ratificado pela Constituição de Minas Gerais, os municípios tomaram as rédeas da gestão do espaço urbano e passaram a ser uma figura central nesse processo. Juntas, essas transformações políticas e econômicas propiciaram uma intensa aceleração do processo urbano de Juiz de Fora, marcado pela mercantilização do solo urbano, pela consolidação de um mercado mobiliário, e por uma profusão de obras públicas.

Palavras-chave: Processo Urbano; Juiz de Fora; Financeirização; Encilhamento; Geografia Histórica.

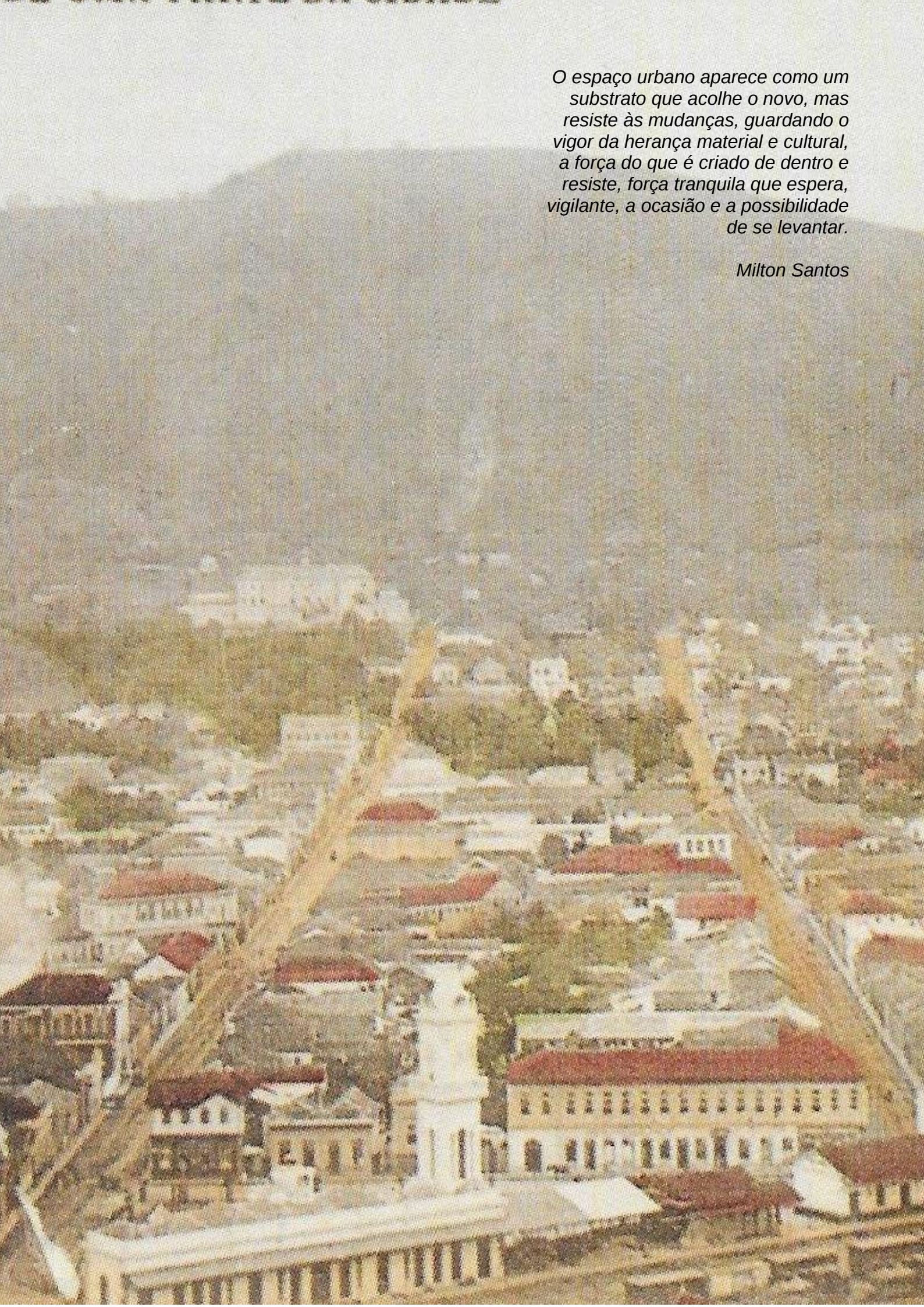
ABSTRACT

This work lies in the field of what we call historical geography, that is, an analysis of the space detached from the present time, with an eye to the past in order to understand the structures that generate certain spatial configurations and formation processes of a capitalist city. Locating in space-time, our work aims to verify whether the economic conditions of the final years of the nineteenth century impacted the urban process in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais. During this period, the progressive development of techniques allowed the world economy to achieve, for the first time, a significant globalization stage. In this context, we have identified a growing and controversial interference of the central countries in the economies of peripheral countries such as Brazil. Combined with a set of internal policies, these interventions have fostered the Encilhamento crisis in this country, a period characterized by the opening of numerous corporations, the extreme deregulation of the capital market and for an exorbitant emission of currency. At the same time, the Republic of Proclamation granted through the Constitution of 1891, a significant change in policy until then denied by the Empire: the municipal autonomy. Ratified by the Constitution of Minas Gerais, the municipalities took the reins of management of urban space and became a central figure in this process. Together, these political and economic changes have led to a sharp acceleration of the urban process of Juiz de Fora, marked by the commodification of urban land, the consolidation of a securities market, and a profusion of public works.

Key Words: Urban Process; Juiz de Fora; Financialization; Encilhamento; Historical Geography.

O espaço urbano aparece como um
substrato que acolhe o novo, mas
resiste às mudanças, guardando o
vigor da herança material e cultural,
a força do que é criado de dentro e
resiste, força tranquila que espera,
vigilante, a ocasião e a possibilidade
de se levantar.

Milton Santos



LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Corrida ao Banco de Poupança dos Marinheiros durante o pânico de 1857	52
Figura 02 – <i>Nova Paris</i> , Gustave Doré (1860)	60
Figura 03 – Fotografia da margem esquerda do Sena, Paris (1851 – 1855)	62
Figura 04 – Vista da nova rua de <i>Rivoli</i> , Honoré Daumier (1852)	63
Figura 05 – Rede Ferroviária Francesa (em 1850, 1860 e 1870)	64
Figura 06 – Reforma de Pereira Passos, Rio de Janeiro	80
Figura 07 – Publicidade do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1888)	98
Figura 08 – Pagamentos de juro do empréstimo municipal de 1893 no Banco do Crédito Real	99
Figura 09 – Charge satirizando a febre especulativa	117
Figura 10 – Charge satirizando pânico frente ao <i>crash</i>	118
Figura 11 – Sátira de Alfredo Storni sobre o “voto de cabresto”, 1927	130
Figura 12 – Publicidade da Companhia Construtora Mineira	140
Figura 13 – Planta de Juiz de Fora em 1883	143
Figura 14 – Recorte da Planta Cadastral da cidade de Juiz de Fora	144
Figura 15 – Sede da Companhia Construtora Mineira	148
Figura 16 – Projeto de arruamento da Companhia Construtora Mineira em 1890	150
Figura 17 – Mapa da Região do Largo do Riachuelo	154
Figura 18 – Aspecto da rua Direita sem calçamento	160
Figura 19 – O lamaçal na rua Direita	161
Figura 20 – Obras para o aterro do pântano	165
Figura 21 – Mapa do Saneamento Básico em Juiz de Fora	177
Figura 22 – Arruamento na propriedade de Manoel Honório de Campos	187
Figura 23 – Região atual do arruamento	188
Figura 24 – Edital do <i>O Pharol</i>	190
Figura 25 – Construção da Academia do Comércio	192
Figura 26 – Leilão de Terrenos próximos à Academia de Comércio	193
Figura 27 – Vista da Academia do Comércio	194

Figura 28 – Laboratórios da Academia do Comércio	194
Figura 29 – Cercanias de Mariano Procópio	198
Figura 30 – Novas ruas no Mariano Procópio	199
Figura 31 – Edital para obra em Mariano Procópio	200
Figura 32 – Vista panorâmica da alfândega de Juiz de Fora	202
Figura 33 – Região da Alfândega	205
Figura 34 – Pântanos em frente a cadeia	206
Figura 35 – Vista detalhada da alfândega de Juiz de Fora	207
Figura 36 – Mapa das despesas da Câmara	209
Figura 37 – Jardim Municipal	217
Figura 38 – Anúncio da Companhia Construtora Mineira	219
Figura 39 – Obras de calçamento em andamento na rua Direita	223

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Vias férreas (em milhares de milhas)	42
Tabela 02 – Novos investimentos em portfólio, 1885 – 1893 (em milhões de libras)	70
Tabela 03 – Empréstimos externos dos estados (1894 – 1901)	73
Tabela 04 – Sociedades Anônimas fundadas em Juiz de Fora durante o período imperial	93
Tabela 05 – Média percentual de participação dos ativos no montante da riqueza (1870–1888/1889–1898)	105
Tabela 06 – Evolução do preço do solo urbano e transações imobiliárias (1892 – 1936)	107
Tabela 07 – Evolução da dívida pública interna do Brasil	111
Tabela 08 – Variações mensais da caixa de câmbio (pence/ mil réis)	122
Tabela 09 – Relação dos Acionistas da Companhia Construtora Mineira (em 31 dez. 1892)	138
Tabela 10 – Saúde Financeira da Câmara Municipal de Juiz de Fora entre 1886 e 1907	156
Tabela 11 – Orçamento da Câmara de Juiz de Fora (1892, 1893)	169
Tabela 12 – Despesas do Plano Howyan	172
Tabela 13 – Subscritores selecionados do Empréstimo de 1893 (Somente acima de 50 apólices)	174
Tabela 14 – Composição da Receita de Juiz de Fora (1892 – 1899)	176
Tabela 15 – Pessoal empregado na alfândega de Juiz de Fora com verbas do Governo Federal	204
Tabela 16 – Evolução da arrecadação dos Impostos Municipais (1893 – 1900)	211

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Ciclos de Kondratiev	49
Gráfico 02 – Evolução das relações cambiais mil-réis/libra: taxas correntes e de longo prazo (1795-1913)	71
Gráfico 03 – Participação de escravos no montante da riqueza (1870 – 1888)	102
Gráfico 04 – Participação das ações no montante da riqueza (1870 – 1888) durante o período imperial	103
Gráfico 05 – Participação os títulos no montante da riqueza (1870 – 1888)	104

LISTA DE LOGRADOUROS¹

(Nomes antigos – nomes atuais)

Rua Direita – Avenida Barão do Rio Branco
Rua da Imperatriz – Rua Marechal Deodoro
Rua da Liberdade – Rua Floriano Peixoto
Rua 15 de Novembro – Avenida Getúlio Vargas
Rua do Comércio – Rua Batista de Oliveira
Rua ou Morro da Gratidão – Avenida dos Andradas
Avenida Municipal – Avenida Francisco Bernardino
Rua da Serra – Avenida Olegário Maciel
Rua do Sapo – Rua Fonseca Hermes
Rua do Capim – Rua Moraes e Castro

BAIRROS E REGIÕES

(Nomes antigos – nomes atuais)

Tapera – Bairro Santa Terezinha
Lamaçal – Bairro Bom Pastor
Pito Aceso – Bairro Bonfim
Grotta dos Macacos – Bairros Centenário e Bairú
Megiolaro – Bairro Nossa Senhora Aparecida
Botanágua – região da Avenida 7 de Setembro
Prainha – Trecho do Sport Club até o Quartel dos Bombeiros
Capinzal – Entre a Av. Francisco Bernardino e a Rua Benjamim Constant
Largo da Alfândega Seca – Praça Antônio Carlos
Largo da Estação – Praça Dr. João Penido

¹ Optamos por manter, ao longo do trabalho, o nome corrente no período de cada uma das ruas e regiões da cidade a fim de manter viva a memória dessas antigas nomenclaturas (para mais nomes antigos de ruas e regiões da cidade, acessar: <<http://www.mariadoresguardo.com.br/p/logradouros.html>>).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS & METODOLÓGICAS	26
I. O CAPITALISMO E A CIDADE NO SÉCULO XIX	33
I.1 – Observações sobre o progresso contínuo da razão universal	33
I.2 – O mundo inteiro virou uma cidade	39
I.3 – Quero escrever minhas ideias na própria paisagem	58
II. A IMERSÃO DE JUIZ E FORA NA <i>BELLE ÉPOQUE</i>	75
II.1 – A sociedade é a guarda avançada da salubridade pública	77
II.2 – Invertendo capitais: a financeirização da economia citadina	86
III. O PROCESSO URBANO NA CONJUNTURA DO ENCILHAMENTO	110
III.1 – As cenas mais divertidas da <i>steeple-chase</i>	110
III.2 – Engendrando o espaço urbano	127
III.2.1 – A municipalidade	128
III.2.2 – O capital privado	135
III.3 - O processo urbano de Juiz de Fora através de suas administrações ..	142
III.3.1 – A Intendência Municipal: entre a proatividade das Sociedades Anônimas e a ineficiência do poder público	145
III.3.2 – Rompendo a pasmaceira: a gestão de Francisco Bernardino ...	164
III.3.3 – Rompendo a ruptura: as intrigas políticas de João Penido	208
III.3.4 – O Encilhamento cobra a conta: a inércia de Ambrósio Vieira	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230
Fontes Primárias	230
Bibliografia	235
ANEXOS	242

INTRODUÇÃO

Viva a Princesa de Minas
Viva a bela Juiz de Fora
Que caminha na vanguarda
Do progresso estrada a fora!

Os seus filhos operosos
Asseguram-lhe o porvir
Para vê-la grandiosa
Nunca têm mãos a medir

Das cidades brasileiras
Sendo a mais industrial
Na cultura e no trabalho
Não receia outra rival.

(Trecho do Hino de Juiz de Fora, escrito por Lindolfo Gomes)

Ufanista, como não poderia deixar de ser, o hino de Juiz de Fora enaltece um povo diligente, laborioso e progressista, que, por meio do trabalho, propiciou o desenvolvimento de uma imponente cidade industrial. Composto na terceira década do século XX, sua letra não retrata o presente vivido pelo autor, remetendo-nos mais a uma ode ao passado glorioso da cidade. Lindolfo Gomes nasceu em 1875, no estado de São Paulo e, antes de completar sua primeira vintena, mudou-se para a cidade de Juiz de Fora, onde trabalhou anos a fio como redator de vários jornais locais, como o “*O Pharol*”, o “*Diário do Povo*” e o “*Diário Mercantil*”.

Percebemos, todavia, que no período em que foi imbuído de compor o hino, a cidade já não inspirava como outrora, conformando apenas uma opaca efígie do que fora no tempo em que ali chegou. Afirmamos isso estribados naqueles estudos² que demonstram que, apesar da cidade não ter se transformado em um “baú de ossos”³ após o *crack* de 1929 e da ascensão de Vargas ao poder, ela perdeu grande parte de seu prestígio. Ofuscada pelo vigor industrial da capital do estado⁴

² Em sua tese, Ricardo Zimbrão Affonso de Paula faz uma análise pormenorizada da industrialização de Juiz de Fora, onde conclui que, embora a cidade não tenha se desindustrializado após a década de 1920, ela deixa de apresentar a primazia de outrora: “se Juiz de Fora deixou de ser um importante centro industrial de Minas Gerais e do país no período pós-1930, isso não quer dizer que a cidade se transformou num enorme baú de ossos, e sim, que mesmo distante dos objetivos da economia política tanto do polo industrial nacional, quanto do governo mineiro, apresentou crescimento de sua atividade industrial ao longo do período considerado, fruto da própria dinâmica da industrialização nacional” (PAULA, 2008, p.99).

³ Aqui e no trabalho de Paula (2008), tal expressão faz referência à obra “Baú de Ossos”, de Pedro Nava, médico e escritor juizforano.

⁴ Belo Horizonte foi inaugurada em 1897.

e pelo brilho do minério de ferro⁵, explorado na mesma região, Juiz de Fora – e a Zona da Mata como um todo – sofreu com um “deslocamento do centro dinâmico da economia mineira” (PAULA, 2008, p.85). Em outras palavras, houve uma canalização preferencial de recursos para a recém-instalada zona metalúrgica e um fortalecimento de Belo Horizonte enquanto polo econômico.

O cenário interno não era diferente, as infraestruturas que possibilitaram a ascensão de Juiz de Fora como grande centro industrial na virada do século XIX já não eram condizentes com o momento vivido: o transporte, a comunicação, a energia elétrica e os serviços bancários eram agora um elemento comum a qualquer cidade. A indústria sofreu uma desaceleração mediante os processos de falência de pequenas, médias e grandes empresas, e aquelas que ainda permaneceram, tiveram sua produção e lucro diminuídos. Em suma, o amálgama dessas situações endógenas e exógenas refletiu na relevância da cidade perante o estado e o país. Assim, embora não apresentasse uma completa decadência, Juiz de Fora amargou, doravante, uma posição periférica nesse cenário (BARBOSA, 2013, p.119 et seq). Fica, assim, patente, que as palavras impressas na canção exprimem uma saudosa lembrança de um passado recente, um passado no qual a cidade era conhecida como, entre outros codinomes, a *Manchester Mineira*.

Quando Lindolfo escreve sobre uma cidade “Que caminha na *vanguarda* / Do *progresso* estrada a fora!”, ou quando enaltece Juiz de Fora, afirmando que “Das cidades brasileiras / Sendo a mais *industrial* / Na *cultura* e no *trabalho* / Não receia outra rival”, seus versos transparecem claramente um sentimento e uma ideologia que permeavam o mundo das ideias daquele período. Nos referimos, precisamente, a um movimento que se iniciou na Europa e que ficou conhecido como a “*Belle Époque*”⁶, onde a crença no progresso e a confiança em um glorioso

⁵ Matéria-prima fundamental da indústria de base da Era Vargas.

⁶ Designamos *Belle Époque*, ou a bela época, como um movimento cultural-urbano que permeou o mundo ocidental na transição do século XIX para o século XX (iniciou-se na década de 1870 e teve fim em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial). O período presenciou bruscas transformações de cunho intelectual, artístico e científico, marcando profundas transformações que alteraram sobremaneira o pensar e o viver cotidiano. Destacamos desse período elementos culturais, como os cabarés e o *cancan*, elementos artísticos, como o nascimento do cinema, a invenção da fotografia, o Impressionismo e a *Art Nouveau*, nas artes, e elementos tecnológicos, como um avanço nos sistemas de transporte, com as ferrovias, o automóvel, a bicicleta, além dos sistemas de informação, como o telefone, o telégrafo, etc.

porvir predominava na mentalidade da classe dominante. Tais sentimentos eram alimentados pelos tempos de paz vivido, por uma industrialização cada vez mais imponente, e pelo franco desenvolvimento técnico-científico, embalado, por sua vez, pelos ideais da filosofia positivista. Este período vigorou no Velho Mundo a partir da segunda metade do século XIX, mas foi apropriado pela cultura brasileira somente no findar do século, mormente em decorrência do arraigado teor positivista contido na ala militar, responsável pela Proclamação da República em 1889.

Tendo chegado à cidade em 1894, Lindolfo presenciou toda essa efervescência que não se limitava ao plano abstrato e ideológico, mas se concretizava materialmente no espaço. A cidade de Juiz de Fora gozava de enorme prestígio político, conquistado às custas de uma destacada produção cafeeira, que vinha fomentando o seu desenvolvimento desde a década de 1830, passando por eventos marcantes, como a inauguração de Estrada União e Indústria⁷, em 1861, e pela Estrada de Ferro D. Pedro II⁸, quatorze anos mais tarde. Caminhando para o *fin de siècle*, a cidade passou a contar com uma rede de bondes – neste momento, ainda movidos pela tração animal – que atendia boa parte da região central e alguns bairros, contou ainda com linhas de telefone e telégrafo no mesmo ano em que a capital teve acesso à essa tecnologia, água encanada a domicílio, uma regalia rara, e quase dez mil habitantes antes da década de 1890⁹.

No que diz respeito à sua atividade produtiva, Juiz de Fora inicia gradualmente um processo de inversão de capital de origem agrária para os setores

⁷ A construção da estrada União e Indústria está atrelada à necessidade de um escoamento mais célere da produção cafeeira regional. Por Juiz de Fora apresentar uma das maiores produções do estado e por possuir uma posição geográfica privilegiada, próxima à capital, foi escolhida para sua localização, ligando-a até Petrópolis. Sob o comando de Mariano Procópio, sua construção demandou a introdução de mão-de-obra imigrante especializada, totalizando mais de dois mil operários, sendo sua maioria composta por alemães (é importante destacar, ainda, o papel desses imigrantes na produção do espaço urbano, uma vez que a chegada desse grupo fundou bairros como o São Pedro, Borboleta, e o Fábrica). A construção da estrada veio ratificar o destaque de Juiz de Fora, agora o maior entreposto comercial do estado, fato que dinamizou altamente sua economia (Cf. GIROLETTI, 1988, p.101).

⁸ Igualmente, a Estrada de Ferro D. Pedro II chegou à Juiz de Fora com o intuito de dinamizar o escoamento da produção. Sua presença legou à Estrada União e Indústria apenas um papel de fraca concorrência, não deixando, contudo, no prejuízo seu idealizador: com uma estreita relação com a coroa, Mariano Procópio foi indicado à presidência da companhia ferroviária. Construiu também, suntuosa estação em suas terras (no bairro que hoje leva seu nome), valorizando-as (BARBOSA, 2013, p.46).

⁹ Este número diz respeito apenas à cidade, e em 1872, porém, quando somada à população dos distritos que compunham o município, este número chega a mais de 18.000.

urbanos, especialmente o industrial¹⁰ (PIRES, 2004). As origens da burguesia industrial remontam o ano de 1858, com a abertura da primeira fábrica¹¹, mas é na década de 1880 que esse processo adquire maior inflexão a partir da profusão de eventos que favoreciam a cidade¹². Primeiro, por se colocar no cenário estadual enquanto um polo de atração de capital (na medida em que possuía uma moderna infraestrutura de transporte e comunicação). Segundo, pelo grande volume de mão-de-obra especializada, que, em muitas das vezes é o próprio agente empreendedor da industrialização, como no caso dos imigrantes. Mas também pelo fato de seu processo industrial perpassar a queda na produção cafeeira, patente no nível de esgotamento dos solos da região a partir da última década do século (PIRES, 1993, p. 107).

Mas, de todo esse processo de modernização vivido pela cidade, o mais simbólico, aquele que sintetiza o período e que não deixou mais dúvidas de que Juiz de Fora “caminhava na vanguarda do progresso”, foi a iluminação elétrica em 1889. O próprio dicionário traz o sentido figurado de luz enquanto inteligência, esclarecimento, e esse era o sentimento da época. Quando o industrial Bernardo Mascarenhas¹³ chegou à cidade com capital avultado, encontrou boas oportunidades para auferir lucro – ratificando o destaque que a cidade tinha na região enquanto um polo favorável a investimentos. Fundou sua tecelagem em

¹⁰ Segundo Paula (2006, p.180), é possível discernir três correntes no que diz respeito a esse tema: aqueles autores que defendem a influência direta da economia cafeeira no desenvolvimento industrial, aqueles que intercedem por influência indireta da economia cafeeira nesse processo e, outros, que defendem que a economia cafeeira nenhuma importância teve na instalação de unidades fabris na cidade.

¹¹ Cf. ARANTES, Luiz Antônio do Vale. As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora – 1858/1912. Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

¹² É contudo, necessário salientar que entendemos este primeiro *burst* da industrialização na cidade como um período proto-industrial (PAULA, 2006, p.237). Para o autor, fatores como os tipos de manufaturas que se estabeleceram na cidade, a divisão do trabalho, o assalariamento, o baixo índice de capital investido, baixo volume de mão-de-obra e os proprietários como produtores diretos, nos levam a pensar nesse período como um gérmen do que viria a se desenvolver a partir da última década do século XIX.

¹³ Bernardo Mascarenhas nasceu em Paraopeba (MG) em 1846. Embora não tivesse curso superior, conhecia na prática o funcionamento de suas fábricas, através de viagens à Europa e Estados Unidos, onde reuniu conhecimento para abrir, em sociedade com seus irmãos a tecelagem “Cedro”, em Sete Lagoas e “Cachoeira”, em Curvelo. A vontade de instalar uma fábrica em Juiz de Fora vem, sem dúvida, pela excelente qualidade da infraestrutura e mão-de-obra oferecida pela cidade, mas também, de suas pretensões em relação à geração de energia elétrica, uma vez que a cidade situava-se próxima à uma queda d’água ideal para a instalação de uma usina. Além de sua fábrica de tecidos, a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, Bernardo envolveu-se em diversos empreendimentos na cidade, como o Banco de Crédito Real, a Companhia Mineira de Eletricidade e a Companhia Construtora Mineira, até sua morte em 1899.

1888 e almejava alimentá-la com energia elétrica proveniente de uma queda d'água que distava poucos quilômetros de sua fábrica. Fundou assim a empresa de capital aberto “Companhia Mineira de Eletricidade”, a partir da qual angariou fundos para a construção da Usina Hidroelétrica de Marmelos, a primeira da América do Sul. A partir de 1889, com grande euforia por parte da população, as ruas da cidade passaram a receber iluminação pública, situando Juiz de Fora no limitado rol de cidades brasileiras portadoras dessa técnica (BARROS, 2008, p.60).

Os avanços técnicos-materiais são condições indispensáveis para o progresso, neste sentido, a importação de técnicas e produtos do exterior constituiu-se num elemento medular para a propagação desse ideal. Ademais, cabe destacar que essa influência da Europa não se limitava a uma materialidade concreta, sendo presente também na religião, com a introdução do espiritismo na cidade¹⁴, e nos ideais da burguesia, que, via de regra, encontravam na imprensa local eficiente veículo de difusão, a fim de consubstanciar no imaginário social a percepção de progresso, a fé na ciência e a confiança em um glorioso porvir. A partir desta descrição, percebemos que Juiz de Fora e sua população adentram a última década do século imersos nessa confluência de eventos que suscitavam um ambiente extremamente profícuo. Neste ponto, nos aproximamos de nosso objeto de pesquisa, do elemento norteador dessa investigação, ou do nosso período denso¹⁵, como denominou Vasconcelos (2009, p.148). Trata-se da conjuntura do Encilhamento.

O que denominamos de Encilhamento¹⁶ neste trabalho diz respeito à um período que decorre por uma década aproximadamente, de 1888 até 1898¹⁷. No

¹⁴ Cf. OLIVEIRA, Simone. A fé racionalizada na Atenas de Minas: gênese e consolidação do Espiritismo em Juiz de Fora (1880-1930). 2001. Dissertação – Departamento de Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2001.

¹⁵ Enquanto um teórico que busca erigir o edifício da Geografia Histórica, Pedro de Almeida Vasconcelos propõe o conceito de “período denso” para representar aquele “momento de grande intensidade de importantes transformações que extrapolam o cotidiano, mas que não seriam ainda momentos de ruptura, que colocam a sociedade urbana (ou a mais ampla) diante de uma nova realidade ou de uma nova ordem” acrescenta que “podem-se adicionar ainda as mudanças tecnológicas, que aparecem em determinados momentos, e que podem transformar o conjunto do funcionamento da sociedade e da cidade” (VASCONCELOS, 2009, pp.147-148).

¹⁶ A palavra faz referência à gíria do turfe, ao momento em que se apertava a cilha no animal para a disputa do derby. Pelo fato de haver nas barracas dos Jóquei Clubes um grande clima de palpites e apostas, o verbo foi utilizado para se referir à situação análoga nas bolsas de valores e nos mercados de balcão onde se comercializavam as ações.

¹⁷ Deixamos claro que não trabalhamos o Encilhamento numa perspectiva estrita, ligada à especulação bursátil que levou à crise de 1891, mas numa perspectiva mais ampla. Assim, definimos este período estribado em diversos autores que delimitam a conjuntura do Encilhamento

conturbado panorama político de transição entre o Império e a República, alguns eventos desencadearam reformas incisivas na política econômica do país. Um deles foi a abolição da escravidão. Era necessário compensar de alguma maneira os latifundiários que perdiam seus preciosos braços, para isso, desde o fim do império foram tomadas ações para reorganizar o sistema monetário e os bancos, a fim de prover um maior capital para essa elite que sustentava o país economicamente.

O auge desta política se deu com a Proclamação da República, centrada na figura do Ministro da Fazenda, Ruy Barbosa. Sua proposta era disponibilizar crédito, não só para a lavoura, mas também para a indústria crescente, conferindo maior liquidez à sequiosa economia que se tornara insustentável numa sociedade baseada no trabalho assalariado. Proliferaram-se os bancos emissores a tal ponto que a situação saiu do controle, emitindo papel-moeda em um volume muito maior do que a demanda real. Tal conjuntura deu asas a um ambiente especulativo calcado na compra e venda de ações de empresas que não tinham existência material, a não ser no papel, culminando, em 1891, no ruir deste imenso castelo de cartas erigido sobre uma base volúvel.

Sobre Juiz de Fora especificamente, trabalhos recentes¹⁸ apontam para uma grande repercussão da conjuntura do Encilhamento na cidade, que já vinha passando por um processo de financeirização de sua economia desde o início da década de 1880. Com o intuito de substituir a eminente desvalorização de seus “ativos”, a partir da abolição da escravidão¹⁹, os latifundiários investiam uma porcentagem cada vez maior de seus montantes em capital móvel, como dívida ativa e títulos públicos. A inflexão dessa inversão de capitais foi fortemente incitada pela revogação da Lei dos Entraves e pelos decretos de Ouro Preto e Ruy Barbosa, que facilitavam a abertura de sociedades anônimas e a comercialização de suas

entre o Decreto nº 3.403, de 24 de novembro de 1888, que “assegurava o direito de emissão às companhias anônimas que se propusessem a fazer operações bancárias” (TANNURI, 1981, p.42) e o pedido de moratória da dívida do Estado aos bancos internacionais, sendo renegociada no episódio que ficou conhecido como *funding loan*, no governo de Campos Sales, em 1898.

¹⁸ Cf. CROCE, Marcus Antônio. O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura. Juiz de Fora (MG): FUNALFA Edições, 2008; DUARTE, Felipe M. Mercado Financeiro e Crédito Público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900). Dissertação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

¹⁹ Cf. ALMICO, Rita C. S. Fortunas em Movimento: um estudo sobre a transformação da riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870 – 1914). Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ações: como resultado a cidade formou, além de um ativo mercado mobiliário²⁰, dezoito sociedades anônimas no período entre 1887 e 1899, cerca do triplo do período anterior e posterior (PIRES, 2004, p.294). O ponto mais saliente deste processo talvez tenha sido a abertura de três bancos no período – 1887, 1889 e 1891 –, tornando a cidade uma das poucas a possuir tal equipamento fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo e a única dentro do estado de Minas Gerais.

Mediante a construção deste cenário, onde o processo urbano²¹ corre a passos largos e um novo componente surge como um elemento dinamizador do capital, indagamo-nos: *em que medida a constituição do espaço urbano de Juiz de Fora foi dinamizada pela esfera financeira, ou seja, alimentada pela liquidez inerente à conjuntura do Encilhamento?* Em nossa ótica, os diversos trabalhos que se ocuparam do tema Encilhamento ou mesmo com o processo de financeirização da cidade, não se debruçaram substantivamente sobre a constituição do urbano, da materialidade resultante das ações desses agentes produtores do espaço: sejam esses agentes privados, através do acelerado processo de industrialização do período ou das companhias ligadas à construção civil, sejam agentes públicos, através das obras de infraestrutura urbana atreladas à municipalidade. Neste sentido a presente dissertação propõe uma investigação centrada especificamente nos nexos financeiros que propiciaram a constituição espacial urbana neste rico período da cidade de Juiz de Fora.

O processo de investigação demanda uma série de pesquisas secundárias que, ao longo do percurso, configuram-se como objetivos específicos. Podemos, assim, incluir uma análise multiescalar da conjuntura vivida pelo local, tanto pelo prisma *econômico*, através dos fluxos de capital envolvendo as esferas nacional e internacional, quanto pelo prisma *cultural*, através da importação de modos, costumes e hábitos, que se evidenciam materialmente na cidade através das políticas voltadas ao higienismo urbano, por exemplo.

Podemos citar também como fundamental ao desenvolvimento desse trabalho um exame pormenorizado das características dos principais agentes

²⁰ Por mercado mobiliário, nos referimos ao mercado das ações, títulos e papéis em geral (SANDRONI, 1999, p.382).

²¹ Adotamos essa expressão no lugar da recorrente “produção do espaço urbano”, por constatar que essa última está intimamente associada ao arcabouço Lefebvriano, pensador que não compõe o referencial bibliográfico dessa pesquisa.

envolvidos nesse processo de transformação do espaço urbano: a *esfera privada*, personificada na figura da burguesia local, e a *esfera pública*, representada pelas ações políticas, dos administradores municipais.

Julgamos também pertinente averiguar o encadeamento de fatos que levaram a burguesia da cidade a inverter parte de seus ativos para a esfera financeira, como papéis, títulos e ações, fomentando, posteriormente, atividades que culminaram no crescimento urbano, como a industrialização, o desenvolvimento de um mercado imobiliário. E, por fim, compreender os mecanismos políticos e econômicos que possibilitaram uma alavancagem nos investimentos em infraestrutura urbana por parte da Câmara Municipal.

Esses elementos expostos são fundantes na pesquisa e nos fornecerão um parecer acurado acerca dos processos espaciais que envolvem a conjuntura do Encilhamento em Juiz de Fora.

* * *

Em grande medida, este trabalho sofreu a influência de uma obra de David Harvey recentemente chegada ao Brasil: *“Paris, Capital da Modernidade”* (2015)²². Nesta publicação, o autor analisa a primeira grande crise de superacumulação capitalista (situação onde há um excedente de capital para o qual não existe emprego lucrativo), na metade do século XIX. O colapso econômico afligiu toda a Europa e resultou em um duplo movimento para solucionar a crise. *Primeiramente* buscou-se nos investimentos em infraestrutura urbana de longo prazo uma saída – o chamado “ajuste espacial” – para esse capital excedente. Essa é a base da famosa reforma urbana de Haussmann, em Paris, mas também da “ampla atenção dada a programas de transporte, de água e esgoto e de investimentos em habitação e equipamentos públicos em muitos outros países europeus” (HARVEY, 2005, p.43), todas oriundas desse capital empossado. A *segunda* saída foram as expansões geográficas, concentradas no comércio atlântico, tendo os Estados Unidos como o ponto de venda primordial. Ao longo da década de 1860, a

²² Tínhamos acesso a esse título em espanhol, e, no curso de nosso trabalho, foi publicada a edição brasileira. Fato que justifica a dupla referência ao longo de nossa pesquisa: 2008, em espanhol, e 2015, em português.

capacidade do país de absorver este capital excedente foi gradualmente saturando-se, doravante a Europa se viu compelida a enxugar essa liquidez realizando grandes transferências de capitais para outros *loci*. Seu destino foram países periféricos, de economia e política débil, como aqueles jovens Estados Latino Americanos. Neste contexto, trabalhos recentes têm demonstrado o montante de capital que fora transferido para tais países e o quanto esse capital produziu crises terríveis nessas economias, legando desordem monetária, um surto de febre especulativa e altas taxas de dívida externa e juros (HARVEY, 2005; FILOMENO, 2006; MOURA FILHO, 2010; MAIA & SARAIVA, 2012).

A segunda saída descrita por Harvey – a exportação de capital para países periféricos – guarda íntimas relações com o contexto de nossa pesquisa. O trabalho de Felipe Amin Filomeno (2006; 2010) intenta relacionar, por meio da Economia Política dos Sistemas-Mundo²³, a dinâmica da economia-mundo capitalista, sobretudo os fluxos mundiais de capital, com as crises econômicas de países periféricos, em seu caso, a crise *Baring*, na Argentina, e a crise do Encilhamento, no Brasil. Para o autor, ambas as crises apresentam estreitas conexões com a conjuntura da economia-mundo capitalista na última vintena do século XIX, abarcando o problema da dívida externa e da política econômica dos países centrais. Em grande medida tal asserção desmistifica a propalada posição que centra exclusivamente na política econômica interna as causas das vicissitudes vividas pelo Brasil no final do século em questão.

Igualmente, a primeira saída – investimentos em infraestrutura urbana – é o ponto de partida através do qual formulamos nosso problema de pesquisa: a conjuntura do Encilhamento (substancialmente marcada por uma expansão da esfera financeira, pelo excesso de liquidez na economia e por um devaneio especulativo), salvaguardadas as devidas proporções, trouxe alguma repercussão

²³ “A Economia Política dos Sistemas-Mundo tem como objetivo a construção de uma ciência social histórica composta de teorias historicamente fundamentadas que considere: (i) que o tempo e o espaço no qual uma estrutura ou um processo ocorre faz a diferença para seu caráter; (ii) que a sequência em que eventos similares ocorrem tem um impacto substancial sobre seus resultados; (iii) que, portanto, as generalizações devem ser atadas a eras e partes específicas do mundo, especificando causas, considerando as variações de um caso para outro dentro de seus limites espaço-temporais, e permanecendo consistentes com as evidências disponíveis sobre os espaços e tempos considerados” (TILLY, 1984 apud FILOMENO, 2006, p.24). Sobre a obra de Tilly, conferir: TILLY, C. *Big Structures, Large Processes, Huge comparisons*. New York: Russel Sage Foundation, 1984.

na constituição do espaço urbano de Juiz de Fora, como relata Harvey em seu estudo de caso em Paris? Segundo a descrição do geógrafo, as condições econômicas intrínsecas à Europa propiciaram uma aplicação vigorosa na estrutura urbana. O desafio aqui, é observar se as condições econômicas oferecidas pelo período do Encilhamento foram predominantemente especulativas, ou se encontraram aplicação produtiva (seja ela de cunho público ou privado) na infraestrutura urbana. A análise destes autores, por tocar em pontos tão fundamentais, são, de certa forma, o esteio para o desenvolvimento dessa dissertação.

* * *

Esta contribuição alicerça-se essencialmente em três capítulos.

No capítulo de abertura, “O capitalismo e a cidade no século XIX”, tratamos de apresentar o entorno com o qual nosso objeto interage. Dividido em três subcapítulos, buscamos apresentar no primeiro a gênese e os desdobramentos da ideologia do progresso. Essa será o *leitmotiv* do século XIX, perpassando todos os aspectos da vida social e constituindo a superestrutura que legitimará as ações sobre o espaço. No segundo subcapítulo vamos traçar os liames entre o desenvolvimento técnico e a consolidação do sistema financeiro mundial. Tentamos compreender os motivos que subjazem as fases de crescimento e retração dessa economia mundializada, bem como os mecanismos de contágio de evento de crise global. No último subcapítulo explanamos acerca das possíveis soluções para estancar essas crises, sendo a aplicação de excedentes em infraestrutura urbana, uma das formas (tomamos o caso de Paris como exemplo), e a exportação de capital para países periféricos, outra.

O capítulo seguinte, “A Imersão de Juiz de Fora na *Belle Époque*”, trata da influência que o Brasil, e em especial a cidade mineira, recebia do Velho Continente. Tratamos, portanto, de estabelecer os nexos entre Juiz de Fora e essa superestrutura mundial que foi se construindo ao longo do século XIX a partir, basicamente, de dois vieses. No primeiro, abordamos a chegada do discurso científico/higienista por meio da constituição da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Cada vez mais propalado no mundo, esse discurso vai servir de

subsídio para uma série de normas que, com a força legal da municipalidade, vai passar a ordenar o espaço público. O segundo viés tratará do processo de financeirização da economia de Juiz de Fora, isto é, a inversão de um capital retido em bens imóveis para bens móveis, como títulos da dívida pública e ações. Tal processo principiou o surgimento de sociedades anônimas na cidade, ao mesmo tempo em que propiciou certa inflexão das intervenções urbanas do poder público, dada a arrecadação de verbas extraordinárias.

No capítulo derradeiro, “O Processo Urbano na Conjuntura do Encilhamento”, vamos encontrar os reflexos espaciais provenientes de um grande desenvolvimento em todos os aspectos da sociedade brasileira, mas, sobretudo, o político e o econômico. Essas transformações espaciais irão se expressar por meio das ações de uma esfera pública (entendida aqui como a municipalidade) e de uma esfera privada (representada pelas iniciativas produtivas da burguesia local), mas isso não significa dizer, como veremos, que essas esferas são apartadas, muito pelo contrário, suas imbricações são fartas. O elemento Encilhamento adentra esse cenário como uma conjuntura, ou seja, ampliamos a análise do evento para todo o contexto político e econômico que o engendrou, indo, portanto, além da atividade especulativa bursátil ocorrida entre 1889 e 1892. A forma mais eloquente que encontramos de demonstrar essas transformações espaciais foi segmentando o período tendo como base as administrações que se sucederam na Câmara Municipal. Tal escolha não é aleatória, mas consequência de duas percepções: do papel cada vez mais central que a municipalidade vai assumindo enquanto gestora do espaço público, e de uma paulatina perda de eficiência das sociedades anônimas (uma das principais decorrências do Encilhamento) resultantes dessa conjuntura.

Acreditamos que a ótica de um geógrafo se distingue substancialmente da ótica de um historiador, neste sentido, uma análise espacial de eventos como esses que se sucederam no período podem trazer elementos ainda não abordados pela historiografia local, a ponto de, coletivamente, aproximarmo-nos cada vez mais da totalidade que rege a complexa relação entre espaço e sociedade. Posto isso, cabe-nos salientar que almejamos, a partir deste caminho proposto, atingir nosso intento de contribuir de alguma maneira para revelar alguns componentes da Geografia Histórica desta “Princesa de Minas”.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS & METODOLÓGICAS

Como apresentamos, nossa pesquisa pretende compreender o processo urbano de Juiz de Fora em sua relação com as questões econômicas e culturais do final do século XIX. Tal constatação forçosamente insere nosso trabalho num nicho pouco visitado da Geografia – a Geografia Histórica.

Pouco visitado, pois, a Ciência Geográfica, a fim de alcançar sua institucionalização ainda no século XIX, aparta-se de forma determinante da história. De modo sucinto podemos dizer que a História, atingindo precocemente sua legitimidade, isto é, estabelecendo um objeto, um limite e um método que lhe é próprio, legava à Geografia o desprestigiado posto de sua “ciência auxiliar”. Portanto, aspirar à institucionalização da Geografia enquanto uma ciência independente, compelia obrigatoriamente seus pensadores a negar o tempo, sobretudo o tempo passado em suas análises (ABREU, 2000, p.14). Neste contexto, a Geografia, ainda que de forma precária, alcança seu idealizado objetivo e se firma no rol das ciências modernas do final do século XIX.

No curso da história de seu pensamento a Geografia, como um pêndulo, oscila entre abordagens que, ora admitem o tempo enquanto uma categoria pertinente ao seu arcabouço, ora como uma ciência que observa uma paisagem estanque, que não transita através do tempo. Destarte, apesar dos esforços de alguns geógrafos em garantir um livre trânsito temporal aos estudos espaciais, a corrente da Geografia Histórica apresenta um desenvolvimento não-linear na epistemologia da Geografia, intercalando períodos de grande reconhecimento, com outros de grande ostracismo (SILVA, 2012, p.2).

Dentro desta dicotomia abrigada no seio do pensamento, parece ter prevalecido em seu *corpus* teórico o axioma do presente como tempo preferencial de atuação do geógrafo, lançando dois desafios para aqueles que se dispõem a pensar a Geografia atual: primeiro, superar a cisão existente entre esses dois saberes xifópagos (ABREU, 2000, p.14), e, segundo, ir além de um “enunciado gratuito” de união ontológica entre espaço e tempo, frequentemente adotado (SANTOS, 2012, p.50)²⁴.

²⁴ Buscando viabilizar um enfoque verdadeiramente espaço-temporal, Milton Santos compara a concretude dos dois conceitos. Afirma que o espaço sempre possui um componente de

Maurício de Abreu (2000, p.15) argumenta que “passado, presente e futuro são categorias eminentemente sociais, e não categorias determinadoras da geografia”, ressaltando, assim, a necessidade de livrarmo-nos das amarras temporais e definirmos uma geografia que vá além do estudo da duração do presente, possibilitando uma análise transtemporal:

A geografia não tem, pois, que se definir como o estudo do presente. É possível, sim, fazer geografias do passado, e elas não têm que buscar ali apenas as bases para o entendimento do presente. As análises que fazemos para compreender o momento atual podem também ser feitas para o passado, bastando para isso que façamos as necessárias correções metodológicas (ABREU, 2000, p.16).

Buscamos nessa pesquisa tratar nosso objeto de estudo, o espaço pretérito de Juiz de Fora, não como passado, mas sim como nosso presente – nosso *Historical Present*, como chamou o geógrafo inglês Halford Mackinder, ou nosso *presente de então*, como bem traduziu Maurício de Abreu (2000, p.18). Contemplamos, então, o espaço urbano de Juiz de Fora pelo ponto de vista de um observador da cidade. Um habitante, que situado nos primeiros anos do século XX, presenciou ativamente a inflexão do processo de urbanização ocorrido na última década. Nosso observador olha para trás e percebe que a cidade se desenvolveu sobremaneira, e não apenas espacialmente, mas economicamente, culturalmente e politicamente.

Para melhor compreender essa cidade, utilizamos o espaço como categoria de análise. Milton Santos (2014), ao desenvolver esse atributo do espaço, afirma que este é uma instância da sociedade, instância essa que contém ao mesmo tempo em que está contida nas demais instâncias que estruturam o todo social: a economia, a política, as instituições, a cultura, a ideologia, etc. A complexidade da análise desse espaço varia de acordo com sua escala, de modo que “quanto *mais*

materialidade e empiricidade concreta, enquanto o tempo possui uma característica mais abstrata. Numa tentativa de, então, unir essas duas categorias, de modo que elas possam ser mutuamente incluídas, o autor busca empirizar o tempo, buscando nas *técnicas* o elemento integrador, como o traço de união, histórica e epistemologicamente. Essas forças produtivas nos dão a “[...] possibilidade de empirização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham” (SANTOS, 2012, p.54). Toda técnica traz consigo história embutida, e é por intermédio delas que o homem realiza a união entre espaço e tempo. O processo de produção, através das técnicas, torna esse tempo concretizado no espaço transformando-as em uma medida do tempo.

pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele” (SANTOS, 2014, p.13). Desse modo, para se interpretar os espaços locais, os eventos que ocorrem na escala mundial possuem uma maior significância do que os próprios eventos locais, comezinhos (SANTOS, 2014, p.36).

Buscando introduzir a dimensão temporal na compreensão da organização do espaço mundial, o autor vai perceber que as transformações espaciais dos *países subdesenvolvidos* são determinadas pelas necessidades das *nações que estão no centro* do sistema mundial (2014, p.36), ou, daquilo que Wallerstein (2000) vai chamar de economia-mundo capitalista. Há de se depreender que tais necessidades dos países centrais foram se modificando ao longo dos períodos históricos, mediante o grau de desenvolvimento técnico que esses países possuíam. Por conseguinte, isso produziu períodos de maior e períodos de menor transformação espacial nos países subdesenvolvidos.

A contar do renascimento, três períodos produziram significativas transformações nas periferias do globo: o período das Grandes Navegações (final do século XV até 1620), o período industrial (1870 – 1945) e o período tecnológico (pós-segunda Guerra Mundial) (SANTOS, 2014, p.38). Entendemos que, obviamente, as Grandes Navegações implicaram uma intensa modificação na organização espacial da colônia. Enquanto, porém, a Europa se desenvolvia tecnicamente, aprimorando seus processos industriais, o Novo Mundo estava estagnado, absorto na produção de bens agrícolas. As grandes transformações técnicas produzidas na Europa somente começariam a ser difundidas para o restante do mundo no final do século XIX, quando se inicia o período industrial, na periodização de Milton Santos.

Todavia, essa primazia da escala mundial na análise dos locais não prescinde o valor dos eventos internos no processo de evolução espacial.

O espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos, etc.) levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução “normal” das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna, conduz igualmente a uma evolução (SANTOS, 2014, pp.28-29, grifo nosso).

Esse espaço é uma categoria analítica ampla, dado que ele é composto tanto pelos “objetos geográficos distribuídos sobre um território”, isto é, a materialidade concreta, das coisas visíveis, quanto por aquilo que anima essa matéria, seu princípio ativo, nas palavras do autor, “todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento” (SANTOS, 2014, p.12). Ou, como sintetizou adiante em seu arcabouço teórico, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2012).

As portas abertas a partir dessa leitura de espaço facultam-nos a habilidade de volitar por entre as diversas instâncias da sociedade sempre tendo como lastro a questão central na Geografia: o espaço. Dentro de nossa realidade de pesquisa, essa abordagem permite pensar (como o faremos) nos nexos espaciais que perpassavam as instâncias da sociedade juiz-forana do final do século XIX. Tudo isso sem perder de vista a interação interescalar entre o global e o local.

Não podemos também deixar de entender esse espaço sob o apanágio que lhe é próprio: o urbano. Ao tomarmos esse espaço como espaço urbano, uma série de novos atributos se abrem, ampliando nosso horizonte. Como um produto social, o espaço urbano vai refletir a estrutura que o produziu, portanto, mais fragmentado que o espaço urbano capitalista, o espaço sobre o qual nos debruçamos trazia ainda viva a constituição espacial de uma cidade escravista, cuja parte considerável da população era composta por cativos. Trazia latente também as contradições de uma sociedade que ainda transitava entre o urbano e o rural, ansiando pelo primeiro, mas com profundos traços do segundo. Desse modo, os atributos “fragmentado”, “reflexo social” e “condicionante social” (CORRÊA, 1989) apresentavam matizes muito mais vibrantes das que observamos nas cidades atuais.

Não obstante, a *composição dos agentes* responsáveis pela produção espacial (CORRÊA, 1989) não se distinguia demasiadamente daquilo que observamos hoje, ao contrário da *força* que cada um exercia nesse processo, essa sim, modificou-se sensivelmente. A figura do proprietário fundiário era sem dúvida poderosa, a cidade ainda contava com uma significativa produção de café que gradativamente ia cedendo espaço para o crescimento urbano, dada as crises pelas quais a monocultura passava e a constante valorização do solo urbano (MIRANDA, 1990). Os proprietários dos meios de produção formavam uma classe

coesa que galgava participação cada vez maior nessa equação, sobretudo quando as forças econômicas eram permissivas à tal crescimento, como o foi durante o Encilhamento. Os incorporadores começavam a surgir no cenário, buscando transformar aquelas terras ainda desabitadas em eixo de expansão urbana, alavancando daí seu preço e auferindo lucro das transações. Os bancos e a Companhia Construtora Mineira exerciam bem esse papel no cenário local. O Estado, aqui representado na figura da Câmara Municipal, estava encetando tomar as rédeas da gestão do espaço, sobretudo em decorrência das legislações que, até então, lhe tolhia e impedia seu desenvolvimento como um agente, mas também em virtude do tamanho, ainda acanhado, da urbe. Por fim, os grupos sociais excluídos, que, igualmente, apenas começavam a ter ciência de seu poder transformador mediante a organização de movimentos sociais, mas que resistia a seu modo aos ditames vindos da ordem legal estabelecida, como tratamos em trabalho recente²⁵.

Ressaltamos ainda o fato de nosso trabalho pretender desenvolver reflexões que incluem os grandes ciclos de acumulação do capital e suas crises inerentes, numa escala mundial. Para tal, faz-se mister adotarmos conceitos e análises próprias da *teoria política do sistema-mundo*. Percebemos que a situação econômica do Brasil no período está intimamente concatenada com os grandes ciclos mundiais do capital (HARVEY, 2005; FILOMENO, 2006; MOURA FILHO, 2010; MAIA & SARAIVA, 2012), nesse sentido é que trabalhos como os de Immanuel Wallerstein (2006) propõem conferir certo suporte às nossas conjecturas. Por meio do arcabouço erigido pelo autor, podemos entender a acumulação incessante do capital como força motriz para a sustentação do sistema que alcançou, no final do século XIX, sua mundialização. Calcado na expansão capitalista para as “zonas periféricas” do globo, portanto, nas tensões e na desigualdade existentes nas trocas entre os Estados, Wallerstein (2006) observa padrões e ritmos cíclicos que evidenciam as contradições inerentes ao sistema, resultando em fortes tendências à crise, que, mediante sua integração global, atingem o mundo em todas as escalas.

²⁵ BARBOSA, Yuri (no prelo). A produção do espaço sob a égide do higienismo: O espaço vivido, concebido e percebido na Juiz de Fora do final do século XIX. Revista Hygeia. Vol.12, nº22, Uberlândia, 2016.

Por fim, para nos precavermos de percalços ao longo do trajeto dessa pesquisa, tratamos de adaptar as variáveis – os objetos e as ações – que operacionalizam nossas categorias de análise para o nosso recorte temporal, o final do século XIX. Assim como empenhamo-nos também em contextualizar as diversas instâncias desse nosso “presente de então”, mormente por meio de pesquisa indireta (ABREU, 2000).

* * *

Podemos dividir nossa metodologia de pesquisa em duas fases: a pesquisa de gabinete e a pesquisa em arquivo histórico. A primeira, pode ser resumida na revisão bibliográfica dos temas que perpassam nosso objeto de estudo. Buscamos recorrer àquelas obras que nos forneceriam uma visão ampla da conjuntura mundial no final do século XIX, mas também àqueles que perscrutaram mais detalhadamente elementos cruciais em nossa pesquisa, como a economia, por exemplo. Sobre Juiz de Fora, especificamente, a cidade tem o privilégio de contar com uma rica historiografia produzida com afinco ao longo de mais de cinquenta anos da faculdade de história, onde podemos encontrar desde narrativas mais gerais até trabalhos de cunho extremamente específico. As fontes bibliográficas são diversas, desta forma, tivemos a oportunidade de nos debruçar sobre livros, teses, dissertações e artigos que versam direta ou indiretamente sobre nossa temática.

Num meio termo entre uma pesquisa de gabinete e a pesquisa em arquivo histórico está o valioso acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, fonte de diversos periódicos de Juiz de Fora que em muito nos auxiliou no trabalho de desvendar este período, como o jornal *O Pharol* (cujo acervo abarca desde o ano 1876 até 1933), o *Diário de Minas*, além de outras publicações como os *Almanaques* da cidade.

No que diz respeito à pesquisa em fontes primárias, tivemos a oportunidade de analisar uma série de documentos, arquivos e plantas do Arquivo Histórico da cidade de Juiz de Fora. Por meio de seu inventário, selecionamos aqueles tópicos que diziam respeito à “Obras Públicas”, tendo acesso, a partir daí, às “Correspondências da Diretoria de Obras Públicas” e os “Relatórios dos Condutores

de Obras”. Tivemos acesso também aos “Mappas de Despesa e Receita” do município, onde era registrada a fonte e o destino das verbas. Além dos “Cadernos de Resoluções Municipais”, documentos oficiais que registravam os decretos do executivo. Ficou patente ao longo da pesquisa, a profusão de documentos oficiais do município. Por outro lado, os documentos das sociedades anônimas de nosso interesse, como os da Companhia Construtora Mineira, não foram encontrados.

I. O CAPITALISMO E A CIDADE NO SÉCULO XIX

I.1 – “Observações sobre o progresso contínuo da razão universal”

Inicialmente, acreditamos ser imprescindível explicar a respeito do conceito de tempo que foi adotado a partir da modernidade. Imprescindível pois inaugura uma nova forma de percepção do mundo, assaz distinta daquela que predominava nas organizações sociais precedentes. Nos referimos às duas recorrentes formas de apreensão do tempo manifestas em diferentes civilizações: uma, que concebe o tempo como cíclico, ou seja, um tempo não-linear, que se itera, voltando sempre ao seu ponto de partida; e outra, um tempo linear, marcado por seu trajeto incessante e por sua homogeneidade, conduzindo-nos a um ponto qualquer no futuro desconhecido.

Estas distintas leituras do fluir do tempo guardam estreitas relações com a conjuntura histórica na qual estão inseridas. As formações sociais pré-modernas, por exemplo, viviam sob o domínio de uma temporalidade sensível, associada ao "deslocamento das brisas e das marés, ao marulhar da vegetação, à germinação dos cultivos, ao movimento dos astros, às condições atmosféricas e às emanções gerais da natureza" (WALDMAN, 1995, p. 25). Tais fenômenos comungam um apanágio geral, incorporado à sociedade por meio da percepção, legando ao mundo mental a ideia de que tudo é cíclico, tudo se renova, como a natureza. Destarte, não poderia nestas sociedades haver outra concepção de tempo.

De um modo quase geral, os ritmos sociais conjuminavam-se com uma visão cíclica e não-linear do tempo, pela qual este se renovava continuamente e era objeto de um diálogo mágico permanente. O caráter reversível deste tempo consolidava uma segurança ontológica consubstanciada nas práticas rotinizadas pela tradição, que constituía a mola propulsora da temporalidade (WALDMAN, 1995, p. 26).

Dos gregos às sociedades pré-colombianas, passado, presente e futuro imiscuem-se numa única expressão temporal, atrelando umbilicalmente o homem aos ciclos ditados pela natureza. A mesma temporalidade subjaz o Sistema Feudal, onde o modo de vida "agro-pastoril, autárquico, auto-suficiente e produtor de valores de uso, para o qual o mercado era uma instituição supérflua" (WALDMAN,

1995, p.34), é profundamente marcado pelo tempo qualitativo, lento, da sazonalidade e da produção agrária. A estabilidade que a sociedade estamental conferia era ainda legitimada pelo cristianismo²⁶, que, prezando pela manutenção dos poderes que adquiriu, tolhia todo tipo de *ação* desviante do *comportamento*²⁷ padrão: mudança, significava corrupção e desordem. A partir da Baixa Idade Média, porém, algumas transformações começam a operar no cotidiano da sociedade europeia, afrouxando os laços que mantinham a mobilidade social estanque, uma nova classe surge, assim como uma nova forma de organização espacial. As cidades são o cenário no qual a burguesia nascente vai lentamente incutindo uma nova ideologia, uma nova cultura, uma nova forma de pensar o mundo e o tempo (WALDMAN, 1995, p.36).

Concomitante ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e de seu *lôcus* de reprodução, a cidade, nascia também a ciência moderna, assumindo um papel indispensável para a nova concepção de tempo em gestação. Neste alvorecer da modernidade a ciência buscava compreender de forma racional os fenômenos da matéria, da natureza. Para alçar tal intento de modo objetivo fez-se uso constante daquela que seria a linguagem universal, a matemática. Procedeu-se, portanto, com uma matematização do mundo conhecido, enquadrando a natureza e seus fenômenos numa quantificação objetiva onde tudo era passível de ser mensurado, e o tempo não escapou à essa lógica. Assimilado pela burguesia, o tempo homogêneo serviu para ditar o ritmo do trabalho nas manufaturas, e, posteriormente, nas fábricas, fazendo do relógio um símbolo de opressão para o proletariado, e de organização do sistema produtivo para a burguesia. Não coincidentemente, a arquitetura incorporou em seus projetos altas torres que ostentavam imensos relógios públicos "[...] requintados e esplendidamente instalados, que, para além de um marco artístico ou estético na paisagem urbana, eram o símbolo da supremacia do tempo linear e progressivo, materialização de um processo histórico" (WALDMAN, 1995, p.38).

²⁶ É, contudo, necessário mencionar que o Cristianismo, em sua tradição religiosa, concebe um tempo deveras linear e finito, conduzindo o homem a um destino específico, da Gênese ao Apocalipse.

²⁷ *Ação* e *comportamento* aqui remetem-nos ao trabalho de Hanna Arendt (1997). A autora argumenta, que com a dissolução da esfera pública no ocaso do Império Romano, as *ações*, condição *sine qua non* para ser humano no mundo, tornam-se cada vez mais raras, sendo substituídas pelo *comportamento*, predizível, repetitivo e controlado pela Igreja e pela sociedade.

Diferente do tempo cíclico, que, em seu eterno retorno ao ponto de partida, predominava nas organizações sociais precedentes, conferindo sempre uma segurança ontológica marcada pela estabilidade, o tempo passa a fluir de modo independente da vontade do homem, seu ritmo é inexorável, irreversível, estabelecendo "uma tirania à qual os homens são obrigados a se sujeitar" (WALDMAN, 1995, p.43).

O tempo, agora,

estendido retilinearmente, [...] deixou de possuir uma "respiração", de ser uma entidade viva e pulsante. Em franca oposição a um modelo cíclico que foi, dentro de determinados limites, o grande paradigma temporal das civilizações do passado, o tempo linear projeta a história continuamente para frente. Preconizando uma ênfase evolutiva estranha a qualquer outro padrão civilizatório do passado, este tempo entra necessariamente em contradição com modos de vida regrados pela estabilidade, pela repetição, pelo convívio com as energias sutis do corpo, do território e do cosmos (WALDMAN, 1995, p.42).

Perceber um tempo que caminha sempre em direção à um ponto no futuro impinge mudanças constantes. E não se trata de uma mudança qualquer, desprezível, mas uma mudança orientada por otimizações, ou seja, há uma busca pelo aperfeiçoamento, pelo des-envolvimento²⁸. É neste cenário que se encontra o bojo da ideologia do progresso, que, em grande medida, foi alimentado por uma percepção da evolução humana, causada não só pelos avanços nas ciências e nas técnicas em geral, mas também por novas formas de organização política e econômica.

Jacques Le Goff, em *História e Memória*, situa a formação do conceito moderno de progresso entre o nascimento da imprensa, no século XV, e a Revolução Francesa (1990, p.244). Embora o autor assuma que tal conceito não tenha sido completamente estranho às organizações sociais precedentes²⁹, ele

²⁸ Com hífen, no sentido em que nos chama atenção Carlos Walter Porto-Gonçalves. Sendo desenvolver o movimento de tirar o envolvimento, o *environement*, que cada povo, cada cultura mantém com seu espaço, seu território, é desvencilhar-se do meio ambiente, dos caprichos da natureza, e assim, alçar à independência, ao progresso (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.34; p.166).

²⁹ Le Goff demonstra que já havia certa concepção de progresso na Antiguidade Grega, embora fosse restrita a um público culto e limitada a um curto período de tempo, no século V a.C. Durante a Idade Média não foi diferente, surgia, esporadicamente, quem falasse de progresso, ressaltando, a escola de Chartres, em meados do século XII, se apropriando de um tímido desenvolvimento técnico do período (1990, pp.235-244).

adquire maior difusão a partir da modernidade, mormente com o desenvolvimento técnico e científico do período.

Baseado na observação do progresso técnico (como a invenção da bússola, da pólvora e da imprensa) e moral (tendo em vista a predominância do cristianismo em seu tempo) de sua época, Jean Bodin (1530-1596) acreditava que a história obedecia à uma lei de oscilações, onde, apesar de o desenvolvimento ser seguido de um declínio, não há um retorno ao ponto inicial, prescrevendo, assim, em linhas gerais, uma ascense constante quando visto de longe. Para Bodin, o progresso se faz por acumulação, assim, se a pretensa Idade do Ouro grega fosse comparada com seu tempo, seria considerada, na realidade, a Idade do Ferro (apud LE GOFF, 1990, p.247). Desta forma, entre os séculos XVII e XVIII, a ideia do progresso se manifesta sobretudo a partir dos avanços técnicos e científicos. Copérnico, Galileu, Kepler, Descartes, Newton, todos eles contribuíram de alguma maneira para a formação deste ambiente profícuo à mudanças, transformações e evolução.

A partir de 1740, o conceito de progresso passa a figurar também na seara da filosofia, economia política e história, constituindo o período do Iluminismo, onde o tema foi profusamente discutido nos salões parisienses. Abade de Saint Pierre (1658-1743), filósofo do período, em sua publicação *Observations sur le progrès continuel de la raison universelle*³⁰ (1737), acredita, de acordo com a leitura de Le Goff (1990, p.248), que a civilização ainda está em sua infância, mas demonstra claros sinais de progresso, como a expansão do comércio marítimo, a produção de riquezas, o crescimento no número de leitores e escritores, os avanços nas ciências físicas e matemáticas, a fundação das academias científicas, bem como a difusão de todo o conhecimento possibilitado pela imprensa. Relevantes contribuições vieram dos filósofos do movimento Enciclopedista³¹, no qual a crença no progresso constituía parte relevante de suas preocupações, embora debruçassem-se sobre outros problemas filosóficos, como a razão e a natureza. Em matéria de economia política, Adam Smith (1723-1790) publicava *A Riqueza das Nações* (1776), expondo "[...] a história de um gradual progresso econômico da sociedade humana,

³⁰ "Observações sobre o progresso contínuo da razão universal".

³¹ O enciclopedismo foi um movimento filosófico desenvolvido na França do período Iluminista cujo princípio era baseado na catalogação de todo o conhecimento produzido pela razão. Participaram intensamente do movimento Denis Diderot e Jean d'Alambert, mas contribuíram em vários aspectos Voltaire, Montesquieu, Rousseau, entre outros.

cujos principais aspectos são a liberdade de comércio e a solidariedade econômica" (LE GOFF, 1990, p.252).

Mas foi no século XIX o apogeu da ideia de progresso. Com a revolução industrial em marcha, o sentimento era de irrestrita prosperidade. A cultura refinada era difundida pelo mundo sob o signo de uma colonização ideológica que apontava às nações periféricas os rumos do desenvolvimento. No plano político, a Revolução Francesa incutia os ideais de Liberdade Igualdade e Fraternidade, e um relativo período de paz se instaura no interior da Europa após as guerras napoleônicas.

Como reitera Le Goff:

como sempre, o que mantém esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, os sucessos da revolução industrial, a melhoria, pelo menos para as elites ocidentais, do conforto, do bem-estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia. Na França da Segunda República e na Prússia do século XIX, por exemplo, as instituições difundem eficazmente a ideia de progresso (1990, p.256).

Mas, o que tornou possível esse século de relativa paz³², que decorre do fim das Guerras Napoleônicas (1815) ao início da Primeira Guerra Mundial (1914)?

As principais potências europeias (Inglaterra, França, Prússia, Áustria, Itália e Rússia) estiveram em guerra umas com as outras por aproximadamente dezoito meses desse século, de modo que, o mais violento desses conflitos, a Guerra Franco-Prussiana, durou menos de doze, entre julho de 1870 e maio 1871 (POLANYI, 2000, p.19). Se comparado com os séculos anteriores, com uma média de 65 anos de guerras entre essas nações, a constatação de paz é axiomática. A resposta à essa pergunta, para Polanyi (2000), se encontra no desenvolvimento da *haute finance*, o instrumento social que permitiu sufocar os nacionalismos, apaziguar os ânimos e manter uma efetiva paz ao longo do século XIX.

A *haute finance* pode ser entendida como uma entidade econômica supranacional cujo principal objetivo é a busca por lucros. Nessa faina, empenha-se por mediar a relação entre os Estados Nacionais, funcionando como uma

³² Sobre essa expressão, é sempre sensato lançar o questionamento: paz para quem? O autor não deixa claro, mas essa paz dizia respeito apenas aos países centrais da Europa, às grandes potências. Paz, diga-se de passagem, conquistada em virtude das benesses econômicas advindas da colonização de novos espaços, como a África e a Ásia, continentes onde viviam comunidades, que, definitivamente, viam a paz cada vez mais distante nesse período da história.

espécie de elo entre a organização política e a economia mundial. Sua missão é, portanto, complexa, pois, numa Europa com fronteiras indefinidas, ou no mínimo incertas, e um grau de nacionalismo à flor da pele, realiza um papel de diplomacia para, no mínimo evitar uma guerra generalizada. Isso por que

A grande maioria dos portadores de títulos governamentais, assim como outros investidores e negociantes, seriam os primeiros perdedores com tais guerras, principalmente se as moedas fossem afetadas. [Dessa forma,] a influência que a *haute finance* exercia sobre as Potências era sempre favorável a uma paz europeia (POLANYI, 2000, p.28).

Nesse contexto, manter a paz era capital – com toda a polissemia que essa palavra guarda –, e a família Rothschild³³, a principal representante dessa *haute finance* (sua primazia seria desafiada em meados desse século pelos irmãos Péreire, cujo caso empírico traremos adiante) foi extremamente hábil nessa missão, exatamente pelo fato de não estarem submetidos a qualquer governo:

[...] sua lealdade era para com uma firma, cujo crédito se tornara o único elo supranacional entre o governo político e o esforço industrial numa economia mundial em rápido crescimento. Em última instância, sua independência se originava das necessidades da época, que exigia um agente soberano, digno da confiança tanto dos estadistas nacionais, como do investidor internacional. Para esta necessidade vital, a extraterritorialidade metafísica de uma dinastia de banqueiros judeus domiciliada nas capitais da Europa oferecia uma solução quase perfeita (POLANYI, 2000, p.25).

Com extraordinária capacidade diplomática, mediou as ambições e as intrigas entre as grandes e as pequenas potências. Financiando governos, indústrias, serviços públicos e bancos na Europa e em outros continentes, a *haute finance* consolidou-se de forma incontestada na economia mundial.

Foi, portanto, nesse ínterim que a ideologia do progresso encontra seu estado mais bem-acabado, a liberdade, internacionalização e financeirização da economia, o Positivismo, enquanto filosofia e método científico e a relativa paz mundial pavimentavam o caminho que guiaria o homem ao pleno desenvolvimento

³³ Todavia, manter a paz para os Rothschilds era algo apenas contextual, ou seja, necessário para manter seus lucros naquele ínterim. Prescindia, dessa forma, uma questão ética ou moral, mesmo por que, boa parte de sua fortuna erigiu-se do financiamento de conflitos armados desde o século XVIII (POLANYI, 2000, p.25).

de suas potencialidades. A fé no futuro da humanidade era patente e o estado geral das coisas conduzia-o a um glorioso porvir.

Mais do que possibilitar a paz mundial, a *haute finance*, aliada às novas tecnologias que se desenvolviam, teve um papel fundamental no processo de integração do globo, questão sobre a qual passamos a nos debruçar.

II.2 – “O mundo inteiro virou uma cidade”

Nesta era, o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo estava transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. História, dali em diante, passava a ser a história mundial (HOBBSAWM, 1982, p.66).

Erigindo seu arcabouço teórico, Wallerstein (2000) afirma que, historicamente, existiram apenas dois tipos de sistema social, os mini-sistemas e os sistemas-mundo. Os mini-sistemas são formas de organização encontradas em sociedades simples, de caçadores e coletores, caracterizadas pela completa divisão do trabalho e pela comunhão da mesma base cultural. Mais complexos, os sistemas-mundo são caracterizados pela multiplicidade de sistemas culturais e dividem-se em duas variedades: os impérios-mundo, com um sistema político comum, e as economias-mundo, sem um sistema político comum. As economias-mundo demonstram ser, historicamente, estruturas frágeis, constantemente levadas à desintegração por um grupo, transformando-se em um império-mundo. São exemplos, as grandes civilizações da era pré-moderna: China, Egito, Roma. Os mini-sistemas já não existem mais, e os impérios que se consolidaram na idade moderna, sobretudo no século XIX, como a Inglaterra e a França, não conformaram impérios-mundo, mas Estados. Estados com apêndices coloniais operando sob um mesmo modelo econômico – o único sistema-mundo existente desde então, a economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2000, pp.74-75).

É somente a partir do século XIX que essa economia-mundo capitalista se consolida na Europa e grassa ao redor de um mundo em franco processo de globalização:

Por volta de 1860, uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: "capitalismo". [...] O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro. Uma economia assim baseada, e portanto repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência os elevou a tal posição, deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente esclarecimento, razão e oportunidade humana, de avanço das ciências e das artes, em suma, um mundo de contínuo progresso material e moral (HOBBSAWM, 1982, p.21).

Como podemos perceber, não se trata de um exclusivo desenvolvimento econômico, mas de uma miríade de aspectos sociais, culturais e políticos que forjaram o molde de onde sairia nossa sociedade contemporânea.

O período exato em que esse *boom* do sistema capitalista ocorreu no mundo foi entre a Primavera dos Povos e a Comuna de Paris, se quisermos datar por acontecimentos políticos, ou, entre o final da década de 1840 e o início da década de 1870. No interstício entre esses dois eventos, a política praticamente hibernou. Os governos puderam respirar aliviados, enquanto os revolucionários perderam o fôlego, tempo certo para dar a estabilidade política necessária para o desenvolvimento econômico, para a *era de ouro* do capitalismo (HOBBSAWM, 1982, p.49 et seq.). A receita para essa grande expansão foi discriminada por Hobsbawm³⁴ (1992) em pelo menos quatro fatores, mas aqui organizaremos estes fatores em dois grupos: técnico e econômico.

³⁴ Eric Hobsbawm foi um dos autores que mais profundamente investigou o mundo – entendido aqui enquanto uma totalidade em movimento – no século XIX. Sua obra sobre este “longo século” soma aproximadamente mil e quinhentas páginas divididas em três volumes: a “trilogia das eras”. Em seu primeiro volume, “A Era das Revoluções: 1789 – 1848”, o autor demonstra como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, cada qual em seu plano, consolidaram no mundo ocidental um processo de racionalização do mundo iniciado na ilustração, e, *pari passu*, não soube sanar os impasses criados pelas fortes contradições sociais que transformaram o período num turbilhão revolucionário. No volume seguinte, “A Era do Capital: 1848 – 1875”, Hobsbawm se debruça sobre a consolidação do capitalismo como o sistema econômico regente no mundo em vias de globalizar-se, e, juntamente, a difusão da cultura burguesa, que encontra terreno fértil para alastrar-se num período de relativa calma social que vai da Primavera dos Povos à Comuna de Paris. Fechando o século, “A Era dos Impérios: 1875 – 1914” traz a primeira grande crise do capitalismo concomitante ao processo imperialista de colonização dos territórios africanos e asiáticos, que, em grande medida, fomentou a I Guerra Mundial; processo este, que veio a reboque da ascensão de outros Estados como potências mundiais, minorando o monopólio econômico e industrial da Grã Bretanha no globo.

Milton Santos afirma que as técnicas nunca aparecem sozinhas e jamais funcionam isoladamente, mas em conjuntos – em sistemas técnicos (2012, p.175). “Conjuntos técnicos aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar” (SANTOS, 2012, p.176). Essa sucessão, todavia, depende da sincronização e instalação das “técnicas afluentes”, sem as quais o novo sistema técnico não poderia funcionar. Neste período da história, estava suficientemente maduro o paradigma tecnológico que desencadeou a Revolução Industrial, possibilitando o desenvolvimento de um novo conjunto técnico.

A máquina a vapor, as estradas de ferro e o telégrafo colocariam em sintonia os meios de produção, circulação e comunicação. De acordo com Harvey,

a expansão da rede de estradas de ferro, acompanhado do advento do telégrafo, do desenvolvimento da navegação a vapor, da construção do Canal de Suez [...] mudou o sentido do tempo e do espaço de maneiras radicais (1999, p.240).

Igualmente, Hobsbawm acredita que a partir desse momento “[...] o espaço geográfico da economia capitalista poderia repentinamente multiplicar-se na medida em que a intensidade das transações comerciais aumentasse” (1982, p.53). Talvez esse tenha sido o primeiro período da história no qual o homem sentiu-se fazendo verdadeiramente parte de um todo globalizado, um mundo único.

O capitalismo desenvolveu no século XIX a tecnologia que seria responsável por aquilo que Marx chamou de sua “suprema realização”: a ferrovia (HOBSBAWM, 1982, p.53). Foi no decorrer deste período que houve uma enorme difusão do sistema ferroviário, conferindo velocidade e precisão na comunicação e no transporte de mercadorias e pessoas. As primeiras ferrovias foram construídas na Europa e na América do Norte, mas rapidamente espalhou-se para os demais continentes, como revela a tabela abaixo:

Tabela 01 – Vias férreas (em milhares de milhas)

	1840	1850	1860	1870	1880
Europa	1,7	14,5	31,9	63,3	101,7
América do Norte	2,8	9,1	32,7	56,0	100,6
Índia	-	-	0,8	4,8	9,3
Resto da Ásia	-	-	-	-	.*
Australásia	-	-	.*	1,2	5,4
América Latina	-	-	.*	2,2	6,3
África	-	-	.*	0,6	2,9
Total Mundial	4,5	23,6	66,3	128,2	228,4

*Menos de 500 milhas.

Fonte: HOBSEAWM, 1982, p.73.

A importância da ferrovia para a economia mundial é enorme, pois permitiu o trânsito veloz de um grande volume de mercadorias por terra, coisa que, até então, somente a atividade náutica havia alcançado. De modo que, por volta de 1875, as locomotivas de todo o mundo já transportavam cerca de 715 milhões de toneladas de mercadorias por ano, um valor nove vezes superior ao transportado por via marítima, em média (HOBSEAWM, 1982, p.72). No Brasil, a Estrada de Ferro Dom Pedro II teve sua construção iniciada no final da década de 1850, sendo, portanto, parte integrante da estatística apresentada para a década de 1860. Na década de 1870, sua extensão alcança a cidade de Juiz de Fora, onde seria amplamente utilizada para o escoamento do café produzido na Zona da Mata para o porto do Rio de Janeiro.

O telégrafo chegou ao Brasil ainda na década de 1850, sua primeira linha ligava a cidade do Rio de Janeiro à Petrópolis. Entusiasta das ciências e das novas tecnologias, Pedro II (que chegou a participar da Exposição Centenária, organizada em 1876 na Filadélfia) tratou de difundir tal tecnologia a fim de melhorar a coesão do vasto território imperial. Pouco mais de dez anos depois da chegada do telégrafo ao Brasil, já haviam linhas interligando Belém, Recife e Salvador à capital. As linhas internacionais também não tardaram, e assim que o país esteve ligado por cabos submarinos a Portugal, sua conexão com os demais países do Velho Continente estava efetivada. Em Juiz de Fora, o telégrafo também não demorou a chegar,

perfazendo a comunicação do município com as demais províncias, sobretudo a capital do Império:

Juiz de Fora progredia. A população subia, andava ali pelos 12 mil a 13 mil habitantes — imaginem! 13 mil! E essa densidade exigia progresso. Este começara em 1870 com a inauguração dos telégrafos. Logo depois viriam os trilhos da estrada de ferro D. Pedro II. Em 1885 a cidade começa a ser dotada de encanamentos e de água em domicílio. No mesmo ano as casas passam a ser numeradas. Em 1886, grande animação com uma Exposição Industrial que reflete a pujança do município (NAVA, 2002, p.189).

Em suma, o desenvolvimento técnico do período refletia diretamente no crescimento econômico da sociedade capitalista, que amadurecia. A concorrência, inerente a esse modo de produção, propiciava o surgimento de novos processos produtivos e a criação de novos meios de produção, mais céleres e lucrativos. Concomitantemente, o imperialismo ocupava novas terras, colônias, “ávidas” pela introdução do sistema de *plantations*, que expandia a produção mundial de gêneros alimentícios e de matérias-primas. O corolário desse cenário de intenso incremento produtivo era uma persistente tendência à queda no preço dos produtos manufaturados e dos produtos primários; fato que nos leva a depreender que o século XIX foi, de maneira geral, um século deflacionário.

Todavia, o interstício do qual nos ocupamos nesse momento (1848-1875) foi predominantemente inflacionário. É importante nesse momento salientar que, a despeito de os tempos hodiernos conferirem um caráter extremamente pejorativo a uma economia inflacionada, para os homens de negócios do século XIX, essa situação era vista com bons olhos, já que significava um aumento nas margens de lucro (HOBSBAWM, 2003, p.61).

Nesse sentido, enquanto o crescimento do comércio mundial não havia chegado a dobrar entre 1800 e 1840, nas duas décadas inflacionadas, entre 1850 e 1870, ele aumentou cerca de 260%. O capital proveniente das exportações prosperava, juntamente com os investimentos nos mercados internacionais: “o capitalismo tinha agora o mundo inteiro ao seu dispor” (HOBSBAWM, 1982, p.54).

Nesse ponto, chegamos às questões econômicas que justificam essa grande expansão da segunda metade do século XIX. Como afirmamos, o desenvolvimento de processos técnicos mais refinados tendiam a reduzir o preço final dos produtos

no mercado consumidor, e esse processo foi incessante ao longo desse século. Num contexto deflacionário como esse, a única forma de termos um aumento no preço dos produtos seria através da introdução de novos meios de pagamento no mercado – e foi basicamente isso o que aconteceu.

Entre 1848 e 1851 foram descobertas jazidas preñes de ouro no recém-anexado estado da Califórnia, nos Estados Unidos, e na Austrália. Esse fato ampliou exponencialmente o volume de meio circulante na economia mundial, mostrando que “[...] a intrincada rede da economia internacional trazia mesmo as áreas geograficamente mais remotas para ter relações diretas com o resto do mundo” (HOBSBAWM, 1982, p.79). Cabe lembrar que até ter início a *febre do ouro*, o estado da Califórnia não contava com mais de 15 mil habitantes, e, cerca de quatro anos após, teria cerca de meio milhão³⁵. Igualmente, o fluxo de imigração britânica para a Austrália aumentou mais de 300% em apenas um ano, juntamente com o fluxo de capital e mercadorias, que ligava Sydney à Southampton em menos de dois meses pelo istmo do Panamá. Isso significou o surgimento de novos mercados “a partir do nada”³⁶, isto é, novas áreas economicamente ativas com cerca de “[...] três milhões de habitantes com mais dinheiro na mão que qualquer outra população comparável em tamanho” (HOBSBAWM, 1982, p.55).

Estas descobertas multiplicaram os meios de pagamento disponíveis para a economia mundial e removeram o que muitos homens de negócios acharam ser uma escassez (de meios de pagamento) paralisante, abaixaram a taxa de juros e encorajaram a expansão do crédito. Em sete anos a disponibilidade mundial de ouro aumentou de seis a sete vezes [...] (HOBSBAWM, 1982, p.54).

Além de proporcionar uma maior liquidez à economia mundial, aumentando as margens de lucro e encorajando a abertura de novos negócios, a *febre do ouro* possibilitou também o estabelecimento do *standard* monetário internacional.

³⁵ O fluxo de migrantes para a região é um trabalho à parte, mas revela o quanto o mundo já se mostrava conectado nesse período. Segundo Hobsbawm, além dos mexicanos, um contingente considerável de população andina se deslocou para a Califórnia nesse período, como chilenos e peruanos, que aproveitavam o trânsito comercial do Pacífico. Os chineses, contados em 76 em 1849, já em 1852 não somavam menos de 20.000, e, por volta de 1876, ultrapassaram a marca dos 100.000 e introduziram na civilização ocidental um dos principais produtos culturais do outro lado de Greenwich: o restaurante chinês (1982, p.81).

³⁶ Essa expressão é creditada à Engels, numa comunicação direcionada à Marx em 1852, onde pedia para rever esses dois casos (a abertura de novos mercados na Califórnia e na Austrália “a partir do nada”) não-previstos no *Manifesto Comunista* (HOBSBAWM, 1982, p.80).

Vinculando o metal precioso à libra esterlina, o comércio mundial ficou mais estável, seguro e previsível, possibilitando um maior fluxo de capital pelo mundo.

Por último, esse período viveu um consenso que poucas vezes na história foi tão esmagador. Economistas, políticos e administradores tinham uma receita bem clara para proporcionar o crescimento: o liberalismo econômico. A retirada dos entraves à iniciativa privada, à livre circulação do capital e das mercadorias era imprescindível para o progresso industrial, nesse sentido, todo o mundo ocidental sofreu a ofensiva desse sistema³⁷.

No decorrer da década de 1860 na Alemanha e na Áustria, o controle da produção artesanal proporcionado pelas guildas deu lugar à *Gewerbefreiheit* – a liberdade para iniciar e praticar qualquer forma de comércio. Suécia, Dinamarca, Rússia, todos esses países aboliram as corporações e as taxas restritivas ao desenvolvimento do comércio e superaram o ranço remanescente do modo de produção feudal. Igualmente, as leis contra a usura foram revogadas na Inglaterra, Holanda, Bélgica e norte da Alemanha entre 1854 e 1867. O controle do Estado sobre a exploração mineral também retrocedeu, dando lugar à iniciativa privada nesses empreendimentos: “[...] qualquer empresário poderia então reclamar os direitos para explorar qualquer mineral que viesse a achar e conduzir as explorações da forma que melhor lhe aprouvesse” (HOBBSAWM, 1982, pp.55-56).

A mão invisível do mercado regulava também a compra e a venda da força de trabalho. A “paz social” era tão grande nesse período que nem mesmo as organizações sindicais ameaçavam as margens de lucro alcançadas pelos capitalistas. Os embargos impostos à criação dessas organizações foram removidos sem causarem um grande estardalhaço, já que “a alta taxa de emprego e a presteza em conceder aumentos salariais onde fosse necessário apagavam o

³⁷ É necessário mencionar as razões que justificam a adesão dos países concorrentes da Inglaterra à esse arranjo desfavorável do liberalismo. De acordo com Hobsbawm (1982, p.58), era assaz tentador observar o crescimento do comércio mundial e estar à margem dele – ter à disposição um amplo mercado para exportação de manufaturas e, ao mesmo tempo, uma fonte irrestrita de matéria-prima e gêneros alimentícios, não é um predicado ordinário da economia. Além disso, pensando pela via estritamente econômica, é possível afirmar que o liberalismo beneficiou todos os países que o promoviam, ainda que beneficiasse desproporcionalmente mais a Inglaterra. Por fim, a possibilidade de gozar de todo o aparato técnico e o *know-how* desenvolvido pela Inglaterra era mais do que um chamariz para a classe que respirava ares de modernidade e progresso do século XIX. Desta forma, apesar da adoção de uma política econômica liberal poder ser negativa por um certo prisma, por outros ela acabava se mostrando vantajosa e desejável – foi o que as principais economias do mundo demonstraram ao longo da segunda metade do século XIX.

descontentamento popular” (HOBBSAWM, 1982, p.51). As políticas protecionistas foram explícitas ou implicitamente abandonadas pelos países, e uma série de “tratados de livre comércio” foi colocada em prática entre as nações industrializadas, facilitando o câmbio de produtos em escala global. Exceção feita aos Estados Unidos, cuja indústria dependia em grande medida do mercado interno – não à toa esse ter sido um dos motes da Guerra da Secessão (1861 – 1865) –, uma vez que o sul estava fortemente interessado em ter a Inglaterra como um mercado ilimitado para sua cotonicultura, e o norte, empenhado em proteger sua produção industrial a partir do consumo interno.

Aliados, o desenvolvimento técnico do período e as mudanças econômicas mundiais proporcionaram um crescimento e integração das relações mundiais nunca vistos até então. Não obstante, longe de ser uniforme e linear, tal desenvolvimento vacilou ao longo do período em virtude de uma característica intrínseca ao capitalismo e que os economistas da época estavam apenas começando a perceber: a ciclicidade de suas crises.

* * *

Até a década de 1840 o mundo era frequentemente afligido por aquilo que Hobsbawm (1982) chamou de “crise econômica do tipo antigo”, onde um desequilíbrio nos ciclos naturais, como as estações do ano ou eventos geológicos e climáticos extraordinários podiam afetar a produção agrícola e desencadear uma crise econômica. O ano de 1848, contudo, marcou aquela que, para o autor, foi “[...] a última e talvez maior das crises econômicas do tipo antigo pertencentes à um mundo que dependia da sorte nas colheitas e estações” (1982, p.50). Doravante, as crises desse tipo tiveram seus efeitos na economia global minorados, repercutindo mais numa escala regional, em virtude do franco processo de industrialização pelo qual passavam os países europeus, cada vez menos sujeitos às incontinências da natureza, cada vez mais desenvolvidos.

Por outro lado, as “crises do ciclo do comércio”, ou seja, aquelas não relacionadas com distúrbios agrários, passavam a assumir maior protagonismo (ainda que vilanesco) no cenário econômico mundial. É bem verdade que elas já ocorriam desde antes de 1848, mas abalavam apenas parcelas limitadas do globo.

Foi somente após este marco que o cenário veio a modificar-se, e tais crises adquiriram uma escala genuinamente global, cenário ao qual passamos a nos dedicar.

Quando uma crise econômica ocorre numa escala global e com uma periodicidade mais ou menos regular, abre-se para o debate seu caráter: o estudo dessas crises deve partir de uma análise idiográfica, ou, observada sua recorrência, deve pressupor certo nomotetismo?

Parece-nos lícito observar as especificidades presentes em cada um desses eventos (suas causas, os agentes envolvidos, consequências, etc.), nesse sentido, cada crise seria dotada de certa unicidade. Por outro lado, não podemos negligenciar também a recorrência objetiva na qual essas crises acontecem, sugerindo fortemente uma ciclicidade em seu processo.

Os economistas, evocando sua tendência nomotética, buscaram padrões mais ou menos regulares de ocorrência das crises e desenvolveram teorias que explicariam a oscilação do sistema econômico que passava a reger todos os aspectos da sociedade. Dentre esses economistas, um dos que alcançou grande destaque é, sem dúvida, o russo Nikolai Kondratiev³⁸. Predecessor de Schumpeter³⁹, o ciclo⁴⁰ desenvolvido por ele atrela o movimento da economia ao processo de evolução e esgotamento técnico da sociedade, de modo a perfazer um caminho serpenteado, ascendente e descendente. O funcionamento do Ciclo de Kondratiev⁴¹, como é chamado, pode ser explicado em quatro fases:

³⁸ Em alguns textos seu nome aparece grafado como “Nikolai Kondratieff”.

³⁹ As elucubrações econômicas elaboradas por Schumpeter guardam estreitas relações com as ideias desenvolvidas por Kondratiev; não à toa ter sugerido seu nome para se referir ao ciclo econômico desenvolvido pelo russo.

⁴⁰ De pronto, faz-se mister observar que nenhum dos ciclos ou teorias que se propõem a explicar a economia mundial alcançam consenso. De fato, porque a economia é uma ciência que, apesar de se apresentar muitas vezes como dura e exata, é puramente humana, social, fortemente influenciada pelo comportamento de massa, psicologicamente manobrável – elemento que compõe uma variável extremamente delicada em qualquer equação.

⁴¹ Giovanni Arrighi, em sua obra, constata uma diferenciação entre o ciclo elaborado por Kondratiev e o ciclo por ele proposto, o Ciclo Sistêmico. O autor argumenta que os efeitos observados no interior dos Ciclos de Kondratiev ocorreram não apenas no sistema capitalista, mas em outros sistemas econômicos precedentes. Interessado em identificar um ciclo específico para o sistema capitalista, o autor, baseado em grande medida nas reflexões braudelianas, propõe um padrão. “O aspecto central deste padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital monetário ‘coloca em movimento’ uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada

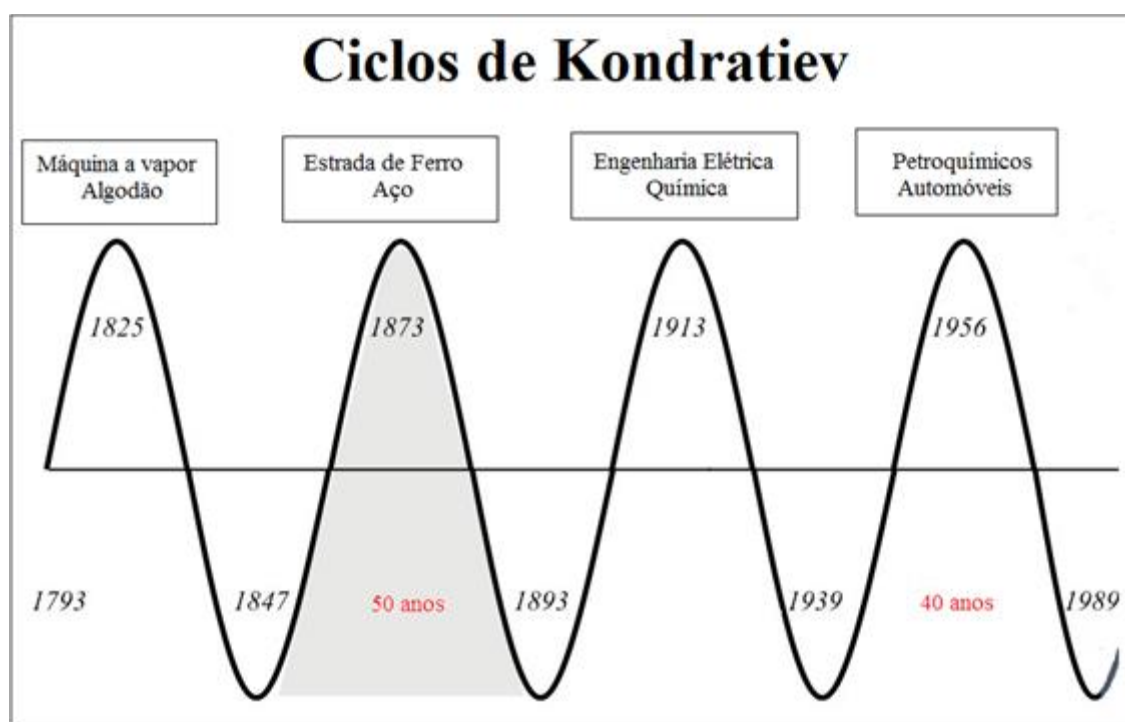
- I. No centro da economia-mundo enceta-se a produção de inovações materiais que prometem inaugurar um novo paradigma técnico-econômico, contudo, a insegurança ainda é elevada e a disponibilidade de crédito, parca – é o início a fase ascendente do ciclo.
- II. Tal ascenso é confirmado no estágio seguinte, onde os incrementos técnicos se consolidam por meio do monopólio do processo produtivo. O ciclo expande para as periferias do sistema-mundo e a produção, em massa, é padronizada e concentrada. A confiança no sistema agora é plena e o incremento de crédito, sobretudo para as empresas, é estimulado. Todavia, o dinamismo econômico experienciado nesse interstício equivoca.
- III. A confiança exacerbada no sistema leva à um surto de esquizofrenia coletiva e o capital, outrora investido em bens lastreáveis, passa a ser aplicado no mercado financeiro, como ações, debêntures, dívida pública, etc. Como o crédito é fácil e os juros, reduzidos, há o fomento de uma ambiência profícua à especulação, onde a confiança no mercado rege o comportamento dos agentes, levando-os a, inclusive, investir um grande volume de capital na periferia do sistema-mundo, que agora assume papel de protagonista, frente ao declínio das taxas de lucro do centro. Essa fase precede uma queda generalizada da economia.
- IV. Na quarta fase, uma grande onda de medo, pânico e desespero assola os investidores, que veem seus ativos se desvalorizando à uma velocidade estonteante. De acordo com Kindleberger (1992), essas crises tanto podem possuir uma causa remota, a saber, a especulação financeira e a banalização das operações creditícias, como também podem ser compostas

de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação" (ARRIGHI, 1996, p.6). O autor identificou quatro ciclos sistêmicos na história do capitalismo, cada qual durando cerca de cem anos: "[...] um ciclo genovês, do século XV o início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira (ARRIGHI, 1996, p.6). Portanto, para o autor, "[...] os ciclos sistêmicos de acumulação, ao contrário da logística de preços e dos ciclos de Kondratiev, são [...] fenômenos intrinsecamente capitalistas" (1996, p.8). A despeito dessa distinção aqui proposta por Arrighi, há de se observar uma correspondência entre o Ciclo de Kondratiev, aqui utilizado, e a fase no interior do ciclo sistêmico inglês no qual decorre nosso objeto: o período da grande depressão do século XIX (1873 – 1896) é o ponto de virada dos investimentos produtivos e expansão financeira (D-M-D') para o investimento exclusivamente financeiro (D-D'), acenando para a gênese do caos sistêmico no interior do terceiro ciclo (ARRIGHI, 1996).

por uma causa próxima, muitas vezes prosaica, como uma falência, uma recusa de crédito mal explicada, ou até mesmo um suicídio – eventos que minam a confiança no sistema. Nesse momento as expectativas são revertidas rapidamente: a inadimplência é generalizada, dificultando a disponibilidade de crédito; para se resguardarem, os Estados adotam medidas protecionistas, diminuindo suas importações; com suas exportações aviltadas, os países periféricos se tornam incapazes de arcar com a dívida externa, recorrendo muitas, vezes à processos de renegociação da dívida (*funding loan*) – a economia-mundo entra em crise e se estagna.

Tal situação se prolonga até que sejam introduzidas novas inovações técnicas que viabilizarão o reinício de um ciclo longo, que perdura por cerca de quarenta a cinquenta anos, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Ciclos de Kondratiev



Adaptado de: <goo.gl/9oyTPO>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Focando nossas lentes em sua parte trágica desse ciclo, isto é, a crise, trazemos à baila o já citado Charles P. Kindleberger (1992). O autor possui uma obra onde analisa o desenvolvimento de *manias* especulativas, de *pânico* generalizado e de *crashes* financeiros, desde o século XVIII, até a década de 1980.

Para Kindleberger, “as crises financeiras estão associadas com os ápices dos ciclos econômicos” (1992, p.19), podendo ser assim sumariadas:

O que acontece, basicamente, é que alguns acontecimentos mudam o panorama econômico. As pessoas agarram-se a novas oportunidades de lucros, e em demasia, de um modo que parece tão irracional, que constitui uma mania. Quando a alta se torna excessiva, o sistema financeiro passa por um tipo de “aflição”, no curso da qual a pressa para reverter o processo de expansão pode tornar-se tão precipitado, que se assemelha a pânico. Na fase da mania, as pessoas ricas ou com crédito transformam seus bens em dinheiro ou tomam empréstimos para comprar ativos financeiros reais ou ilíquidos. No pânico, ocorre o movimento inverso, de ativos financeiros ou reais para o dinheiro, ou pagamento de dívidas, com uma queda brusca nos preços de commodities, casas prédios, terras, ações bônus – em síntese, qualquer que tenha sido o objeto da mania (1992, p.21).

Sua análise é baseada no modelo de Hyman Minsky⁴², para quem o ponta pé inicial de uma crise está associado à um desordenamento do sistema macroeconômico, refletido inicialmente por meio de um *boom* especulativo, que

Pode ser a deflagração ou o fim de uma guerra, uma ótima safra ou uma colheita fracassada, a adoção, em larga escala, de uma invenção de efeitos difusos – canais, ferrovias, automóvel –, algum efeito político ou sucesso financeiro surpreendente, ou uma conversão da dívida que baixa as taxas de juros, de forma precipitada (KINDLEBERGER, 1992, p.34).

O *boom* econômico fomenta um clima de otimismo e confiança no sistema econômico, de modo a expandir o crédito bancário e a oferta total de dinheiro: “os bancos podem, de modo típico, aumentar a quantidade de moeda, seja através da emissão de cédulas, estabelecida em arranjos institucionais anteriores, seja emprestando na forma de aditamentos a depósitos bancários”. (KINDLEBERGER, 1992, p.35). Dessa forma,

os meios monetários de pagamento podem ser expandidos, não somente dentro do sistema bancário existente, mas também através da formação de novos bancos, do desenvolvimento de novos instrumentos de crédito e da expansão do crédito pessoal fora dos bancos (KINDLEBERGER, 1992, p.35).

⁴² Orientado por Schumpeter em seu doutorado, Minsky era considerado um radical keynesiano. Acreditava que a instabilidade era inerente ao sistema capitalista, onde os investidores, cansados de lucros moderados, passavam a correr maiores riscos em operações especulativas, desestabilizando o sistema. Neste sentido, acreditava que somente a regulação financeira poderia inibir a especulação e propiciar um crescimento econômico prolongado.

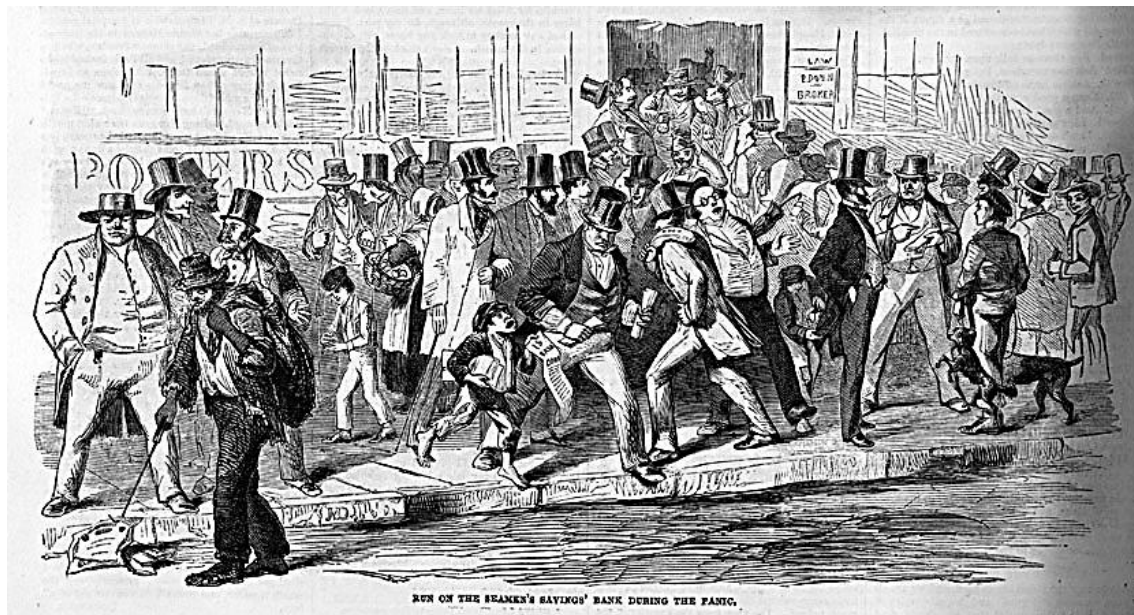
Essa situação se retroalimenta com a especulação cada vez mais presente no sistema econômico. Importante lembrar que a especulação, apesar de frequentemente ocorrer à nível virtual, não está necessariamente dissociada da produção real de mercadorias, ou seja, especular significa também impor certa pressão sobre demanda produtiva, que, conseqüentemente, eleva seus preços mediante as leis que regem as trocas num livre mercado.

Esse grande volume de capital em circulação enriquece rapidamente àqueles já afeitos às negociatas e especulações do mercado, atraindo como um imã novos investidores para a compra e revenda de mercadorias e ativos. Quando esses *outsiders*⁴³ entram na troça, “especulação e lucro afastam-se do comportamento normal e racional em direção ao que tem sido descrito como ‘manias’ ou ‘bolhas’” (KINDLEBERGER, 1992, p.36). Esse estágio, denominado *overtrading*, é altamente contagiante, podendo expandir-se facilmente para outros países de forma concreta, a partir da exportação de capital e investimentos, ou psicologicamente, gerando euforia ou pessimismo aos mercados mais frágeis, sobretudo aqueles da periferia do globo.

Num determinado momento, alguns investidores *insiders*, prevendo a iminente irrupção da bolha, retiram seus altos lucros e vendem seus ativos. Pronto, está feito: “a corrida para se livrarem de ativos financeiros reais ou de longo prazo e transformarem-nos em dinheiro pode vir a ser algo como o estouro de uma boiada” (KINDLEBERGER, 1992, p.38).

⁴³ Kindleberger distingue os investidores entre *insiders* e *outsiders*, ou seja, aqueles que já estão habituados ao jogo da especulação e aqueles que estão embarcando nele. De acordo com o autor, houve casos em que os *insiders* aliciavam uma camada frágil da sociedade, como “velhas senhoras e clérigos”, para participarem das jogadas especulativas na bolsa com o propósito deliberado de, posteriormente, desvalorizar os ativos e retirar daí seus dividendos. “Os *insiders* desestabilizam elevando os preços mais e mais, vendendo, no ápice, aos *outsiders*, que comprem nessa fase e vendem no final, em baixa, quando os *insiders* estão abandonando o mercado. As perdas dos *outsiders* são iguais aos lucros dos *insiders* [...]” (KINDLEBERGER, 1992, p.54).

Figura 01 – Corrida ao Banco de Poupança dos Marinheiros durante o pânico de 1857



Disponível em: <goo.gl/9W34nG>. Acesso em: 24 mar. 2016.

Os preços são rebaixados à uma velocidade estonteante, a falência dos negócios, concretos e ilusórios, se multiplica, e os bancos suspendem os créditos, garantidos pelos valorizados ativos de outrora. No século XIX, esse cenário era conhecido como descrédito, situação que, como na especulação, se retroalimenta até chegar ao seu estágio mais crítico – o pânico. Kindleberger (1992, pp.38-39) elenca três soluções possíveis para essa crise: i. inversão dos investimentos para ativos menos líquidos; ii. fechamento das bolsas de valores para impedir a violenta derrocada dos preços; ou iii. a ação de um *lender of last resort*⁴⁴ indicando ao mercado a disponibilidade de recursos necessários para solver a demanda. O dia está salvo, recomeça o ciclo.

A história mundial está prenhe de exemplos de todas os matizes. Hobsbawm (1982, p.65) cita a Alemanha no início da década de 1870, quando o projeto de promoção comercial (*Gründerjahre*) suscitou grande euforia entre os homens de negócios. Companhias absurdas, como aquela que iria “[...] transportar a aurora

⁴⁴ O *lender of last resort* não é nada mais que o Estado ou o Banco Central, salvador de última instância. Kindleberger (1992) reserva um capítulo (capítulo 9) para analisar as ações desse agente durante as crises econômicas e cita o exemplo o Banco da Inglaterra, que ainda no século XVIII atuou para equilibrar a crise do mercado, oriunda de especulações acionárias. Podemos pensar também nos Estados Unidos durante crise de 2008, que investiu bilhões de dólares para salvar empresas e seguradoras, evitando assim, um colapso maior da economia. Numa escala supranacional, o FMI exerce um papel semelhante, principalmente nas frágeis economias mundiais.

boreal em oleodutos para a Praça de Santo Estevão [...]”, ou aquela que iria “[...] vender produção em massa de botas para os nativos das ilhas dos mares do sul”, encontravam dinheiro fácil e em abundância para executar seus projetos inexecutáveis – eram, obviamente, companhias fraudulentas. Não era necessário, portanto, ter a real intenção de construir uma ferrovia, vender uma mercadoria, ou abrir uma companhia inovadora, bastava convencer (ou fingir que convencia) as pessoas ao redor da necessidade e da possibilidade de tal empreendimento para, com toda segurança, auferir daí altos lucros.

A Argentina experimentou também um cenário semelhante, para não dizer igual. No último quartel do século XIX, o grande afluxo de capital externo que invadia as economias periféricas gerava uma grande desordem monetária e uma alta febre especulativa. A casa bancária inglesa, Baring Brothers, enviou vastas somas de capital para o país, incentivada pelas políticas econômicas internas, favoráveis ao investimento estrangeiro. Despreparada para lidar com tal conjuntura, esse excesso de capital produziu uma crise estrutural que a economia argentina levou anos para se recuperar.

O banco foi responsabilizado pela febre especulativa dos anos 1880 e pelas condutas irresponsáveis (relativas à expansão da dívida externa e da oferta monetária) que culminaram na crise de 1890, a qual ficou, *ipso facto*, conhecida como “crise Baring” (FILOMENO, 2010, p.148).

A dívida externa se avolumou a ponto de o Estado argentino ser obrigado a declarar *default* da economia em 1891. Irmã xifópaga da crise Baring, a crise do Encilhamento é o exemplo brasileiro mais bem-acabado dessas relações interescares da economia-mundo no século XIX, mas reservamos um capítulo adiante para tratarmos dela.

* * *

Os exemplos são muitos, mas o entendimento é parco: afinal, quais são os mecanismos de propagação internacional de uma crise? Ou, o que faz uma crise ser verdadeiramente mundial? Pode parecer um disparate essa questão nos tempos hodiernos (tendo em vista nossa atual integração econômica), todavia, se lembrarmos que as principais estruturas de comunicação e de fluxo de capital ainda

estavam se conformando no final do século XIX, parece-nos lícito adentrarmos-nos à essa seara.

Para Kindleberger,

expansão, dificuldades e pânico são transmitidos entre economias nacionais através de *uma variedade de conexões*: contágio psicológico, alta e queda nos preços de commodities e títulos, movimentos de capital de curto prazo, taxa de juros, aumento e queda no inventário de mercadorias mundiais (1992, p.156, grifo nosso).

No mais das vezes, a causa não é exclusiva, mas é uma interrelação entre muitas delas o que propicia o contágio à escala mundial. Há certo consenso em afirmar que a primeira vez que tal evento ocorreu de forma significativa foi na crise que se iniciou na década de 1870⁴⁵, portanto, nada melhor do que a pegarmos a título de exemplo para entendermos os mecanismos de propagação.

Como já nos referimos, apesar de os adjetivos que orbitam a ideia de inflação serem atualmente pejorativos, tal concepção é filha do seu tempo. No século XIX, um aumento nos preços dos produtos significava também um aumento nas margens de lucro, algo, portanto, desejável. Mas, passada a mania desencadeada pelo *boom* da economia mundial a partir das “febres do ouro”, o que se seguiu foi o período mais deflacionado dentro de um século que já era, *per se*, deflacionado, dada a persistente tendência de queda dos preços dos produtos primários e manufaturados, resultado dos sucessivos aumentos de produtividade.

Portanto, o que estava em xeque durante essa crise iniciada na década de 1870, era a *lucratividade do capital* e não sua capacidade produtiva, afinal,

entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, que agora passa a ser o indicador adequado do conjunto

⁴⁵ Em virtude de uma análise estritamente econômica, matemática e estatística da produção e do comércio do período, não há um consenso entre pesquisadores em demarcar esse período como a “Grande Depressão do século XIX”. Contudo, Hobsbawm salienta que tal discurso é quase unânime quando observado do ponto de vista das pessoas daquela época, dos contemporâneos: “Estariam aqueles ingleses, franceses, alemães e americanos inteligentes, bem informados e preocupados, sendo vítimas de uma alucinação coletiva? Esta suposição seria absurda, embora o tom algo apocalíptico de alguns comentários pudesse ter parecido excessivo mesmo à época. [...] sem falar no crescente grupo de socialistas que aguardavam ansiosamente a ruína do capitalismo devido a suas contradições internas insuperáveis, que a era da depressão parecia demonstrar” (HOBSBAWM, 2003, p.59). Importante também destacar que a “[...] nota pessimista da literatura e da filosofia dos anos 1880 não pode ser cabalmente entendida sem considerar essa sensação generalizada de mal-estar econômico, e, por conseguinte, social” (HOBSBAWM, 2003, p.59).

da industrialização, multiplicou-se por vinte (de 500 mil para 11 milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante, embora a taxas reconhecidamente menos vertiginosas que antes (HOBSEBAWM, 2003, p.58).

Assim, apesar da produção e do comércio estarem em franca ascensão no período, tal acréscimo não atingiu uma taxa suficientemente alta para evitar um notável solapamento nas margens de lucro da burguesia. O que verdadeiramente preocupava os economistas e empresários era a prolongada “depressão de preços, uma depressão de juros e uma depressão de lucros” (HOBSEBAWM, 2003, p.59).

A crise de 1870 teve sua gênese no *boom* ocasionado pelas descobertas de ouro ao redor do mundo no meio do século XIX (repare que segue a proposta de Kondratiev). A euforia vivida naquele período foi apresentando tons cada vez mais agudos até que a vitória na Guerra Franco-Prussiana e o consequente pagamento da indenização francesa à Alemanha garantiu a força necessária para virar a balança e desencadear uma verdadeira epidemia. A Áustria, devido à sua interdependência com a Alemanha no período, foi imediatamente atingida, daí em diante, “[...] expandiu para a Itália, Holanda e Bélgica, cruzou o Atlântico, em setembro [...]”, atingindo os Estados Unidos, cujos investimentos alemães em ferrovias se viram subitamente suprimidos, e, então retornou ao Velho Mundo, atingindo a Inglaterra, França e a Rússia (KINDLEBERGER, 1992, p.170).

Em uma correspondência de 1875, o então barão Carl Meyer von Rothschild, observou que “o mundo inteiro virou uma cidade”, aludindo ao fato de a crise ter se dispersado à um nível nunca antes observado na história. (KINDLEBERGER, 1992, p.170). Além de espacialmente difundida, a depressão foi longa e nos anos que a sucederam, verificou-se uma série de bancarrotas e *crashes* com vínculos mais ou menos estreitos:

O City of Glasgow, em 1878, o Union Générale, em 1882, e o mercado de ações de Nova Iorque, em 1884; o pânico no mercado de ações abrangendo a Europa, em 1887, pela ameaça de guerra entre Rússia e Turquia; o monopólio do cobre, em 1888, em Paris, com a falência do Comptoir d'Escompte; e a *crise Baring*, em 1890, o escândalo do Panamá, em 1892, o pânico de Nova Iorque, em 1893, e assim por diante (KINDLEBERGER, 1992, p.170, grifo nosso).

Alimentando os rumores de que um ciclo mais ou menos exato permeava o pulso da economia mundial, a década de 1890 observou a economia e os ânimos

melhorarem de forma súbita. “[...] os economistas comuns procuraram algum tipo especial de força externa para explicá-la”, observa Hobsbawm, “um *deus ex-machina*, que encontraram na descoberta de enormes reservas de ouro na África do Sul, na última das grandes corridas do ouro ocidentais, no Klondike [...] e em outros lugares” (2003, p.73).

O fim dessa depressão deu contornos claros para o período da história que ficou conhecido como a *Belle Époque*. No final do século XIX a industrialização já havia alcançado a maior parte da Europa “não-ocidental”, como os países escandinavos, os Países Baixos, o norte da Itália (que começava a galgar seu espaço dentro do continente) e os países do leste europeu, como a Hungria e a Rússia. O desenvolvimento industrial dos Estados Unidos também surpreendia o mundo, sobretudo a capacidade imaginativa do seu povo, que desenvolvia inúmeras tecnologias e idealiza métodos mais consistentes de produção, como aquele, baseado nos princípios científicos, proposto por Frederick Taylor, que daria origem à produção – logo, ao consumo – em massa. Ainda tímidas, as demais “colônias” também ensaiavam seus primeiros passos rumo à industrialização, com forte destaque ao Japão e à alguns países da América Latina, como o próprio Brasil.

Mesmo Vidal de La Blache, apegado às tradições e à “vocação natural” do território e do povo francês para com o campo e a produção rural, observava admirado as transformações técnicas do período:

A história da antiga França desenrolou-se durante um período em que as relações entre o poder humano e os obstáculos da lentidão e da distância eram muito diferentes de hoje. Os meios que nos permitem hoje ser transportados com regularidade, de um lado para outro da Terra, não existiam. Também ninguém podia aceitar a ideia de que um país pudesse confiar a outro país afastado o encargo de alimentar os seus habitantes. Cada um vivia como num pequeno mundo cuidando de sua própria subsistência [...]. Quando ocorrem grandes evoluções econômicas, como as que as descobertas do século XIX trouxeram aos meios de transporte, quais os habitantes do globo que se podem gabar de escapar à suas consequências? (LA BLACHE, P. V. de. *Tableau de La géographie de La France*, 1   edic  o, 1903, p.384-386 *apud* BEAUCHAMP, C. 1998, p.225).

A industrialização do período traz, quase que como um sin  nimo, a urbanização, e com o deslocamento da produção rural para os países periféricos, esse espaço adquiriu um protagonismo cada vez maior.

A definição habitual de um “cidadino” no século XIX era alguém que vivia num lugar com mais de dois mil habitantes. Contudo, mesmo se adotarmos um critério ligeiramente menos modesto (5 mil), a porcentagem de europeus da região “desenvolvida” e de norte-americanos que viviam em cidades ascendera, por volta de 1910, a 41% (de 19 e 14 respectivamente em 1850) e talvez 80% dos citadinos (contra dois terços em 1850) viviam em cidades de mais de 20 mil habitantes; destes, por sua vez, bem mais da metade morava em cidades de mais de 100 mil habitantes [...] (HOBBSAWM, 2003, p.77).

Esse grupo de pessoas que se aglomerava já era mais do que mão de obra fabril, mas ávidos consumidores. A medida que as cidades cresciam, era demandado um número cada vez maior de funcionários para administrá-la – de acordo com Hobsbawm, o funcionalismo público na Grã-Bretanha triplicou desde 1850 até a primeira década do século XX. No mesmo período, número de pessoas empregadas no setor do comércio aumentou dez vezes (2003, p.83). Era a gênese de uma nova divisão territorial do trabalho que começava a delegar o processo produtivo (e todas as mazelas ambientais e sociais decorrentes) para colônias distantes – sob o argumento de promover o desenvolvimento nas periferias do globo.

Esse “[...] avanço ameaçador do ‘coletivismo’ às custas da velha, boa e vigorosa iniciativa individual ou voluntária” causou incômodo naqueles que prosperaram durante a anarquia da burguesia. Contudo, após a crise da década de 1870, podemos dizer que “[...] houve um ceticismo crescente quanto à eficácia da economia de mercado autônoma e auto-regulada, a famosa ‘mão oculta’ de Adam Smith, sem *alguma* ajuda do Estado e da autoridade pública” (HOBBSAWM, 2004, pp.83-84).

Sem *alguma* ajuda do Estado, pois, mesmo se equipando para essa nova realidade, o Estado permaneceu com um peso muito modesto na economia, se ampliarmos nossa escala de análise. Os governos e os serviços públicos eram vistos apenas como um complemento menor à economia privada. Parece-nos que esse crescimento relativo do Estado no período em questão deveu-se mais à percepção da burguesia acerca de sua importância como um agente mediador (para não dizer salvador) da economia dos tempos de crise, ou seja, sua atuação como *lender of last resort*.

Esse crescimento do comércio nas cidades saudava o surgimento das massas. A indústria da publicidade emerge como recurso valioso para instigar o

consumo nessa população que, até então, ficava alheia a esse processo, e “[...] as vendas a prazo, em grande medida uma inovação desse período, visavam permitir que as pessoas com pequenas rendas fizessem grandes compras” (HOBSBAWM, 2004, p.78). Todo o percurso trilhado pela técnica ao longo da segunda metade do século XIX conduziu o homem – ou, pelo menos, aqueles homens cuja influência da cultura ocidental tangia – a um estado de otimismo e confiança no porvir, afinal,

[...] o progresso estava agora geograficamente muito mais espalhado, apesar de muito desigual. A presença de estradas de ferro e, numa escala menor, máquinas a vapor, introduzia então o poder mecânico em todos os continentes e em países não-industrializados (HOBSBAWM, 1982, p.59).

Esse estado social e econômico foi além do simples imaginário e acabou por encontrar no espaço, sobretudo o urbano, uma vez que estavam intimamente atrelados, sua concretude e materialização. O grau de desenvolvimento que a sociedade apresentava no século XIX não guardava mais lugar para as antigas formas de organização espacial que as cidades apresentavam, era preciso modernizar, dotar de racionalidade e grandeza condizente com o período. É nesse momento que a burguesia e os governos começam a operar as grandes reformas urbanas.

I.3 – “Quero escrever minhas ideias na própria paisagem”

Embora a mentalidade do século XIX estivesse fundada na ideia de progresso, a infraestrutura urbana não refletia este estágio mental. Para expressar melhor essas questões, precisamos fazer uma breve visita à Europa da metade do século XIX, com uma estadia mais prolongada em Paris.

Se para Hobsbawm a crise de 1848 foi “[...] a última e talvez maior das crises econômicas do tipo antigo pertencentes à um mundo que dependia da sorte nas colheitas e estações” (1982, p.50), para Harvey, essa crise “não podia ser facilmente atribuída à Deus ou à natureza” (2015, p.132). De fato, afirma o autor, houveram perdas substanciais nas colheitas que contribuíram para a miséria no campo e, conseqüentemente, para avolumar o fluxo de pessoas aflitas que

buscavam na cidade empregos nas fábricas ou mesmo algum tipo de assistência por parte do Estado. Porém, em 1848

O capitalismo havia amadurecido em um grau suficiente para até o mais cego apologista burguês enxergar que as condições financeiras, a especulação incauta (em particular com respeito às ferrovias) e a superprodução tinham algo a ver com a tragédia humana que se abateu sobre a Grã-Bretanha em 1847 e logo engolfou tudo em que consistia o mundo capitalista. [...] Tratava-se de uma crise completa de superacumulação capitalista em que excedentes maciços de capital e força de trabalho estavam lado a lado, mas parecia não haver saída para juntá-los novamente em uma união lucrativa (HARVEY, 2015, p.132).

Paris, em particular, com uma população de mais de um milhão de habitantes em 1846, firmava seu papel polarizador, constituindo-se o centro de comunicações, finanças, comércio, cultura, e administração do Estado francês. Sua indústria havia experimentado considerável crescimento, conformando uma cidade cheia de oportunidades para as ambições e para o progresso social – não havia, afinal, nada de anormal na miséria humana, nas epidemias e nos crimes que tomavam suas ruas na época (HARVEY, 2015, p.135). Por outro lado – isso sim era preocupante! –, amargava uma infraestrutura física ultrapassada, quase medieval, aparentando ser uma cidade enferma, arruinada pelas tormentas políticas e pelos embates de classe, ruindo-se sob o peso de sua própria decadência, corrupção, crime e cólera (HARVEY, 2015, p.131). Era, portanto, uma infraestrutura urbana incompatível com a sofisticada e eficiente organização da produção e do consumo capitalista que operava na Europa do século XIX.

A fim de sanar tal diacronia, procedeu-se um dos maiores exemplos de reforma urbana, até hoje alvo de estudos e análises, operada por Barão de Haussmann, durante o Segundo Império.

Figura 02 – *Nova Paris*, Gustave Doré (1860)⁴⁶



Fonte: HARVEY, 2015, p.130

⁴⁶ Harvey ressalta desta ilustração a figura de Haussmann acima, planejando sua reforma sobre o mapa da cidade, enquanto a carroça leva embora as estruturas medievais, para a alegria dos trabalhadores.

Destarte, sob a égide ideológica do progresso e integrando capital financeiro, interesses imobiliários e o Estado, processou-se numa escala extraordinária, a maior reorganização espacial já vista numa cidade.

Os excedentes de capital e força de trabalho, tão flagrantes em 1848, seriam absorvidos em longo prazo mediante um programa de investimento maciço no meio ambiente construído que focava na melhoria das relações espaciais. Menos de um ano após a declaração do Império [em 1853, portanto], mais de mil pessoas estavam trabalhando no canteiro de obras das Tulherias; outros milhares estavam de volta ao trabalho construindo ferrovias; e as minas e forja, ainda abandonadas em 1851, eram apressadas para satisfazer a florescente demanda. *O que talvez tenha sido a primeira grande crise do capitalismo fora superado, ao que parecia, por meio de investimentos de longo prazo dos excedentes de capital e trabalho na reorganização do sistema de transporte e comunicações* (HARVEY, 2015, p.149).

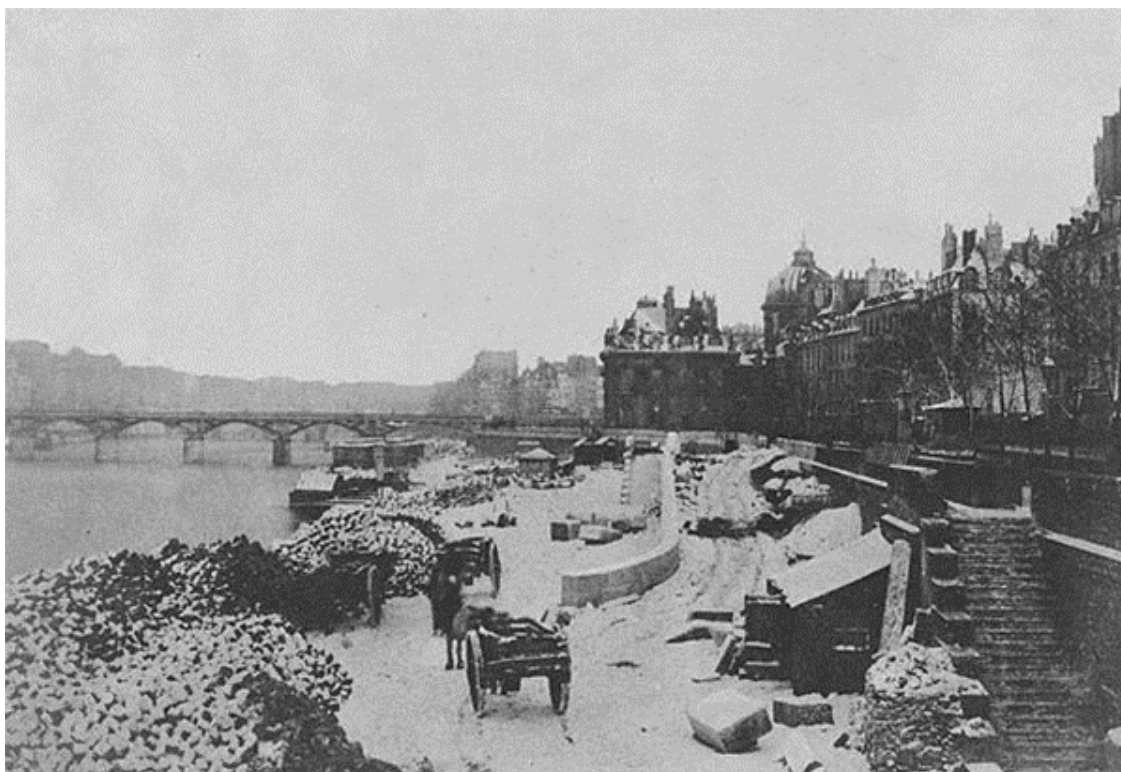
Aquela estrutura antiga, medieval, mantinha a cidade ancorada à um passado longínquo. As zonas ao redor do centro eram hiperdegradadas, a circulação entre as estações de trem e o centro era precária, as ruas estreitas, com péssima ventilação, pouca luz solar, características que tornavam o ambiente ideal para a proliferação de miasmas de toda sorte (HARVEY, 2008, p.129). Foi então que, em 1853, o Imperador Napoleão III nomeou Haussmann prefeito de Paris, e o encarregou de sanar tais *rugosidades*⁴⁷ do espaço parisiense.

Haussmann valeu-se dos planos utópicos (dos fourieanos e saint-simonianos) de remodelar Paris que haviam sido debatidos na década de 1840, mas com uma grande diferença. Ele transformou a escala à qual o processo urbano foi imaginado. Quando o arquiteto Hittorf mostrou a Haussmann seus planos para um novo boulevard, Haussmann jogou-os de volta dizendo, “não é amplo o suficiente... você o tem em 40 metros de largura e eu o quero em 120”. Haussmann pensou na cidade como um todo numa escala mais grandiosa, anexou os subúrbios, redesenhou bairros inteiros (tal como Les Halles), mais do que apenas fragmentos e pedaços do tecido urbano. Ele mudou a cidade por atacado mais do que a varejo (HARVEY, 2009, p.10).

⁴⁷ Rugosidades, aqui, alude ao conceito adaptado por Milton Santos da área da Geomorfologia, desenvolvido pelo geógrafo francês Jean Tricart, com quem Santos mantinha estreitas relações acadêmicas e pessoais, como a própria orientação de sua tese. Milton Santos assim define: “chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos” (SANTOS, 2012, p.140).

Assim, a reforma se caracterizou por um grande impulso demolidor cujo desejo subjacente era apagar o passado, num movimento de ruptura com o mesmo, processo denominado por Harvey de "destruição criativa" (2008, p.5).

Figura 03 – Fotografia da margem esquerda do Sena, Paris (1851 – 1855)



Fonte: Charles Marville (Disponível em: <http://lounge.obviousmag.org/a_lente_lenta/2012/07/uma-outra-cidade.html>. Acesso em: 20 fev. 2015).

Hausmann atuou sobre o espaço urbano enquanto uma totalidade onde os diferentes bairros e funções se relacionavam entre si, formando uma unidade de funcionamento. Neste projeto de integração, incluiu o subúrbio no interior da cidade, evitando que um desenvolvimento desregrado ameaçasse a ordem racional que ele havia empregado no todo. Sua paixão pela coordenação espacial expressa-se nos arranjos retilíneos das avenidas e dos bulevares, conferindo um aspecto essencialmente simétrico de todo desenho espacial da cidade. Contudo, foi a amplitude da escala e o alcance de seu projeto que lhe legou um lugar especial entre os fundadores do planejamento urbano moderno (HARVEY, 2008, p.143).

Em sua ambição de reformular o centro, removeu daí as "classes perigosas", as habitações precárias e a indústria, em contrapartida, o sistema de circulação de pessoas e mercadorias foi facilitado a partir da construção de mais de 150

quilômetro de largas avenidas que diminuíram os custos e o tempo implicados no deslocamento. De acordo com Hobsbawm, “os pobres”, nessa época,

[...] eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares [...]. Esta também era a política adotada pelas estradas de ferro, que faziam suas linhas passarem através destes bairros, onde os custos eram menores e os protestos negligenciáveis. Para os construtores, os pobres eram um mercado que não dava lucro [...] (1982, p.224).

Figura 04 – *Vista da nova rua de Rivoli*, Honoré Daumier⁴⁸ (1852)



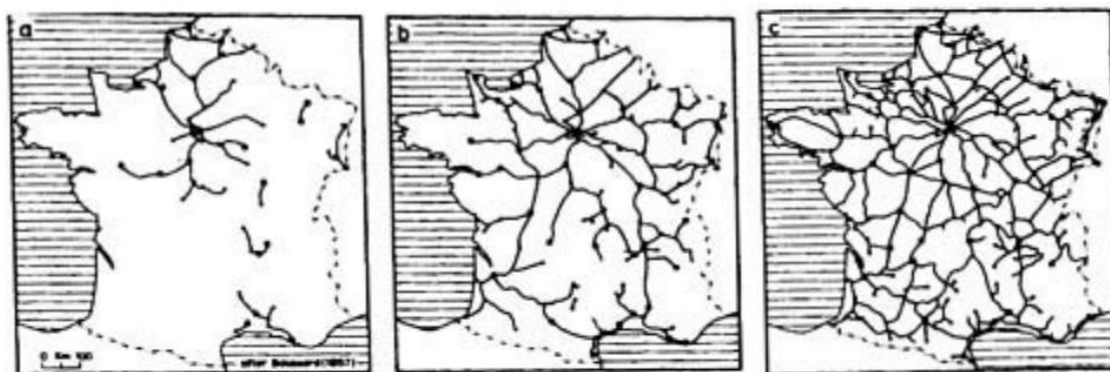
Fonte: Disponível em: <<http://bir.brandeis.edu/handle/10192/2653>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

Em comunhão com “*les frères Péreire*”, Haussmann unificou as empresas de transporte, fazendo com que o número de passageiros aumentasse de 36

⁴⁸ Honoré Daumier foi um artista cujas obras retratavam a vida política e social na França do século XIX. Nesta obra, *Vue prise dans la nouvelle rue de Rivoli*, podemos observar uma burguesia assistindo de suas carruagens a classe trabalhadora recolhendo seus pertences para se mudar, mediante a demolição de suas moradas.

milhões em 1855 para 101 milhões em 1860. Reformou ainda o sistema de abastecimento de água e o sistema de esgoto, numa obra de engenharia revolucionária para a época. Sua rede ferroviária passou de 1.931 quilômetros em 1850, com poucos ramos desconexos ao redor de Paris, para uma intrincada rede de 17.400 quilômetros em 1870, que abrangia o território francês em todas as direções, possibilitando grande aumento de produtividade à indústria francesa (Figura 05). O mesmo ocorreu com as linhas de telégrafos, ausentes em 1856, mas que dez anos depois, já contava com mais de 20.000 quilômetros (HARVEY, 2008, p.140).

Figura 05 – Rede Ferroviária Francesa (em 1850, 1860 e 1870)



Fonte: adaptado de HARVEY, 2015, p.151.

Esses feitos todos, porém, não se materializariam sem muita “contabilidade criativa”. O prefeito de Paris era um sujeito “[...] incrivelmente dinâmico e bem organizado, tinha olhar clínico para detalhes e estava sempre disposto a desprezar opiniões e subverter a autoridade (mesmo a do imperador)”. De acordo com Harvey (2015, p.139), “[...] operar à beira dos limites da legalidade, manipular as finanças [...], ignorar as opiniões alheias e não fazer absolutamente nenhuma concessão à democracia” eram marcas distintas de Haussmann.

* * *

Quando Napoleão III toma o poder para si, inaugurando o Segundo Império Francês (1852 – 1870), sua demanda mais imediata era garantir uma aplicação rentável para o excedente de capital e força de trabalho existente na economia. A ideia que o imperador comprou para garantir o recrudescimento da economia e a

paz social passava por três elementos: (i) um conjunto de intervenções diretas do governo, (ii) a reforma da estrutura financeira e (iii) a implantação de um mercado ativo de créditos. Tais medidas propiciariam a conversão do capital excedente em novos projetos de infraestrutura urbana que demandavam o emprego de um grande volume de mão de obra, sanando, com isso, dois problemas de uma só vez. Parecia brilhante, mas, como seria possível levar a cabo um processo fortemente calcado na financeirização da economia num estágio em que o capitalismo ainda estava tão atrelado ao lastro material da moeda?

Obviamente que a supressão desse lastro material não ocorreu sem alguma resistência, muito pelo contrário. A história que acompanha esse processo é, segundo Harvey (2015, p.161), uma das batalhas mais lendárias das altas finanças. Ocorre que o *haute banque*, dos Rothschilds, operava num círculo quase familiar: os serviços de conta corrente, poupança e empréstimos bancários eram prestados somente a um íntimo e pequeno grupo próximo à família. Conservadores, eram apegados à base material do dinheiro, o ouro, e uma mudança nesse paradigma colocava em sério risco a hegemonia cada vez maior da família no continente europeu.

A partir da década de 1840, Émile e Isaac Péreire emergem com um outro paradigma como proposta. Inspirados nas ideias saint-simonianas⁴⁹, “eles há muito consideravam o sistema de crédito como o centro nervoso do desenvolvimento econômica e da mudança social”, nesse sentido, Harvey destaca que “[...] em meio à um turbilhão de publicidade, buscaram democratizar as poupanças, mobilizando-as em uma elaborada hierarquia de instituições de crédito capazes de realizar projetos de longa duração” (2015, p.161).

Os gerentes e os clientes do *Hautes Banques* observavam com muita desconfiança essa contabilidade criativa praticada pelos irmãos Péreire e alertavam Napoleão III da instabilidade que isso poderia provocar ao sistema econômico. Perspicaz, observando as estreitas relações dos Rothschilds com os

⁴⁹ Conde de Saint-Simon (1760 – 1825) foi o fundador do denominado socialismo utópico. No contexto pós-Revolução Francesa propôs uma ordem social organizada racionalmente por cientistas e industriais que substituiria o clero e a nobreza do *Ancien Régime*. Sua proposta era marcada pela nacionalização das indústrias, pela extinção do direito de herança e pela emancipação social da mulher: o trabalho seria obrigatório para todos, independentemente da posição social que ocupava (SANDRONI, 1999, p.541).

Orleans (família da qual Luis Filipe I⁵⁰, que havia acabado de abdicar, fazia parte), o imperador se viu obrigado a preterir-los, integrando, doravante, uma forte aliança financeira com os Irmãos Péreire.

A política adotada por Napoleão III era uma espécie de Keynesianismo primitivo, ou seja, o Estado buscava conter a inflação e estimular a expansão, azeitada pelo forte influxo de ouro da Califórnia e da Austrália (HARVEY, 2015, p.163). É nesse contexto que os irmãos Péreire fundam em 1852 o *Crédit Mobilier*:

Inicialmente criado para impulsionar a retomada da construção de ferrovias e todas as indústrias à ela ligadas, tratava-se de um banco de investimento que tinha ações de empresas e as ajudava a reunir o financiamento necessário para empreendimentos de larga escala. Ela podia também vender dívidas ao público geral a uma taxa de retorno garantida pelos ganhos das empresas controladas. Desse modo, atuava como um intermediário entre os inúmeros pequenos poupadores, que até então não tinham tais oportunidades de aplicação (os Péreires deram muita importância à suposta “democratização” do crédito), e uma ampla gama de empreendimentos industriais (HARVEY, 2015, p.163).

Na visão de Hobsbawm (1982, p.226), o *Crédit Mobilier* era um tipo de “[...] companhia industrial financeira que olhava os bancos ortodoxos como insuficientemente preparados para (ou desinteressados em) o financiamento industrial, competindo com eles”.

O objetivo final dos irmãos era transformar o empreendimento numa espécie de *holding* universal, e chegaram bem perto disso, já que em seu ápice, o *Crédit Mobilier* integrava mais de trinta companhias, sendo vinte delas sediadas na França e outras quatorze no exterior. Para manter a organização, utilizavam um integrado sistema financeiro vertical, comandado, no topo, pelo *Crédit Mobilier*, e diversificando em diversos ramos da produção material da cidade: a companhia imobiliária, a companhia de gás, a companhia de ônibus, a organização do cais, o entreposto comercial, as lojas de departamento, a iluminação pública, as ferrovias, etc.

A *Compagnie Immobilière*, em especial, atuava sobre o processo de incorporação imobiliária. Nos anos iniciais de sua fundação, cerca de três quartos de sua renda advinham do aluguel de moradias e instalações indústrias e somente o restante de transações imobiliárias. Com o passar do tempo, porém, a companhia

⁵⁰ Seu reinado, conhecido como a Monarquia de Julho, transcorreu de 1830 à 1848, quando a comoção social da Primavera dos Povos o forçou a abdicar do trono.

foi tomando gosto pela especulação a ponto de, em apenas oito anos, inverter completamente a composição da renda, passando a ter três quartos dela formada pela compra e venda de terras e imóveis, ou seja, pela extração de mais-valor do solo urbano. Ademais, por ter como principal acionista o próprio *Crédit Mobilier*, tinha fácil acesso à recursos extraordinários, fato que possibilitava explorar a seu bel-prazer o valor de troca do solo (HARVEY, 2015, p.166).

Ao “democratizar o crédito” os irmãos Péreire impactaram diretamente a indústria, o comércio, o processo de trabalho e o consumo, agora dependentes desse meio. Tal processo se deu

[...] à custa da especulação quase sempre descontrolada e da crescente absorção de todas as poupanças em um sistema centralizado e hierarquicamente organizado que deixava as pessoas de baixa renda ainda mais vulneráveis às arbitrariedades e aos caprichos imprevisíveis dos detentores de algum poder monetário (HARVEY, 2015, p.170).

Naturalmente, os louros que os irmãos Péreire colhiam em território francês ameaçavam fortemente os privilégios da casa Rothschild. Mesmo inicialmente avessos ao capital fictício, os Rothschilds, com o pragmatismo que é típico de uma família de banqueiros, não podiam negar a realidade: a nova Paris que se erigia sob seus olhos era a prova concreta, tangível, de que o desapego ao lastro material proposto pelos Péreires era um caminho próspero. Assim, de 1856 até o final do Segundo Império, os próprios bancos da família Rothschild se viram obrigados a pôr em prática os mesmos processos creditícios para fazer frente aos Péreires.

O castelo de cartas erigido pelos irmãos sucumbiu em 1869, vítimas de suas próprias especulações desmedidas, mas também de forte pressão e concorrência da parte dos Rothschilds e de outros intermediários financeiros que foram surgindo, como o *Crédit Lyonnais*, fundado em 1863. Em resumo, podemos dizer que esse conflito “[...] entre os Rothschilds e os Péreires foi, em última análise, a versão personalizada de uma profunda tensão dentro do capitalismo entre a superestrutura financeira e sua base monetária” (HARVEY, 2015, p.162) e, a despeito de seu ocaso, o legado dessa pequena família francesa se perpetuou, não somente na esfera econômica, já que as operações de crédito continuam sendo até os dias atuais o motor por trás das transformações espaciais e dos processos de gentrificação mundo afora, mas também na materialidade urbana, já que Émile

Péreire concretizou seu anseio: “quero escrever minhas ideias na própria paisagem” (HARVEY, 2015, p.167).

Em suma, “[...] foi necessária uma revolução no sistema de crédito para produzir a revolução nas relações espaciais”. Ao longo desse caminho, o Segundo Império experimentou um amplo processo de compressão espaço-tempo possibilitado pelos excedentes de capital oriundos da crise de superacumulação capitalista da Europa, mas também em decorrência de uma demanda por melhorias urbanas em larga escala. Quando a contabilidade criativa dos Péreire se coadunou com a ambição monumental de Haussmann, o corolário não poderia ser diferente. Juntos, transformaram completamente não só a materialidade de Paris, como também a relação das pessoas com a cidade e até mesmo umas com as outras.

Qualquer burguês que fosse passar férias, ou completar seus estudos em Paris, ficava impressionado com a beleza e a dinâmica que a nova cidade possuía, foi um marco da modernidade e do progresso. Ao regressar à terra natal, levava consigo não só os hábitos refinados daquela cultura, mas também o desejo por tal modernização, o ímpeto de buscar ao menos algumas transformações no espaço urbano que lembrassem o esplendor da modernidade, a Paris de Haussmann.

* * *

Além de aplicar o excesso de capital no rentável mercado de infraestrutura urbana, o mercado financeiro encontrou também outra solução assaz lucrativa. De acordo com Harvey (2005, p.43), a crise de superacumulação de capital ocorrida na Europa entre as décadas de 1840 e 1850, levou os Estados soberanos a buscarem duas saídas: primeiro, investirem em infraestrutura urbana de longo prazo (da qual a transformação de Paris por Haussmann é o exemplo mais acabado), e segundo, expandirem suas atividades comerciais aos países do Atlântico, sobretudo os Estados Unidos.

A primeira saída se esgotou antes que fossem sanados os problemas econômicos do Velho Continente, foi então que os capitais excedentes do *boom* do capitalismo (1848-1870) “[...] foram levados à força para o exterior a fim de mergulhar o mundo numa imensa onda de investimento e comércio especulativos,

em particular a partir [da crise] de 1870 [...]” (2005, p.44). Tal processo foi, na visão de Hanna Arendt, uma nova forma de imperialismo:

A expansão imperialista havia sido deflagrada por um tipo curioso de crise econômica: a superprodução de capital e o surgimento do dinheiro “supérfluo”, causado por um *excesso de poupança, que já não podia ser produtivamente investido dentro das fronteiras nacionais*. Pela primeira vez o investimento de poderio não abria o caminho ao investimento de dinheiro, mas a exportação do poder acompanhava os caminhos do dinheiro exportado, seguindo de perto, visto que os investimentos incontrolados nos países distantes ameaçavam transformar as vastas camadas da sociedade em meros jogadores, mudar toda a economia capitalista de sistema de produção para um sistema de especulação financeira, e substituir os lucros da produção por lucros de comissão. *Na década imediatamente anterior à era imperialista, os anos setenta do século XIX, aumentaram de fato – e sem precedentes – as falcatruas, os escândalos financeiros, e a jogatina no mercado de ações* (ARENDT, 2009, pp.164-165, grifo nosso).

Embalado pelas novas tecnologias, sobretudo o telégrafo, que facilitou a comunicação e coordenação financeira à escala global, o capital excedente dos Estados dominantes encontrou no exterior, aplicações rentáveis. Segundo Hobsbawm (1982, p.54), até o terceiro quartel do século XIX, mas, sobretudo, após o segundo, um bilhão de libras esterlinas tinham sido aplicadas no exterior pela Inglaterra. A França, por sua vez, aumentou em dez vezes esse tipo de investimento no mesmo período, conformando uma verdadeira enxurrada de capital para os países periféricos. Cerca de um terço do capital excedente francês foi direcionado à “abertura de espaços” em regiões semiperiféricas do globo, como a península Ibérica, a península Itálica, a Europa Central e Oriental, incluindo a Rússia e o Império Otomano – vale mencionar também o Canal de Suez, construído nesse período com capital de origem francês (HARVEY, 2015, p.149).

Os outros países mais periféricos que despontavam no cenário pós-colonial, como Estados Unidos, Austrália, Argentina e Brasil também receberam um forte influxo de capital, sobretudo na década de 1880. Na América do Sul, especificamente, o investimento da Inglaterra aumentou mais de 400%, saltando de cerca de 44 milhões de libras, entre 1873 e 1882, para 182 milhões de libras, no período de 1883 a 1891 (FILMENO, 2010, p.141). De acordo com Hobsbawm (2003, p.59), a partir dessa década, o investimento estrangeiro nesses países atingiu níveis “assombrosos”, de modo que “[...] a extensão da rede ferroviária

argentina foi quintuplicada e tanto a Argentina quanto o Brasil atraíram até 200 mil imigrantes por ano”. A tabela abaixo dá uma dimensão desse crescimento:

Tabela 02 – Novos investimentos em portfólio, 1885 – 1893
(em milhões de libras)

Ano	Mercado mundial de capitais⁵¹ (exportação de capitais dos países centrais)	Investimentos britânicos (na América Latina)
1885	124,7	52,7
1886	251,7	74,4
1887	190,0	83,7
1888	295,9	133,3
1889	501,9	138,5
1890	223,9	110,7
1891	225,5	51,8
1892	93,5	40,1
1893	134,7	31,5

Fonte: KINDLEBERGER, 1985 apud FILOMENO, 2010, p.142.

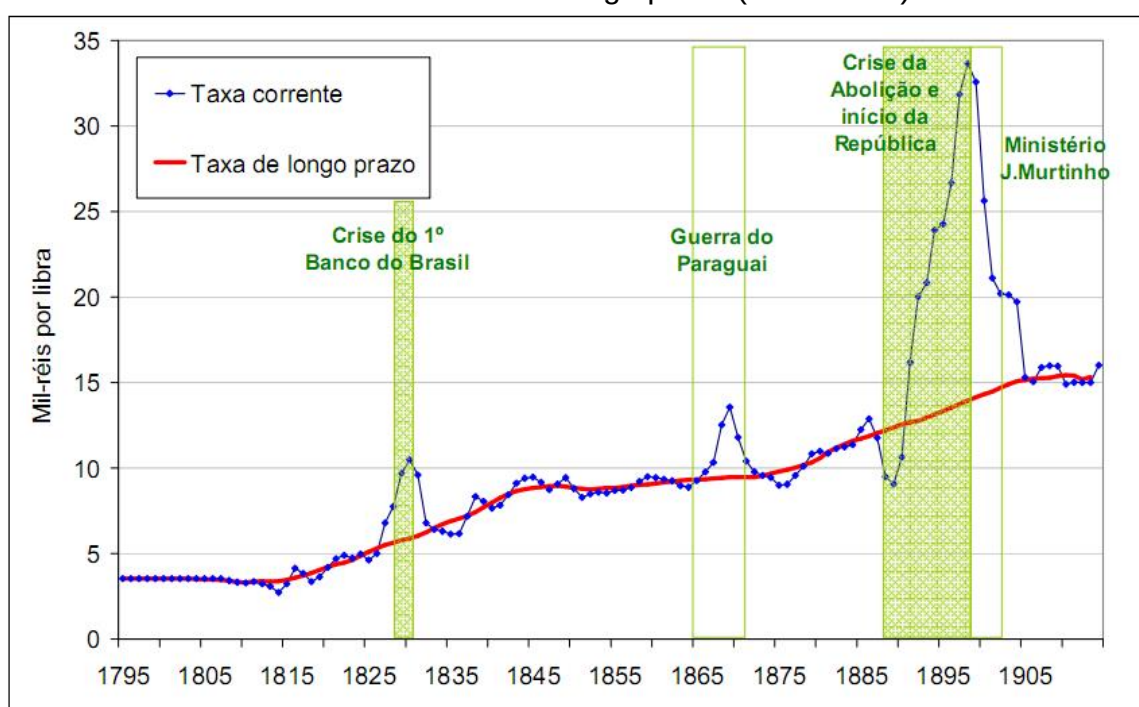
Como é possível observar nessa tabela, ao adentrar a década de 1890, ocorre uma retração considerável desses investimentos estrangeiros, superior a 70% no espaço de três anos. A dívida externa contraída ao longo dos anos (das décadas, na verdade) anteriores recaiu sobre as exportações prejudicando a economia interna dos países periféricos (FILOMENO, 2010, p.142). O clima de desconfiança do mercado mostrou-se implacável, gerando um aumento nos juros do capital emprestado e um grande desequilíbrio cambial entre o mil-réis e a libra.

Moura Filho (2010) procedeu uma análise esmiuçada do câmbio de longo prazo do mil-réis-libra e observou uma tendência secular à desvalorização da moeda nacional. A taxa de longo prazo apresentou três fases distintas: de 1810 a 1844, onde há uma desvalorização anual da ordem de 2,9%, aproximadamente, daí até 1870, por onde passa por um período relativamente estável, com desvalorização de apenas 0,3% ao ano, e de 1870 até 1905, quando a

⁵¹ O autor ressalta: “extraído por Kindleberger (1985) da publicação belga ‘*Le moniteurs des intérêts matériels*’, é de utilidade limitada pois inclui apenas investimentos em ferrovias e títulos industriais, e tanto emissões domésticas quanto no estrangeiro” (FILOMENO, 2010, p.142).

desvalorização do mil-réis sofre uma nova guinada, atingindo a taxa de 1,4% ao ano (2010, p.20). Há de se notar, contudo, que a desvalorização ao longo de todo o período imperial foi ascendente, diminuindo em mais de 200% o valor do mil-réis frente a libra até o final do século XIX. Outra observação relevante é o salto superior a 140% da taxa corrente em relação a taxa de longo prazo durante o período do Encilhamento, representando a forte depreciação cambial do mil-réis (elemento que aprofundaremos no capítulo IV).

Gráfico 02 – Evolução das relações cambiais mil-réis/libra: taxas correntes e de longo prazo (1795-1913)



Fonte: MOURA FILHO, 2010, p.21.

O autor chega a questionar a relação desse sobressalto com a economia-mundo:

Confundindo-se com as crises brasileiras da Abolição, Encilhamento e insurreições militares do início da República, o default da dívida argentina em 1890 e a consequente falência da Casa *Baring Brothers* foram apontados por vários estudiosos como dando origem ao primeiro caso de contágio por crise financeira na América Latina (MOURA FILHO, 2010, p.22).

Os laços que atrelam países periféricos, como o Brasil, à economia financeira mundial são ainda mais estreitos quando aproximamos nossa escala de

análise. Isso por que não somente o Estado brasileiro estava afogado na torrente de capital externo que cada vez mais inundava o país, mas também as províncias/unidades federativas e as cidades brasileiras, que, nesse período, gozaram de um privilégio denominado paradiplomacia financeira⁵². Esse conceito pode ser entendido como

[...] a iniciativa própria e autônoma de um governo subnacional no sentido de negociar diretamente a captação de créditos de médio e longo prazo ofertados por fontes internacionais e/ou estrangeiras com vistas a complementar suas necessidades de financiamento (MAIA & SARAIVA, 2012, p.108).

Endossando a hipótese de que a política externa dos países centrais, que vigorou a partir de 1870, buscava sanar a liquidez interna de suas economias mediante o envio de capitais para o exterior, Maia e Saraiva (2012) acreditam que as altas finanças passaram a fornecer o capital necessário para implantação de variadas infraestruturas urbanas, logísticas e comerciais. Com essa abundante oferta de capital, não somente o governo imperial brasileiro, mas também suas províncias (Bahia e São Paulo) e até mesmo um município (Santos) lograram avultados (e comprometedores) empréstimos externos. Há de se levar em consideração, entretanto, que até este momento, as províncias e municípios estavam sob uma rígida tutela do governo central, condição que iria se alterar profundamente a partir da Proclamação da República⁵³.

Com a autonomia concedida aos entes federados a partir da Constituição republicana de 1891, a paradiplomacia financeira inaugura um novo capítulo na história econômica do Brasil. Com o descrédito trazido à América do Sul pelo *default* da dívida externa argentina (falência do Baring Bank) e a crise do Encilhamento no Brasil, o fluxo de capital vindo da Europa arrefeceu. Se do ponto de vista econômico as unidades federativas se viram à mingua, dada a crise econômica pela qual a república passava, do ponto de vista jurídico, os estados

⁵² A expressão foi cunhada por Panayotis Soldatos, ao analisar a ação econômica dos agentes subnacionais na política e economia externa. SOLDATOS, P. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors. In: MICHELMANN, Hans e SOLDATOS, Panayotis. Federalism and International Relations: the role of subnational units. Oxford: Claredon Press, 1990.

⁵³ Reservamos algumas páginas no capítulo IV para tratar da Constituição de 1891, que permitiu maior liberdade aos estados e municípios.

passaram a gozar de maior autonomia para buscar no exterior o financiamento adequado às suas pretensões.

Maia e Saraiva (2012) identificaram, entre 1894 e 1913, 31 empréstimos realizados por bancos europeus (53,3%, franceses, 35,5%, ingleses, 11%, alemães) à 14 estados brasileiros (Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Pará, Bahia, Pernambuco, Paraná, Amazonas, Alagoas, Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Maranhão, Rio de Janeiro). As razões dos empréstimos jaziam em: “[...] i) resgatar e/ou consolidar dívidas anteriores; ii) financiar obras públicas de infraestrutura; e iii) bancar ações de valorização do café” (2012, p.119).

Dentro do recorte temporal de nossa pesquisa destacam-se quatro empréstimos:

Tabela 03 – Empréstimos externos dos estados (1894 – 1901)

Estado	Data	Valor do Empréstimo	Valor do Empréstimo (em mil réis)	Fonte do Empréstimo
Espírito Santo	05/10/1894	Frs 17,5 milhões	16.650:200	Banco Nacional Brasileiro
Minas Gerais	12/10/1896	Frs 65,0 milhões	68.856:000	Banque de Paris et des Pays Bas
São Paulo	18/04/1899	£ 1,0 milhão	32.258:000	Seligman Brothers Ltd
Pará	11/12/1901	£ 1,45 milhão	30.890:800	Seligman Brothers Ltd

Fonte: MAIA & SARAIVA, 2012, p.116 (adaptado).

Salta aos olhos o avultado empréstimo de Minas Gerais, que, à época, somava quase três vezes a receita ordinária arrecadada pelo estado em 1896. As garantias para tais empréstimos, via de regra,

[...] giravam em torno do penhor sobre as receitas gerais ou específicas (em geral do imposto de exportação) do estado, de sobretaxas sobre produtos exportados ou de taxas de serviços de transporte ferroviário, de navegação ou de saneamento (água e esgoto) ou iluminação. Também havia hipotecas sobre bens e patrimônio de empresas estaduais (MAIA & SARAIVA, 2012, p.118).

Até o final do período, em 1913, os estados já haviam contraído uma dívida superior a 62 milhões de libras, valor correspondente à quase 40% do total da dívida externa do Brasil. Minas Gerais, nesse mesmo período, contrairia mais quatro empréstimos, totalizando 122.000 contos de réis, aumentando, sobremaneira o encargo do estado com o pagamento de juros ao exterior.

* * *

Se, como observou Carl Sagan, a Terra é um pálido ponto azul no universo, Juiz de Fora não passa de um pálido ponto acinzentado no planeta.

Como entendiam os gregos, porém, mesmo esse discreto ponto azul exerce sua teleologia no ordenado *kósmos* universal, interagindo na mais perfeita sincronia com os demais elementos ao seu redor. Da mesma forma, tomamos nesse capítulo a árdua tarefa de demonstrar alguns elementos que concatenem, ou, ao menos, contextualizem, os eventos ocorridos nesse “todo universal”, com o nosso sóbrio ponto acinzentado.

O objetivo era, por conseguinte, contextualizar o mundo, principalmente sob os prismas econômico e cultural, no qual nosso objeto, Juiz de Fora, estava circunscrito, fornecendo-nos os arrimos necessários para melhor interpretarmos sua realidade. Nesse sentido, constatamos que o final do século XIX contemplou o alvorecer de uma economia verdadeiramente global, possibilitada pelo advento das técnicas de transporte e comunicação, que proporcionava aos homens (pelo menos à uma parcela deles) uma proximidade quase que imediata – algo nunca experienciado na história. A financeirização da economia permitiu a construção de novos espaços, mas trouxe consigo também novos problemas cuja criatividade inerente ao sistema não tardaria em solucionar.

É nesse contexto que os investimentos em infraestrutura urbana e a exportação de capitais excedentes para países periféricos entram na equação, permitindo a constituição de liames entre as escalas global e local. Nos capítulos que sucedem procuramos consubstanciar essas relações, tendo na conjuntura do Encilhamento o nó dessa urdidura, responsável pela conexão entre a economia financeira mundial e o pequeno ponto acinzentado no mapa.

II – A IMERSÃO DE JUIZ E FORA NA *BELLE ÉPOQUE*

O século XIX foi sem dúvida alguma fascinante. Os avanços da ciência e das técnicas possibilitava vislumbrar a verdadeira dimensão do mundo, ao mesmo tempo em que tinha início um processo de compressão do tempo-espaço.

Os meios de transporte sofreram uma grande revolução com a locomotiva e as ferrovias, que propiciavam deslocamentos a uma velocidade nunca antes imaginada e acentuavam os fluxos migratórios. Invenções de todo tipo modificavam profundamente a vida cotidiana, como a lâmpada elétrica, a máquina de escrever, o telefone e o automóvel. No que diz respeito à saúde, os avanços científicos possibilitaram uma explosão demográfica na qual a população europeia duplicou em pouco tempo, ultrapassando a marca dos 400 milhões de habitantes. O mundo estava descoberto, as regiões ermas ficavam cada vez mais raras, a cartografia já produzia peças precisas de nosso orbe. No que tange a sociedade, a escravidão foi abolida em quase todos os grandes impérios, as pressões advindas da união proletária galgavam um expressivo aumento na dignidade do labor e a prática de atividades físicas, uma marca da antiguidade clássica, recrudescia com a criação de novos esportes e o retorno das olimpíadas. Por meio de suas lentes, as câmeras fotográficas, outra invenção do século XIX, registravam o advento da *Belle Époque*.

O que procuraremos traçar neste tópico são os nexos que atrelam a história local a uma lógica cultural dominante no mundo ocidental. Algumas constatações permitem-nos perceber a cidade de Juiz de Fora imiscuída neste processo de larga escala:

- (i) Sua relevância política e econômica, enquanto uma das cidades mais importantes de Minas Gerais;
- (ii) Uma posição geográfica privilegiada, fato que permitia que a cidade e sua elite travassem íntimo contato com a capital;
- (iii) A forte presença de imigrantes europeus, que contribuía para uma ambiência aberta a novas culturas, técnicas e formas de pensar (haja visto a introdução das vertentes protestantes do cristianismo a partir desses grupos);

- (iv) O conjunto de infraestruturas e tecnologias que a cidade portava no período, como o telefone, telégrafo, bondes, estradas, ferrovias, alfândega, abastecimento d'água, esgoto, energia elétrica, etc.
- (v) A adoção de sofisticados meios de transações econômico-capitalistas, como as casas bancárias, a compra e venda de títulos e ações, e a formação de um robusto mercado financeiro, característica observada somente nas grandes cidades;
- (vi) E por último, mas não menos importante, as viagens que a elite local fazia de quando em vez à Europa, fomentando um ímpeto pelo progresso naquela classe.

Estes motivos fazem com que Juiz de Fora, desde sua fundação, despoje-se do ranço colonial que permeava a configuração urbana da região das minas, conferindo ao seu processo de urbanização uma ordem notavelmente moderna.

É possível observar, principalmente nas últimas duas décadas do século XIX, Juiz de Fora profundamente imersa nas estruturas econômicas do capitalismo moderno, nos moldes do que desenvolvemos no capítulo anterior. O excedente de capital oriundo da produção cafeeira deu vazão a uma série de investimentos que eram próprios das capitais e das grandes cidades mundiais, como a abertura de empreendimentos fabris, casas bancárias e comércios de todos os matizes. A conjuntura jurídica nacional também permitiu o desenvolvimento de mecanismos de propulsão dessa economia, como a abertura de sociedades anônimas e a subscrição de títulos da dívida pública municipal, diversificando os ativos da burguesia local e promovendo um grande crescimento de diversos setores produtivos.

Nosso objetivo neste tópico é expor o processo de desenvolvimento de Juiz de Fora no final do século XIX, atentando para o fato de que esse processo, na verdade, ecoava aquilo que já ocorria nas principais cidades mundiais, evidenciado no primeiro capítulo. Para isso, partimos de duas observações: a normatização do processo de urbanização a partir dos ideais higienistas, que começavam a permear a cultura burguesa naquele período, e a conformação de um mercado de capitais na cidade, impulsionado pela diversificação dos investimentos produtivos – condição indispensável para propiciar o desenvolvimento urbano que iremos nos aprofundar no próximo capítulo.

Pode parecer pretensioso tal cotejo, contudo, asseguramos que uma imersão na história da cidade revela uma efervescência muito maior do que poder-se-ia supor de um povoado do interior das Minas Gerais.

II.1 – “A sociedade é a guarda avançada da salubridade pública”

Apesar de termos alcançado a independência política no início do século XIX, o Brasil permaneceu sob o grilhão cultural da Europa, sobretudo daqueles países que eram vistos como referência econômica e cultural. Assim sendo, o Brasil importava não apenas capital, meios de produção e produtos industrializados, mas também modos, cultura e ideologias do Velho Continente. Ademais, havia também uma convicção generalizada na Europa de que não apenas era correto, mas era necessário, como um dever do homem branco, portador da ciência, da técnica, da modernidade, difundi-la pelo mundo a qualquer preço (ROMERO, 2004, p.342). Esses dois fatores sustentaram uma ponte de mão única por onde as influências trafegavam.

Percebemos, contudo, que esse processo de importação é sempre tardio nos países periféricos, é neste sentido que somente no final do século XIX que aportam no Brasil as ideologias que seriam a marca maior dessa sociedade e que causariam profundas transformações em vários aspectos da vida social e material.

Primeiramente, é necessário conceituarmos o principal grupo fomentador dessa ideologia: a burguesia. Não a burguesia oriunda da aristocracia rural, ociosa, cuja riqueza se baseava na exportação de monocultura e no tráfico e exploração de escravos, mas uma nova burguesia, operosa, produto da industrialização que dava seus primeiros passos aqui por estas terras. Era

[...] o "novo-rico", o pequeno comerciante próspero, o empregado empreendedor, o artesão habilidoso, o operário eficaz, e todos os que descobriam na intrincada trama das atividades terciárias um filão a ser explorado abriram caminho por entre os meandros da estrutura social e acabaram por modifica-la (ROMERO, 2004, p.295).

A sociedade que ainda preservava o ranço colonial não poderia resistir à tanta mobilidade, tantas oportunidades de crescimento. Lentamente, aquela cidade

onde o velho burguês era considerado senhor, coronel, cresceu e fugiu-lhe do controle, sua rede de influência não comportava tantas pessoas. A nova burguesia era composta por aqueles que se mostravam aptos a enfrentar as novas circunstâncias, sem as limitações impostas pelos hábitos tradicionais, e, pouco a pouco, começaram a buscar uma democracia mais ampla, através da constituição de partidos políticos e da participação ativa na política cidadina, o que muitas vezes desafiava o poder das velhas oligarquias locais (ROMERO, 2004, p.309).

Sem dúvida, existiram aqueles membros da aristocracia tradicional que abandonaram suas regalias e pegaram o bonde do progresso, investiram em inovações, diversificaram seus ramos de atuação, enfim, se adaptaram (ROMERO, 2004, p.299). Produziu-se assim, um intenso contato da velha aristocracia com essa nova burguesia, fato que renovou os costumes cotidianos, onde se notou uma tendência a imitar o modo de vida europeu. Foi aí "[...] que a filosofia do progresso reinou soberana e impregnou a mentalidade predominante" (ROMERO, 2004, p.343):

[...] o progresso era fundamentalmente uma contínua e tenaz conquista da racionalidade. Mas na segunda metade do século XIX, havia se comprometido com as sociedades industrializadas e oferecia uma nova versão ou, pelo menos, uma variante bem definida: o progresso era o contínuo desenvolvimento da conquista da natureza para colocá-la a serviço do homem, da produção de bens, da produção de riquezas, da produção de bem-estar. [...] Era a imagem que predominava na Inglaterra vitoriana, na França do Segundo Império, e na Terceira República, na Alemanha Imperial (ROMERO, 2004, p.343).

Outro apanágio dessa nova classe era a adesão aos princípios do liberalismo econômico, novamente, como um reflexo da Europa, difundia-se a ideia da livre concorrência entre os mercados, de modo que predominaria o mais apto, como sustentava também a teoria darwinista recém-publicada. A partir desse conjunto ideológico, a nova burguesia legitimava seu modo de agir e impunha um novo estilo de vida à sociedade.

Destarte, para uma sociedade renovada faz-se mister uma renovação em seu habitat. Neste sentido, as breves observações feitas no capítulo anterior sobre Paris do século XIX são indispensáveis para relacionar com as mudanças que estavam para operar no espaço urbano de algumas cidades brasileiras, uma vez que a burguesia se inspirava no exemplo de Haussmann e discutiam, em seus

clubes sofisticados ou restaurantes de luxo, quais seriam os passos para transformar a fisionomia de suas respectivas cidades em metrópoles modernas.

Um grande número de cidades – mas principalmente a capital, as cidades portuárias, e aquelas produtoras de *commodities* solicitadas no mercado externo, como o café e a borracha – começaram a renovar sua aparência no último quartel do século XIX (ROMERO, 2004, p.309). Como salientamos, esse processo foi mais intenso naquelas cidades que tinham contato aberto e constante com o mundo, como as portuárias. Contudo, a inclusão de uma cidade num ciclo econômico, aliado a uma proximidade da capital ou de zonas portuárias causava um efeito semelhante naquela burguesia, como em São Paulo, Ribeirão Preto e Juiz de Fora, no ciclo do café. Ainda, um ciclo econômico mais intenso, por vezes, causava o mesmo frenesi e ânsia pelo progresso, como em Belém e Manaus, com o ciclo da borracha, Recife e Salvador, ao reativar a produção açucareira, e com o ciclo do cacau, já no início do século XX.

Vale ressaltar que nessas cidades que tiveram um crescimento urbano significativo no período não se procedeu necessariamente com uma "destruição criativa" (HARVEY, 1999) (diferente da Europa, ou de cidades coloniais brasileiras), mas com uma *construção orientada para o progresso*, uma vez que muitas dessas cidades ainda eram recentes, com poucas décadas de existência ou, até mesmo, passaram a existir em função do ciclo econômico.

O caso é que a estética da cidade colonial, principalmente do velho núcleo urbano, desagradava a nova burguesia. Já degradado pelo tempo, e ocupado por grupos sociais modestos que habitavam os velhos casarões, os cortiços, o centro urbano costumava ter um ar humilde, incoerente com as aspirações dessa burguesia. Inspirados no modelo parisiense, trataram de transformar o traçado urbano na medida em que suas forças permitissem, alargando e construindo ruas para estabelecer uma comunicação mais fluida com as novas áreas da cidade, que expandia, não só pelo crescimento demográfico que originava novos bairros, mas também pela indústria, que buscava espaços mais amplos e baratos fora do centro urbano (ROMERO, 2004, p.310).

Outra marca deste período foi o gosto pela monumentalidade, registrado nos suntuosos edifícios públicos, nos monumentos erguidos, numa edificação privada igualmente ampla, além de "extensos parques, grandes avenidas, serviços públicos

modernos e eficazes deviam 'impressionar o viajante'" (ROMERO, 2004, p.310). A infraestrutura acompanhava as reformas no traçado da cidade: os bondes de tração animal foram substituídos pelos elétricos, o abastecimento de água passou a ser realizado em domicílio, assim como a coleta de esgoto. Rios e riachos foram canalizados, a iluminação pública a gás dava lugar ao espetáculo da luz elétrica, o telégrafo, o telefone e as antenas de radiotelefonia conferiam um ar moderno às cidades burguesas, dignas de comparação com as cidades europeias.

Esse espetacular desenvolvimento ocorreu em poucas cidades, o clássico exemplo tupiniquim seria a reforma de Pereira Passos (que ficou conhecido como o Haussmann brasileiro), no Rio de Janeiro, então capital da República no início do século XX. Em outras cidades, porém, foram executadas apenas parte dessa aspiração burguesa, ou "não passaram de um plano teórico que não parecia ter urgência" (ROMERO, 2004, p.316).

Figura 06 – Reforma de Pereira Passos, Rio de Janeiro⁵⁴



Fonte: Disponível em: <<http://www.almacarioca.com.br/malta.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

Apesar de poucas vezes ter sido possível uma reforma de grande vulto como a de Paris ou do Rio de Janeiro, o ideal do progresso foi bastante difundido entre a

⁵⁴ Foto do alargamento da rua da Carioca, por Augusto Malta. Percebemos uma das características mais marcantes da reforma de Pereira Passos, o bota-abixo, onde cortiços e prédios eram destruídos para a construção de avenidas largas e habitações mais salubres.

burguesia brasileira e ganhou ainda maior inflexão com a Proclamação da República. O golpe partiu do setor militar brasileiro, que, naquele momento era intensamente influenciado pelos ideais positivistas de "ordem e progresso" importados da França. Com esse novo grupo no poder, foram adotadas medidas econômicas que visavam promover a industrialização e aumentar o crescimento econômico do país, o que serviu como um alento às aspirações dessa nova burguesia operante que almejava o progresso, não só em seus negócios, mas também de suas localidades.

Podemos notar, então, como as ideias que foram se desenvolvendo ao longo da modernidade, chegaram robustas no final século XIX e, juntamente com uma conjuntura econômica favorável, permitiu uma remodelação da sociedade e, conseqüentemente, do espaço onde ela vivia: as cidades. Dessa forma, aqueles centros que passaram por um processo de industrialização ou de renovação na mentalidade da classe dominante, ocorreu, também, em maior ou menor grau, uma sofisticação cultural, uma produção do espaço urbano voltada para a ordem, para a racionalidade, e uma crença otimista no porvir alimentada por um desenvolvimento econômico e político, essas são as características da *Belle Époque* brasileira.

* * *

A materialização desses ideais no espaço urbano, passaram, primeiramente, por uma ampla incorporação de sua superestrutura na sociedade. Esse processo foi patente em Juiz de Fora com a ação da burguesia, representada, nesse contexto, pela classe política e pela Sociedade de Medicina e Cirurgia da cidade (SMCJF), uma vez que esses agentes buscaram, por meio do ideal higienista (uma das expressões mais correntes na ciência do período), normatizar os costumes da população.

Tal fato ocorreu com maior força a partir da Proclamação da República⁵⁵, quando o poder municipal passa a gerir com maior autonomia o espaço urbano, situação evidenciada a partir de três elementos jurídicos:

⁵⁵ Durante o período imperial as câmaras não gozavam de influência política, nem, tampouco, de soberania na gestão de seus interesses. Sujeitas ao Império e às suas respectivas províncias, as

- (i) Poucos meses após a proclamação republicana, é publicado o decreto nº169 de 1890, que propunha “constituir o Conselho de Saúde Pública e reorganizar o serviço sanitário terrestre da Republica” (BRAZIL, 1890). De acordo com este decreto eram criados os cargos de Inspetor de Higiene para cada estado da confederação, e de Delegado de Higiene para cada um dos municípios dos estados. Os cargos deveriam recair sobre profissionais de saúde (médicos ou farmacêuticos), que seriam nomeados pela Câmara Municipal⁵⁶;
- (ii) No ano seguinte, foi elaborada a Constituição Republicana, na qual novas atribuições foram conferidas aos municípios⁵⁷, possibilitando incrementar suas receitas a partir da arrecadação de proventos em novas fontes, propiciando, por conseguinte, maior autonomia aos seus órgãos.
- (iii) E na escala local, a elaboração do segundo Código de Posturas da história de Juiz de Fora (BARROSO, 2008, p.57), que previa em sua 3ª Resolução, de 14 de maio de 1892, a organização do serviço de Higiene Municipal, da qual destacamos os seguintes trechos:

Art. 1º - Fica criada uma repartição de higiene municipal, composta de uma *Inspetoria de Higiene na sede do município* e de delegacias nos distritos.

Art. 3 - À Inspetoria de Higiene Municipal incumbe:

§2º - O saneamento das localidades e das habitações

§6º - A *inspeção sanitária* das escolas, fabricas e oficinas, hospitais, hospícios, prisões, estabelecimentos de caridade e beneficência, quartéis, asilos e quaisquer habitações coletivas públicas e particulares.

§9 - A *polícia sanitária*, sobre tudo a que direta ou indiretamente interessar a saúde dos habitantes do município.

§11 - A *fiscalização sanitária de todos os grandes trabalhos de utilidade pública*, do cemitério e de todas as construções e obras susceptíveis de comprometer os interesses da saúde pública do município.

Art. 6 -Ao inspetor de higiene compete:

§14 - Examinar as habitações higiênicas, digo, *examinar as condições higiênicas das habitações da classe pobre, tais como cortiços, estalagens e outras*, notando-as, ordenando as medidas convenientes e propondo ao Agente Executivo o respectivo fechamento, quando os defeitos forem insanáveis, ou quando os melhoramentos ordenados não tiverem sido executados no prazo marcado, salvo o caso de motivo plenamente

casas legislativas ficavam reduzidas ao imobilismo administrativo, econômico e político, ceifando sua autonomia.

⁵⁶ No caso de Juiz de Fora, o decreto seria executado somente dois anos depois, pois, com a proclamação, decidiu-se por exonerar os cargos públicos e organizar uma Intendência Municipal provisória, ficando a cidade, portanto, sem uma Câmara oficial.

⁵⁷ Esse tema é debatido de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.

justificado perante o mesmo inspetor (JUIZ DE FORA, 1892⁵⁸ *apud* BARROSO, 2008, anexos, grifo nosso).

Observamos por meio das citadas resoluções que a municipalidade assumia o papel de gestora do espaço público, sobretudo através da organização desse serviço de higiene e tendo como meio coercitivo a polícia municipal para se fazer cumprir as normas. As medidas implantadas a partir deste momento gestavam a esfera municipal, que passava a ter, doravante, maior protagonismo no processo de desenvolvimento urbano – é a máquina pública engendrando-se⁵⁹.

Paralelo a esse poder institucional legado à Câmara a partir de 1891, progredia o poder ideológico, intelectual, representado pela fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), em 1889. Produto de um esforço coletivo dos profissionais de saúde da cidade, sintetizados na figura de João Nogueira Penido⁶⁰, a sociedade tinha como objetivo, nas palavras de seu presidente-idealizador:

[...] zelar, sob o ponto de vista da hygiene, as condições de salubridade de qualquer localidade que tenha relação com alguns de seus membros, quer no municipio, quer na provincia, ou algures, especialmente, as relativas à cidade de Juiz de Fôra, sede da sociedade. Investigar as causas de sua insalubridade permanentes ou transitoria, discutir os meios de resolver-as do melhor modo scientifico e pratico, propor aos poderes publicos as medidas proprias para garantir a sua salubridade e protestar contra as que forem reputadas inconvenientes. Em uma palavra: a sociedade constitue-se guarda avançada da salubridade publica (VARGAS, 2008, p.34).

A categoria médica, oriunda de condições abastadas familiares, gozava do privilégio de, ao concluir o curso, na maioria das vezes na Faculdade de Medicina da capital, buscar um aperfeiçoamento profissional no exterior, fato que os colocava

⁵⁸ JUIZ DE FORA, Prefeitura. Livro de Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Resolução n. 3: Organização do Serviço de Higiene Municipal, 1892. Acervo do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora: Fundo Câmara Municipal República Velha (FCMRV). Item VII – Residência da Câmara, Série 174 – Documentos Diversos.

⁵⁹ Esse argumento será desenvolvido mais profundamente no capítulo III.

⁶⁰ João Nogueira Penido nasceu em 1822 na comarca de Ouro Preto. Filho de médico, formou-se na mesma profissão em 1851 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Mudou-se para Juiz de fora em 1853, onde atuou no combate a diversas epidemias, sendo membro da Comissão de Saúde da Câmara. Republicano, ocupou também, por vários mandatos, o cargo de vereador da cidade (1857-1864, 1869-1872, 1877-1884). Em 1889 funda a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, juntamente com outros companheiros de profissão, entre eles, seu filho, homônimo, que mais tarde ocuparia a cadeira de presidente da Câmara, em 1895. Faleceu em 1901 (LANA, 2006, sp).

diante de um novo mundo. Como vimos, com a *Belle Époque* em marcha, os ideais do progresso e do cientificismo permeavam o Velho Continente e materializava-se na reforma urbana recém-operada de Paris, idealizada por seu então prefeito, Georges-Eugène Haussmann. Um dos motes de sua reforma era exatamente a higienização da cidade, o que incluía a coleta dos esgotos, o abastecimento de água, a ventilação do ar através da abertura de ruas mais largas, e a demolição de aglomerados habitacionais subnormais – os cortiços (HARVEY, 2008).

Concomitantemente, o ideal Positivista contido na ala militar responsável pela Proclamação da República fomenta e legitima o discurso higienista proferido pela classe médica. A partir deste ponto, ordem e progresso configuram-se como metas para a sociedade, metas somente alcançáveis através do pensamento científico proposto por Auguste Comte, o único caminho para o conhecimento verdadeiro. Destarte, os profissionais de saúde corporificam estes discursos que efervesciam no período em questão, seja a partir de suas viagens para o exterior, seja através de sua formação na capital (local onde o intercâmbio intelectual e o fluxo de ideias corriam com maior intensidade) e, a partir daí, promovem sua difusão nos estados e nas cidades em que atuavam.

Assentado na ciência da época, os critérios de ação da SMCJF eram fundamentados na teoria miasmática, para a qual o ambiente era determinante no processo de dispersão das doenças. Segundo essa teoria, as enfermidades eram provenientes dos solos e da atmosfera insalubres, que, ao entrar em contato com os habitantes dessas localidades, provocavam todo tipo de moléstias⁶¹, conseqüentemente, a principal área de atuação da medicina do período era a higienização destes focos de contaminação por meio da transformação do espaço.

De forma resumida, a agenda sanitária organizada pela SMCJF tinha como “inspiração os ditames da ciência e os postulados higienistas irradiados da capital da República” (BARROSO, 2008, p.51). Assim, a SMCJF surge como um elemento

⁶¹ No último quinto do século XIX as pesquisas de Robert Koch e Louis Pasteur já apontavam para outra direção no que diz respeito à contaminação, colocando em xeque a teoria miasmática. É quando surge a teoria contagionista, segundo a qual o contato com agentes infecciosos causava a disseminação da doença, e, conseqüentemente, sua medida profilática concentrava-se na quarentena. A burguesia comercial e industrial, contudo, não podia aceitar a difusão desta teoria, uma vez que ia contra os preceitos liberais que clamavam por mão-de-obra, este fato coibiu a disseminação desta nova abordagem em seus primeiros anos. Destarte, a teoria contagionista chegou ao Brasil somente nos últimos anos do século XIX, através do médico Oswaldo Cruz (BARROSO, 2008, p.25).

que irá pressionar a demanda por obras públicas na cidade desde sua fundação. Intensificando o processo, a proximidade da instituição com a política local constituía fator que facilitava esta articulação de poderes (vários de seus membros ocuparam cadeira na Câmara e as próprias reuniões da sociedade se davam no Salão Nobre da repartição pública) (LANA, 2006, sp). Desta forma, os membros da SMCJF, juntamente com seus representantes na câmara, atuaram “[...] para organizar e tornar salubre o espaço público e privado no município visando impedir a propagação das doenças” (BARROSO, 2008, p.61).

Na prática, a fiscalização não se dava da mesma maneira para todos, segundo Barroso (2008, p.72), a principal área de atuação dos delegados de higiene era o perímetro urbano, mas sobretudo o centro da cidade. Fato este que nos leva a sugerir que, por trás desta fiscalização seletiva, escondia, na verdade, uma busca pela higienização do centro urbano, ou uma “expulsão branca”⁶², que definiria o local que cada classe deve ocupar no espaço.

O procedimento padrão de fiscalização cumpria o seguinte protocolo:

Art. 40 – O exame no interior das casas particulares, casas ou quintais, para reconhecimento do estado dos encanamentos de águas e de esgoto, da existência de estagnações, formigueiros, chiqueiros, ou outras quaisquer imundices que possam afetar a salubridade pública, só terá lugar com o consentimento dos donos ou de quem suas vezes fizer. No caso, porém, de ser negado o consentimento, o fiscal participará por escrito ao Juiz de Paz ou autoridade policial, apresentando a razão em que se funda para acreditar, que alguma violação das Posturas tem ou possa ter ocorrido nos ditos lugares, e será por ela autorizada a entrada, na forma da lei (JUIZ DE FORA, 1895-1896⁶³, *apud* BARROSO, 2008, anexos, grifo nosso).

O exame das residências sob o “*consentimento dos donos*”, isto é, a fiscalização com aviso prévio de vinte e quatro horas de antecedência, era somente para as habitações particulares, aquelas que eram consideradas “casas” na documentação, pois, como relata Barroso, havia uma “perseguição declarada aos

⁶² Esta expressão é comumente usada para conceituar aquele tipo de ação, de empresas imobiliárias ou do próprio Estado, que resulta no deslocamento de determinada classe da população de uma região para outra. O mecanismo responsável por este fenômeno geralmente está associado a fatores de valorização do solo, ou um encargo maior sobre o uso deste.

⁶³ JUIZ DE FORA, Prefeitura. Título VIII, Disposições gerais. Art. 40. Pasta Resoluções e portarias. Acervo do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora: Fundo Câmara Municipal República Velha (FCMRV). 6ª Parte – Sessões da Câmara. Série 188 – Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1892-1929).

cortiços” (2008, p.73), de modo que, sempre que julgasse conveniente, poderia o inspetor fazer visitas sem o consentimento do morador.

As pessoas que possuíam cortiços ou eram moradores destas habitações não tinham sossego. Constantemente eram surpreendidas pelas visitas pouco esperadas dos agentes sanitários. Eles sempre achavam quesitos contrários ao Código de Posturas porque este já previa que os cortiços constituíam uma ameaça à saúde coletiva. Logo, tudo ali ia contra aos preceitos higiênicos almejados (BARROSO, 2008, p.82).

Ademais, eram os moradores obrigados a arcar com os custos, não somente do saneamento e consumo de água, mas os custos da própria instalação dos equipamentos indispensáveis para o abastecimento, que, até os primeiros anos do século XX abrangia somente as ruas do centro da cidade, implicando numa seletividade dos serviços públicos que, a médio prazo, reorganiza totalmente a distribuição da população no espaço urbano (MIRANDA, 1990).

A superestrutura que legitimaria as transformações espaciais em Juiz de Fora pouco a pouco se consolidava. Juntamente com a mentalidade higienista, outra transformação cultural estava em curso no seio da *Belle Époque*, porém, sob o viés econômico. O hábito de consumir hoje e pagar amanhã não é um apanágio inerente ao sistema capitalista. Os mecanismos que sustentam a oferta de crédito na economia foram desenvolvendo-se e sofisticando-se ao longo dos séculos e demandou tempo para ser assimilado pela sociedade. A difusão dos ideais econômico-liberais foi o ponto nevrálgico desse processo, fato que buscaremos esclarecer melhor no próximo tópico tendo sempre como referência objetiva, Juiz de Fora.

II.2 – Invertendo capitais: a financeirização da economia citadina

Para Lipovetsky (2009), além do progresso alcançado em todas as áreas do conhecimento, o final do século XIX destaca-se também por sua imanente

antinomia, ou seja, seu estado de contradição latente e constante que transparece em todas as esferas da vida social, irrompendo uma série de paradigmas⁶⁴.

A antinomia à qual o autor se refere esteve presente desde o início do século em questão, mas começou a explicitar-se de forma concreta pelo viés artístico, com o movimento modernista⁶⁵. A despeito de seu caráter iconoclasta, em um aspecto o movimento modernista reproduziu – e acentuou – alguns preceitos da classe dominante: a cultura centrada no “eu”.

Sabemos que nas primeiras décadas do século XIX o liberalismo, sustentáculo político, econômico e ideológico da burguesia, já obtinha grande sucesso na difusão de seus ideais pela Europa e Estados Unidos, onde enaltecia a propriedade privada, o livre mercado, o Estado de direito e o *individualismo metodológico*, ou seja, a crença nos indivíduos enquanto unidade básica de compreensão, juízo e ação sobre a realidade.

Por outro lado, sabemos também que a burguesia, enquanto classe instituída no poder e sequiosa por sua manutenção, era extremamente conservadora no que diz respeito à reprodução do *establishment*, tolhendo desvios de conduta e subversões. Nas palavras de Lipovetsky, a burguesia introduzia uma novidade, um individualismo radical no domínio econômico, porém, “a ordem cultural na qual ela se desenvolveu permaneceu disciplinar, autoritária” (2009, p.63), mantendo a ética e a moral protestante – daí a antinomia do período.

David Harvey faz uma enorme contribuição ao tema em sua obra “*Condição Pós-Moderna*” (1999). O geógrafo asserta que o modernismo artístico surgido antes da primeira guerra não foi o pioneiro das mudanças culturais⁶⁶, mas constituiu-se

⁶⁴ Nos países recém-colonizados estas contradições apareciam com maior vigor, já que conviviam simultaneamente com duas, ou até mesmo três matrizes de pensamento distintas: aquela que era exportada da metrópole (seja essa relação metrópole-colônia institucionalizada econômica e politicamente ou não), aquela que se formava na colônia a partir de sua conquista, e aquela remanescente das civilizações pré-existentes. Em “Paradoxos da Modernidade: Rio de Janeiro do período joanino, 1808-1821”, Maurício de Abreu investiga justamente essa contradição existente entre um modo de vida colonial e um modo de vida metropolitano, que fora imposto com a chegada da família real no Brasil, em 1808 (ABREU, 2014, p.359-398).

⁶⁵ A invenção da fotografia passava a registrar de forma mais célere e precisa as pessoas, as paisagens, tornando desnecessária e obsoleta a figura do artista. Atentos à essa perda de espaço na sociedade e no mercado, desde a década de 1870 a vanguarda buscou conferir novo fôlego à arte desconstruindo o espaço da representação clássica, deturpando as formas e sintaxes instituídas, e insurgindo contra a ordem oficial e o academicismo reinante até então (LIPOVETSKY, 2009, p.61).

⁶⁶ É necessário, portanto, deixar claro que o movimento modernista não inventa a cultura do individualismo – nem tampouco a consolida na sociedade. Quem fará isso é o capitalismo, sobretudo

mais como uma reação às novas formas de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), circulação (os novos sistemas de transporte e comunicação) e de consumo (a ascensão dos mercados de massa, da publicidade, da moda) presentes naquele momento (1999, p.32).

Lipovetsky (2009), apesar de enfatizar a figura do artista enquanto uma classe inovadora (cujos valores centravam-se no hedonismo, na intensidade da vida, no desregramento em todos os sentidos: dos impulsos, da imaginação, das experiências) ratifica a análise de Harvey e vai ligeiramente além, num ponto onde gostaríamos de chegar.

O autor argumenta que, “se observarmos a cultura sob o ângulo do modo de vida, é o próprio capitalismo, e não o modernismo artístico que vai ser o artesanato principal da cultura hedonista” (2009, p.63). Passa, então, a elencar fatores que sustentem seu argumento:

Com a difusão em larga escala de objetos considerados até então de luxo [produção e circulação], com a publicidade, a moda, a mídia de massa e, *principalmente o crédito* [consumo] – cuja instituição solapa diretamente o

a partir do fordismo. O movimento artístico apenas perfaz o caminho que já vinha há séculos se desenvolvendo (LIPOVETSKY, 2009, p.67). Neste ponto, há uma convergência entre os autores que se debruçaram sobre tal querela: tanto Lipovetsky (2009), quanto Richard Sennett (1988) e Hanna Arendt (1997) concordam que o culto moderno à singularidade se inicia com Rousseau. Em sua análise sobre a “condição humana”, Arendt busca compreender a natureza do homem constituída no equilíbrio entre as esferas pública e privada. Na busca da estirpe desta divisão da vida entre estas duas esferas, a autora nos leva até o apogeu da *polis* grega – onde esta relação encontrou sua primazia –, passando pelo Império Romano e sua posterior dissolução – momento no qual o significado do caráter privativo da privatividade já perdia seu lastro –, e a emersão do cristianismo enquanto o elemento que irá obliterar a esfera pública – uma vez que sua comunidade se organizava numa base familiar, a irmandade cristã (ARENDR, 1997). Com a modernidade, vão se tornando cada vez mais imperceptíveis as distinções entre o público e o privado e é neste contexto que a autora aponta Rousseau como o arauto do individualismo moderno. De forma resumida, o pensamento do filósofo iluminista “conduz uma supervalorização da intimidade e da autenticidade, resultando numa valorização do ‘eu’ e numa tirania da intimidade” (CAMPOS, 2001, p.20). Deste modo, segundo Arendt, seu pensamento atenuou as distinções entre a esfera privada e a esfera da intimidade, produzindo uma “estreita relação entre o social e o íntimo” (1997, p.49). No mesmo sentido, Sennett acredita que a obra de Rousseau foi crucial no processo de gestação da “sociedade intimista”, ou seja, uma sociedade na qual as pessoas “acreditam que o intercâmbio entre os indivíduos são demonstrações de personalidade, inclinando-se, assim, a expor em público sua intimidade e sua personalidade individual” (CAMPOS, 2001, p.20). Ao longo do século XIX estes fatores são amalgamados dando forma a um homem que, preso à esfera privada, ao seu mundo íntimo e exclusivo, é incapaz de vir a público e declarar sua condição política. A vida pública torna-se questão de obrigação formal (SENNETT, 1988, p.15). Desta forma, o modernismo fertilizará uma cultura individualista que já se apresentava em vários aspectos no comportamento da segunda metade do século dezenove. É quando emergirá com grande poder alguns elementos que ainda permeiam os tempos contemporâneos, como a busca incessante pelo bem-estar, pelos prazeres materiais, a cultura do casamento por inclinação, as novas danças, a emergência de uma moda de se vestir, o gosto pelos esportes, mas, também, o aumento de suicídios (LIPOVETSKY, 2009, p.67).

princípio da poupança –, a moral puritana cede lugar aos impulsos (LIPOVETSKY, 2009, p.64, grifo nosso).

Como bem observa o filósofo francês, a institucionalização e difusão do crédito na sociedade resultaram na perda de um sentido de planejamento, de futuro: “antes, era preciso primeiro economizar para depois comprar. Mas com o crédito tornou-se possível satisfazer imediatamente todos os desejos” (2009, p.64). Neste ponto fundamenta-se o processo de dissolução do sujeito dotado da capacidade de projetar-se no porvir. Somente importa o aqui e o agora, “o hedonismo se torna o ‘princípio axial’ da cultura moderna” (LIPOVETSKY, 2009, p.64).

Como destaca Lipovetsky, o acesso ao crédito e as reformulações na esfera da produção e circulação modificaram completamente o mundo no século XIX. Tal desconstrução se conformaria ao final do século numa nítida revolução, uma ruptura na trama do tempo, uma “descontinuidade entre o antes e depois e a afirmação resoluta de uma outra ordem” (LIPOVETSKY, 2009, p.61). Com o processo de intercâmbio mundial cada vez mais intenso, Juiz de Fora viveu, em sua própria medida, o alvorecer dessas relações baseadas na esfera financeira que iriam, ao longo do século XX, dissolver toda uma tradição construída até o momento pela sociedade.

* * *

Como viemos desenvolvendo até esse ponto, Juiz de Fora experimentou de inúmeras maneiras o processo de modernização vivido pela sociedade, inclusive pelo viés artístico⁶⁷. Todavia seu processo econômico, ainda não foi explanado, e

⁶⁷ Um dos precursores do movimento modernista no Brasil foi o pintor Hipólito Caron. Formado pela Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, logo rompeu com o academicismo presente na instituição integrando-se ao Grupo Grimm (grupo formado pelo ex-professor da Academia Imperial de Belas Artes, o alemão Georg Grimm que, inconformado com os rígidos padrões de ensino da instituição, abandonou-a, abrindo seu próprio atelier em Niterói; seus métodos buscavam romper com o formalismo acadêmico, destacando-se a pintura ao ar livre), em 1883. Pouco depois, viajou para a França, onde entrou em contato com esta efervescência cultural e com o movimento artístico em questão, incorporando, ainda que discretamente, traços da pintura impressionista. Filho de um padeiro francês, Caron radicou-se ainda quando criança em Juiz de Fora, perfazendo grande parte de sua carreira na cidade, como, por exemplo, sua primeira exposição individual em 1883. Estabeleceu-se definitivamente no município a partir de 1890, quando realizou mais uma exposição no salão do jornal *O Pharol*, juntamente com outro pintor impressionista de destaque, Giovanni Castagneto. Na cidade, trabalhou como retratista e decorador de ambientes para a elite local, mas

faz-se extremamente necessário, pois é dele que decorre a inflexão urbana observada no período posterior, objeto central do nosso trabalho.

Procuramos elucidar o processo de financeirização da economia de Juiz de Fora a partir de dois vieses: por meio do crescente número de sociedades anônimas abertas na cidade e pela profusão da emissão de títulos da dívida pública por parte da municipalidade. Ambas eram, em grande medida, subsidiadas pelos Barões do Café.

A economia do café, sobre a qual o município se sustentava desde 1850⁶⁸, fomentou sobremaneira o surgimento de um ativo mercado de crédito na cidade.

também exerceu trabalho jornalístico como correspondente do próprio jornal *O Pharol* e como colaborador ativo da publicação semanal “Ilustração Mineira”. Nos carnavais de 1891 e 1892, fez as decorações dos festejos e participou do Clube Carnavalesco dos Sortistas. O destino, porém, quis que numa de suas viagens a trabalho, como correspondente do jornal *O Pharol*, em 1892, o artista contraísse febre amarela e viesse a falecer, precocemente, aos 30 anos de idade (VALE, 2001, p.74).

⁶⁸ “Concomitantemente ao ocaso da mineração, a produção de café vinha se expandindo pelo estado fluminense no início do século XIX. Segundo Giroletti (1988, p.27), à medida que seu consumo se popularizava, seu valor comercial aumentava, parecendo uma boa solução econômica para substituir a extração mineral na província. Através do Caminho Novo, o café chega a Zona da Mata, sendo sua primeira aparição nas estatísticas das exportações de Minas em 1818/19 (GIROLETTI, 1988, p.28). O processo de reajuste econômico causado por essa transição causou também reajustes demográficos. As regiões mineradoras do interior do estado tinham se transformado em uma área de expulsão da população, e a Zona da Mata, pela primeira vez, passou a ser um polo de atração para essa população. O surto cafeeiro seria a ‘mola econômica’ desencadeadora desse fluxo migratório (GIROLETTI, 1988, p.29). Em 1829, dez anos após sua primeira aparição, seu volume produtivo já tinha aumentado em 735% e, para Giroletti (1988, p.29), este impulso esteve ligado a três fatores: primeiro, a abundância de mão-de-obra escrava; segundo, terras virgens de fácil aquisição; e terceiro preço estimulador do grão no mercado. A cada dez anos a produção aproximadamente triplicava, tornando seu cultivo uma febre em grande parte de Minas, mas tendo na Zona da Mata seu carro chefe, sendo essa região responsável por mais de 99% da exportação mineira de café. Nas primeiras décadas do século XIX, Juiz de Fora possuía o comércio de tropas como sua atividade econômica, o povoado detinha uma grande quantidade de ranchos e plantações de milho para alimentar os burros e muares dos tropeiros. Paulatinamente há uma transição dessa agricultura de alimentos, escassamente mercantilizada, para a agricultura de exportação, vinculada ao setor de mercado externo (PIRES, 1993, p.112). Giroletti (1988, p.97), citando Revert Klumb, diz que a fazenda do Barão de Bertioga foi uma das primeiras a se plantar café – quando ainda ‘plebeu’, foi coagido por seu superior a empreender essa cultura em meio a seus campos de milho, tal grão, foi responsável por sua fortuna e seu título. Deve-se notar que ainda havia uma descrença com relação ao plantio do café por aqui, sendo superada somente quando seu valor comercial começa a crescer exponencialmente, deixando aqueles que seriam os Barões do Café em grande opulência. Dentre as cidades dessa região, Juiz de Fora tinha a segunda maior produção na metade do século XIX superando as 200.000 arrobas. [...] No que diz respeito à mão-de-obra, este período se beneficiou da abundante população escrava, segundo o Recenseamento Geral do Império de 1872, dos 1.510.000 escravos, 820.000 se concentravam nas províncias cafeeiras, dessas Minas possuía o maior plantel, 340.490 e, dos polos cafeeiros, Juiz de Fora foi o único a ter mais de 20.000 escravos, em 1886, trabalhando em suas lavouras de café, mostrando assim sua relevância nacional (GIROLETTI, 1988, p.32). Segundo Pires (1993, *apud* SARAIVA, 2002, p.6), apesar de a mão-de-obra escrava ter sido massivamente utilizada durante o século XIX, a lei Áurea não foi um fator limitante para o crescimento produtivo, visto que esse não entra em decadência após a abolição, ao contrário, continua ascendente por todo o período. Cabe ressaltar ainda que a mão-de-obra imigrante não veio para suprir os escravos, sendo sua força direcionada

De modo geral, podemos dizer que especialmente em uma economia baseada na produção primária, faz-se mister um excedente financeiro, já que o capital somente realiza-se sazonalmente, no período da colheita, enquanto que as necessidades dos produtores são correntes, ao longo de todo o ano. Nesse sentido, o desenvolvimento de um mercado de capitais para empréstimos de curto prazo é mais do que natural na história das sociedades. Com o café não é diferente, de acordo com Anderson Pires,

a produção cafeeira, meramente por ser uma produção agrícola, mas também por suas especificidades físicas ou agrônômicas, já impõe uma estrutura de demanda de recursos financeiros cuja não satisfação pode comprometer [...] todo o seu processo de reprodução e acumulação de capital, envolvendo o conjunto do sistema que nela se fundamenta. [...] Dessa forma, é natural que surja nestas economias toda uma estrutura de fornecimento de crédito de natureza comercial, seja através de adiantamentos de mercadorias de consumo corrente diretamente por comerciantes (eventualmente não produzidas pelos próprios proprietários agrícolas), ou através de algum intermediário como foi o caso do comissário em algumas culturas de exportação (2009, pp.194-195).

A tese do autor gira entorno do fato de Juiz de Fora reunir, ao mesmo tempo, uma *demand a por financiamento e recursos disponíveis em forma de poupança*. Isso por que os produtores de café não eram uma “massa invariável”, mas um grupo que reunia pessoas em diferentes posições econômicas. E essa característica é fundamental para o desenvolvimento de um mercado financeiro: “a existência, em um mesmo espaço econômico, de unidades ou agentes superavitários e unidades ou agentes deficitários⁶⁹, em torno dos quais vão se efetivar os fluxos de recursos de empréstimos” (PIRES, 2009, p.198). Essa inversão de capitais de uma esfera para outra irá ampliar os investimentos para o setor urbano-industrial e fomentar o processo de desenvolvimento espacial e econômico de Juiz de Fora. Concomitantemente, irá também evitar o escoamento de parte considerável da riqueza gerada em Juiz de Fora para outras praças, como o Rio de Janeiro.

para as atividades urbanas e industriais que ali se desenvolviam. O impulso do café contribuiu não somente para o aumento da população escrava, mas também da população livre” (BARBOSA, Y., 2013, p.34 et seq.).

⁶⁹ Utilizamos aqui a expressão proposta por Pires (2009), mas há de se relativizar esse adjetivo, já que esses agentes também detinham um volume significativo de capital. É, portanto, apenas na relação com os grandes produtores de café da região que esses agentes se apresentam como “deficitários”.

Essa inversão de capital excedente não tardou a ocorrer em Juiz de Fora. Já em 1854, a idealizada Companhia União & Indústria prescindiu de um grande volume de capital agrário para realizar suas ações. A infraestrutura resultante dessa sociedade anônima (a Estrada União & Indústria) permitiu uma maior concentração da produção regional de café em Juiz de Fora, o que aumentou o volume de capital circulante na cidade.

Como fomos acompanhando no tópico I.2, o advento da ferrovia no Brasil deixaria rapidamente a Estrada União & Indústria obsoleta. Nesse sentido, foram organizadas ao longo da década de 1870 mais duas sociedades anônimas de capital aberto que contariam com o investimento dos próprios produtores locais: a Companhia Estrada de Ferro Juiz de Fora a Piau (1871) e a Companhia Estrada de Ferro União Mineira (1878) (PIRES, 2009, p.303).

Até esse momento, a abertura de qualquer sociedade anônima prescindia da outorga do governo, fato que atravancava o número de empreendimentos no país, já que era necessário um alto volume de capital para abrir uma firma⁷⁰. Não obstante, a partir de 1882 entra em vigor a Lei Nº 3.150, que visava regular o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas. Em seu artigo primeiro, dispensava a autorização para o funcionamento dessa modalidade de empreendimento: “as companhias ou sociedades anonymas, quer o seu objecto seja commercial quer civil, se podem estabelecer sem autorização do Governo”. Doravante há, então, um aumento exponencial dessas organizações, e Juiz de Fora registra esse fenômeno.

Nos sete anos entre essa legislação e o fim do período imperial, doze sociedades anônimas são abertas na cidade, entre elas, a “Companhia Ferrocarril Bonds de Juiz de Fora” (1882), que cuidava do transporte público na cidade, a “Companhia Industrial Mineira” (1883), a “Associação Promotora de Imigração” (1887) e a “Companhia Mineira de Eletricidade” (1888). Como nosso foco centra-se no processo de financeirização da economia da cidade, cabe destacar a abertura

⁷⁰ Essa lei estava em vigor desde 1860 e ficou conhecida como a “Lei dos Entraves”. De acordo com ela, “[...] as sociedades só seriam autorizadas a funcionar se dessem provas ao Governo da capacidade de autofinanciamento”, e, “como o mercado acionário, que em tese poderia proporcionar fundos para esses empreendimentos, era inexistente, somente capitais de maior porte poderiam enquadrar-se nessas exigências” (TANNURI, 1981, pp.31-32). Há de se observar ainda, que, apesar de facilitar a abertura de sociedades anônimas, a revogação da Lei dos Entraves não significou a criação de um mercado de ações, já que continuava proibida a comercialização de tais papéis.

de duas casas bancárias no período⁷¹: o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1887) e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889). Como, todavia, esses empreendimentos são filhos legítimos da conjuntura do Encilhamento, reservamos algumas linhas no capítulo seguinte para tratarmos sobre sua criação e desenvolvimento.

Tabela 04 – Sociedades Anônimas fundadas em Juiz de Fora durante o período imperial

Companhia	Capital Nominal⁷²	Fundação	Liquidação	Setor
Companhia União e Indústria	5.000:000\$	1854	1872	Transporte
Companhia Estrada de Ferro Juiz de Fora a Piauí	1.200:000\$	1871	1898	Estrada de Ferro
Companhia Estrada de Ferro União Mineira	-	1878	1884	Estrada de Ferro
Empresa dos Lavradores	80:000\$	1882	1885	Agrícola
Companhia Ferrocarril Bonds de Juiz de Fora	100:000\$	1882	1897	Transporte Urbano
Companhia Industrial Mineira	1.200:000\$	1883	1933	Têxtil
Estrada de Ferro Carril Parahybuna e Porto das Flores	-	1884	1888	Estrada de Ferro

⁷¹ O processo de abertura dessas e outras casas bancárias em Juiz de Fora foi amplamente analisado por Marcus Croce (2008) em seu trabalho.

⁷² Essa é a primeira referência direta à valores na moeda corrente naquele tempo, o mil-réis. Essa nota pretende sanar um dos grandes desafios de quem mergulha no passado: se deparar com valores que são apenas números, ou seja, não fazem sentido analítico algum pois ainda não construímos referências comparativas para sopesar. Primeiramente, sobre como ler essa moeda: os valores mais módicos, ficavam na casa do “réis” apenas (20 réis, o famoso vintém, 80 réis, o tostão, 400 réis, o cruzado, e assim sucessivamente), ao romper essa barreira, chamavam os “mil-réis”, daí em diante, sua notação ganhava o cifrão (1\$000, mil-réis, 100\$000, cem mil-réis, 500\$000, quinhentos mil-réis), chegando na casa do milhão, na notação ganhava dois pontos e a expressão “conto” (1:000\$000, um conto de réis, 100:000\$000, cem contos de réis, etc.). Nesses valores era comum abreviar a notificação em virtude do excesso de zeros, como expressamos nessa tabela (80:000\$, 100:000\$, etc.), sua designação, todavia, permanecia a mesma. Agora, em relação aos valores, a média de salário mensal pago à um funcionário de uma indústria têxtil no ano de 1897 era de 63\$120 (sessenta e três mil e cento e vinte réis), para uma média de 24 dias trabalhados por mês (OLIVEIRA, 2010, p.464). O salário anual do Presidente da Câmara, Ambrósio Viera, era de 10:000\$000 (dez contos de réis), uma média de 830\$000 (oitocentos e trinta mil-réis) por mês. Já o valor aproximado da Tecelagem Bernardo Mascarenhas (incluindo prédio, móveis e utensílios, maquinismos, fios e tecidos) em 1892, 170:000\$000 (cento e setenta contos de réis) (OLIVEIRA, 2010, p.446). Por fim, a arrecadação de Juiz de Fora para ao no de 1893 foi de quase 500:000\$000 (quinhentos contos de réis).

Associação Promotora de Imigração	400:000\$	1887	n.d.	Imigração
Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais	1.000:000\$	1887	1892	Financeiro
Companhia de Gás de Juiz de Fora	200:000\$	1887	n.d.	Serviço Público
Companhia Pastoril Mineira	1.000:000\$	1888	1896	Agrícola
Companhia Mineira de Eletricidade	150:000\$	1888	-	Energia
Companhia Organização Agrícola Mineira	300:000\$	1889	1896	Agrícola
Companhia Estrada de Ferro Santa Izabel do Rio Preto	-	1889	1899	Estrada de Ferro
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	500:000\$	1889	-	Financeiro

Fonte: PIRES, 2009, p.303 (adaptado).

A partir da formação dessas sociedades anônimas podemos observar uma dinamização das relações econômicas na cidade, que diversificou os setores produtivos e fomentou novos negócios, tanto comerciais quanto industriais. Anderson Pires (2004, p.295) observa um espessamento dessas atividades a partir de 1887, demarcando, portanto, uma divisória a partir da qual se inicia a conjuntura do Encilhamento. As sociedades anônimas bancárias, em especial, contribuíram para essa ambiência, uma vez que mediavam o processo de transferência de capital dos setores agrários para os setores secundários e terciários, além de atuarem propriamente como emissores de moeda, como no caso do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais. O setor privado aproveitou como pôde as migalhas que lhe foram jogadas ao longo do período imperial, e essas sociedades anônimas são provas disso, mas, e a esfera pública? Estaria ela vivenciado situação distinta?

* * *

Desde sua emancipação (1850), as finanças do município traçaram uma trajetória ascendente. Paulino de Oliveira (1966), ao narrar a “História de Juiz de Fora”, revela esse processo.

A cidade, iniciando sua organização burocrática, ainda em seus primeiros anos de existência, 1853-54, orçou suas receitas em 680\$000. As despesas, igualmente tacanhas, distribuíam-se entre: obras públicas (quase um terço do erário), secretário, porteiro, estafeta, limpeza e iluminação da cadeia, eleições e gastos eventuais (OLIVEIRA, 1966, p.28).

Essa situação não durou muito, à medida em que a produção cafeeira da região crescia, atraía novos habitantes, e, dessa forma, o município ampliava, ano após ano, sua população e sua arrecadação:

[...] Desde então se observava a praxe, quase sempre seguida pelos nossos administradores, de calcular com pessimismo a renda e aproveitar o excesso de arrecadação em obras de interesse coletivo, *sem lançar mão de recursos extraordinários*, a não ser em caso de calamidade pública ou para a realização de serviço de vulto, de inadiável execução (OLIVEIRA, 1966, p.28).

Observa-se, portanto, que o erário municipal era planejado com certa margem de segurança, tanto na arrecadação quanto nas despesas (gastos eventuais). Isso tornava sua economia autossustentável, ou seja, prescindia a adoção de recursos extraordinários.

Tal era a eficácia dessa política que para o ano de 1858-59 estava prevista uma receita de 3:300\$000, porém, a arrecadação municipal atingiu mais que o dobro desta cifra, 7:637\$680. Superando as expectativas, o poder público não foi capaz de consumir toda a verba, sobejando 2:077\$163 para o exercício seguinte (OLIVEIRA, 1966, p.28).

A receita municipal ao menos dobrava a cada ano. A contar de 1853, em oito anos houve um aumento superior a 1.300%, chegando a 9:471\$167 em 1861 – a terceira maior arrecadação da província de Minas Gerais, atrás apenas das cidades de Ouro Preto e São João Del-Rei, que ainda viviam das reminiscências do ciclo do ouro e da burocracia estatal trazida com ele.

O crescimento demográfico de Juiz de Fora não ficou para trás e interferiu diretamente no pecúlio municipal: se por um lado aumentava o universo de sujeitos sobre o qual recaía os impostos, por outro, era demandado uma série de políticas e serviços que outrora eram inexistentes, ou até mesmo desnecessários, onerando, assim, o cofre público. Entre 1854 e 1872, a população total (incluindo aquela

escravizada) saltou de 6.456 para 18.775, fato que refletiria diretamente no crescimento da malha urbana e do setor comercial, diversificando as atividades econômicas. Esse crescimento demográfico registrado “[...] demandaria também um conjunto de intervenções espaciais e de equipamentos urbanos que garantissem a fluidez da produção e do capital” (CORDOVIL, 2013, p.96).

Dessa forma, o descompasso entre a arrecadação municipal e a demanda por serviços foi se tornando mais severo a cada ano. Apesar de, como aduziu Oliveira, a realização de serviços de vulto ocorrer com o auxílio da ação benemérita dos “cidadãos de bem”⁷³, não havia uma formalização dessa prática por parte da municipalidade e, principalmente, não se tratava de um negócio⁷⁴.

Para sanar tal descompasso e normatizar esse processo de arrecadação, são formalizados os títulos da dívida pública municipal, passando a ser, essa, a principal fonte de arrecadação extraordinária de Juiz de Fora a partir de 1863. Esse tema, é objeto do trabalho de Duarte (2013), que se debruçou sobre a formação do mercado financeiro e do crédito público em Juiz de Fora. De acordo com o autor,

[...] em determinadas circunstâncias a iniciativa privada não dá conta de solucionar problemas infraestruturais, seja pela grande quantidade de capital necessário ao investimento ou mesmo pela falta de interesse de aplicar recursos financeiros num investimento arriscado ou pouco lucrativo. Sendo assim, a iniciativa empreendedora do poder público é extremamente necessária em determinadas circunstâncias (2013, p.92).

As apólices da dívida pública funcionam como uma forma de investimento, para o público comum, e como fonte de arrecadação, para o órgão expediente:

⁷³ Vide, em 1852, a compra de uma propriedade da família Halfeld por 3:500\$000, onde passou a funcionar a Câmara Municipal da cidade. A subscrição para sua aquisição ultrapassou o valor esperado (o próprio Henrique Halfeld contribuiu com 1:000\$000) e o restante foi empregado para a compra da casa ao lado, e designado para o funcionamento da cadeia. Oliveira (1966, p.27) não menciona se tal subscrição teve a auferição de lucro como finalidade. A aspas em “ação benemérita” vêm do fato de entendermos que tais ações beneficiavam, por vezes, mais o próprio agente do que a municipalidade. Nesse caso em especial, sendo a família Halfeld a proprietária de parte dos terrenos ao longo da rua Direita, a valorização do solo decorrente da instalação da Câmara era mais que evidente, colocando em xeque o propósito supostamente coletivista de tal ação.

⁷⁴ Como demonstra Duarte, este processo acontecia de forma assaz informal, muitas vezes sem compromisso algum capitalista. Pedidos triviais eram feitos através dos jornais da época, como a subscrição realizada pelo Pe. Las-Casas visando angariar fundos para realização de obras na igreja Matriz (1883), a subscrição realizada por Francisco Brandi “em favor das vítimas das inundações na Itália” (1883), ou, até mesmo, o “auxílio à viúva do engenheiro Alfredo de Barros Vasconcellos” (1883). Solicitações que movia “cidadãos beneméritos”, seja pela busca de notoriedade ou por mera benevolência, ao auxílio (2013, p.90).

- i) o órgão público, necessitando de uma verba extraordinária, lança no mercado papéis para venda;
- ii) o público possuidor de excedente de capital e poupança compra esses papéis;
- iii) o órgão público executa aquilo que foi proposto com o valor arrecadado;
- iv) o órgão público paga com juros e à longo prazo, aquele papel que foi comprado pelo investidor;
- v) o investidor auferir lucro desse capital, sem passar diretamente pelo processo produtivo ($D - D'$);
- vi) ainda, esse capital, mesmo “aprisionado” na forma de apólice, é móvel (ou seja, o comprador pode, havendo demanda, se desfazer dele);
- vii) desenvolve-se, então, um mercado de capitais, que promove a compra e venda dessas apólices que se valorizam ou desvalorizam, mediante a conjuntura econômica.

Esse mercado de capitais pode, ainda, ser *primário* ou *secundário*. No mercado primário “[...] são transacionados em primeira-mão os títulos emitidos pelo governo (de sua dívida pública) mediante leilões. Os operadores deste mercado revendem então tais títulos no mercado secundário aos investidores em geral”. O mercado secundário é a “[...] fase do mercado de ações e títulos que vem logo em seguida ao mercado primário e se caracteriza pela obrigatoriedade de se fazer as transações nas Bolsas de Valores” (SANDRONI, 1999, p.382).

As cidades de Salvador (1817), Rio de Janeiro (1820) e São Paulo (1890) constituíram um mercado secundário a partir da criação das Bolsas de Valores. O mercado de capitais desenvolvido em Juiz de Fora ao longo da primeira metade do século XIX, por sua vez, “[...] têm como característica singular a ausência de uma instituição dedicada exclusivamente à realização das transações financeiras, o que define este mercado como primário”, também chamado de *mercado de balcão* (DUARTE, 2013, p.99).

A compra e venda de papéis, todavia, não se dava em praça pública, havia locais específicos onde tais transações ocorriam em Juiz de Fora, como “[...] nos escritórios de negócios, nos Bancos e mesmo na Câmara Municipal, no caso específico dos títulos públicos de Juiz de Fora” (DUARTE, 2013, p.99). As imagens a seguir comprovam tal assertiva:

Figura 07 – Publicidade do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1888)

BANCO

TERRITORIAL E MERCANTIL

DE MINAS

34 RUA DIREITA 34

JUIZ DE FORA

Capital do Banco. . . . 1,000:000\$000
Dito realizado. 300:000\$000

*Dividido em 5 000 acções de 200\$000
cada uma*

Este Banco faz as seguintes operações :

Desconta letras do thesouro e outros papeis de credito.
Empresta dinheiro sob caução de titulos publicos.
Lança emprestimo por conta de companhias ou empresas.

Realisa por conta de terceiros mediante modica commissão :
Cobranças e pagamentos, compra e venda de fundos publicos, acções e outros titulos.

Recebe dinheiro a premio :

Em conta corrente de movimento.	3 % ao anno
Tres mezes.	4 % » »
Quatro a seis mezes.	5 % » »
Sete a doze mezes.	6 % » »

AGENCIA NA CORTE

24 Rua Visconde de Inhauma 24

Fonte: O PHAROL, 28 jan. 1888.

Figura 08 – Pagamento de juro do empréstimo municipal de 1893
no Banco do Crédito Real



Fonte: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República. Série: 14 - 21/1 Caixa: 01 *apud*. DUARTE, 2013, p.100.

O levantamento de Duarte (2013) acerca dos empréstimos efetuados pela Câmara Municipal de Juiz de Fora revela certa recorrência nessa prática. Segundo o autor, o primeiro empréstimo municipal aparece em 1863 e realizou um capital de 11:873\$989, que foi pago no decorrer de dois anos aos investidores, acrescido de 8% de juros. Por sua vez, Paulino de Oliveira (1966, p.97) localiza esse primeiro empréstimo em 1867, quando a Câmara decide imprimir papéis no valor de 100\$000 cada, captando recursos para o calçamento da rua Direita. Ao que indica Oliveira (1966, p.98), não houve pagamento de juros (indicando certo caríz filantrópico) e nem fora fixada uma meta de arrecadação, de modo que seu valor provavelmente não foi superior ao orçamento previsto para a própria obra. Miranda também identifica um empréstimo municipal sem juros ocorrido no ano de 1870. Os papéis foram “adquiridos por comerciantes, fazendeiros e industriais locais” (1990, p.103), e o valor seria resgatado no prazo de sete anos. Os próximos empréstimos de que temos notícia ocorreram somente na década seguinte, em 1885 e 1888, esses estão mais bem documentados e foram descritos detalhadamente por Duarte (2013) em seu trabalho.

A emissão de títulos da dívida pública para o ano de 1885 foi aprovada na Resolução da Câmara Municipal de 31 de agosto de 1884. Com juros de 8% ao ano, teve ampla adesão dos cafeicultores locais (compuseram cerca de 60% dos subscritores) angariando uma significativa verba extraordinária de 102:200\$000 (DUARTE, 2013, p.102). De acordo com Croce, não somente os cafeicultores, mas as sociedades anônimas do setor agrícola tiveram participação na evolução do mercado de capitais desenvolvido em Juiz de Fora, principalmente ao “sistematizarem certa parceria com o aparelho do Estado, incrementando os interesses agrários locais e colocando papéis no mercado” (2006, p.286).

O empréstimo seguinte, de 1888, seria destinado para as obras de assentamento de passeios e o calçamento das ruas – cabe lembrar que boa parte das ruas da cidade ainda era de terra e ficavam intransitáveis nos períodos chuvosos. Além disso, estava previsto também um prolongamento da rua São João até a rua 15 de Novembro, o que levava à desapropriação algumas habitações que ali se localizavam.

O prolongamento da rua S. João Nepomuceno, abrange exactamente o centro do Cortiço, que uma vez decretado, contribuirá para o desaparecimento das senzalas onde moram sentenas de pessoas, que alli se abrigam pela economia de aluguéis caros de melhores vivendas. Seus moradores vivem acabrunhados, oprimidos e apertados, pelo numero excessivo em que se acham. Vê-se-lhes no rosto o aspecto macilento, pallido, descorado, com olhos sem brilho, alem de cobardes sem coragem para o trabalho, timoratos e poltrões, acabrunhados e emprestaveis para qualquer tipo de missão: resultado do ar mephitico, viciado que respiram. [...] Continuar tal habitação no centro de uma cidade tão adiantada e prospera, como Juiz de Fora, é concorrer para um mal phisico e moral. (Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República Velha. Série: 53-57 Caixa: 76 apud DUARTE, 2013, p.105).

Como argumentamos no capítulo anterior, esse relato expressa a relação que a medicina fazia naquele tempo entre a qualidade do ar e a propagação de males (não somente físicos, mas morais), e também a expectativa da sociedade sobre a organização espacial de “uma cidade adiantada e próspera”. Dessa forma, observamos que a expulsão dessa população do centro da cidade era uma demanda premente. O custo esperado para a execução dessas obras girava em torno de 80:000\$000 e o empréstimo seria pago em um prazo de oito anos com juros de 6% ao ano. Entretanto, o valor arrecadado pelas subscrições não alcançou nem mesmo a metade do pretendido, 36:600\$000, demonstrando certa retração do

mercado, talvez fruto de uma intuição do processo político que decorria no país, responsável por reformular completamente as relações de trabalho, a partir de 1888, e reformular também os moldes da administração municipal, como veremos adiante.

O caso é que, de toda forma, percebemos uma gradação ascendente na prática do município de Juiz de Fora em dispor de recursos extraordinários, desde seus primeiros anos de fundação. A compra de títulos da dívida pública constitui investimento relativamente rentável e seguro nesse período, já que alguns ativos vinham se desvalorizando, como escravos, e outros ofereciam um risco maior, como a compra de ações das sociedades anônimas. Tal prática, portanto, tenderá a se intensificar com o fim da escravidão e com o advento da república no Brasil. Croce chama atenção para o desenvolvimento de uma espécie de “parceria público/privada em obras de infraestrutura pública, como instalação de rede de esgotos, pontes, iluminação a querosene, dentre outros” (2006, p.109).

Nesse contexto de escassez de recursos por parte da administração pública, os

[...] grupos sociais, como grande parte de fazendeiros e uma pequena parcela de comerciantes, financiavam infraestruturas públicas através da compra de títulos de dívida pública lançados pela Câmara Municipal de Juiz de Fora. Inicia-se então a formação de grupos sociais que, ao investir em sua localidade, passam a exigir também formas de melhorias dessa infraestrutura (CROCE, 2006, p.109).

O detalhe é que, nesse caso, as melhorias infraestruturais promovidas com o recurso favoreciam, via de regra, as próprias localidades onde essa burguesia residia, passando longe das demandas de uma periferia que ainda nem sequer tinha voz.

* * *

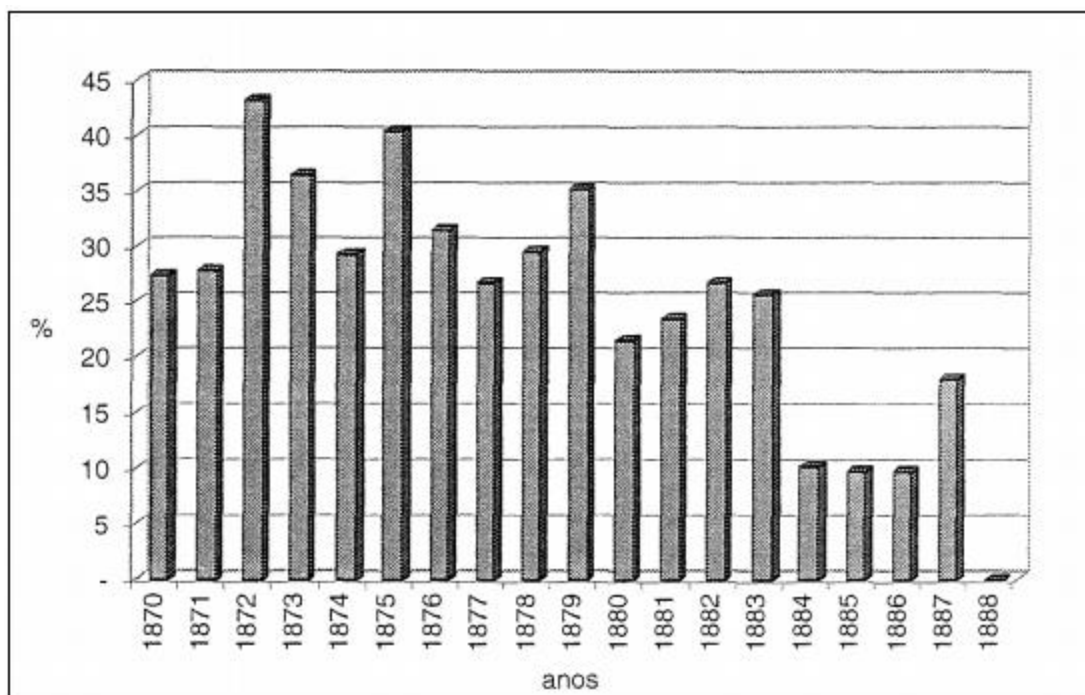
Um dos eventos que mais alavancou os investimentos no mercado financeiro na cidade foi a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Essa lei modifica não somente as relações sociais no Brasil, mas põe fim também a toda uma prática econômica calcada na comercialização do que era, até então, considerado um ativo – os

escravos. Em seu trabalho, Almico (2001) analisou, a partir de inventários *post-mortem*⁷⁵, a transformação da riqueza pessoal em Juiz de Fora no período de 1870 até 1914, e constatou que

Se antes do processo de abolição atingir seu fim o escravo era o principal ativo, ou melhor, o mais significativo, entre as opções de bens que existiam naquele momento, seguido de café e dívidas ativas, esse quadro sofreria algumas modificações no período posterior ao final da utilização da mão de obra escrava no Brasil, resultado dessa série de mudanças estruturais que ocorriam no país nesse momento (2001, p.XV).

Em decorrência das leis que progressivamente extinguíam essa forma de trabalho no Brasil (como a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885)), a participação de escravos no montante da riqueza registrado pelos inventários analisados decresceu ao longo do período, até o ano de 1888, quando esse percentual chega à zero.

Gráfico 03 – Participação de escravos no montante da riqueza (1870 – 1888)

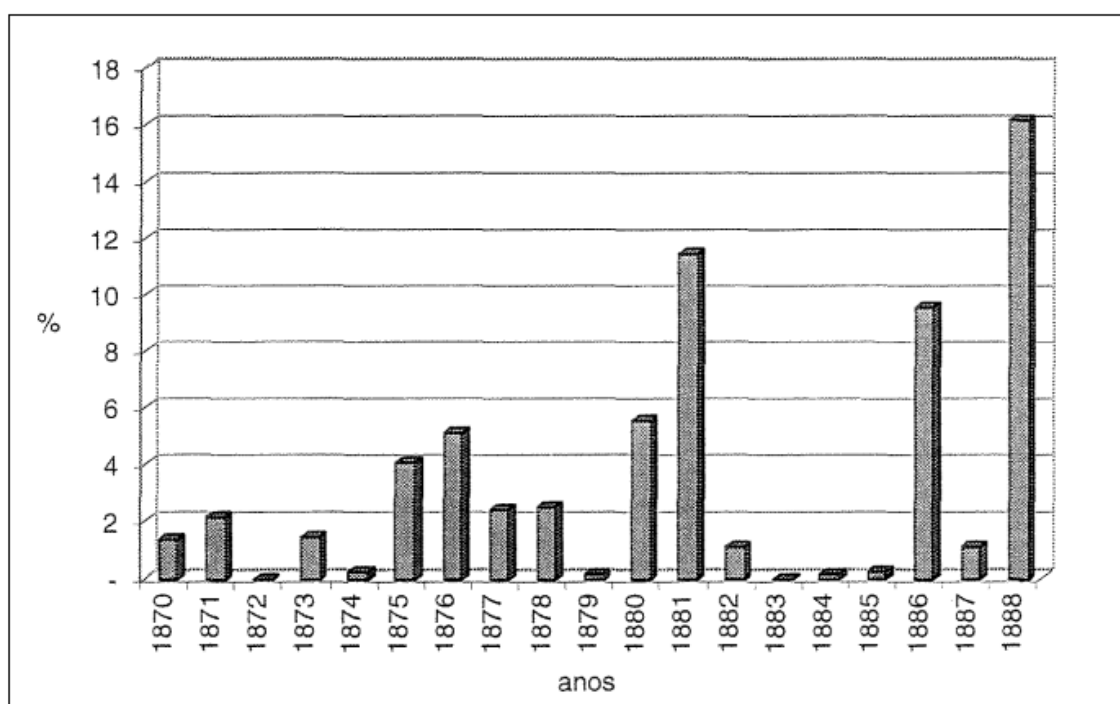


Fonte: inventários *post-mortem* – AHUFJF *apud* ALMICO, 2001, p.72.

⁷⁵ O inventário *post-mortem* é um documento exigido pelo Estado onde se relaciona todos os bens de um indivíduo na ocasião de seu falecimento para, assim, formalizar a partilha desse patrimônio entre seus herdeiros e sucessores.

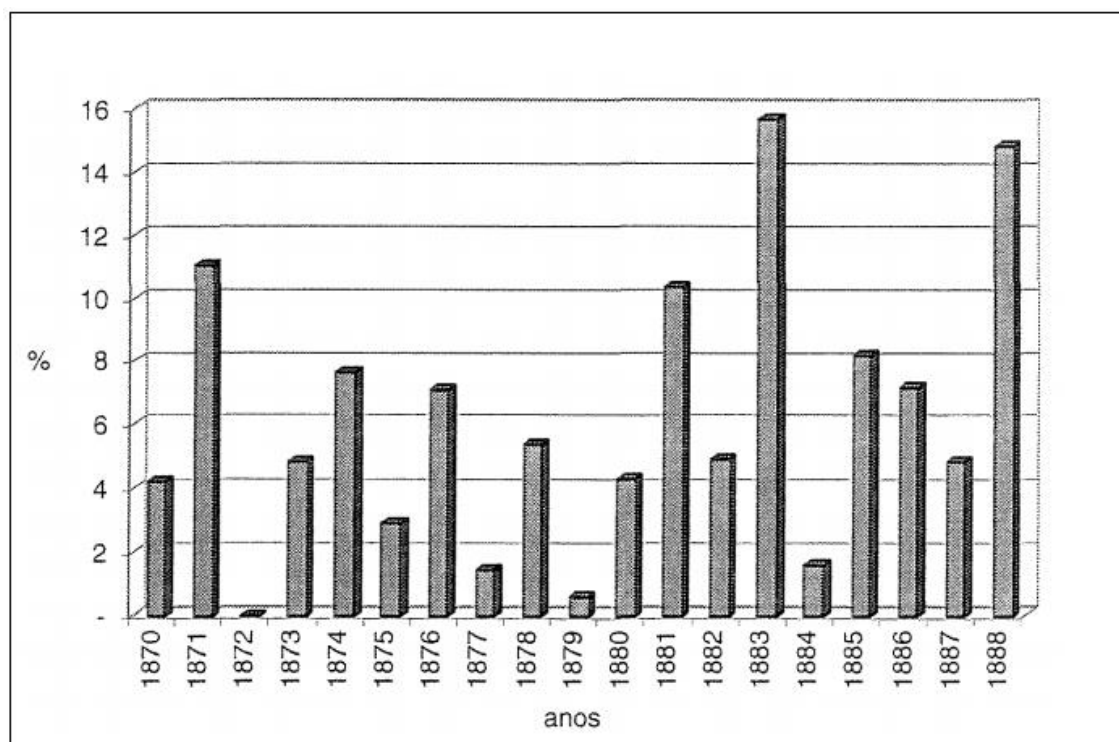
Se um ativo se desvaloriza, outros ocupam seu lugar no rol de bens patrimoniais de um indivíduo afortunado. Nesse contexto, Almico (2001) e Pires (2009) nos chamam atenção para essa inversão que ocorria nos investimentos que ia, na verdade, além de uma simples exclusão do “ativo” escravo do montante da riqueza, mas revelava a transição precisa de um espaço e uma economia tipicamente rural para um espaço e uma economia urbano-industrial em Juiz de Fora. Nesse momento, aqueles investimentos mais estreitamente ligados com meio rural (escravos, café, animais, benfeitorias) serão preteridos em razão dos investimentos urbanos – e principalmente aqueles voltados para a esfera financeira, que seria a menina dos olhos naquele momento (ações, títulos, dívida ativa, imóveis). Observe o crescimento desses ativos no período:

Gráfico 04 – Participação das ações no montante da riqueza (1870 – 1888)



Fonte: inventários *post-mortem* – AHUFJF *apud* ALMICO, 2001, p.85.

Gráfico 05 – Participação os títulos no montante da riqueza (1870 – 1888)



Fonte: inventários *post-mortem* – AHUFJF *apud* ALMICO, 2001, p.84.

A despeito de algumas anomalias, é possível observar nessas tabelas um crescimento da participação das ações no montante da riqueza pessoal em Juiz de Fora, especialmente a partir de 1881, quando a Lei dos Entraves é revogada, abrindo caminho para a constituição de várias sociedades anônimas na cidade. Para Almico, “[...] essas ações dão uma indicação do crescimento industrial e comercial pela qual a cidade passou, juntamente com a urbanização” (2001, p.85).

Ao mesmo tempo, observamos também um crescimento da participação dos títulos (definido pela autora como apólices, títulos da dívida pública, dotes e dinheiro que pertenciam ao inventariado na ocasião de sua morte), já que, como vimos, foi crescente a oferta desse tipo de investimento em Juiz de Fora, e “[...] a segurança a eles atribuída fazia desse ativo uma das formas mais atrativas de proteção patrimonial” (ALMICO, 2001, p.83).

O crescimento desses investimentos financeiros/urbanos em detrimento daqueles ligados ao meio rural fica ainda mais patente se compararmos os ativos presentes no período pré-abolição e aqueles presentes no período mais denso de nosso trabalho – a última década do século XIX:

Tabela 05 – Média percentual de participação dos ativos no montante da riqueza (1870-1888 / 1889-1898)

Ativos	Período	
	1870 - 1888	1889 - 1898
Escravos	24,8	0,0
Café	16,2	12,8
Animais	2,4	2,9
Terras	16,2	19,6
Casas	7,5	16,1
Benfeitorias	2,8	2,3
Objetos Pessoais	2,0	3,1
Alimentos	0,6	0,4
Dívida Ativa	17,4	18,2
Títulos	6,1	16,5
Ações	3,3	6,7
Terrenos	0,3	0,9

Fonte: inventários *post-mortem* – AHUFJF *apud* ALMICO, 2001, p.94; p.117 (adaptado).

Se comparado ao período anterior, o recorte temporal do qual se ocupa nosso trabalho presenciou uma redução de ativos como os escravos, levado à zero pela Lei Áurea, e também o café, principal gênero produzido na cidade, que reduziu em ¼ de sua participação no montante da riqueza registrada em Juiz de Fora. Por outro lado, houve um grande aumento dos ativos financeiros móveis, como os títulos (cerca de 170%) e as ações (cerca de 100%). Almico também destaca que

A maior mudança em relação ao período de 1870 até 1888, quando comparado ao período em questão (1889/1914), se dá com os ativos de ordem financeira. *Títulos, Ações e Dívida Ativa* aparecem com crescimento entre as principais participações na riqueza total de cada ano desse período. [Do período de 1889 a 1914] As *dívidas ativas* aparecem como ativo principal em dois anos, estando entre os três principais em outros 11 casos. Os *títulos* apareceram no período anterior somente em

um ano, o mesmo acontecendo com as ações (1883 e 1888, respectivamente). No período em estudo (1889/1914), os *títulos* estão presentes entre os três principais ativos em 15 anos do período, sendo que em sete desses é o principal ativo na participação da riqueza (2001, p.113).

Os ativos imóveis também aumentaram sua participação no período, sobretudo as casas (cerca de 115%) e as terras (cerca de 20%), estando esse acréscimo possivelmente relacionado com o processo de valorização do preço do solo urbano, ocorrido à medida que a cidade crescia, como demonstrou Miranda (1990) para os períodos subsequentes:

Tabela 06 – Evolução do preço do solo urbano e transações imobiliárias (1892 – 1936)⁷⁶

Local	1892 1915 (m²)	1916 1930 (m²)	1931 1936 (m²)	Valorização absoluta (%)	Valorização relativa (%)*
Centro	1\$193	6\$666	14\$204	1090	949
Mariano Procópio	1\$003	1\$387	3\$333	232	92
Alto dos Passos	-	1\$539	10\$000	550	454
São Mateus	1\$602	1\$893	10\$000	523	383
Botanágua	1\$142	1\$904	2\$524	121	-19
Glória	1\$243	-	9\$175	638	498
Fábrica	1\$666	2\$083	4\$450	167	27
Santa Terezinha	-	1\$884	2\$090	11	-85
Manoel Honório	-	1\$666	2\$857	191	95
Francisco Bernardino	-	1\$111	1\$431	29,1	-67
Nº de Transações Imobiliárias	192	279	471	-	-

Fonte: Notas de escrituras públicas do Cartório do 1º Ofício – 1891/1936 *apud* MIRANDA, 1990, p.217; p.228 (adaptado). *Foi utilizado um índice inflacionário para corrigir a valorização.

Por fim, é importante observar que a abolição, mais do que provocar essa inversão nos investimentos, foi também o estopim de uma crise de falta de liquidez na economia brasileira. O episódio tem, portanto, relação íntima com a conjuntura econômica do Encilhamento, na medida em que as políticas que foram implantadas no período visavam, justamente, corrigir os problemas oriundos da severa escassez de meio circulante.

⁷⁶ É notória a valorização do preço do solo urbano ao longo do período analisado por Miranda (1990), sobretudo naqueles bairros mais valorizados na cidade, como o Centro, o Glória, o Alto dos Passos e o São Mateus. Concomitante, é possível até mesmo perceber um processo de desvalorização, mediante a correção inflacionária, do solo urbano nos bairros mais afastados da região central, como o Francisco Bernardino, e, em especial, aqueles que se localizavam na margem esquerda do rio Paraíba, como o Botanágua e o Santa Terezinha. É notável também o crescente número de transações do mercado imobiliário da cidade, acompanhando o crescimento demográfico e a oficialização dessas transações nos cartórios da cidade.

O que procuramos destacar neste capítulo é o fato de a cidade de Juiz de Fora, a despeito de se localizar no interior do país, ter ares voltados para o futuro, para o moderno. Tal assertiva fica patente quando observamos inúmeros aspectos culturais, econômicos e até mesmo materiais da cidade.

Do nosso ponto de vista, desde a constituição da vila de Santo Antônio do Paraibuna, mas principalmente a partir da construção da Estrada Nova (1835), a cidade imerge numa atmosfera moderna. Enfatizado pelo constante contraste com as cidades que viveram, e agora experimentavam o ocaso, da exploração mineral, Juiz de Fora parecia cada vez mais brilhante perto do ouro já ofuscado das Minas Gerais.

A riqueza cultural que enchia as malas das centenas de imigrantes europeus que chegavam à cidade, juntamente com a proximidade geográfica com a capital, Rio de Janeiro, possibilitava um rico intercâmbio cultural em Juiz de Fora. As páginas dos jornais locais testemunham essa virtude: os esportes⁷⁷, o teatro, o cinema, a arte, a política; revelando, um anseio pelo progresso, pelo desenvolvimento.

A economia, por sua vez, se desenvolveu rapidamente por essas terras. A riqueza acumulada pela cultura do café invadiu outros setores e animou inúmeros empreendimentos que, pouco a pouco, alçou altos voos. A cidade se transformou num empório do varejo na região, abriu inúmeras casas comerciais que negociava desde drogas milagrosas até produtos do mais alto requinte, importados da Europa. Esse capital animou também empreendimentos industriais, a ponto de fazer Juiz de Fora merecer a alcunha de Manchester Mineira (para sua glória e desgraça).

A partir da inversão de capitais do setor primário para o secundário, o município tornou-se uma referência no que diz respeito à produção industrial em toda Minas Gerais, sobretudo no setor têxtil. E como se não bastasse esse capital

⁷⁷ Sobre os esportes, cabe observar a febre que era o turfe na época. O fundador e primeiro presidente do Jockey Club carioca entre 1868 e 1872 foi Mariano Procópio, um dos cidadãos beneméritos de Juiz de Fora. Entusiasta do esporte, fundou na cidade em 1890 o Hipódromo Ferreira Lage, no ponto final da linha de bonde do bairro Tapera (OLIVEIRA, 1975, p.166), onde as corridas eram disputadas apostando-se grandes quantias em dinheiro. O local aproximado desta descrição corresponde ao atual bairro Santa Terezinha, próximo à esquina das ruas Rui Barbosa e Alencar Tristão. Esse arrabalde possuía ainda “velocípedes para corridas, jogo de bolas, aparelhos de gymnastica e mais divertimentos congêneres” (PHAROL, 1890).

industrial produtivo, a cidade também experimentou um crescente processo de financeirização de sua economia: cheques, ações, debêntures, títulos da dívida pública, tudo mediado pelas três casas bancárias abertas no final do século XIX.

Todo esse processo chega robusto à última década do século XIX e ganha ainda uma enorme inflexão com a conjuntura do Encilhamento. Nesse período, o anseio pelo desenvolvimento encontra meios efetivos para se materializar de diversas formas no espaço urbano, e sobre essas formas, desenvolveremos o próximo capítulo deste trabalho.

III. O PROCESSO URBANO NA CONJUNTURA DO ENCILHAMENTO

III.1 – “As cenas mais divertidas do *steeple-chase*”

O entusiasmo imoderado pelos empreendimentos industriais e financeiros que assinalou os primeiros anos do novo regime geraria a maior crise especulativa que o país conheceu. Aproveitando o interesse despertado pelo surto econômico, indivíduos inescrupulosos cuidaram de tirar proveito da credulidade pública e, ao lado das boas empresas, um enxame de outras fantasiosas submergiu tudo. Seus únicos fins: alimentarem a especulação mediante emissões ininterruptas de ações. Em pouco a fraude tomou conta da praça e a jogatina frenética na baixa e alta dos títulos empolgava todo o mundo. Era a febre da especulação. O Brasil parecia estar sendo vendido aos pregões dos corretores da rua da Alfândega. E veio a crise, tremenda. Uma onda de falências, derrocadas, de liquidações forçadas varreu o país. Grandes casas de comércio, empresas, bancos e fábricas, antigos uns, recém-criados outros, fechavam suas portas, sem poder solver os débitos (MASCARENHAS, 1954, p.171).

Difícilmente uma crise econômica é causada por apenas um fator ou evento, a história registra isso. A crise do Encilhamento não foi diferente. Esta foi se desenhando, traço a traço, a cada episódio da economia mundial e nacional. Esse é um ponto importante da crise do Encilhamento: perceber que sua ocorrência esteve vinculada à uma ordem mundial, mas que contribuiu também para sua efetivação uma série de infelizes políticas internas que cavaram fundo o poço no qual a economia brasileira mergulhou.

Como observamos nos capítulos precedentes, existem estreitas conexões entre a crise econômica ocorrida no início do período republicano no Brasil e a economia-mundo capitalista. Nesse sentido, a crise do Encilhamento pode ser entendida como um episódio⁷⁸ da “crise mundial de endividamento da periferia da economia mundo-capitalista” (FILOMENO, 2010, p.136). Um episódio, pois outros episódios foram gerados em outras periferias do sistema-mundo, num tempo mais ou menos coetâneo, revelando “[...] regularidades, semelhanças e padrões [...]

⁷⁸ Um episódio, pois, para o autor, a crise Baring, na Argentina, seria outro episódio, contrariando investigações que apontam para uma relação causal entre a crise Baring, ocorrida primeiro, e a crise do Encilhamento, ocorrida posteriormente (FILOMENO, 2010, p.136).

compreendidos como ‘reverberações’ locais de processos sistêmicos inerentes à economia-mundo capitalista” (FILOMENO, 2010, p.137).

Apesar de o estopim para a crise do Encilhamento serem as emissões desvairadas de capital por parte dos bancos e a euforia gananciosa dos capitalistas entre os anos de 1889, 1890 e 1891, sua gênese é mais antiga. Tannuri (1981) identifica um complexo encadeamento de eventos nesse processo onde, de acordo com o autor, o ocaso da cafeicultura fluminense na década de 1860 coloca em xeque a perpetuidade dessa atividade econômica. Seu capital passa a ser investido em outras atividades.

Nesse momento, a Guerra do Paraguai (1864-1870) demandava uma grande soma de recursos nacionais que por si seriam angariados internamente, a partir da venda de apólices da dívida pública. Somando-se os dois eventos, temos uma grande inversão do capital cafeeiro produtivo em papéis, títulos da dívida pública nacional, emitidos para cobrir as grandes despesas de guerra. Estima-se que entre 1865 e 1870, cerca de 57% da despesa nacional foi quitada pelo endividamento interno – essa foi a grande herança econômica da Guerra do Paraguai (1981, p.21 et seq.).

O uso de recursos extraordinários pelo Império brasileiro não se atenuou com fim da Guerra do Paraguai, ao contrário, sua dívida continuou crescendo fortemente.

Tabela 07 – Evolução da dívida pública interna do Brasil

Anos	Dívida
1864	80.376:400\$000
1869	234.312:000\$000
1885	405.640:400\$000
1889	534.988:300\$000

Fonte: Castro Carreira e Relatório do Ministério da Fazenda, 1891, apud TANNURI, 1981, p.35.

A consequência imediata dessa avantajada dívida interna foi, primeiramente, um incremento da carga tributária e, não sendo essa suficiente para sanar o rombo, intensificou-se os pedidos de auxílio ao capital externo (TANNURI, 1981, p.35).

Em sua última década, o Império brasileiro protagonizou uma profusão de empréstimos internacionais:

em 1883 (£4.599.600) destinado às garantias de juros das companhias estabelecidas, obras para abastecimento de água e conversão da dívida flutuante consolidada; 1886 (£6.431.000) para consolidar dívida flutuante e restabelecer o equilíbrio financeiro; 1888 (£6.297.300) para auxílios à lavoura; 1889 (£19.837.000) para conversão dos débitos de 1865, 1871, 1875, 1886 (ORAIR, 2002, apud FILOMENO, 2010, p.152).

As operações internacionais de crédito feitas pelo império durante esses seis anos (1883 a 1889) superaram em valor todos os empréstimos feitos nos 59 anos anteriores. Tanto o fôra, que a dívida externa nesse período dobrou de valor, passando de 15 milhões para 30,3 milhões de libras na ocasião da Proclamação da República (ORAIR, 2002, apud FILOMENO, 2010, p.153).

O grande volume de capital acautelado sob os títulos da dívida pública atrelado a uma austera política monetária por parte da equipe de Pedro II, acarretará uma diminuição acentuada do papel-moeda no mercado, propiciando um período de escassa liquidez entre 1870 e 1890. Para coroar esse cenário, a abolição da escravidão colocaria toda a mão-de-obra no Brasil sob o regime assalariado, amplificando o déficit monetário.

A verdade é que esse problema já era sentido de longa data pela burguesia, sobretudo carioca, embora os gestores políticos ainda fossem insensíveis a ele. O problema somente fica patente quando atinge em cheio o setor primário, como expressou o próprio Visconde de Ouro Preto, que seria o ministro da economia (a partir de julho de 1889) responsável pelas primeiras políticas de expansão monetária:

Qual era a situação da lavoura, em seguida à abolição do cativo? A safra de 1888, especialmente a de café, fora abundantíssima, mas não pode ser toda aproveitada, por falta de braços para colheitas e preparo do solo. Escasseavam os capitais, não tanto pelo retraimento devido à falta de confiança em qualquer empresa, num país que acabava de passar por tamanha transformação, cujas consequências não eram ainda conhecidas, mas pela maior procura de numerário para pagamento de salários aos que recolhessem a safra daquele ano e cuidassem do amanhã da terra para a de 1889 (OURO PRETO, 1899, apud TANNURI, 1981, p.40).

A digressão posta até aqui é importante para evitar o vínculo exclusivo da crise do Encilhamento com o governo republicano, pois, como observamos, suas raízes são mais profundas do que seu posterior desenvolvimento. Não queremos com isso dizer que não haja responsabilidade por parte do ministro Ruy Barbosa, ao contrário, como veremos, suas políticas impulsionaram e deram contornos mais graves à febre especulativa.

Doravante, entramos na conjuntura própria do Encilhamento⁷⁹, e, assim como os ciclos de Kondratiev, os episódios dessa crise bursátil também podem ser expressos (e comumente o são pelos autores que trabalham com o tema) usando-se as estações do ano como alegoria. A primavera se desenrola nessa preparação, nos meses que antecedem a Proclamação da República. Ao se deparar com a escancarada escassez de numerário para o pagamento dos trabalhadores do campo, sobretudo imigrantes e libertos, o Ministro da Fazenda propôs a Lei Bancária, que previa uma solução mista para o inconveniente. A proposta consistia em um aumento das emissões por duas vias: pelo Tesouro e pelos bancos. Funcionaria da seguinte forma: os bancos acumulariam um determinado valor em ouro, que seria seu lastro, e esse mesmo valor poderia ser emitido em meio circulante.

Tal proposta não satisfaz a expectativa pública, e logo sofreu uma alteração pelas mãos do novo Ministro da Fazenda, Visconde de Ouro Preto, que passava a permitir que os bancos emitissem até o triplo de seu lastro metálico (NASSIF, 2007, p.80). Seu fito era fomentar auxílio às lavouras, entretanto, com a decadência de produtividade do café fluminense, a demanda dos setores urbano-industriais era

⁷⁹ Ainda que um detalhe, é curioso esclarecer os múltiplos significados da expressão Encilhamento. Essa expressão está intimamente associada à prática do turfe, esporte que agitava todos os espectros da sociedade no final do século XIX, num período onde cinema e futebol praticamente ainda não existiam. Uma das características mais marcantes do turfe é sua acirrada e emocionante competição, que ainda hoje leva seus espectadores à, agitada, especular sobre quais os ginetes mais bem preparados e fazerem elevadas apostas. O momento em que esse corre-corre mais se intensifica é quando os cavalos estão se preparando para o dérbi, sendo afiveladas suas cilhas, daí, então, sobreveio o nome do período, em alusão à confusão observada no setor de apostas dos *Jockey Clubs* nesse momento. Para além dessa explicação, Carvalho recupera o caráter espacial do encilhamento. De acordo com o autor, existia um local denominado “encilhamento”, e lá “[...] aconteciam o grande burburinho e as grandes correrias anteriores a cada páreo. Não havia áreas reservadas. Enquanto os cavalos estavam sendo cilhados, os frequentadores habituais das corridas e os entendidos, chamados ‘catedráticos’, buscavam sofregamente com jôqueis, proprietários, cavaleiros e treinadores as dicas ou ‘barbadas’, que pudessem leva-los a uma aposta certa, a um ‘tiro’, uma ‘tacada’ que lhes fizessem enriquecer rapidamente. E corriam a jogar nos guichês, antes que o páreo se iniciasse” (2003, p.22).

muito mais premente, e, “[...] como não poderia deixar de ser, empresas comerciais e industriais aproveitaram-se dessa política para, finalmente, ampliarem seus capitais” (TANNURI, 1981, p.41).

Os bancos de emissão se alastraram como erva daninha, aumentando rapidamente a liquidez na economia. Com ela, veio a introdução de modernos mecanismos financeiros, como as ações e debêntures que, ao lado dos mecanismos tradicionais, como as cambiais, as promissórias e as letras hipotecárias, inflamou o mercado financeiro, sobretudo na praça carioca (NASSIF, 2007, p.81). Outra dessas “contabilidades criativas” era a alavancagem, que consistia num contrato de compra e venda para liquidação futura, ou seja, estabelece-se o contrato sem o vendedor ter o produto para vender, e sem o comprador ter o dinheiro para pagar (situação semelhante à tulipomania, ocorrida na Holanda do século XVII)⁸⁰ – esse “[...] seria o instrumento preferencial para a criação de novos grupos econômicos” (NASSIF, 2007, p.82).

Os periódicos locais registravam o frenesi:

[sobre a subscrição de ações do “Banco Constructor”, no Rio de Janeiro]
A subscrição estava anunciada para as 11 horas da manhã [...] mas às 10 e meia já era impossível o acesso ao lugar [...]. A multidão, que se aglomerava à porta do banco, ali conservou-se até às 5 horas da tarde. Os que apenas conseguiram penetrar até a escada, daí atiravam ao escritório maços de notas, acompanhados dos pedidos de ações. Foi necessário fechar as portas do banco às 2 horas, a fim de servir primeiro os que estavam dentro. Muitas pessoas foram acometidas por syncopes. O capital do banco foi subscripto quatro ou cinco vezes (DIÁRIO DE MINAS, 25 set. 1889).

Não há quem ignore o descomunal desenvolvimento que tiveram as transações da Bolsa no trimestre de agosto a outubro. Títulos houve que, sem fundamento ou explicação plausível, subiram a 30% em um dia e 150% em um mês. A cada passo se anunciavam fortunas feitas em poucas semanas, às vezes, em poucos dias. Pessoas que jamais se tinham envolvido na compra e venda de títulos, apressaram-se em apurar suas economias, para aproveitar a ocasião, cedendo ao contagioso entusiasmo, despertado pelos contos fantásticos que à surdina se

⁸⁰ Recém-chegadas ao Velho Continente, as tulipas eram flores cobiçadas no início do século XVII, na Holanda. A alta demanda pela flor no mercado fez seu preço disparar, tornando-se um negócio extremamente lucrativo e popular. O desejo pela flor era tamanho que se estabeleceu contratos futuros, baseados na negociação dos bulbos antes mesmo de sua colheita. O corolário desse cenário foi o desenvolvimento de uma das bolhas mais exóticas que se tem notícia na história econômica. A bolha estourou em 1637, com o descumprimento de um dos contratos, e, como Peste Negra, foi contaminando todo o mercado, fazendo com que o preço da flor despencasse e levasse seus comerciantes à falência.

propalavam na Rua da Alfândega (JORNAL DO COMMERCIO, 18 dez. 1889, apud CARVALHO, 2003, p.121).

O Sol ruma em direção ao Trópico de Capricórnio colocando um fim à primavera e prenunciando um vigoroso verão. O *povo assiste bestializado* ao golpe militar, que deflagraria o fim do Império e o início da República no Brasil e os meses decorrentes seriam de insegurança e desconfiança no cenário político e econômico do país. Os negócios se encolheram, a liquidez se reduziu. Somente aos poucos, e lentamente, foi-se ouvindo novamente os burburinhos e observando a algazarra predominar na rua da Alfândega.

Mais do que o governo militar, a deferência à personalidade de Ruy Barbosa, que figurava na condução da política econômica da agora República dos Estados Unidos do Brasil, fazia renascer a confiança nos rumos que o país seguiria. Até o final de 1889 perdurava uma profusão de bancos emissores, tanto que, em seus últimos dois meses, pelo menos nove bancos foram fundados no país (TANNURI, 1981, p.48). Barbosa propõe, então, um decreto (nº165, de 17 de janeiro de 1890) que previa a organização de tais instituições, mesmo porque, a sanha por meio circulante permanecia viva graças à “[...] crescente demanda de dinheiro para transação e para especulação” (TANNURI, 1981, p.51).

Pelo decreto proposto por Ruy Barbosa, haveriam três bancos emissores no país: o do Norte, que incluía as atuais regiões geográficas do nordeste e norte do Brasil, com sede em Salvador; o do Sul, que compreendia os estados do Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, com sede em Porto Alegre; e o do Centro, abarcando os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, sua sede. Poucos dias depois, esses três bancos viraram seis, desmembrando o do Norte em mais dois, e o do Centro/Sul em mais um, exclusivo para São Paulo e Goiás. Cada qual tinha sua cota específica de emissão, que seriam lastreadas em Títulos da Dívida Pública, e deveriam suprir as necessidades de meio circulante para cada região do Brasil (TANNURI, 1981, pp.56-57).

Outro decreto do mesmo dia (nº164, de 17 de janeiro de 1890), reformava a lei de 1882, sobre as sociedades anônimas, esse, rezava a “[...] *legalização da negociabilidade das ações, desde que 10% do capital subscrito pelos incorporadores fossem integralizados* e depositados em um banco [...]” (TANNURI,

1981, p.65, grifo nosso), rompendo, por fim, o ranço imperial sobre o controle do mercado mobiliário, que, a despeito de liberar a existência das sociedades anônimas, criou alguns óbices para tal.

Esses foram os elementos indispensáveis para acirrar o jogo da especulação e abrir ala para o período de maior intensidade bursátil da história do Brasil. As cenas são descritas com maestria por aqueles que presenciaram a euforia e publicadas nos jornais da época. A obra clássica de Visconde de Taunay surge nesse contexto⁸¹ e ganha enorme prestígio literário, descrevendo as “cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro”, entre 1890 e 1892:

Ouvia-se a cada momento “comprei, vendi”, e mil nomes de empresas industriais, agrícolas, pastoris, de engenhos, usinas, estradas de ferro, navegação, bondes, *lloyds*, moagem, um sem número de aplicações de capitais nas inúmeras províncias da atividade humana. (TAUNAY, 1971, p.54).

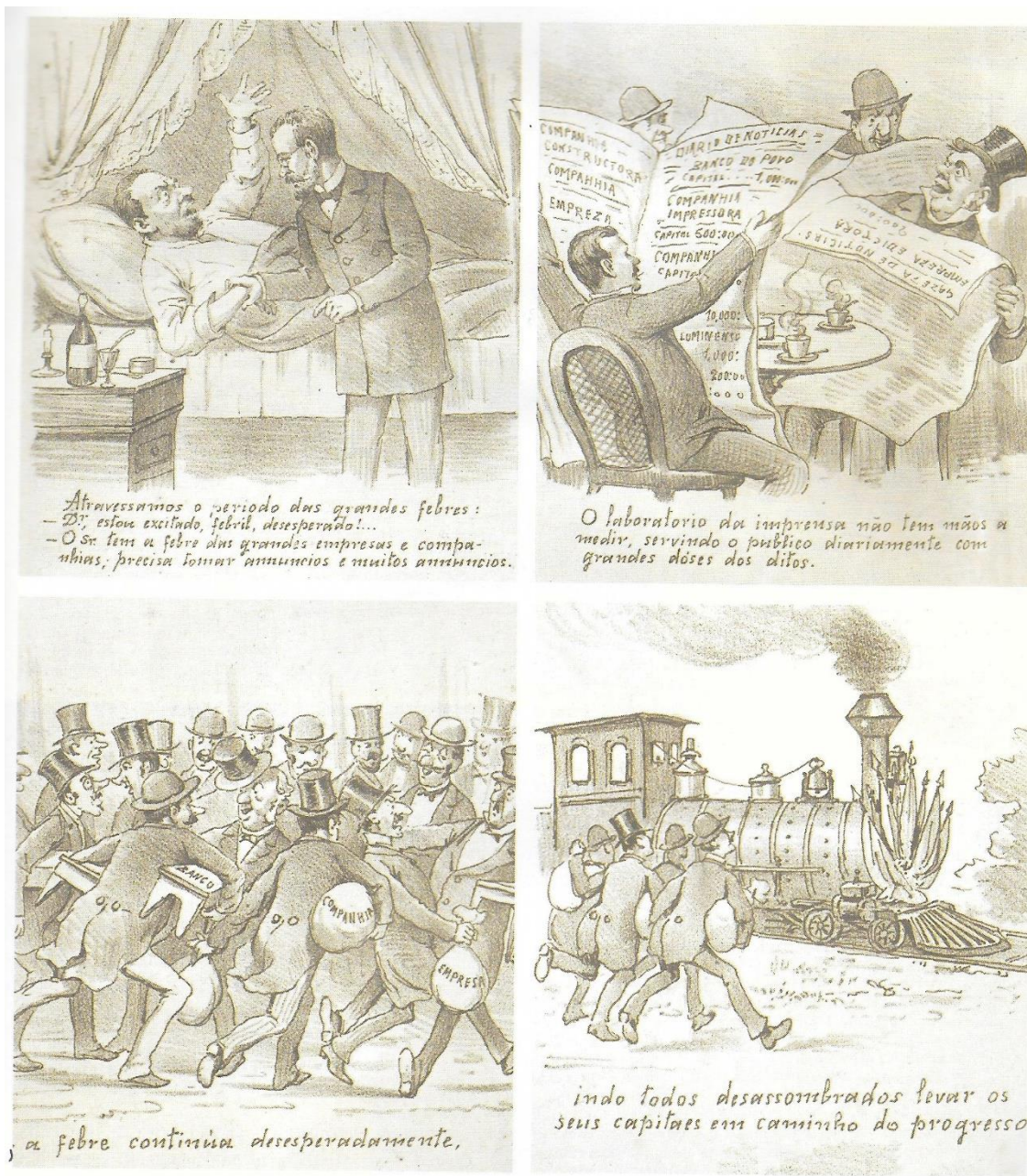
Podemos observar como o deslumbramento e a busca pelo ágio iam além da transação entre aqueles que possuíam o *métier* capitalista (*insiders*), mas abrangia todo o espectro social (*outsiders*).

Terrível o aperto, completos o acotovelamento e a igualdade; todas as classes da sociedade misturadas, confundidas, enoveladas, senadores, deputados, médicos de nota ou sem clínica, advogados bem reputados ou desprestigiados, magistrados de fama, militares, um mundo de desconhecidos, outros infelizmente demasiado conhecidos; homens vindos de todos os pontos do Brasil, alguns até das velhas bolsas da Europa, espertos, ativos, de modos ora insinuantes, ora imperiosos como que de fidalgos deslocados do seu meio habitual, afeitos a todos os negócios, prontos para todas as transações havidas e por haver [...] (TAUNAY, 1971, p.17).

Jocosamente, os chargistas também registravam o delírio e o pânico que a situação suscitava na sociedade:

⁸¹ A obra de Visconde de Taunay foi publicada originalmente sob o pseudônimo de Heitor Malheiros, no Gazeta de Notícias em formato de um folhetim diário denominado “O Encilhamento – Cenas Contemporâneas”.

Figura 09 – Charge satirizando a febre especulativa⁸²



Fonte: CARVALHO, 2003, p.103.

⁸² Da esquerda para a direita, de cima para baixo, a charge traz os seguintes diálogos: "Atravessamos o período das grandes febres: / - Dr., estou excitado, febril, desesperado!... / - O sr. Tem a febre das grandes empresas e companhias; precisa tomar annuncios e muitos annuncios". "O laboratório da imprensa não tem mãos a medir, servindo o público diariamente com grandes doses dos ditos". "A febre continua desesperadamente". "Indo todos desassombrados levar os seus capitães em caminho do progresso".

Figura 10 – Charge satirizando pânico frente ao crash⁸³



Fonte: CARVALHO, 2003, p.108.

O segundo e o terceiro trimestre do ano de 1890 viu surgir, lado a lado com os grandes empreendimentos infraestruturais, industriais, comerciais, uma profusão de “Cavalos de Tróia”. Pequenos e, muitas vezes, exóticos negócios que não possuíam lastro algum na materialidade, sua existência era única e exclusivamente limitada ao papel e aos valores arrecadados a partir da subscrição de suas ações. Essa é, inclusive, uma das grandes marcas das bolhas especulativas: uma relação inversamente proporcional entre duração da mania e a qualidade das ações ofertadas no mercado. Quanto mais eufórica a mania, mais brecha é dada para o surgimento de “ações podres”. Como no épico grego, tais ações imiscuem-se no mercado financeiro, permitindo toda sorte de *negociatas*,

⁸³ Da esquerda para a direita, de cima para baixo, a charge traz os seguintes diálogos: “Felizmente, o ano de 1890 termina na maior animação. O encilhamento tem estado que nem se descreve! De vez em quando apanham ali um pobre mortal e arrocham-lhe as cilhas de um modo bárbaro”. “E o infeliz, não outro recurso para sair dos apuros, decide-se por roer a corda”. “Causando grande rebuliço nos parceiros”. “E produzindo as cenas mais divertidas da *steeple-chase*. Pena é não haver *poules*”. “Haja pagode para divertir o Zé-povinho, mas não vão às bitáculas uns dos outros, que é feio”.

cambalachos e *tranquibérnias*, até que, na menor das vacilações, engendram uma implosão, provocando pânico e pavor a todos.

Com este cenário de especulação desvairada, o Estado começa a demonstrar certo receio e edita medidas que buscavam arrefecer o caldeirão que se tornaram as ruas comerciais do Rio de Janeiro. O Decreto nº850, de 13 de outubro de 1890, visava aumentar de 10% para 30% das ações subscritas para o funcionamento das sociedades anônimas e elevava também de 20% para 40% do montante total para que as ações pudessem ser negociadas na praça. Com isso eram colocados os primeiros freios naquela orgia especulativa.

O Sol se aproxima novamente do equador, e o verão experimenta seu ocaso. Janeiro de 1891 ainda foi um mês tórrido na história do Encilhamento (CARVALHO, 2003, p.152), mas os ventos fortes anunciavam uma mudança brusca no tempo. Imerso nesse *boom*, talvez fosse difícil perceber, mas o caminho certo para a crise estava sendo trilhado, sobretudo quando analisamos comparativamente tal conjuntura com as etapas para o surgimento de uma crise, postulado por Kindleberger (1992)⁸⁴.

Além das medidas tomadas pelo Decreto nº850, a ambiência do Encilhamento teria um novo revés com o pedido de demissão de Ruy Barbosa, em janeiro de 1891. Com a experiência e o vigor dos seus 40 anos, o polímata era visto como um arauto da liberdade econômica e admirado pelas pessoas de sua geração, criando, com isso, um profundo incômodo nos investidores. Em seu lugar, assumiu Tristão de Alencar Araripe, jurista igualmente ilustre, mas à beira de seus 70 anos de idade, avesso, portanto, às “[...] lides monetárias tão vitais naquele momento da vida brasileira” (CARVALHO, 2003, p.152).

Em fevereiro é publicado o Decreto nº 1.362, que em seu artigo 11 previa que “as vendas de acções ou cessões de direito a acções a prazo pagarão 3% do valor nominal de cada acção que fizer objecto da transacção ou transferencia de contracto” (BRAZIL, 1891). O intuito do decreto era explicitamente dificultar e encarecer as práticas capitalistas do Encilhamento.

Na justificativa do decreto, apregoava que

⁸⁴ Como tratamos de explicitar na seção I.2.

[...] a riqueza pública e o progresso, que esse movimento parece indicar, são fictícios, efêmeros e ruinosos. As vendas a prazo exigem providências para reprimir abusos, que se praticam no aventureiro sistema de agiotagem presentemente inaugurado (CARVALHO, 2003, p.177).

Em virtude de tal represália, os corretores profissionais entraram em greve branca e ficaram em silêncio, em sinal de protesto contra os rumos que a política econômica tomava. Enquanto isso, no mercado secundário, “[...] a *débâcle* foi instantânea [...]”, uma vez que esse mercado “[...] era indubitavelmente mais ativo e vultoso que a Bolsa propriamente dita” (CARVALHO, 2003, p.179). Os esforços surtiram efeito e o decreto foi revogado uma semana depois, embora a confiança no mercado, pedra basilar daquela conjuntura, tivesse sido irrevogavelmente abalada. O irônico é observar que o castelo de cartas erigido pela especulação desenfreada já estava prestes a ruir, mas quis as políticas econômicas (e não o destino) que o sopro final viesse por parte do governo, vicissitude que mune de argumentos empíricos as ideias liberais. Sobram, nesse momento, pedras para tacar no Estado.

Tais eventos deflagram o *crack* do Encilhamento. De acordo com Tannuri,

[...] no segundo semestre de 1891 a situação do mercado de ações da praça do Rio era bastante próxima da derrocada final [...]. Na Bolsa, a cotação dos títulos entrava em franco declínio. As ações da Melhoramentos do Brasil, que se haviam vendido a 750\$ e 800\$, baixavam a 164\$; as do Banco Construtor, caíam de 400\$ a 140\$ [...] as de todos os demais bancos estavam em declínio. (TANNURI, 1971, p.71).

Como se não bastasse o crítico cenário econômico, a política também se fragmenta entre os Poderes Legislativo e Executivo ao final daquele ano. Marechal Deodoro decide pela dissolução do Congresso, contrários à essa decisão e primando pelo cumprimento da Constituição, a Armada ameaça bombardear a capital, levando o presidente à renúncia. Nesse momento, o Sol aparecia cada vez mais baixo no horizonte, anunciando pela frente um longo e rigoroso inverno.

Os poucos anos de pujança do Encilhamento deram lugar a quase uma década de penúria. A necessidade real de aumentar a quantidade do meio circulante na economia saiu de controle, levando o país de uma situação de extrema liquidez, o que conduziu a uma violenta depreciação cambial e a uma inflação galopante. Até o segundo semestre de 1889, observa-se uma significativa

valorização do mil-réis frente à libra, daí em diante, entretanto, a desvalorização da moeda é patente e constante. Entre sua taxa máxima, de 27,56 pence por mil-réis em outubro de 1889, e sua taxa mínima, de 5,81 pence por mil-réis, em abril de 1898, há uma depreciação cambial da ordem de 474,3%, que contribuía fortemente para a manutenção da concentração de renda no país.

O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros (FURTADO, 1998, p.166).

Tabela 08 - Variações mensais da taxa de câmbio (pence/mil-réis)

	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899
Jan	19,50	17,81	22,19	24,06	27,38	24,88	19,78	12,30	13,31	10,07	10,43	9,11	8,69	6,88	7,44
Fev	19,00	17,81	22,13	24,50	27,63	24,13	19,34	12,06	13,25	9,64	9,80	8,91	8,56	6,70	7,20
Mar	18,63	18,94	21,81	23,44	27,75	22,94	18,62	11,75	12,63	9,69	9,63	8,75	8,17	6,31	6,82
Abr	18,25	20,56	21,63	23,44	27,44	21,63	17,69	11,50	12,20	9,36	9,47	9,16	7,81	5,81	7,01
Mai	18,19	21,88	22,25	23,88	26,88	21,13	16,56	11,12	11,16	9,47	9,16	9,84	7,56	6,21	7,64
Jun	18,13	21,13	22,13	24,38	26,88	21,44	17,59	10,84	10,62	9,25	9,55	10,00	7,69	7,30	7,96
Jul	18,00	20,75	22,38	25,56	27,00	22,75	16,56	10,22	11,25	9,25	10,66	9,56	7,53	7,29	8,10
Ago	18,06	21,13	22,38	26,06	27,13	22,81	15,31	10,53	12,06	9,28	10,66	8,94	7,61	7,35	8,05
Set	18,38	21,56	22,63	26,50	27,44	22,00	15,34	12,31	11,02	10,88	10,70	8,78	7,61	7,76	7,67
Out	18,00	22,00	22,63	27,06	27,56	22,94	14,41	14,41	10,62	11,84	10,21	8,47	7,38	8,56	7,19
Nov	17,88	21,88	22,75	27,06	27,44	23,13	12,96	12,91	10,38	11,57	9,38	8,06	7,09	8,52	7,00
Dez	18,00	22,31	23,19	27,06	25,81	21,88	12,09	13,38	10,19	10,72	9,16	8,68	7,09	7,77	6,96

Disponível em: <<http://www.ocaixa.com.br/bancodados/libramediamensal.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Se, como vimos, o Império brasileiro contraiu significativos empréstimos externos durante sua última década, essa tendência não arrefece com a Proclamação da República. O conturbado cenário econômico interno dificultou a entrada de novos capitais estrangeiros, mas ainda assim, a dívida externa teve um crescimento de cerca de 18% entre 1889 e 1898, passando de 30,4 para 35,7 milhões de libras. Acrescido, entretanto, da depreciação cambial, a dívida externa brasileira saltou de 275.500:000\$000 para 1.193.100:000\$000 réis, um aumento real, portanto, de 433% (FILOMENO, 2010, p.161). Com o crescimento da dívida externa e a desvalorização cambial, as possibilidades de saldar o débito foram ficando cada vez menores.

O desejo de Prudente de Moraes de tornar o Brasil digno novamente da credibilidade das finanças internacionais fez com que o país ficasse cada vez mais submisso a esses grupos. Aproveitando-se dessa fragilidade, a *halte finance* “[...] consolidou suas posições, fortes e sólidas, no terreno de maior riqueza do país: o comércio do café – o qual passou daí por diante a ser estreitamente controlado em função de seus interesses” (FILOMENO, 2010, p.160). As infraestruturas vitais também não ficaram de fora da jogada, pois os banqueiros buscavam pagar as dívidas através de contratos de arrendamento das estradas de ferro (TANNURI, 1981, p.87). Por fim, a ideia inicial, de construir um mercado de capital endógeno forte e independente deu lugar ao jugo quase absoluto dos bancos estrangeiros, que dominavam parcelas significativas das atividades produzidas no Brasil, sejam elas primárias, secundárias ou terciárias. De acordo com Saes,

Não há dúvida que os bancos estrangeiros também puderam absorver boa parte dos “ganhos” das crises, uma vez que aparecem sempre como agentes de empréstimos para financiar o desequilíbrio externo da economia: *Funding Loan*, Convênio de Taubaté, as sucessivas valorizações, os empréstimos ao Estado e às empresas provadas e, por fim, a própria penetração de empresas estrangeiras em diversos setores a partir do começo do século dão as condições para a expansão dos bancos estrangeiros (1983, p.138).

Não restou ao governo saída senão pedir a moratória da dívida externa, no processo que ficou conhecido como *Funding Loan*, em julho de 1898. O *Funding Loan* consiste em uma renegociação das dívidas pretéritas, unificadas em uma dívida apenas, que, neste caso, foi concedida desde que uma série de medidas

fosse tomada pelo governo brasileiro. Uma das cláusulas do convênio previa a extinção do direito de emissão do Tesouro Nacional e o resgate de papel-moeda no mercado. Assim como o café na Crise de 1929, tal medida possibilitou que um grande volume de dinheiro fosse retirado do mercado e incinerado pelo Estado com o intuito de reduzir a liquidez. Outra meta imposta pela finança internacional foi o combate ao déficit orçamentário, feito através de uma drástica redução das despesas e o incremento de uma série de impostos, como a versão brasileira da lei do selo.

Há, por fim, de se levar em consideração dois aspectos. Primeiro, é registrar que, a despeito de o principal legado da conjuntura do Encilhamento ser, como vimos, negativo, uma série de investimento genuinamente produtivos foram gerados. Stein (1957) calcula para indústria têxtil, que “[...] do total de capital subscrito na formação e ampliação de empresas, somando 84 mil contos no início de 1892, cerca de 60% foi efetivamente integralizado” (apud TANNURI, 1981, p.93). Esse processo fica patente quando se analisa a importação de bens de capital no período:

[...] as exportações de maquinaria industrial para o Brasil aumentaram cerca de 30% em 1890 e mais 70% em 1891. Deve-se observar que os níveis médios para 1888-1889 já foram 37% superiores à média para 1883-1887 e que, apesar da redução a partir de 1892, o investimento industrial (representado pelas exportações de maquinaria industrial para o Brasil) manteve-se em níveis mais de 50% superiores aos de 1888-1889 [...] (SUZIGAN, 2000, p.50).

Por esse prisma, o Encilhamento pode ser visto também como uma tentativa do país de sair da condição estrita de produtor de bens primários na economia mundial. Uma ambiência permissiva foi formada ao flexibilizar as leis que empacavam a criação de sociedades anônimas, ao fomentar o desenvolvimento de um mercado de crédito urbano por meio dos bancos e ao adotar mecanismo financeiros que facilitavam a inversão de capital agrário para outros ramos. Assim, inúmeras iniciativas industriais e comerciais encontraram o ambiente ideal para seu desenvolvimento. Aquelas que, imersas nesse processo, agiram dentro dos limites da legalidade e souberam aproveitar o *boom*, conseguiram atravessar os anos difíceis que o sucedeu.

O segundo aspecto diz respeito à sua espacialidade. Como pudemos observar, o centro nevrálgico desse conturbado período foi o Rio de Janeiro. Não haveria por que ser menos que isso, afinal a cidade concentrava muitos papéis no cenário nacional até aquele momento: era a capital do Império/República, concentrando, por conseguinte, toda a burocracia estatal; era o *locus* de atuação política por excelência, local onde ocorriam as discussões acerca do futuro do país; concentrava ainda a atividade econômica, uma vez que era o centro de escoamento da principal *commoditie* brasileira daquele período, produzido no próprio estado fluminense e na região mais meridional de Minas Gerais, sobretudo da sua Zona da Mata.

Entretanto, ao contrário daquilo que por muito tempo se reforçou no imaginário social, as transformações promovidas pela conjuntura do Encilhamento foram sentidas em várias regiões do Brasil, sobretudo nos centros urbanos de maior expressão. Croce (2006), buscando confirmar essa asserção, faz alusão a uma série de pesquisas sobre os efeitos dessa conjuntura no Rio Grande do Sul e na Bahia, demonstrando seu caráter expansivo no cenário nacional. Seu foco principal, todavia, é compreender os efeitos do Encilhamento em Minas Gerais, sobretudo na cidade de Juiz de Fora.

Para o autor, a historiografia tradicional de Minas Gerais incorre no mesmo erro ao, na maioria das vezes, negligenciar os efeitos dessa política no estado, ou relatar de modo exclusivamente pejorativo os efeitos do Encilhamento na economia mineira (CROCE, 2006, p.11). São exemplos dessa abordagem os clássicos de Nelson Lage Mascarenhas (1954) e Domingos Giroletti (1988), ambos tratam da conjuntura enfatizando os prejuízos trazidos ao povo juizforano, sobretudo via o escoamento do capital endógeno para a praça do Rio de Janeiro, ou por ocasião da falência do Banco Territorial e Mercantil⁸⁵.

⁸⁵ O Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais foi o primeiro banco fundado na província de Minas Gerais, legando à cidade de Juiz de Fora o privilégio de ser uma das poucas localidades a gozar de uma instituição de crédito no ocaso do Império. Fundado a partir da associação de capital endógeno, “[...] o banco oferecia crédito através de letras hipotecárias, desconto de letras, duplicatas e conta-corrente, [...] que em muito contribuíram na evolução sócioeconômica de Juiz de Fora” (CROCE, 2008, p.116). Num primeiro momento a instituição prosperou a ponto de abrir agências em outras cidades, como Ouro Preto, Além Paraíba e Rio de Janeiro. O que, contudo, parecia confirmar seu sucesso, demonstraria ser, na verdade, sua decadência. Isso porque Croce (2008), ao verificar o processo de falência do Banco Territorial e Mercantil, notou inúmeras irregularidades, especialmente em sua sede localizada na capital do Império. Embora a análise desse evento não

O que esses autores não observam é a profusão de sociedades anônimas fundadas em Juiz de Fora nesse período. Investimentos “[...] envolvendo setores como financeiro, industrial, energético, agrícola e de ensino, deixando claro que eram investimentos de produção e não de especulação” (CROCE, 2006, p.16), uma vez que muitos alcançaram uma longa duração. Estabelecimentos, inclusive, bancários, como o Banco do Crédito Real de Minas Gerais⁸⁶, que possibilitaram em grande medida uma franca inversão de capital dos setores agrícolas para os setores urbano/industrial, da mesma forma como apontou Saes (1983, p.147) para a cidade de São Paulo.

O que passamos a analisar, doravante, são os impactos dessa conjuntura no crescimento urbano de Juiz de Fora. Mas não somente pelo prisma econômico, mas pelo político também, dado que a Constituição republicana garantiu uma série de liberdades outrora negadas à esfera municipal, o que implicará numa alavancagem das rendas e, por conseguinte, nas despesas, sobretudo com obras públicas em Juiz de Fora.

caiba nesse capítulo, as atrocidades cometidas nessa instituição “[...] nos dão a mais nítida visão do que foi o fator especulação no Encilhamento” (2008, p.118).

⁸⁶ O Banco do Crédito Real de Minas Gerais restituiu a confiança por meio de uma sólida administração⁸⁶. Fundado em 1889 com um capital de 500:000\$000, o banco tem em sua origem estreitas relações com o capital agrário, de acordo com Pires (2009, p.213), são “[...] nítidos os vínculos de suas origens com o capital especificamente agrário, seja pela participação acionária ou pela composição de suas primeiras diretorias. Entre seus 12 principais acionistas, 7 são importantes fazendeiros de café do município, possuindo 600 das 1.050 ações (57,14%) mantidas entre eles”. Organizado para funcionar nos moldes do *Crédit Foncier* (CROCE, 2008, p.131), o Credireal, como ficou conhecido, mesmo em tenra idade sobreviveu a um dos mais conturbados períodos da história econômica do Brasil, o Encilhamento, ultrapassando um século de existência. Para Pires, o Credireal guarda muitas semelhanças com os *Country Banks*, ou os Bancos do Interior. Esses bancos foram a maior inovação financeira da Revolução Industrial da segunda metade do século XVIII, caracterizados por serem “[...] identificados com o universo local da economia (normalmente agrária) no que se refere à iniciativa dos empreendimentos, captação de recursos locais (depósitos) e o seu redirecionamento, através de operações várias, para outros setores da economia, inclusive o próprio setor industrial” (2009, p.218). Em seus primeiros dez anos, aumentou em 1.400% seus fundos, distribuídos entre a Carteira Comercial (1.000:000\$000) e a Carteira Hipotecária (6.000:000\$000) e, tal qual o Territorial e Mercantil, abriu agências em Ouro Preto, Rio de Janeiro e Cataguases (PIRES, 2009, p.216 et seq.). De um modo geral, “[...] podemos constatar que garantias sólidas, como hipotecas e operações de crédito como desconto, sob o rigor das leis institucionais financeiras, fizeram com que o Credireal trilhasse um caminho de evolução [...]” (CROCE, 2008, p.131), investindo na produção local e propiciando crédito a diversos setores, como o agrário, comercial, industrial e pessoal.

III.2 – Engendrando o espaço urbano⁸⁷

Para Paulino de Oliveira, em sua obra frequentemente visitada pela historiografia local⁸⁸, a década de 1890 foi marcada pela abundância de realizações da esfera pública – “as maiores talvez verificadas nos primeiros cinquenta anos de sua existência” (1966, p.146). Elencando algumas destas realizações, o autor menciona a drenagem do pântano existente em frente a cadeia⁸⁹, no largo da Alfândega, financiado pelo governo federal, a pavimentação e calçamento de várias ruas, como a Direita, a Halfeld, Quinze de Novembro, Espírito Santo e o largo da estação. Também se deu início ao projeto de saneamento do morro da Gratidão, local de constante foco epidêmico no período, sobretudo por concentrar habitações precárias, como os cortiços. Além disso, foram construídas várias pontes e pontilhões, estradas para interligar a cidade aos distritos, redes de abastecimento d’água, além da construção de cemitérios. O maior destaque, contudo, fica para as obras de saneamento e abastecimento parcialmente executadas do Plano Howyan (OLIVEIRA, 1966, p.146).

Paralelamente, a esfera privada também vivia um momento de opulência. A liquidez decorrente da adoção da política econômica aplicada pelo então ministro da fazenda, Ruy Barbosa, no país chegava à cidade, ainda que de uma forma distinta daquela que atingira a capital. Segundo Croce (2006, p.295), Juiz de Fora

vive com grande intensidade todos os momentos da conjuntura do Encilhamento. Todos os elementos marcantes dessa conjuntura, como repasse financeiro entre Estado/Bancos direcionado à agricultura, entrada de imigrantes, incentivo de aberturas de sociedades anônimas, inversão em investimentos de ativos, especulação e desenvolvimento produtivo em vários ramos setoriais, estão presentes na cidade nesse momento.

⁸⁷ Orientamos ao leitor a conferência constante dos anexos 1 e 2 deste trabalho para uma melhor localização dos eventos aqui mencionados.

⁸⁸ Devemos registrar, contudo, que seus escritos se enquadram numa matriz de pensamento historiográfico *tradicional liberal*, onde é possível identificar “ligações com os grupos dominantes locais [que] acabam colaborando para a construção de uma tradição, em alguns casos, utilizando uma narrativa romanesca, apesar do abundante uso de documentos oficiais. O caráter liberal desta historiografia advém da aceitação das perspectivas *jusnaturalistas* implícitas no pensamento liberal, assim como a anuência de um processo histórico evolutivo que resultaria, entre outras coisas, na naturalização do processo civilizador” (DUARTE, 2014, p.76).

⁸⁹ A cadeia, é, precisamente, onde hoje encontra-se o Instituto Estadual de Educação, a antiga alfândega é o prédio próximo, construído em 1893 e hoje abriga o 4º Depósito de Suprimentos do Exército. A razão para haver pântanos nesta região deve-se a um meandro abandonado do rio Paraíba, como demonstraremos adiante.

Refletindo esta afirmação, há um aumento significativo de capital mobiliário na cidade, em grande parte estribado na abertura de empresas organizadas na forma de sociedade anônima. A Companhia Mineira de Eletricidade (1888), a Companhia Industrial de Juiz de Fora (1890), a Academia de Comércio (1890), a Companhia Chimico Industrial Mineira (1891) e a Companhia Mechanica Mineira (1891) são apenas alguns exemplos de investimentos da burguesia local no desenvolvimento, empreendimentos que, por si só, conferiam um caráter mais urbano-industrial à jovem cidade, mas que, além disso, fomentavam a expansão urbana a partir de novos loteamentos como no caso da Companhia Construtora Mineira (1890).

Analisando estes dois agentes, público e privado, podemos afirmar que tanto as obras públicas (em grande medida financiadas através da venda de títulos da dívida pública municipal), quanto aquelas de cunho privado (mormente aquelas ligadas às empresas de capital aberto), tem em seu cerne o capital mobiliário, que, por essas paragens, encontra na conjuntura do Encilhamento, se não sua genealogia, seu ponto de inflexão. Começamos, portanto, este tópico buscando explicar como Juiz de Fora consubstanciou este processo de formação de uma esfera municipal robusta e de uma burguesia ávida pelo crescimento e o progresso.

III.2.1 – A municipalidade

A primeira década republicana busca sanar um problema de longa data da administração pública brasileira: a questão da autonomia municipal, ou seja, a possibilidade conferida aos municípios de gerirem seus próprios territórios com suas próprias rendas, assegurada pela Constituição; questão negligenciada em todo o período imperial. O desprestígio da esfera municipal fica patente desde a Constituição da Mandioca⁹⁰, a primeira do país, promulgada em 1824. Em todo seu conteúdo, o único ponto em que menciona esta esfera é com o intuito de caracterizar a composição das câmaras, detalhando que, posteriormente, seria decretada uma Lei Regulamentar para especificar suas funções (BRAZIL, 1824). A

⁹⁰ Tal denominação é oriunda do caráter censitário do pleito, composto apenas por aqueles cidadãos que possuíssem uma renda anual equivalente a 150 alqueires de farinha de mandioca, limitando, assim, o voto às elites agrárias do país.

referida Lei, de 1º de outubro de 1828, almejava dar forma às Câmaras Municipais, definir suas atribuições, e seu processo eleitoral. Neste sentido, decreta em seu artigo nº 24 que “as Camaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa” (BRAZIL, 1828).

Em outras palavras, observamos que as câmaras não gozavam de influência política, nem, tampouco, de soberania na gestão de seus interesses. Segundo Meirelles (1985, p.5), as elites das províncias desconfiavam da capacidade administrativa dos municípios, outrossim, receavam que suas câmaras se transformassem em reduto de efervescência e aspiração política de camadas desprestigiadas da população (LEAL, 1976, p.74). Sujeitas ao Império e às suas respectivas províncias, as casas legislativas ficaram reduzidas ao imobilismo administrativo, econômico e político, ceifando sua autonomia.

No contrapasso, suas responsabilidades administrativas eram inúmeras (LEAL, 1976, p.75):

cuidar do centro urbano, estradas, pontes, prisões, matadouros, abastecimento, iluminação, água, esgotos, saneamento, proteção contra loucos, ébrios e animais ferozes, defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de escolas primárias, assistência a menores, hospitais, cemitérios, sossego público, polícia de costumes, etc.

Com o advento da República, a Constituição modificou-se significativamente: apesar de reservar apenas o artigo nº68 para se referir à esfera municipal, o tópico consagrou sua autonomia, embora ficasse ainda sujeito à Constituição específica do estado. Neste artigo, evidencia-se que “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a *autonomia dos Municípios* em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BRAZIL, 1891, grifo nosso).

Na interpretação do jurista Hely Meirelles, tal legislação afirmou o princípio da autonomia e discriminou as atribuições municipais, contudo, tais determinações ficaram limitadas à tinta no papel, de modo que “durante os 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891, não houve autonomia municipal no Brasil” (1985, p.7).

Nesta perspectiva, os municípios ficaram sujeitos aos ditames dos estados, e, amiúde, dos grandes latifundiários locais, conduzindo o país à expressão mais

aguda do coronelismo⁹¹. À asserção de Meirelles, faz-se mister um contraponto. A despeito da forte presença do coronelismo no Brasil reforçar o fato de a Constituição ter ficado “apenas no papel”, o que percebemos é que a Constituição específica do estado de Minas Gerais garantia, de maneira geral, a autonomia dos órgãos públicos municipais espelhada numa descentralização administrativa.

Figura 11 – Sátira de Alfredo Storni sobre o “voto de cabresto”, 1927



Fonte: Disponível em: <<http://mestresdahistoria.blogspot.com.br>>, acesso em: 15 jan. 2015.

⁹¹ Conceituando este período, Leal (1976) afirma que o *habitat* destes “coronéis” eram os municípios predominantemente rurais, do interior, cujo isolamento constituía-se como apanágio de primeira ordem. Neste sentido, as atividades comerciais e industriais eram inversamente proporcionais à vigência da prática política do coronelismo no Brasil. Leal faz ainda uma interessante análise sobre a fonte de poder destes “coronéis”: para o autor, não se deve reduzir este episódio de nossa história à simples afirmação anormal de poder privado, ao contrário, o coronelismo pressupõe certa decadência deste poder. “Este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”, compromisso este que exprime certa debilidade de ambas as partes. Se por um lado a Constituição Republicana institucionalizava os poderes dos estados para conter a insubmissão da esfera privada, por outro, este poder paralelo fortalece-se na medida em que a abolição e o sufrágio, estendido a todos que pudessem assinar seus nomes, conferem o poder de voto aos trabalhadores rurais: massa de manobra na mão dos grandes latifundiários (LEAL, 1986, p.251 et seq.). Em sua obra “*Da Violência*”, Hannah Arendt salienta a relação inversa entre a violência e o poder, que se excluem mutuamente. Tal observação consubstancia, primeiro, a fragilidade dos poderes, sobretudo o poder privado, que vinha sendo minado, segundo, a violência inerente ao período, novamente, sobressaindo a violência empregada pelos coronéis, que se afirmavam através destes meios coercitivos, deixando transparecer, na realidade, sua decadência.

No artigo nº 75 da referida Constituição, observamos tal cenário explicitado através de seus incisos (MINAS GERAES, 1907, p.141-142):

- II. A administração municipal, inteiramente livre e independente, em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, será exercida em cada município por um conselho eleito pelo povo, com a denominação de Camara Municipal.
- IV. O orçamento municipal, que será anuo e votado em época prefixada [...], a criação de empregos municipais, a instrução primaria e profissional, a desapropriação por necessidade ou utilidade [são] objetos de livre deliberação das camaras municipais, sem dependência de aprovação de qualquer outro poder, guardadas as restrições feitas nesta Constituição.
- VI. O governo do Estado não poderá intervir em negócios peculiares do município, senão no caso de perturbação da ordem pública.

Salientamos ainda o artigo nº 76, onde fica declarado que “é da exclusiva competência das municipalidades decretar e arrecadar os impostos sobre imóveis rurais e urbanos e de indústrias e profissões” (MINAS GERAES, 1907, p. 144), fato que facultava aos municípios a criação de suas próprias fontes de renda. Deste modo, acreditamos que, ao menos nas maiores cidades do estado, gozava-se de certa autonomia, seja ela política, administrativa ou financeira.

Comunga deste posicionamento a obra⁹² publicada por Luciano Senna Peres Barbosa, ao afirmar que as novas atribuições dos municípios e o acréscimo às receitas dos mesmos, estribados na descentralização administrativa outorgada pela Constituição de 1891, propiciou não só maior autonomia aos órgãos públicos municipais, como fomentou o surgimento de uma nova figura, um novo agente na cidade: o político profissional (BARBOSA, 2013, p.77). O autor endossa ainda esta interpretação afirmando que “organização dos municípios aprofundava ainda mais a tendência de descentralização, ao tornar o distrito a base da organização administrativa estadual” (2013, p.38).

Focando nossa investigação em Juiz de Fora, cabe ressaltar, inicialmente, que, em consonância com a definição de Leal (1976, p.251 et seq.), não encontramos vínculo concreto da cidade com o regime do coronelismo, imposto em grande parte do território mineiro.

As razões que justificam tal constatação talvez residam na diversidade de fazendeiros no município, que, embora formassem uma classe bem articulada,

⁹² O livro analisa a forma como os políticos mineiros elaboravam sua imagem pública durante a Primeira República. Analisando os diálogos estabelecidos entre os políticos nos periódicos locais, a obra almeja contribuir na investigação dos aspectos simbólicos da política do período.

impedia uma centralização de poder nos moldes do referido sistema político. Como enfatiza Leal, apesar dessa diversidade não constituir óbice concreto à formação do coronelismo, o natural em casos como esse, era uma organização espontânea em correntes políticas partidárias da seguinte forma: “o agrupamento de fazendeiros do distrito, em torno de um deles, e o dos chefes distritais, ao redor do chefe municipal” (1976, p.38). Esta estrutura organizativa podia ser baseada em razões de ordem pessoal, como maior vocação ou habilidade política, de ordem familiar, de acordo com a tradição política de determinados grupos, ou, de ordem econômica, centralizado nos donos daquelas propriedades mais ricas, com maior número de funcionários sob sua “tutela” e com maior disponibilidade para gastos eleitorais (LEAL, 1976, p.39). Segundo o autor, essa forma de organização resulta num equilíbrio deveras instável para as forças políticas, agravado ainda pela “comum vacilação do eleitorado urbano, menos submisso, e, portanto, de manifestação mais dificilmente previsível” (LEAL, 1976, p.39).

Tal constatação, pensamos, pode ser ratificada pelo inexpressivo número de eleitores que compareceram às urnas de Juiz de Fora no período em questão: 1100, em 1892⁹³, 2666, em 1894, e, aproximadamente, 2800, em 1897 (BARBOSA, 2013, p.91). Ora, para uma população urbana de cerca de 22.586 habitantes, um sufrágio que gire entre 4,8% e 12,3% da população é bastante insignificante, revelando que não havia submissão da população de frente ao poder dessas famílias tradicionais⁹⁴. Apontamos ainda a diversidade produtiva do município, que desde as últimas décadas do século XIX gesta um processo de industrialização, impedindo que sua economia orbite unicamente ao redor da monocultura cafeeira e complexificando as relações de poder no interior do espaço urbano. Ademais,

⁹³ Temos de mencionar, contudo, que o jornal do dia seguinte a essa eleição trazia uma matéria cujo título era “O temporal de hontem”, relatando que no dia das eleições havia “desabado sobre a cidade copiosíssima chuva”, ao meio dia. “Era para receiar que tivesse havido grandes desastres, pois o temporal manteve-se violento, crescendo-se a todo o instante a massa d’água, que corria pelas ruas impetuosamente”. É de se deduzir que tal contingência meteorológica tenha prejudicado o universo de eleitores neste pleito. (O PHAROL, 1 fev. 1892).

⁹⁴ Patrícia Falco Genovez faz uma excelente abordagem deste tema em sua dissertação, “As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX” (2002), sobretudo no item II.2, “A Câmara dos compadres: relações familiares na Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraibuna”, no qual a autora investiga as famílias e as relações familiares que estiveram por trás da Câmara Municipal no período em questão. Sem, contudo, conformar uma prática coronelista, nos moldes que foi conceituado por Leal (1976).

ressaltamos o volume populacional, tanto do município quanto da cidade⁹⁵, atuando como mais uma objeção concreta para a emergência destas formas paralelas de poder. Mais provável, a atuação conjunta desses fatores fez com que Juiz de Fora – apesar de apresentar um grupo específico no poder, como demonstra Genovez (2002) – se distanciasse do que Leal conceituou como coronelismo.

O corolário desta afirmação faz-nos crer numa certa participação da esfera pública na gestão do espaço urbano, quando, na realidade, o que vigorou até a descentralização proposta pela Constituição de 1891 foi uma ampla participação da esfera privada, através da figura dos “cidadãos benfeitores”⁹⁶ (BARBOSA, 2013, p.83).

Tais “benfeitores” [...] tem seus nomes vinculados à oferta de bens públicos, principalmente no que concerne a melhoramento do espaço urbano. É a partir da iniciativa de particulares – individualmente ou através da participação em subscrições lançadas pela Câmara Municipal – que se constroem pontes, ruas, praças, chafarizes, a estação ferroviária, o Fórum e o prédio da Câmara [...].

Em decorrência da legislação vigente no período imperial e dos poucos recursos que arrecadava até então, sua participação era apequenada, mas não inexistente. Nossa pesquisa pelas Efemérides Juizforanas (OLIVEIRA, 1975) revela, ainda que incipiente, certo empenho do município em sanar problemas de ordem primária, principalmente aqueles ligados à saúde pública⁹⁷. De alguma

⁹⁵Segundo o Recenseamento de 1890, o município de Juiz de Fora era o terceiro mais populoso do estado, contando com 74.136 habitantes. Seu distrito sede, a paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, concentrava uma população de 22.586 habitantes (BRAZIL, 1898, p.55).

⁹⁶ Para Barbosa (2013, p.78 et seq.), a narrativa “oficial” que conta a história de Juiz de Fora orbita ao redor da iniciativa particular de alguns de seus moradores. O autor elenca Henrique Halfeld, Mariano Procópio, Bernardo Mascarenhas e Francisco Batista de Oliveira como os principais “cidadãos beneméritos”, produto da historiografia oficial.

⁹⁷ Podemos citar como exemplo de ações visando mitigar situação da saúde pública na cidade, a construção do matadouro no ano em que a vila foi elevada à categoria de cidade, 1856. Explicitando a forte aliança entre esfera pública e privada no período, o terreno para a construção, situado na parte baixa da rua Halfeld, fora doado pelo próprio Henrique Halfeld (OLIVEIRA, 1975, p.168). Em 1860, é elaborada uma planta da cidade pelo engenheiro alemão Gustavo Dodt, onde observamos o plano para a construção de um cemitério num terreno entre as ruas São Sebastião e Benjamin Constant, projeto que nunca foi levado a cabo (BARBOSA, Y., 2013, p.73). No final da década de 1870, a câmara municipal e o diretor da estrada de ferro D. Pedro II, num “jogo de empurra”, discutiam acerca das responsabilidades sobre o dessecamento dos pântanos nos arredores da estrada (OLIVEIRA, 1975, p. 217). Oliveira (1975, p. 87) comenta ainda acerca do abastecimento de água na cidade, onde a câmara determinava, em 1887, a instalação de quatro chafarizes, todos eles localizados na região central (MIRANDA, 1990, Anexo 4); e a debelação de uma epidemia de cólera, onde dois suplentes de vereadores da câmara, um médico e um boticário foram enviados para coordenar o combate à epidemia (OLIVEIRA, 1975, p.200). Mas também havia aquelas obras

forma, porém, estes serviços encontravam-se comumente atrelados à agentes privados, seja através da doação de terrenos, da seletividade espacial destes equipamentos ou até mesmo através do próprio financiamento das obras – muitas vezes sem juros, como vimos –, colocando em xeque o caráter realmente público destas políticas. Por sua vez, as concessões exigidas na execução daqueles serviços mais refinados e lucrativos (como as rodovias, ferrovias, bondes, telegrafo, telefone, iluminação, etc.), além de partirem da iniciativa privada, na maior parte das vezes, local, nem sempre tinham relação com a câmara, podendo estar vinculadas tanto ao governo provincial, quanto ao Império. Este imbricado mecanismo envolvendo esfera pública e privada já demonstra extrema percepção do processo de valorização do espaço urbano a partir da dotação de equipamentos e infraestrutura (MIRANDA, 1990, p.103-104).

É, pois, através da Constituição estadual de 1891 que será possível consolidar neste cenário o papel da esfera pública. A partir da estatização dos instrumentos de intervenção, a municipalidade apodera-se da responsabilidade sobre a transformação do cotidiano citadino, passando a ser legitimamente o órgão fomentador das infraestruturas indispensáveis para o desenvolvimento urbano. Neste sentido Miranda afirma que, “salvo em circunstâncias muito peculiares e passageiras, não é possível falar, antes de 1892, em formulação de políticas públicas” (1990, p.103). 1892, pois, somente em março daquele ano tomava posse a primeira câmara eleita após a proclamação da República, contando quinze vereadores⁹⁸ eleitos pelo povo, sendo um, Francisco Bernardino, ocupante da cadeira de presidente da câmara, o primeiro agente executivo do município⁹⁹.

estruturais, como o calçamento da rua Direita, em 1871, financiado a partir de um empréstimo autorizado pelo governo provincial (OLIVEIRA, 1975, p. 228). A construção dos edifícios da Câmara Municipal e do Fórum, inaugurados em 1878 na presença do Imperador e financiadas pelo povo, como destaca Oliveira (1975, p.99). E, ainda, a construção, em 1882, da Cadeia Municipal (OLIVEIRA, 1975, p. 159), fato que transferiu os presos da cidade do prédio do Fórum, localizado no centro da cidade, para essa então desvalorizada e periférica região pantanosa, onde ocupa hoje o prédio do Instituto Estadual de Educação. Tudo isso, antes mesmo da reforma conferida à organização municipal após o período republicano.

⁹⁸ Um vereador para cada um dos treze distritos em que se dividia o município (a saber, Juiz de Fora, Água Limpa, Matias Barbosa, Chácara, Sarandira, Santana do Deserto, São Pedro de Alcântara, Vargem Grande, São José do Rio Preto, Porto das Flores, São Francisco de Paula, Rosário e Chapéu d'uvas), e mais dois, o vereador geral, eleito por toda a municipalidade e que guardará consigo o poder executivo do município, e o vereador especial, eleito pelos distritos, com exceção do 1º, a cidade (O PHAROL, 31 jan. 1892).

⁹⁹ Segundo Oliveira, o presidente da Câmara declarou que iria exercer o cargo gratuitamente durante todo seu mandato (1975, p.92).

III.2.2 – O capital privado

Com a indústria em pleno desenvolvimento e uma ambiência extremamente profícua ao empreendedorismo neste período, a cidade viu multiplicar o número de negócios abertos. Em grande medida este ambiente foi alimentado pela revogação da Lei dos Entraves¹⁰⁰, em 1882, e, a partir de então, as companhias, ou sociedades anônimas, poderiam estabelecer-se sem autorização prévia do Governo. Havia ainda, contudo, restrições contra a consolidação de um mercado mobiliário, já que a revogação dos entraves ainda impunha algumas limitações, como o funcionamento das sociedades somente *mediante a subscrição de todas suas ações* e a *proibição da comercialização* das mesmas (TANNURI, 1981, p.32).

Este mercado mobiliário somente iria se consolidar na transição do Império para a República, a partir das medidas tomadas por Ruy Barbosa. Ademais, para Stein (1979, p.105), o Encilhamento foi o grande responsável por deflagrar o *boom* da indústria brasileira, que seguiu em franco desenvolvimento ao longo das primeiras décadas do século XX, demarcando o período denominado por ele de “*Os Anos Dourados*”. As repercussões do Encilhamento demonstraram que a burguesia industrial brasileira estava unida para tirar proveito de estado republicano frágil, recém-formado, tornando mais liberais os critérios para a formação de sociedades, ampliando o campo de atuação dos bancos e intensificando a emissão de papel-moeda, em consonância com a posição de escola clássica econômica, ligada ao conceito *laissez-faire* (STEIN, 1979, p.105).

Especificamente no contexto de Juiz de Fora, Pires (2004, p.295), ao investigar as relações entre a produção cafeeira e o mercado financeiro, observa que no período “pré-encilhamento” (1854-1884) foram inauguradas sete companhias de capital aberto. No período do Encilhamento (1887-1899), por sua vez, este número salta para dezoito empresas, ou seja, um aumento superior a 100% no volume de empresas de capital aberto na cidade. Sua magnitude se mantém quando comparada também com o período posterior ao Encilhamento (1907-1912), quando foram abertas apenas seis companhias. As instituições

¹⁰⁰ A Lei dos Entraves preconizava que “as sociedades só seriam autorizadas a funcionar se dessem provas ao Governo de capacidade de autofinanciamento”, porém, “como o mercado acionário, que em tese poderia proporcionar fundos para esses empreendimentos, era inexistente, somente capitais de maior porte é que poderiam enquadrar-se nessas exigências” (TANNURI, 1981, p.31).

financeiras inauguradas no período contribuíram para a dinâmica econômica citadina, estimulando a abertura de novas companhias e indústrias, além de romper com a dependência financeira ao inibir a transferência dos recursos da Zona da Mata para o núcleo comercial-financeiro localizado na capital (PIRES, 2004, p.30).

Como demonstrou Marcus Croce (2008), ao contrário do que grande parte da historiografia nos traz, o Encilhamento impactou a economia mineira, e, conseqüentemente, Juiz de Fora. Para o autor, as instituições bancárias fundadas na praça da cidade nessa época são um exemplo dessa conjuntura política e econômica. O Banco Territorial e Mercantil de Minas, por exemplo, foi fundado em 1887 com capital local

[...] e oferecia crédito através de letras hipotecárias, desconto de letras, duplicatas e conta-corrente, colocando a cidade de Juiz de Fora como uma das poucas localidades do Brasil, fora da praça do Rio de Janeiro e São Paulo, a possuir o privilégio de contar com uma agência bancária (CROCE, 2008, p.217).

O banco cresceu e abriu agências em outras cidades, porém teve uma curta duração de apenas cinco anos; verificando seu processo de falência, Croce (2008, p.219) notou várias irregularidades, principalmente na agência do Rio de Janeiro, onde as atrocidades cometidas “[...] nos dão a mais nítida visão do que foi o fator especulação no Encilhamento”. Sua falência trouxe inúmeros malefícios ao setor financeiro de Juiz de Fora, causando uma grande aversão a esse tipo de investimento especulativo. O Banco de Crédito Popular de Minas (1891), apesar de a primeira vista parecer um empreendimento típico da conjuntura – vende ações no mercado e se dissolve rapidamente –, não foi especulativo, tendo seu processo de falência ocorrido de forma sensata, ressarcindo seus investidores. Uma vez que o Territorial e Mercantil falira em 1892, a entrada de capital no banco ficou assaz prejudicada devido ao clima de insegurança e desconfiança, tornando difícil sua consolidação. Apesar da crise bursátil dos primeiros anos da república, o sistema financeiro se consolidou e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889) é um exemplo disso. Sua administração sólida, baseada nos moldes franceses, adquiriu rapidamente um grande progresso, ultrapassando um século de existência. Passando a crise inicial, oriunda do *crash* do Territorial, o Credireal investiu na

produção local, propiciando crédito ao setor agrário, comércio, indústria e pessoas físicas (CROCE, 2008, p.232 et seq.).

Enquanto provedor de crédito à diversos setores produtivos da cidade, estes bancos participaram, ainda que indiretamente, da constituição espacial de Juiz de Fora. Uma das sociedades anônimas beneficiadas por este processo foi Companhia Construtora Mineira, cujo objetivo era:

- a) Qualquer gênero de construções por conta própria ou de terceiros, mediante comissão;
- b) A compra e venda de terrenos e propriedades;
- c) Exploração de indústrias que tenham relação imediata com os fins da companhia;
- d) Empreitar a construção de obras públicas e estradas de ferro (O PHAROL, 1 ago. 1890).

Por conta dessas características, uma investigação focada nas ações desta sociedade torna-se indispensável ao nosso trabalho. Inaugurada no sétimo mês de 1890, com a finalidade de “promover loteamentos, edificar prédios e construir estradas” (LESSA, 1985, p.251), a construtora foi constituída com o capital de 500:000\$000¹⁰¹, com o maior número de ações subscritas por três agentes, um deles, o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais:

¹⁰¹ Neste mesmo ano, a receita de todo o município fora de 127:933\$132 (Cf. Tabela 10).

Tabela 09 – Relação dos Acionistas da Companhia Construtora Mineira
(em 31 dez. 1892)¹⁰²

Acionistas	Número de ações
<i>Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais</i>	200
Gustavo Penna	200
Francisco Mariano Halfeld	200
João Ribeiro de Oliveira e Souza	135
João Ribeiro Mendes	120
<i>Francisco Eugênio de Resende</i>	120
<i>Bernardo Mascarenhas</i>	105
Roberto Sabiniano de Barros	100
<i>Barão de Santa Helena</i>	100
Alfredo Ferreira Lage	100
<i>Azarias José de Andrade</i>	100
Casemiro José de Andrade	100
Constança Vidal Barbosa Lage	100
Frederico Ferreira Lage	100
Francisco Mascarenhas	100
Joaquim Nogueira Jaguaribe	100
Pedro de Cerqueira Leite	100
<i>Constantino Paletta</i>	75
<i>Francisco Bernardino Rodrigues Silva</i>	50
<i>Francisco Izidoro Barbosa Lage</i>	50
João Batista de Oliveira e Souza	50
Marçal de Souza e Oliveira	50
Manoel Honório de Campos	30
Julio César Pinto Coelho	25
Aprígio Ribeiro de Oliveira	20
Fernando Lobo Leite Pereira	20
Augusto Mendes Ferreira	20
Manoel José Pereira da Silva	10
Miguel Nataroberto	10
José Antônio Picorelli	5

¹⁰² Gostaríamos de fazer alguma análise dos nomes destacados em itálico: o primeiro que nos chama a atenção é a presença do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (banco este que, como demonstrou Croce (2008), foi um dos poucos a apresentar atividades essencialmente especulativas na análise de seu processo de falência) como um dos principais fiadores da companhia. Francisco Eugênio de Resende, Bernardo Mascarenhas, Barão de Santa Helena, Azarias José de Andrade são também acionistas do Banco do Crédito Real de Minas Gerais. E Constantino Paletta, Francisco Izidoro Barbosa Lage e Francisco Bernardino Rodrigues Silva compunham a Intendência Municipal indicada para gerir o município naquele período, tendo sido esse último, presidente dela.

Raul Alves (herdeiros)	5
João Chrysostomo Pimentel Barbosa	-
Joaquim José Monteiro da Silva	-
Francisco Antônio Brandi	-
Felipe Luiz Paletta	-
Visconde de Carandahy	-
José Joaquim Monteiro de Andrade	-

Fonte: CROCE, 2008, p. 157.

A firma foi criada e dirigida por Bernardo Mascarenhas, Constantino Paletta e Roberto de Barros, tendo como financista, João Ribeiro Mendes, e o agrimensor Joaquim Nogueira Jaguaribe, “chefiando o escritório, comprando animais de tração e contratando carroceiros e carroças para aterros” (LESSA, 1985, p.257), todos eles, funcionários e acionistas da empresa (destacados na tabela). A imprensa do período divulgou o empreendimento elogiando seus idealizadores e motivando potenciais investidores do mercado mobiliário:

[...] organizada por um pessoal respeitável e já recommendado vantajosamente pelo bom êxito de outras empresas, em que se tem envolvido alguns dos cidadãos que o compõem, a nova companhia, oferece os requisitos indispensáveis para a boa direção dos capitais que lhe forem confiados (O PHAROL, 29 jul. 1890).

Parece ter tido boa repercussão o anuncio, pois, no dia seguinte divulgava o mesmo jornal:

Encerrou-se ontem no Banco de Crédito Real de Minas Gerais a subscrição das ações da Companhia Construtora Mineira. O número de ações subscritas excede o capital necessário, o que tivemos ocasião de verificar pela lista respectiva. Haverá por este motivo rateio de subscritores (O PHAROL, 30 jul. 1890).

Figura 12 – Publicidade da Companhia Construtora Mineira

COMPANHIA CONSTRUCTORA MINEIRA

CAPITAL---500:000\$000

Dividido em 2,500 ações de 200\$000 cada uma

FINS :

- 1) todo o genero de construcções por conta propria ou de terceiros, mediante commissão ;
- 1) compra e venda de terrenos e propriedades.
- 1) exploração de industrias annexas ao fim principal da companhia;
- 1) empreitar a construcção de obras publicas, estradas de ferro etc, etc.

DIRECTORIA :

Bernardo Mascarenhas, presidente.
Dr. Roberto Sabiniano de Barros.
Dr. Constantino Luiz Paletta.

Conselho Geral : Banco Territorial e Mercantil de Minas.
Barão de Santa Helena.
Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva.

Suplentes : Gustavo Penna.
Commandador Pereira da Silva.
Aprigio Ribeiro de Oliveira.

Insperadores : Conselheiro João Ribeiro Mendes.
Dr. Constantino Luiz Paletta.
Dr. João Ribeiro de Oliveira e Sousa.
Francisco Eugenio de Rezende.

Achando-se subscripto o capital da Companhia, convidam-se os srs. subscriptores a fazerem a prestação de 10 %, hoje, das 10 horas ás 5 da tarde no

BANCO TERRITORIAL E MERCANTIL DE MINAS

Fonte: O PHAROL, 30 jul. 1890.

Chama-nos atenção também o envolvimento do Banco de Crédito Real no processo: pelo que indica a gazeta, as reuniões entre os acionistas da Companhia Construtora Mineira ocorreriam no salão desse banco, além disso, suas ações também eram aí negociadas. Um cruzamento de dados nos leva a perceber que pelo menos quatro acionistas da empresa eram também acionistas do banco: Barão de Santa Helena (fazendeiro e político), Bernardo Mascarenhas (industrial), Azarias José de Andrade (médico e industrial) e Francisco Eugênio Rezende¹⁰³ (fazendeiro), o que demonstra que a burguesia local estava operante no mercado mobiliário, inclusive aqueles mais tradicionais, como os fazendeiros.

Ultrapassando, portanto, o capital necessário para sua abertura, a Companhia Construtora Mineira é fundada, erigindo uma fábrica de objetos cerâmicos e importando maquinário, como uma turbina de 120 cavalos de potência. Suas despesas de montagem consumiram pouco mais de 10% de seu capital inicial (CROCE, 2008, p.156-157). Como reforça a historiografia local¹⁰⁴, observamos certa inflexão das atividades urbano industriais a partir da última década do século XIX, e a Companhia Construtora Mineira (CCM) é somente um dos diversos empreendimentos do período.

É importante salientarmos que quando analisamos os agentes que operam sobre o espaço urbano, torna-se complexo apartar completamente as ações públicas das ações privadas, pois, o que observamos é, na verdade, certa imbricação. No caso da CCM, para que seus investimentos fossem efetivos, era necessária certa participação da municipalidade, aprovando as obras planejadas, providenciando o nivelamento e alinhamento das novas ruas, pagando indenizações por desapropriação de terrenos, dotando os espaços de infraestrutura, etc. Por outro lado, em grande medida podemos afirmar que a municipalidade somente pôde expandir suas ações em decorrência das arrecadações extraordinárias, que provinham desta burguesia superavitária. Esta classe era composta, em sua maioria, por fazendeiros, ávidos por investir em novos

¹⁰³ Filho do Barão de Juiz de Fora, cidadão “benemérito” da cidade, contribuindo para seu desenvolvimento através da doação de terrenos, como o do Cemitério Municipal e também auxiliando a Santa Casa de Misericórdia. Cafeicultor, escravista, e capitalista, emprestava dinheiro a juros para outros cafeicultores da região, ocupou a primeira cadeira de presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, em 1853. Teve como filho, também, Geraldo Augusto de Rezende, o Barão do Retiro

¹⁰⁴ CROCE (2008); GIROLETTI (1988); PIRES (2004).

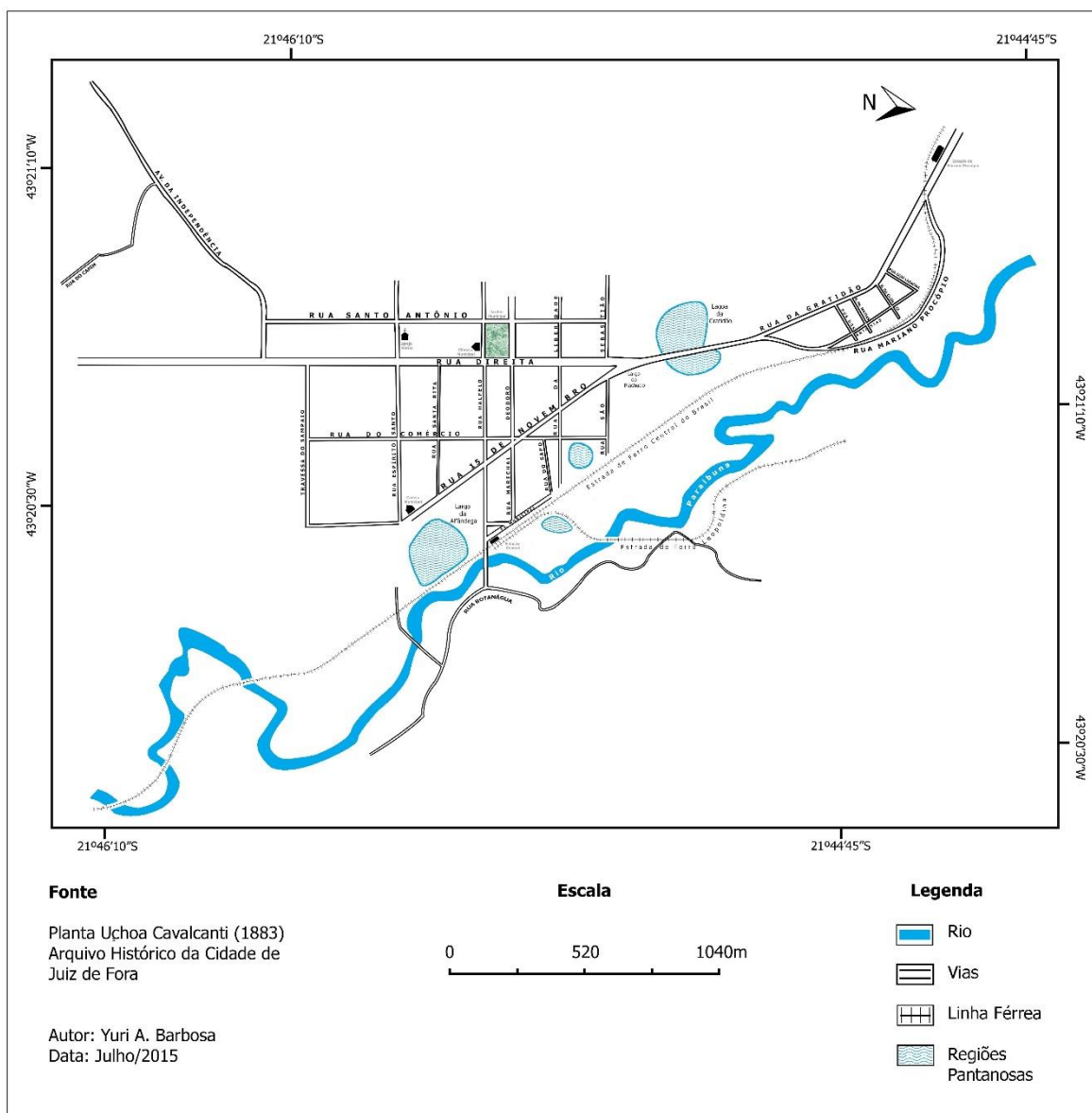
ativos (já que com a abolição, não era mais possível investir em mão de obra escrava), mas também, neste período, já despontava com muita força o industrial, o empreendedor urbano. Dentro desta lógica, notamos um processo de retroalimentação no qual esfera pública e esfera privada se fortalecem, tendo como corolário, um processo urbano mais acentuado.

III.3 – O processo urbano de Juiz de Fora através de suas administrações

O registro espacial conciso mais próximo que temos deste período é uma Planta Cadastral de 1883¹⁰⁵ à qual Paulino de Oliveira alude em sua obra: na época, o engenheiro Uchôa Cavalcanti foi contratado para desenhar uma planta cadastral e topográfica da cidade “na área compreendida entre a ponte do cemitério entre a Estrada de Ferro D. Pedro II e o morro da Gratidão e os limites da cidade, compreendendo todo o perímetro urbano” (OLIVEIRA, 1966, p.118). Ei-la:

¹⁰⁵ Embora não tenhamos tido acesso material à essa planta, foi-nos disponibilizado no Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora uma cópia digital contendo fotos da mesma. A planta encontra-se bem deteriorada e as fotos não estavam numa qualidade excelente, o que dificultou uma leitura pormenorizada das curvas de nível, mas, no geral, a planta foi de ótima serventia para nós, conformando a base para que pudéssemos refaze-la.

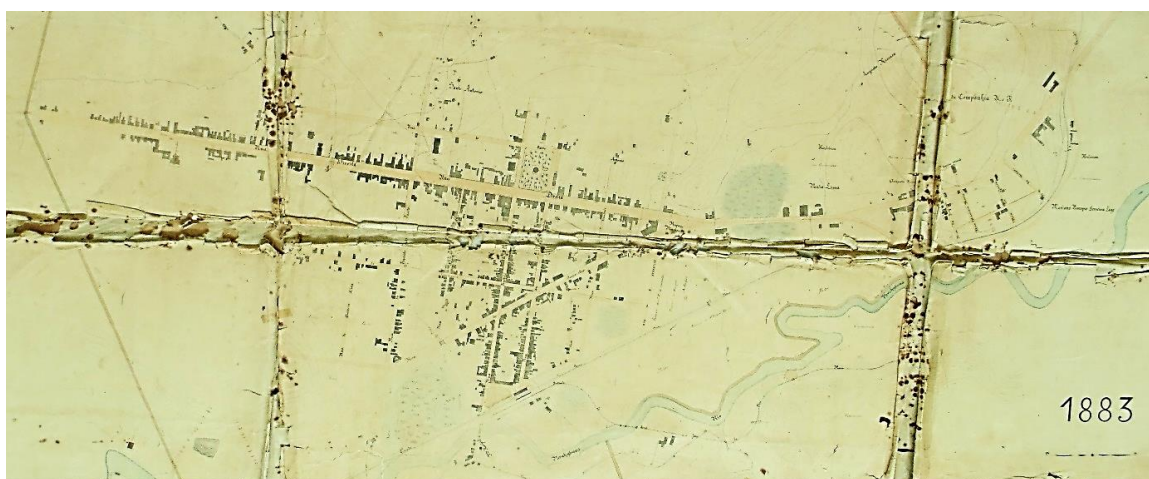
Figura 13 – Planta de Juiz de Fora em 1883



Analizando a planta, podemos observar detalhadamente o curso original do rio Paraibuna e suas áreas de inundação, como no Largo do Riachuelo e no Largo da Alfândega, sendo possível precisar também o arruamento existente até então. A partir desta, notamos a dispersão e a densidade de construções e, ainda que pouco nítido, podemos analisar fragmentos de sua topografia, mediante as curvas de nível. Acreditamos que até 1890, início de nosso recorte temporal, a cidade tenha se desenvolvido, principalmente com novos arruamentos no centro e certa expansão de seu limite urbano, abarcando os bairros Botanágua, Tapera, Poço Rico e São Mateus (Anexos 1 e 2).

É, portanto, sobre este espaço que a Câmara Municipal e as companhias do ramo da construção civil vão atuar, impulsionando os limites urbanos e fomentando o progresso na Manchester Mineira.

Figura 14 – Recorte da Planta Cadastral da cidade de Juiz de Fora



Fonte: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

Apresentaremos o período tendo como secção temporal os mandatos que se sucederam ao longo da conjuntura do Encilhamento. Esta escolha não é arbitrária, muito pelo contrário, é resultado de nossa percepção das díspares, algumas vezes até antagônicas, formas de gerir a municipalidade – característica que ainda ecoa na política dos tempos hodiernos.

Os primeiros dois anos de intendência (1890-1891) foram marcados, essencialmente, pela ausência de políticas, de projetos, de eficiência e de recursos. O salto é patente entre essa fase e a primeira gestão oficial da câmara de Juiz de Fora, presidida por Francisco Bernardino entre 1892 e 1894. Diametralmente

oposto, o republicano João Penido assume a câmara em 1895 e reformula em grande medida os projetos implementados por Bernardino. Seu sucessor, Ambrósio Vieira (1898-1900), embora tenha sido mais contido nos gastos, manteve um padrão relativamente alto de despesa, com a desvantagem de não ter contado com novos recursos extraordinários. Salvo essa última exceção, a administração municipal se caracterizou nesse período pelo uso extensivo de recursos extraordinários, seja por meio da venda de títulos da dívida pública, seja angariado por meio dos recursos do estado de Minas Gerais. Se por um lado tais recursos produziram altos investimentos em obras públicas, por outro, ampliou notavelmente a dívida interna municipal, cujo valor reservado para o pagamento superou um terço do erário.

Por sua vez, a sociedade anônima que norteia nossa investigação, a Companhia Construtora Mineira, inicia a conjuntura do Encilhamento a todo vapor, articulando obras de prédios, estruturas e arruamentos. Na metade da década alcança seu apogeu, ao longo do processo de construção da sede de outra sociedade anônima, a Academia do Comércio. Daí em diante, todavia, sua expansão arrefece, não apresentando mais o mesmo ímpeto produtivo do início do Encilhamento, claudicante, a companhia é liquidada na virada do século.

III.3.1 – A Intendência Municipal: entre a proatividade das Sociedades Anônimas e a ineficiência do poder público

Se na esfera pública municipal as coisas ainda estavam um tanto quanto engessadas, a política econômica adotada pelo governo republicano gerou um intenso dinamismo da economia no setor empresarial da cidade. Impulsionado pelo frenesi inicial do Encilhamento, os dois primeiros anos da república concentraram a fundação da maior parte das sociedades anônimas abertas no período em Juiz de Fora – das 11 sociedades abertas, 9 foram entre 1889 e 1891.

Em 1889, há a fundação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (ainda no crepúsculo do Império¹⁰⁶), aberto com capital de 500:000\$000. Como

¹⁰⁶ Como desenvolvemos no início desse capítulo, a conjuntura do Encilhamento precede a Proclamação da República.

observamos, o banco se beneficiou da conjuntura do Encilhamento, sem se caracterizar como um empreendimento de caráter especulativo, ou seja, teve uma vida próspera, participando ativamente da economia citadina, fomentando empreendimentos e mediando as dívidas municipais (CROCE, 2008).

Em 1890, era aberto com capital de 200:000\$000 a Academia do Comércio¹⁰⁷, idealizada por Batista de Oliveira para sanar a “lacuna da educação nacional”.

[Ministrando] todas as matérias atinentes ao comércio e a indústria, em suas relações com o comércio. Ali aprenderá o aluno desde as línguas vivas e as matemáticas elementares até a tecnologia, a economia política e as altas operações financeiras (O PHAROL, 13 dez. 1890).

No mesmo ano, foram abertas mais três sociedades anônimas: a Cia. Industrial de Juiz de Fora, que se ocupava no setor de couros e materiais graxos, aberto com capital de 1.000:000\$000, a Cia. Industrial Mineira, produtora de calçados, aberta com capital de 300:000\$000 (CROCE, 2008, p.38), e a Cia. Construtora Mineira, da qual ocupar-nos-emos adiante.

No ano seguinte, 1891, mais quatro sociedades anônimas foram fundadas na cidade, a Cia. Agrícola de Juiz de Fora, com capital de 2.200:000\$000, a Cia. Chimico Industrial Mineira, com capital de 500:000\$000, que se ocupava se compostos químicos e fármacos, a Cia. Mechanica Mineira, fundada com capital de 300:000\$000 e desenvolvia serviços de fundição, serraria e maquinismos, e mais um empreendimento bancário, o Banco de Crédito Popular de Minas Gerais, voltado especificamente para os setores menos abastados da população¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Interessante mencionar que para o cargo de diretor da instituição, foi convidado de Paris o Dr. George Quesnel, “ilustrado professor de geographia comercial na Escola dos Altos Estudos Commercial de Paris e na Escola Superior de Monge” (O PHAROL, 22 ago. 1891). Uma busca breve por seu nome gerou como resultado algumas obras de sua autoria à venda em sebos franceses, como o “Cours Gradu  de Géographie”, de 1885. Tal fato suscita-nos questões como: de onde foi a formação de G. Quesnel? Será que travou contato com autores clássicos da geografia do período? Ainda será possível encontrar registros da ementa do curso que lecionava na Academia do Comércio? Questões que não teremos fôlego para esmiuçar por ora, mas que se abrem para futuras investigações.

¹⁰⁸ Havia uma crescente demanda por empréstimo às classes menos abastadas que se fazia público por meio da imprensa, como no relato do jornal “Diário de Minas”, de 1889: “Os bancos¹⁰⁸ que existem entre nós servem unicamente aos interesses d’alta indústria [...]. Creados por capitalistas, manifestas em sua estrutura e desenvolvimento o cunho aristocrático de origem. A importância elevada das acções em regra de duzentos mil réis cada uma; [...] indicam que não se destinam a fecundar a atividade dos trabalhadores mais modestos. [...] Privadas portanto do auxílio bancário, as classes laboriosas perdem muitas vezes a oportunidade de progredirem no sentido d’abastança,

Essa era, portanto, a ambiência vivida neste momento: uma forte transição política causadora de certa instabilidade, ancorada num vertiginoso desenvolvimento das forças produtivas regionais, que se uniam para a formação de diversos empreendimentos e conferiam algum equilíbrio à situação.

Todos os empreendimentos fomentaram, a seu modo, o processo de urbanização de Juiz de Fora. Primeiramente, por que evitavam a fuga excessiva de capitais para os centros de primeira grandeza, como Rio de Janeiro, e, conseqüentemente, alimentavam a economia local, absorvendo mão de obra e estimulando o consumo. Em segundo lugar, por que propriamente produziam espaço material, seja estimulando outros empreendimentos, como no caso dos bancos, seja na própria constituição física de cada uma dessas companhias e indústrias. Podemos citar como exemplo a Cia. Agrícola de Juiz de Fora, responsável pelos arruamentos e a conformação do atual bairro Vitorino Braga (Anexos 1 e 2) (sobre o qual dedicaremos uma análise adiante), e muitas outras, que, apesar de não termos fôlego para discorrer neste trabalho, fomentaram os arrabaldes da cidade (como a Cia. Chimico Industrial Mineira, localizada nos arredores da propriedade de Manoel Honório, a Cia. Industrial Mineira, localizada no Mariano Procópio).

Apesar dessa profusão de companhias e projetos que interferiam substancialmente no espaço urbano, focaremos nossas lentes na Cia. Construtora Mineira – nosso acabado privado mais exemplar da interveniência da conjuntura do

encolhidas na escassez de seus recursos; [...]. Nada nos parece mais eficaz para se sanarem taes inconvenientes do que a fundação de institutos de crédito alimentados com capitães das classes populares e dirigidos por pessoal tirado do próprio seio delas [...]" (DIÁRIO DE MINAS, 24 set. 1889). O Banco de Crédito Popular de Minas, fundado em 1891, surge com o intuito de inserir-se na esfera econômica local com uma perspectiva diferente, buscando fomentar a economia urbana que, cada vez mais, oferecia novas oportunidades de investimento (2008, p.110). Como esclarecem os estatutos do Banco de Crédito Popular de Minas, a instituição tinha entre suas finalidades, oferecer crédito àquela população alijada da esfera aristocrática dos grandes bancos: "[...] Art. 8.º O Banco de Crédito Popular de Minas tem por fim realizar todas as operações commerciaes, e promover pela *expansão do crédito pessoal*, o desenvolvimento da indústria, do commercio e da agricultura. Art. 9.º Realizará o banco as seguintes operações: a) emprestar mediante caução os títulos de dívida pública e acções de empresas organizadas; b) descontar letras e outros papeis de crédito; c) fazer adiantamentos a funcionários públicos, mestres de fábricas, *operários e trabalhadores rurais* (O PHAROL, 27 jan. 1891, grifo nosso).

Observamos, assim, que o banco reservava em seu estatuto a intenção de cumprir com aquilo que propunha sua razão social, servir de *crédito popular*. Embora o banco tenha tido uma duração efêmera, encerrando suas operações em 1893, não foi nele identificado um caráter especulativo, típico da conjuntura do Encilhamento. Segundo Croce, sua liquidação ocorreu de forma sensata, comprometendo-se a restituir seus credores dentro de um prazo estipulado (2008, p.105).

Encilhamento no urbano de Juiz de Fora. Essa sociedade anônima deu início as suas atividades em 1890, tendo como sede administrativa um prédio localizado na rua da Gratidão¹⁰⁹, nº4. Entretanto, suas operações, bem como sua sede executiva, localizavam-se nos terrenos que adquiriu na região pantanosa, de ocupação incipiente, conhecida como o Largo do Riachuelo, nos arredores da atual rua Roberto de Barros (LESSA, 1985, p.258).

Figura 15 – Sede da Companhia Construtora Mineira¹¹⁰



Fonte: Arquivo de Marcelo José Lemos, retirado do site Maria do Resguardo (Disponível em: <<http://www.mariadoresguardo.com.br/search?q=companhia+construtora+mineira>>. Acesso em: 06 abr. 2015).

A verdade é que a companhia tinha grandes interesses em operar sobre a região daquele largo, o local

era um brejal coberto de vegetação lacustre, tendo aqui e ali, indisciplinadamente, alguns trechos mais altos devidos a aterros [e], alguns lençóis de água suja espelhando o sol; umas poucas casas espalhadas de modo abstrato, bem separadas uma das outras. Mais para as bandas do rio, sucessivos bambuzais (LESSA, 1985, p.257).

¹⁰⁹ Jair Lessa descreve ainda que a empresa ocupou o prédio do antigo “Hotel dos Bambus”, dando-nos algum vestígio da fisionomia desta região no período (1985, p.258).

¹¹⁰ Segundo a fonte da qual foi retirada a fotografia, a companhia localizava-se na esquina da rua Benjamin Constant com a rua Roberto de Barros.

Esta região era uma grande várzea suscetível às variações do volume d'água do rio Paraibuna, não raro cedendo à formação de lagoas intermitentes e perenes. Tal depressão margeia o rio num ponto de extrema lentidão do curso d'água, onde podemos observar um meandro acentuado, em formato de "U", que o rio perfaz (Figura 13), ficando, assim, vulnerável às intempéries da natureza, como as enchentes e os consequentes alagamentos nos períodos de chuva¹¹¹. Constituíam-se, desta forma, necessidade premente, não somente a realização de aterros em toda a área correspondente, mas também a retificação do curso do Paraibuna naquele ponto, acelerando sua velocidade de escoamento.

Apesar dos pesares, a empresa parecia ver na região do largo grande potencialidade imobiliária, e, a fim de realizar essa potência latente, a CCM providenciou a compra de boa parte dos terrenos da localidade e organizou um empreendimento. Alguns terrenos já continham algumas edificações erigidas de forma esparsa, ou "abstrata", como se referiu Jair Lessa (1985, p.257), o que revela que a ocupação dos arredores do largo já ocorria, porém, sem um loteamento institucionalizado, oficial.

A proposta da CCM era a de um arruamento entre a rua da Gratidão e a margem direita do rio Paraibuna, onde estava prevista a construção de "mais de dez ruas, quatro praças, duas espaçosas avenidas, ao lado da estrada de ferro Central, um grande parque, acompanhando o rio Parahybuna, um jardim zootechnico, etc." (O PHAROL, 17 ago. 1890). Uma planta foi confeccionada e submetida à análise de uma comissão especializada da, então, intendência municipal.

¹¹¹ Os episódios de enchente são recorrentes na história municipal. Um pouco além de nosso recorte temporal, ocorreu a grande enchente de 1906 e, um pouco mais adiante, em 1940, uma nova enchente de grandes proporções. Sobre estes eventos, ver OLIVEIRA, P. J. O.; RAIMUNDO, C. S.; MARQUES, V. *A enchente de 1940 e o ordenamento territorial de Juiz de Fora*. Anais do III Seminário da Pós Graduação em Geografia da UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

Figura 16 – Projeto de arruamento da Companhia Construtora Mineira em 1890



Fonte: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora (Plantas). Adaptado.

Como podemos observar através da planta, a CCM pretendia construir avenidas marginais à estrada de ferro (A), prolongando a Avenida Municipal, que já aparece na planta de 1883 (Figura 13), mas ainda muito incipiente. Vemos um espaço reservado para um Jardim Zoológico (no O Pharol supracitado, “zootechnico”) (B) e um armazém (C). Aparentemente, já se estudava a retificação

do acentuado meandro do rio Paraibuna, pois vemos traçado (D) uma hipotética ligação entre dois pontos de seu curso com os escritos “projecto de um canal”. Ademais, temos o arruamento estabelecido: a criação das ruas Benjamin Constant (E), Silva Jardim (atualmente, parte final da Avenida dos Andradas) (F), Barão de Cataguases (G), Roberto de Barros, Francisco Maia (apenas um trecho atualmente), Jose Calil Ahouagi, Prof. Osvaldo Veloso, Saint Clair de Carvalho e Avenida Brasil.

Em primeira instância o projeto foi preterido pela comissão organizada pela intendência municipal, encabeçada pelo Capitão Julio Cesar Pinto Coelho¹¹², pois esta tinha como objetivo principal o prolongamento da rua Direita, não satisfeito na planta apresentada pela CCM. A companhia argumentou ser este prolongamento

impraticável, em vista dos obstáculos que seria necessário remover, taes como grandes aterros, pontes sobre o Parahybuna e desapropriação de parte da quinta de Mariano Procópio. Não convindo à companhia essa modificação em seu plano, no qual os lucros a auferir entraram, por certo, em linha de conta, é de crer que aquella parte da cidade venha a ficar como actualmente se acha (O PHAROL, 17 ago. 1890).

Tal querela gerou certo debate nas páginas de O Pharol ao longo do mês de agosto de 1890, alguns diziam ser este um capricho da intendência, uma vez que a rua Direita já era demasiadamente longa, sendo de maior valia cuidar de sua limpeza e saneamento. Não obstante, ao final do mesmo mês, a CCM, sob certas condições, cede às exigências da intendência a adota as modificações sugeridas no plano:

C. Constructora Mineira

O sr. capitão Julio Cesar Pinto Coelho, membro da comissão nomeada pela intendência, para dar parecer sobre o plano dos arruamentos, que devem ser feitos em terrenos daquela companhia, procurou-nos hontem, afim do explicar-nos as modificações que aquela comissão resolveu indicar no referido plano.

Mostrando-nos a planta geral da cidade, e separadamente, a dos arruamentos da Companhia Constructora, o sr capitão Julio Pinto fez-nos ver que a modificação indicada satisfaz as condições de desenvolvimento e embellesamento daquela parte da cidade, sem contrariar os interesses da companhia.

¹¹² Nomeado em 1890 Inspetor Especial de Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais.

Com effeito, prolongada a rua Direita até ao ponto em que a estrada de ferro corta o caminho que se dirige a Mariano Procópio, não ficará a companhia prejudicada, visto que para a intendência crêa-se a obrigação de indemnisa-la de porção de terreno igual a que tiver de ser occupada por aquella rua, accrescendo a circunstância de poderem ser feitos os novos arruamentos projectados pela companhia.

Sendo o parecer da commissão inspirado pela louvável idéa de observar o plano geral da cidade, pondo de completo accordo com elle os arruamentos projectados pela companhia, parece-nos que nenhum inconveniente haverá em ser elle acceito pela intendência.

Segundo nos informam, a companhia não oppõe embaraços a este parecer, desde que se verifique a compensação a que o mesmo se refere¹¹³ (O PHAROL, 26 ago. 1890).

Nem tão simples assim. A questão da indenização sobre os terrenos se transformou num novo objeto de litígio entre CCM e a intendência que somente judicialmente se resolveu. Segundo as contas feitas pelo Capitão Julio Cesar Pinto Coelho, as indenizações não somariam valor maior que 40:000\$000 (O PHAROL, 25 out. 1890). A narrativa de Lessa sobre este episódio é um pouco confusa, mas fica claro que a CCM calculou sua indenização pela área perdida e pelos prédios demolidos em 175:630\$000, porém, na negociação cogitou aceitar 100:000\$000. A administração municipal julgou o valor exorbitante e estipulou um teto à indenização: 68:747\$750. Sem entrar num consenso, por sentença judicial foi o município obrigado a pagar 122:788\$750 de indenização à CCM (LESSA, 1985, p.259).

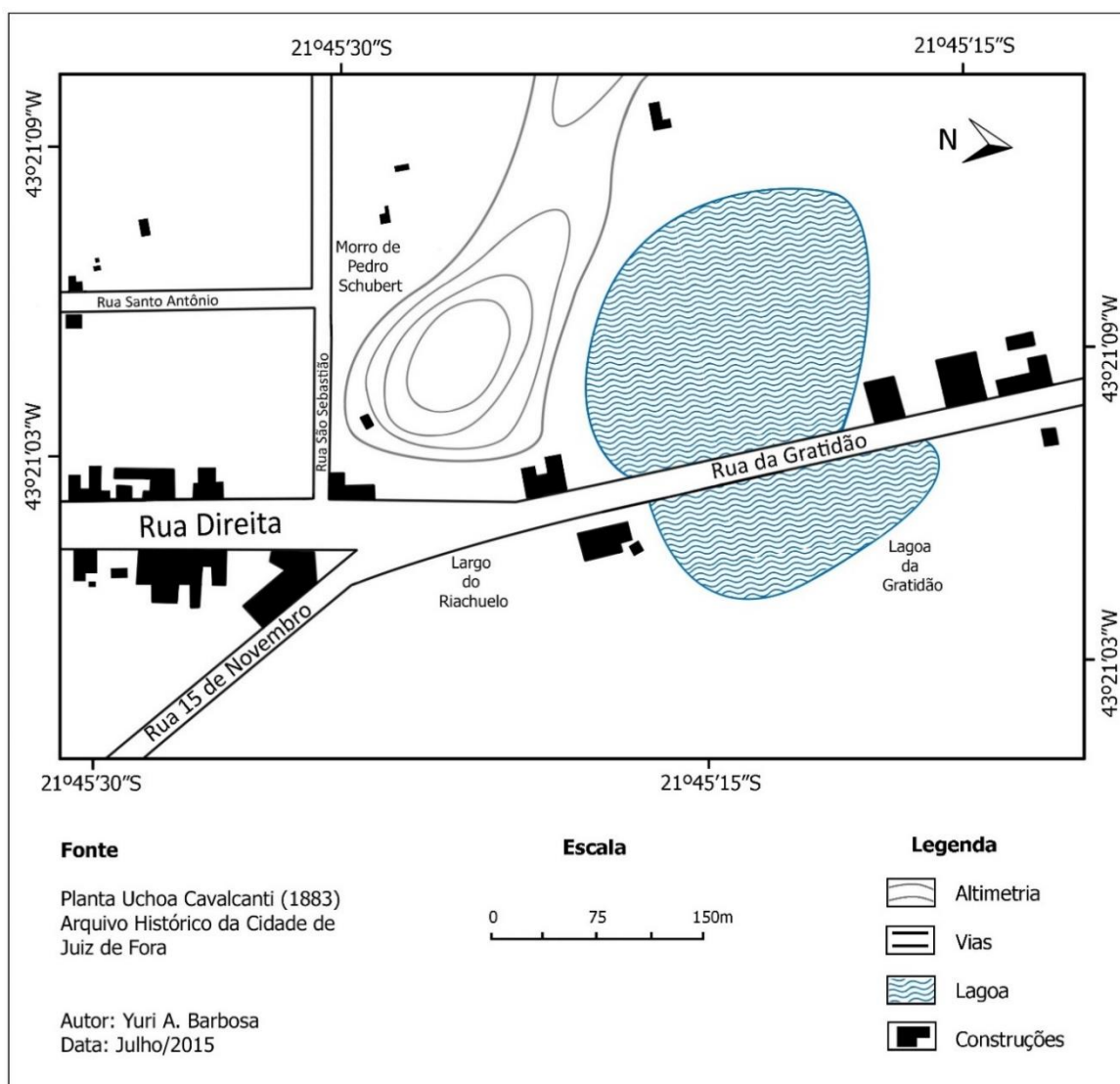
O curioso é que os terrenos desapropriados e indenizados neste montante foram adquiridos de José Antônio Picorelli pela companhia ao custo de 17:000\$000, realizando um lucro superior à 700% sobre aqueles terrenos. Este fato demonstra que a CCM trabalhava sob a lógica de especulação do solo, ou seja, comprando a preços módicos, algumas vezes dotando-o de infraestruturas (no caso, o saneamento da área), e revendendo à um preço mais alto. A área possuía ainda outros proprietários: Bernardo Halfeld, Joaquim Mendes Ferreira, Dona Maria Amália (viúva de Mariano Procópio) e Manoel Honório de Campos, todos doaram parte de seus terrenos para o prolongamento da rua Direita.

¹¹³ Importante salientar que o Capitão Julio Cesar Pinto Coelho era também investidor da CCM, possuindo 25 ações da mesma, e, a despeito desta condição, agiu supostamente em acordo com o interesse público, articulando o impasse enquanto mediador, como deixa transparecer o comunicado da companhia.

Deixando de lado a parte burocrática, centremo-nos na execução material do empreendimento. Após um laborioso processo de drenagem da lagoa ali existente, era essencial a realização de um aterro, já que a própria topografia favorecia o processo de alagamento. Para tal, a construtora se aproveitou de um morro, uma conspícua elevação de mais de 60 metros, que ocupava o quarteirão que compreende as ruas São Sebastião, Benjamin Constant, Direita e Santo Antônio. A elevação, denominada de “Morro de Pedro Schubert”, foi desmontada quase que por inteira e levada até a depressão através de um moderno sistema de carreamento de terra existente no período, o “sistema Decauville¹¹⁴” (LESSA, 1985, p.258), possibilitando, assim, o prolongamento da rua Direita e o consequente loteamento e urbanização da região, como podemos observar no mapa abaixo:

¹¹⁴ Este sistema consistia no carreamento de materiais diversos através da instalação de trilhos móveis, facilmente desmontados, transportados e reutilizados, sobre o qual corriam vagonetes, via de regra, puxados por muare.

Figura 17 – Mapa da Região do Largo do Riachuelo



A empreitada da CCM permitiu uma significativa expansão dos limites urbanos, vigentes até o momento na cidade e estabeleceu o elo de ligação entre dois povoados que cresciam sem um nexo mais estreito: aquele que viria a ser o centro da cidade e as cercanias da fazenda de Manoel Honório de Campos. Foram, portanto, se consubstanciando os arrabaldes da cidade, como as regiões da Prainha e do Pito Aceso e os bairros Manoel Honório, Megiolaro¹¹⁵ e a Grot dos Macacos (Cf. Lista de Logradouros e Anexos 1 e 2).

¹¹⁵ Em grande medida, a ocupação do Megiolaro foi consubstanciada pela estrada de Ferro Leopoldina.

Enquanto as sociedades anônimas aproveitavam o *boom* causado pelo Encilhamento, multiplicando capital e produzindo a todo vapor, o município minguava, imerso em algumas conturbações políticas. Com a Proclamação da República, foram as câmaras eleitas, dissolvidas e organizados Conselhos de Intendências provisórios, aguardando novas eleições. Ademais, a receita do município nos primeiros anos da república ainda era bem minguada, sofrendo um acréscimo somente a partir da primeira gestão oficial, de Francisco Bernardino, em 1892:

**Tabela 10 – Saúde Financeira da Câmara Municipal de
Juiz de Fora entre 1886 e 1907**

Ano	Receita¹¹⁶	Variação	Despesa	Saldo
1886	44:339\$814	-	44:339\$769	\$45
1887	54:741\$443	+23,4%	54:741\$443	\$0
1888	86:699\$030	+58,3%	84:410\$202	2:228\$828
1889	76:890\$294	-11,4%	96:860\$294	19:970\$000
1890	127:933\$132	+66,3%	127:627\$576	305\$556
1891	115:021\$223	-10,1%	102:573\$160	12:448\$063
1892	203:840\$502	+77,2%	188:991\$620	14:848\$882
1893	493:253\$249	+141,9%	418:740\$331	74:512\$918
1894	502:438\$554	+1,8%	399:608\$706	102:829\$848
1895	481:894\$314	-4,1%	591:611\$255	109:716\$941
1896	540:516\$969	+12,1%	594:017\$668	53:500\$699
1897	533:752\$074	-1,3%	637:515\$403	103:758\$329
1898	558:878\$124	+4,7%	521:079\$563	37:798\$561
1899	497:316\$536	-11,1%	566:676\$409	69:359\$873
1900	534:711\$951	+7,5%	531:124\$748	3:587\$203
1901	462:014\$980	-13,6%	485:854\$387	23:839\$407
1902	459:424\$180	-0,6%	494:564\$903	35:140\$723
1903	451:095\$385	-1,9%	459:345\$259	8:249\$874
1904	425:379\$615	-5,8%	447:506\$460	22:126\$845
1905	447:598\$585	+5,2%	446:942\$183	656:402
1906	464:244\$500	+3,7%	547:613\$260	83:368\$760
1907	482:318\$057	+3,8%	490:900\$476	8:582\$419

Fontes: Para os anos de 1886, 1887 e 1888, AHCJF, FCMI, Série 74, Caixa 15 e 16; 1889, PHAROL, 17 mai. 1890; 1890, 1891, 1892, OLIVEIRA, 1966, p.145; os demais anos foram extraídos do AHCJF, FCMRV, Série 30/2-34, Caixa 67.

¹¹⁶ Somente arrecadação do município, não inclusa as rendas extraordinárias.

A execução das obras municipais passava, via de regra, por um protocolo: primeiro, a Diretoria de Obras se encarregava de planejar o espaço público, realizando planos gerais, que abarcavam a cidade como uma totalidade, mas também verificando as demandas mais imediatas da população. Feitos, esses planos eram divulgados no jornal local na seção de *edictaes*, na qual era descrita a demanda específica. Para ilustrar, reservamos um exemplo. Primeiramente, o edital era divulgado:

Obras municipaes

De ordem do sr Presidente da Camara Municipal de Juiz de Fóra, faço publico que acham-se em praça, para o fim de serem arrematados por quem melhores condições offerecer, os serviços de aterros e desaterros para o prolongamento de uma rua projectada além da Estação de Mariano Procopio, conforme o projecto e orçamento existentes nesta secretaria. As propostas serão entregues nesta secretaria á 1 hora da tarde do dia 4 de outubro vindouro competentemente selladas e fechadas, devendo dellas constar o nome do flador, que deve ser idôneo. E para que chegue á noticia de quem possa interessar, expede-se o presente edital que será publicado peia imprensa.

Secretaria da Camara Municipal de Juiz de Fóra, em 24 do setembro de 1894.

O Director da Secretaria, *Francisco de Paula Campos* (O PHAROL, 25 set. 1894).

A partir desta chamada, os proponentes enviavam suas propostas detalhadas à Câmara:

Ill.mo Ex.mo Sr. Presidente da Camara Municipal de Juiz de Fora

O abaixo assignado, em conformidade do Edital da Secretaria d'esta Camara Municipal em data de 24 de Setembro p.p., publicado no jornal – O Pharol –, com o qual se declara acharem-se em praça para o fim de ser arrematados por quem melhores condições afferecer, os serviços de aterros e desaterros para o prolongamento de uma rua projectada além da estação de Mariano Procopio, do comprimento de seicentos metros, e construção de um pontilhão no prolongamento do que existe sob a estrada de ferro, devendo o mesmo ter 1 m 20 cent. de vão e um comprimento de vinte metros, o abaixo assignado, examinando o projecto e orçamento existente na Secretaria d'esta Camara Municipal, com a presente proposta se obriga a executar por completo os ditos trabalhos pelos prêços seguintes:

Prêços

Escavação de terra com transporte a distancia media de 300 metros
9.000m³ a 880 reis p. m³

7:920\$000

Pontilhão de 1m 20 cent. de vão com comprimento de vinte metros, empregando na alvenaria de tijolos, tijolos requeimados de marca Excelsior	5:750\$000
---	------------

13:670\$000

Imprevistos 6%	820\$200
----------------	----------

Total	14:490\$200
-------	-------------

Pela quantia total de quatorze contos e quatrocentos e noventa mil e duzentos reis abatendo assim a quantia de 590\$800 reis no preço orçado pela Directoria das Obras Publicas.

Outro sim, o abaixo assignado indica como seu fiador, o Sr. Francisco Antônio Brandi negociante n'esta cidade.

Com toda estima e consideração se assigna

Juiz de Fora 4 de Outubro de 1894

Dr. Marco Galluzzi¹¹⁷

(AHCJF, 1894)¹¹⁸

Embora nem sempre fique explícito no edital, os valores das obras eram estipulados pela câmara, sendo aprovado o proponente que melhores condições oferecer. Neste exemplo em questão, parece-nos, que o orçamento proposto pela Diretoria de Obras municipais era cerca de 15:000\$000, uma vez que Galluzzi deixa implícito que seu orçamento está abaixo do valor estipulado pela câmara.

Posto isso, podemos ressaltar que grande parte das ações urbanas realizadas ao longo da década de 1890 pela municipalidade estavam diretas ou indiretamente relacionadas com questões higienistas. Acreditamos que isto seja um reflexo direto da pressão feita pela recém-criada Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora que, como demonstramos no capítulo III, buscou de forma contumaz o saneamento da cidade, muitas vezes publicando notas nos jornais da cidade, no sentido de pressionar o poder público:

[...] Por deliberação da sociedade de medicina e cirurgia desta cidade, tomada na sessão de 10 do corrente, envio-vos uma cópia do edital

¹¹⁷ Este proponente aparentemente era conhecido na cidade pelos seus serviços no ramo da construção. Em várias edições do O Pharol é possível ver seu nome listado, seja como menção, seja como publicidade: "Marcos Galluzzi, constructor e empreiteiro de obras".

¹¹⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Fundo: Câmara Municipal – República Velha. Série: 33/3.

publicado pela intendência da cidade de Santos e Rio de Janeiro, abrindo concorrência para a edificação de casas para proletários.

Cumpre-me lembrar-vos que em officio dirigido à extincta câmara municipal, com data de 5 de dezembro do anno passado, a sociedade lembrou a adopção de um plano de habitações hygiênicas adequadas aos mínguados recursos dos operários e indigentes, *situadas fora do centro da cidade*, e outras medidas relativas aos cortiços tão abundantes nesta cidade.

Convencida da urgente necessidade de *fazer desaparecer do centro da cidade estas infectas habitações*, assim como da conveniência de chamar para fora dela os habitantes dos cortiços, a sociedade, apreciando as bases da sciêntificas do edital junto, vem insistir perante a patriótica intendência pedindo em bem da salubridade pública a imitação do exemplo dado pelas cidades de Santos e Rio de Janeiro [...] (O PHAROL, 14 maio 1890, grifo nosso).

A fim de se fazer presente e operante diante a opinião pública, a municipalidade publicava os editais onde contratava serviços para obras de saneamento e zelava pela aplicação daquilo que estava disposto no seu código de posturas: a tônica era manter o ordenamento territorial e a saúde pública da cidade.

Assim, não só os cortiços estavam condenados pela municipalidade, sujeitos à demolição e prisão de seus responsáveis, mas também as “fábricas poluidoras da atmosfera”, que outrora ocupavam o espaço de forma indiscriminada, estavam sendo compelidas para fora do perímetro urbano sob pena de multa e até prisão:

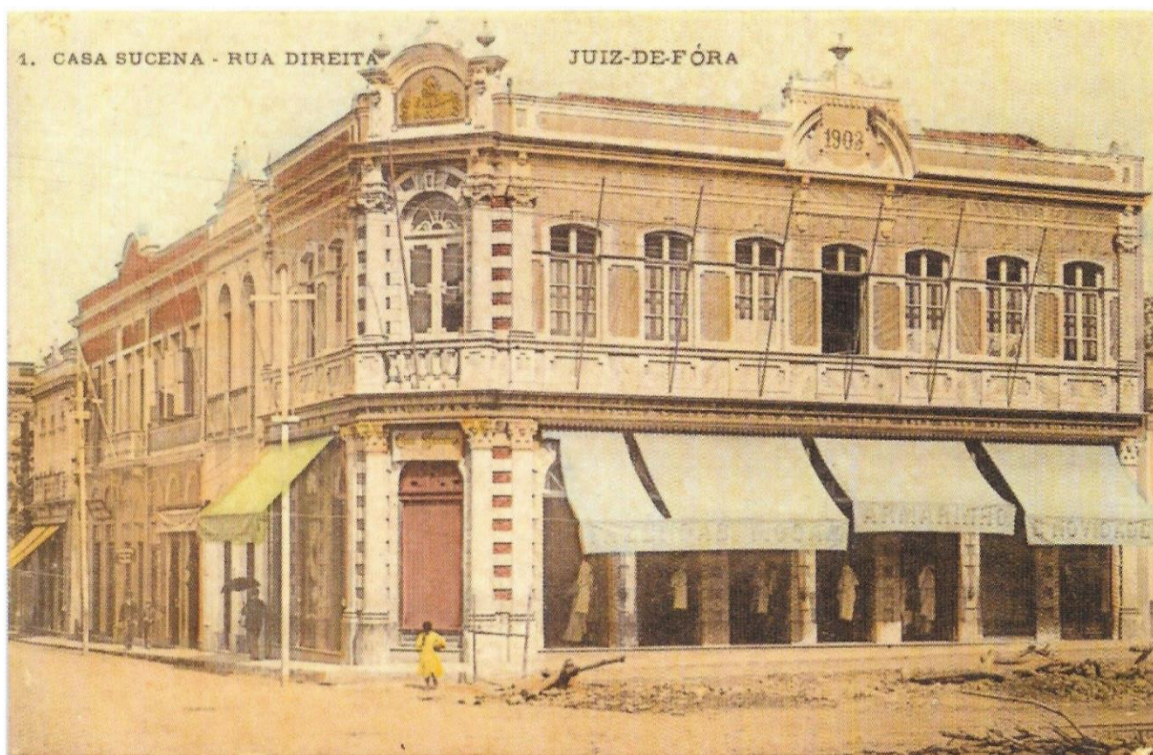
[...] praso de 90 dias aos proprietários de olarias, fabricas de sabão, de velas, cortumes e quaisquer outras em que se trabalhe com ingredientes de que se exalem vapores que infeccionam a atmosphera da cidade e povoações, para removerem seus estabelecimentos para fora do perímetro da cidade e povoações, sob pena de multa de 30\$ e 4 dias de prisão [...] (O PHAROL, 12 fev. 1890).

Desde sua organização, a Intendência manifesta o desejo de adquirir um plano de “saneamento e esgotos” para a cidade (O PHAROL, 2 jan. 1890), que já ocorria, de certa forma, com a construção de canais¹¹⁹ nas ruas do Comércio e Antônio Dias, orçada em 1:962\$000 (O PHAROL, 29 out. 1890). Concomitantemente, o poder público buscava dotar os munícipes de certa infraestrutura, oferecendo o serviço de instalação de penas d’água por cerca de 3\$500 por cada metro de encanamento, sendo obrigatória a instalação de um torneira de boia, a fim de evitar o desperdício do recurso.

¹¹⁹ Não fica explícito se estes canais eram canais de cintura, para captação de água pluvial, se eram canais para o abastecimento d’água, ou se eram para a coleta de esgoto.

Em vários momentos fica clara a preocupação da intendência em evitar problemas com o escoamento das águas pluviais, exigindo dos proprietários a limpeza de seus terrenos e a capina regular, mas também executando o serviço público de “limpeza das ruas, praças e largos, desobstrução dos canaes, valas, córregos, etc.” (O PHAROL, 7 out. 1890). Essa preocupação, aliás, era fundamental, pois evitava que a “cidade do progresso” chafurdasse nos períodos de chuva, já que boa parte de suas ruas ainda não eram pavimentadas. Neste sentido, essa gestão também providenciou neste período a construção de calçamentos de alvenaria na rua Direta e nas suas ruas transversais. Acreditamos, contudo, que tal obra tenha se limitado à uma pequena parcela destas ruas, já que o orçamento levantado pela Diretoria de Obras girava em torno de 941\$160 réis, um valor pouco expressivo para esse tipo de obra (O PHAROL, 25 mar. 1891).

Figura 18 – Aspecto da rua Direita sem calçamento



Fonte: FAZOLATTO, 2007, p.37.

Figura 19 – O lamaçal na rua Direita



Fonte: FAZOLATTO, 2007, p.101.

Como exemplo desse sanitarismo urbano operante em Juiz de Fora, chamou-nos a atenção um dos editais que, neste período da intendência, apontava para a demanda de braços imigrantes nas fazendas de Juiz de Fora:

[...] convido os senhores proprietários de estabelecimentos agrícolas a dirigirem a esta delegacia os respectivos pedidos de imigrantes, declarando o número de indivíduos ou famílias que desejarem, a nacionalidade, e bem assim, as vantagens que lhe oferecem, conforme a espécie de serviço que for indicado [...] (O PHAROL, 21 fev. 1891).

Como consequência da abolição, o fluxo migratório se acentuou no país. A lavoura estava sequiosa por novos braços. Sendo a Zona da Mata uma região essencialmente cafeeira e tendo como sua hinterlândia a cidade de Juiz de Fora, construiu-se em 1888 uma hospedaria para receber os imigrantes, em sua maioria, italianos. A hospedaria Horta Barbosa em muito contribuiu para colocar Tapera no mapa da cidade, pois, como podemos observar na planta da cidade de 1883, não havia nada por aquelas bandas, a cidade terminava na estação de Mariano Procópio.

É sempre bom lembrarmos que Tapera é, ainda que relegado, o berço da cidade. Ainda de pé, resiste ao tempo a primeira fazenda da região¹²⁰, construída em 1708 para servir de pedágio para quem por ali passasse. Contudo, desde que Halfeld, em 1835, mudou o trajeto do Caminho Novo para a margem direita do rio Paraibuna, aquela região ficou à mingua, absolutamente apartada da nova cidade que surgia¹²¹.

É necessário, porém, percebermos que a escolha deste arrabalde para a construção de uma hospedaria para os imigrantes estava em consonância com o contexto médico-sanitário vigente na época. Em outras palavras, não era desejável que uma hospedaria que receberia milhares de imigrantes pobres, famintos e doentes (em decorrência da longa e cansativa viagem) fosse instalada na região central e povoada de Juiz de Fora (algo muito semelhante ao ocorrido na construção do Asilo da Mendicidade¹²²).

¹²⁰ A Fazenda do Tapera situa-se precisamente na rua Alencar Tristão, nº360, ao lado do cemitério Parque da Saudade.

¹²¹ Sobre esse crescimento inicial de Juiz de Fora, ver: BARBOSA, Y. A. O Processo Urbano de Juiz de Fora – MG: Aspectos econômicos e espaciais do Caminho Novo ao ocaso industrial. 2013. 135 f. Monografia – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

¹²² As circunstâncias que envolvem a construção do referido asilo nos arrabaldes da cidade perpassam a representação do espaço idealizado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Em 1890, o Padre João Emilio buscava com todo afinco um local para a construção de um asilo para abrigar mendigos. Organizou uma campanha onde angariou doações de dinheiro, materiais de construção e até mesmo um terreno. Empolgado com os resultados de sua campanha, mobilizou-se imediatamente na construção do asilo na rua Antônio Dias, esquina com a rua Santos Dumont, no atual bairro Granbery. Já com o material de construção no local, o Padre foi procurado pela recém fundada SMCJF que “julgou o local inadequado, pois, muito central, poderia vir a ser um foco difusor de epidemias” (LESSA, 1985, p.256). João Emilio, mesmo com poderes suficientes para um embate com a SMCJF, uma vez que também era também presidente da Intendência na ocasião, acatou a “abalizada ponderação”, o que demonstra o prestígio que a instituição gozava. No ano seguinte, o padre obtém nova doação de terreno, distante do centro, no “prolongamento da Avenida”. Desta vez, antes de iniciar as obras, pede uma avaliação da SMCJF, que emite uma “opinião favorável, em ofício dirigido [...] diretamente à Intendência” (LESSA, 1985, p.269), em 1891. Quatro anos depois, seria inaugurado o Asilo da Mendicidade. Neste sentido, podemos observar a importância da SMCJF na gestão e produção do espaço urbano. No espaço concebido pela instituição não havia lugar no centro da cidade para um abrigo de mendigos, vetor de moléstias mil, nem, tampouco, para cortiços e habitações fora dos padrões exigidos pela concepção sanitária da época. Podemos perceber também, até mesmo de forma clara, um certame entre a ordem distante, regulando o uso do espaço público a partir de seus preceitos, e uma ordem próxima, representada pelo uso cotidiano deste espaço público por elementos como enfermos de toda sorte, pedintes e ex-escravos. O cumprimento da demanda real desta classe alijada das condições de reprodução da própria vida encontrou obstáculos nas regulamentações oficiais do espaço público, seja coibindo a “vadiagem”, seja impossibilitando a construção do asilo no centro da cidade. Neste caso, a constituição do espaço percebido em meio a este embate concretizou-se em prol da ordem institucionalizada, legando à estes grupos excluídos, a periferia da cidade.

Desta forma, a construção da hospedaria Horta Barbosa permitiu a expansão dos limites urbanos para o bairro Santa Terezinha (Anexo 2). Primeiramente pelo grande número de imigrantes que por ali passou¹²³, mas também pelo fluxo de fazendeiros que iam até o local para escolher trabalhadores, fomentando uma microeconomia local. Foi construído em frente à hospedaria um hotel para abrigar esses fazendeiros que vinham de fora, e, quando se hospedavam no centro, faziam uso de uma cocheira especializada em fazer o trajeto: “[...] foi tão intenso o trânsito para o local, pois imensa era a chegada de fazendeiros de Minas inteira e alguns Estados vizinhos, que as ruas do percurso ficaram totalmente esburacadas pelas rodas com aro-de-ferro” (LESSA, 1985, p.212).

Outros editais ratificavam normas mais triviais, como a necessidade de construção de muros para os terrenos abertos e calçadas alinhadas e niveladas de frente as propriedades, e até mesmo o alinhamento das árvores plantadas nas calçadas. Todas essas normas remetiam-se claramente à uma agenda específica de ordenamento urbano adotada pela intendência:

[...] Faz saber que, de conformidade com os arts. 62 e 63 das posturas, nenhum edifício, muro, poste, passeio ou árvore poderá ser locado sem o prévio assinalamento feito pelo alinhador. Nenhum particular, empreiteiro, constructor ou operário poderá iniciar a localização consignada nos artigos antecedentes, sem apresentar ao alinhador o talão de licença em que porá este o seu visto [...] (O PHAROL, 21 fev. 1891).

Um balanço geral desses poucos meses iniciais de república em Juiz de Fora permite-nos dizer que houve um enorme progresso no que tange à ambiência. Com isso queremos dizer que o clima vivido era muito promissor: a liquidez da economia era patente, gerada tanto de forma exógena, pelas forças do Encilhamento, como de forma endógena, em decorrência dos proventos que a aristocracia acumulava da exportação de café – fortemente embalada pela difusão da cultura dos *cafés*, que “se tornaram centros coletivos de agitação e conscientização políticas” na segunda metade do século XIX em Londres e em Paris (HARVEY, 2015, p.269).

¹²³ Construída para abrigar 400 pessoas (apesar de contar com três banheiros, somente), a hospedaria amontoava mais de 2.000. Muitos, vindos de uma mesma vila, se recusavam a se separar, dificultando a dispersão da mão-de-obra nas diversas fazendas do estado. O corolário desta situação foi greve, ameaça iminente de epidemias, aumento de criminalidade, e até mesmo uma revolta, após a imposição de um cordão de isolamento sanitário na hospedaria, em 1891 (BARROSO, 2008, p.87).

Tal evento estimulou sobremaneira a abertura de novos empreendimentos que foram conferindo um ar cada vez mais urbano-industrial a Juiz de Fora.

Por outro lado, o ranço do período imperial ainda legava uma receita muito minguada para a municipalidade, e, como se não fosse suficiente, numa atitude que poderíamos chamar hoje de “eleitoreira”, Francisco Bernardino, então presidente da Intendência Municipal, resolve suspender os pagamentos de impostos até que houvesse uma câmara eleita pelo povo – ele mesmo concorreria naquelas eleições. Sua justificativa era simples, como a Intendência fora nomeada, e não eleita, argumentou que

segundo os princípios do Direito Público, o imposto só é legítimo quando votado pelos contribuintes ou seus representantes e, por outro lado, a administração municipal só é legítima quando eleita pelo Município. Em uma palavra, só existe imposto quando votado pelo povo; só existe administração municipal quando eleita pelo povo. Onde não há representação não há imposto. O imposto sem a representação é tirania, eis o axioma fundamental da Democracia norte-americana, de todas as democracias disciplinadas (OLIVEIRA, 1966, p.138).

Ademais, a instabilidade do período de transição provavelmente não inspirava nos políticos da época o ímpeto para a realização de grandes feitos. Neste sentido, a expectativa de uma reforma urbana decorrente daquele momento de prosperidade por parte do município depositou-se nas costas da gestão seguinte.

III.3.2 – Rompendo a pasmaceira: a gestão de Francisco Bernardino

Ao analisar o primeiro pleito ocorrido em Juiz de Fora no período republicano e a gestão de seu vencedor, Francisco Bernardino, é possível apontar mudanças significativas no cenário político da cidade.

Ao longo de seus três anos de gestão, o município arrecadou uma verba até então inédita, fato que facultou a realização de inúmeras intervenções no espaço, como veremos adiante. Mas o que queremos ressaltar aqui é o fato de não ter havido “[...] indicações de comemorações pelos resultados, de ataques aos adversários batidos, ou as denúncias de irregularidades no processo eleitoral que serão comuns nos pleitos seguintes”, imputando essa ocorrência na “[...] incerteza

acerca do que estava em disputa – lembrando que, até aquele momento as repartições públicas municipais detinham poucos recursos para intervir no cotidiano da cidade” (2013, pp. 91-92). Ou seja, o fato de Bernardino ter entrado na câmara com o histórico de receitas girando em torno de 100:000\$000 mas tê-la deixado, no ano de 1894, com uma arrecadação ordinária superior a 500:000\$000, além de uma arrecadação extraordinária no valor de 861:800\$000, talvez tenha suscitado o interesse dos demais membros da elite local, abrindo a porta para diversos embates e intrigas políticas nas eleições seguintes.

O fato é que, a despeito do nome de Francisco Bernardino ser constantemente associado à execução do Plano Howyan, percebemos através da análise de uma gama de documentos, que sua administração foi muitíssimo além do famigerado plano, sobretudo no que diz respeito aos arruamentos. Sua gestão guarda, do nosso ponto de vista, o período de maior intervenção urbana para todo o período do Encilhamento, como buscaremos demonstrar ao longo dessa seção.

* * *

Antes mesmo de realizar qualquer empréstimo, ou mesmo contratar os serviços de Gregório Howyan, Bernardino, nos seus primeiros meses como responsável pelo executivo, já providenciava inúmeras obras para o saneamento e o arruamento da cidade, como podemos observar nesse informe:

Figura 20 – Obras para o aterro do pântano



Fonte: O PHAROL, 4 maio 1892.

No que diz respeito ao saneamento e abastecimento da cidade, foi aberto um edital para o fornecimento e a colocação de sifões e grades nos esgotos, com as respectivas descrições técnicas informadas (O PHAROL, 1 jun. 1892), e uma resolução, nº6, que tratava da canalização das águas que provinham dos “terrenos da fábrica de cerveja Kramer e outros e vem a ter a rua da Gratidão” (AHCJF, Resoluções, 1892). Nas resoluções número 54 e 55, a bacia do Paraibuna, sofria as primeiras alterações em sua composição: na primeira, observamos a autorização para “mandar quebrar cachoeiras no rio Parahybuna dentro do perímetro da cidade, e concluir o corte das curvas já principiado”. Era, portanto, providenciadas as primeiras obras de retificação do rio, que promoveria um aumento da sua velocidade de escoamento e, conseqüentemente, uma diminuição dos transbordos de sua calha. Na segunda, é autorizado o desvio e canalização de um córrego à rua Santo Antônio, no valor de 600\$000 (AHCJF, Resoluções, 1892).

Como boa parte daquilo que foi produzido neste mandato foi proveniente dos recursos alçados por meio do lançamento dos títulos da dívida municipal – não à toa as contas do município terem fechadas todas num “azul” bem confortável, com uma média superior a 50:000\$000 de saldo – começemos explicando seu mecanismo e a justificativa de sua existência: o Plano Howyan.

Como desenvolvemos acima, as medidas implantadas a partir desse momento atendiam aos anseios republicanos e gestavam a esfera municipal, que passava a assumir, doravante, maior protagonismo no processo de desenvolvimento urbano. As Resoluções do período refletem tal autonomia:

a partir de 1892, pôde a Câmara organizar vários serviços municipais, conforme se vê, pela ordem, das emendas das seguintes Resoluções: nº 3, de 14-5-92 – Contém a organização do Serviço de Higiene Municipal; nº 4, de 14-5-92 – Contém as bases para o serviço de Limpeza Pública; nº 5, de 14-5-92 – Contém disposições sobre o serviço da numeração de casas; nº 220, de 3-10-93 – contém regras para as nomeações, demissões e licenças dos empregados municipais; nº 221, de 3-10-93 – Contém o regulamento da Diretoria de Fazenda; nº 222, de 4-10-93 – Contém o regulamento da Secretaria da Câmara; nº 225, de 4-10-93 – Dispõe sobre a polícia Municipal (OLIVEIRA, 1966, p.148-149).

Toda essa euforia republicana teria de encontrar respaldo nos recursos necessários para a execução destas Resoluções. Porém, numa perspectiva geral, a situação financeira dos municípios não era das melhores. Com isso queremos

dizer que sua receita era, em grande parte, auto-gerada, ou seja, não havia uma distribuição dos recursos arrecadados nas esferas superiores. Apesar da Constituição republicana de 1891 requerer que o erário municipal tenha sua fonte nos tributos estaduais, as rendas municipais eram, via de regra, ínfimas, pois a própria União, na partilha constitucional, reservava para si quase 50% da receita de cada um dos estados, minguando, como um efeito cascata¹²⁴, os quinhões municipais (LEAL, 1976, pp.145-146). Agregado à parte que lhe cabia da divisão estadual, o município poderia recorrer às seguintes fontes de receita:

Impostos sobre prédios urbanos; de indústrias e profissões [...]; sobre veículos terrestres e fluviais; sobre ambulantes, placas, anúncios, entre estes os chamados impostos de publicidade, empachamento, etc.; taxas remuneratórias (funerárias, de água, esgotos, iluminação, mineração, matadouros, mercados etc., muitas delas, na maioria dos estados, arrecadadas pelos concessionários); renda dos bens dominicais, incluídos os dos extintos aldeamentos de índios; multas por infração de posturas e regulamentos ou inobservância de contratos; indenizações, reposições, restituições, dívidas passivas prescritas, eventuais, etc. (LEAL, 1976, p.145).

Tal situação justifica o porquê dos municípios, não raro, atacarem contra seu próprio futuro em ruinosas operações de crédito que comprometiam parte considerável de seus fundos. Sobre esses créditos adquiridos pela Câmara, a Constituição Estadual de 1891 reservava o artigo nº 79, que, em parágrafo único, enuncia que “não serão contrahidos novos empréstimos, quando o encargo dos existentes consumirem a quarta parte da renda municipal” (MINAS GERAIS, 1907, p.145). Ou seja, os municípios que comprometessem mais do que 25% de suas receitas com o pagamento de dívidas ativas estariam proibidos de emitir novos títulos no mercado.

Como abordamos no tópico II.2, a venda de títulos de dívida pública com a finalidade de promover melhorias infraestruturais no município já acontecia com certa regularidade desde o regime imperial. O débito destas dívidas até então contraídas, somavam, no orçamento de 1892, 13,25% da arrecadação (DUARTE, 2013, p.111), possibilitando à nova câmara, agora com o orçamento alargado, avarar novos lançamentos de títulos.

¹²⁴ Ao final da Primeira República, cabia à União 63% dos impostos arrecadados, aos estados, menos da terça parte, 28%, e aos municípios cabia a disputa dos 9% restantes (LEAL, 1976, p.148).

A situação endógena também era propícia:

(I) Havia uma demanda real da população por tais melhorias, seu número, afinal, havia alavancado de 6.456 habitantes em 1854 (SOUZA, 1998, p.41) para 22.586¹²⁵ em 1890 (BRAZIL, 1898, p.55), contribuindo, de alguma forma, para este incremento, os imigrantes que foram introduzidos na cidade ao longo desses anos – mormente na ocasião da construção da rodovia União & Indústria (1861) – mas também aqueles “imigrantes forçados”, cujo o número foi, por muito tempo, maior que o número de cidadãos livres no município¹²⁶. Como ressalta Miranda (1990, p.90), a aglomeração urbana

implica na organização de um aparelho administrativo, na organização de polícia, na necessidade de serviços de infraestrutura urbana, na estruturação de um setor de serviços e abastecimento capaz de atender às necessidades da população agora concentrada [...].

Contudo, apesar do crescimento da ordem de 349,8% no período e um crescimento anual de 9,7%, o que observamos é a falta de operacionalização da câmara (mencionada no início desse capítulo), fato que gerou pressões por melhorias, como ficou registrado no *O Pharol* (23 jan. 1883):

Um dos assumptos que mais se impõe á attenção da camara municipal, é sem duvida alguma o abastecimento de agua para a cidade, não sómente para commodidade dos habitantes, mas ainda como medida hygienica, afim de servir de vehiculo ás matérias organicas em decomposição que se accumulão nos esgotos, e produzem exhalações prejudiciais

O jornal assinala ainda uma possível solução para a adversidade: “o primeiro passo a dar é a confecção de um plano geral das obras, ordenado e systematico, conforme ao progresso e estado da sciencia hodierna” (O PHAROL, 23 jan. 1883).

(II) Atrelado à essa demanda, havia um desinteresse da esfera privada por investimentos desse cariz, visto que eram necessários onerosas despesas cujo retorno em formato de lucro era demorado, repercutindo primeiramente em qualidade de vida para a população. Não sendo este o interesse da burguesia,

¹²⁵ Importante mencionar que se encontra dados distintos de população de acordo com a fonte utilizada. Cordovil organiza uma tabela da população segundo diferentes autores (2013, p.98).

¹²⁶ Segundo os dados de Souza (1998, p.41), dos 6.456 habitantes da vila em 1854, 4.025 eram escravos, aumentando para 7.171 em 1872, neste ponto, a população livre já supera a população escrava em número: 11.604 (ibid, p.44).

serviços básicos como saneamento, abastecimento, entre outros, ficaram a cargo da municipalidade. Contudo, como observamos, a burguesia acabava por participar indiretamente destas benfeitorias, dado que no mais das vezes eram o público alvo da venda dos títulos da dívida pública, auferindo daí lucros que variavam entre 6% e 8% ao ano, como aponta Duarte (2013, p.96).

(III) A nova Constituição alavancara a arrecadação municipal de modo que, no orçamento de 1893 a receita havia mais que dobrado em relação ao ano anterior, como demonstra a tabela¹²⁷ (DUARTE, 2013, p.111):

Tabela 11 – Orçamento da Câmara de Juiz de Fora (1892, 1893)

Ano	Arrecadação (réis)	Despesas (réis)	Despesas discriminadas (réis)		Consumo dos juros e amortização da dívida (%)
			Construção e reparo de obras públicas	Juros e amortização	
1892	200:000\$000	206:000\$000	24:100\$000	26:500\$000	13,25%
1893	400:000\$000	393:850\$000	45:000\$000	170:000\$000	42,50%

Fonte: JUIZ DE FORA¹²⁸, apud DUARTE, 2013, p.111.

Consequentemente, houve um reflexo deste aumento sobre a possibilidade de alavancar uma vultuosa arrecadação extraordinária, que já se apresenta no orçamento seguinte (170:000\$000), mas sobre a qual debruçar-nos-emos adiante.

(IV) A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) é outro fator que, como mencionamos, irá pressionar a demanda por obras públicas na cidade desde sua fundação, em 1889. Seus membros representavam uma nova classe, muitas vezes com cadeira na câmara e uma agenda sanitária organizada, que tinha como “inspiração os ditames da ciência e os postulados higienistas irradiados da capital da República” (BARROSO, 2008, p.51). Os critérios de ação da sociedade, respaldado na teoria miasmática – ou seja, na crença de que as moléstias estavam relacionadas com as condições de higiene dos lugares e da

¹²⁷ A tabela de Duarte (2013) apresenta uma pequena discrepância nos valores de arrecadação e despesa com relação aos dados que levantamos no mesmo arquivo, contudo, acreditamos que seja uma diferença tolerável, dada a profusão de documentos lá encontrados.

¹²⁸ JUIZ DE FORA, Câmara Municipal. Resoluções (1892,1893 e 1894). Juiz de Fora: Typographia Americana, 1896.

atmosfera – eram baseados na transformação e normatização dos espaços. Desta forma, a SMCJF, juntamente com seus representantes na câmara, “atuou para organizar e tornar salubre o espaço público e privado no município visando impedir a propagação das doenças” (BARROSO, 2008, p.61).

* * *

Esta miríade de fatores coadunar-se-iam num projeto de saneamento e expansão de Juiz de Fora que entrou para a história como o *Plano Howyan*. Nove meses após tomar posse da presidência da Câmara (ocorrida em janeiro de 1892), Francisco Bernardino convidou o engenheiro francês Gregório Howyan¹²⁹ para assumir o cargo de diretor de obras municipais. Episódio que ganhou reconhecimento da imprensa, que afirmou ser uma decisão acertada, já que o engenheiro “gosa de elevada reputação pelos seus variados conhecimentos científicos e pelos importantes trabalhos que já tem executado em diversas cidades” (O PHAROL, 12 ago. 1892).

Desde então, o engenheiro passa a sugerir melhorias na estrutura urbana da cidade, como no abastecimento d’água, na construção de estradas, na indicação de técnicos especializados em saneamento e na autoria de um projeto de saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora (OLIVEIRA, 1966, p.164). Suas pretensões eram grandes, segundo a câmara, através da execução deste plano seria “conseguido o saneamento completo desta cidade, tornando-a ao mesmo tempo, pelo embelezamento como pela salubridade, sem rival na América do Sul” (O PHAROL, 8 ago. 1894). A reforma urbana aparecia de forma impetuosa na senda da nova administração republicana, e, por conseguinte, na autonomia conferida ao município pelas constituições federal e estadual; a ambição centrava-

¹²⁹ O engenheiro era formado pela *École des Ponts et Chaussées de France*, e, em 1891 fora convidado para integrar a comissão de técnicos que iria escolher o local da nova capital do Estado de Minas Gerais. Passando por Juiz de Fora naquele ano, afeiçoou-se tanto à cidade que resolveu, por conta própria, elaborar um plano revolucionário de abastecimento de água e esgoto. Era, amiúde, visto pelos morros da cidade com seus auxiliares aferindo com instrumentos de engenharia e anotando em cadernetas as características morfológicas da cidade. Francisco Bernardino, na época membro do Conselho de Intendência, impressionara-se com o arrojo do trabalho apresentado, assim, quando eleito e de posse do poder executivo do município, convidou o mesmo para tal cargo (OLIVEIRA, 1966, p.162).

se na transformação da cidade de Juiz de Fora seguindo o modelo dos grandes centros urbanos europeus (BARBOSA, 2013, p.95).

O projeto do engenheiro francês, comprado pela câmara por 50:000\$000¹³⁰, guardava fortes traços de monumentalidade, não era, portanto, exequível no período de um mandato, ao contrário, exigiria todo um esforço e planejamento a longo prazo. O autor, então, discrimina as ações previstas em seu trabalho elencando-os na ordem prioritária de execução: “É preciso, primeiramente, tirar a umidade das ruas e para isso, fazer canais de cintura que deverão recolher a parte mais agressiva das águas” (HOWYAN, 2004, p.151). Preocupado com a salubridade da cidade, Howyan enfatiza o fato de que, embora as águas do rio invadam superficialmente as ruas da cidade, ela acaba propiciando a eliminação de focos de miasmas ao limpar as tubulações subterrâneas de esgoto. Posteriormente,

é indispensável baixar levemente o leito do rio e elevar a parte baixa da cidade cujo terreno insalubre é composto, em grande parte, de matérias orgânicas, encontrando-se enlameado, sem oferecer a solidez necessária que permita edificar construções firmes. É necessário desvencilhar-se da vegetação que o obstrui, desinfeta-lo com uma certa camada de cal, e executar, nesse local, trabalhos de aterro e, só então será possível construir boas habitações (HOWYAN, 2004, pp.151-153).

Em seguida, é a vez da retificação do rio e a drenagem dos pântanos, o engenheiro planejava uma derivação do rio Paraibuna, para, com isso, amenizar a sinuosidade de seu canal no trecho urbano, aumentando a velocidade de escoamento das águas e evitando, conseqüentemente, o transbordo de sua calha¹³¹. Para garantir a segurança, é necessário a criação de uma Polícia Sanitária, elemento realizado no mesmo ano, como indicou a resolução supracitada do código de posturas de 1892. E por fim, o autor comenta de forma mais breve acerca da construção de uma rede completa de esgotos e de uma rede de

¹³⁰ A aquisição do plano consta na Resolução Nº 155, de 22 de março de 1893, disponível no AHCJF.

¹³¹ Há que se dizer que este projeto de retificação da calha do rio somente foi retomado após o episódio vexatório passado pela administração municipal com a enchente de 1940. Profusamente registrado pelos periódicos da época, a enchente deixou algumas vítimas e inundou todo o trecho do rio ao longo da malha urbana. Em homenagem ao engenheiro francês, a obra, inaugurada em 1950, foi denominada “Variante Howyan”, e mudou o curso do Paraibuna, retirando-o do bairro Poço Rico, que foi, posteriormente, aterrado.

distribuição d'água para a cidade, que goza de abundante recurso hídrico potável de fácil captação e de módica execução (HOWYAN, 2004, p.153).

Podemos, então, resumir o planejamento do engenheiro nos seguintes tópicos:

1. Canais de Cintura;
2. Rebaixamento do leito fluvial;
3. Aterro da parte baixa da cidade;
4. Drenagem das regiões pantanosas;
5. Retificação do canal fluvial;
6. Criação de uma polícia sanitária;
7. Construção da rede de esgoto e abastecimento d'água.

Como observamos, seu projeto era, se não ambicioso, pelo menos vultoso para a cidade. Segundo seu próprio crítico, João Penido, o engenheiro buscava agraciar a cidade com todo o aparato das grandes cidades, para tal, dedicava-se a projetar novas avenidas, bairros, pontes, parques, como o *Bois de Bolougne*, pistas para *velocipedistas* e *mail coaches* (OLIVEIRA, 1966, p.171). Sua referência eram as cidades europeias, sobretudo Paris de Haussmann.

O caráter monumental das obras do Plano Howyan transparece quando analisamos os recursos necessários para sua execução. O projeto estava orçado em 1.960:000\$000¹³², valor que ultrapassava em muitas vezes o orçamento do próprio município, fato que impossibilitava sua execução com rendas ordinárias.

Tabela 12 – Despesas do Plano Howyan

Serviço	Custo
Canalização	610:000\$000
Terraplanagem e calçamentos	500:000\$000
Canal de cintura	50:000\$000
Abastecimento de Água	400:000\$000
Obras no Rio	400:000\$000
Total	1.960:000\$000

Fonte: HOWYAN, 2004, p.155.

¹³² Para se ter um parâmetro de comparação, a arrecadação do município em 1893 seria de aproximadamente 400:000\$000, ou seja, um valor quase 400% menor que o orçamento proposto por Howyan.

A fim de honrar com os compromissos proferidos em seu discurso de posse, “cuidemos, antes de tudo, com interesses superiores, do saneamento da cidade de Juiz de Fora” (OLIVEIRA, 1966, p.163), Bernardino não hesitou em organizar mais um lançamento de títulos de dívida pública para a realização de tal empreitada. Com o apoio da maioria absoluta dos vereadores, foi autorizado na Resolução Nº84, de 13 de outubro de 1892, o lançamento do empréstimo até a quantia de 2.000:000\$000, divididas em 10.000 apólices no valor de 200\$000 cada¹³³ (AHCJF, Resoluções, 1892), sobre as quais renderia um juro de 7% ao ano, resgatáveis semestralmente no prazo de 28 anos¹³⁴. A fim de arcar com o pagamento dos juros e amortizações, a câmara reservaria de seu orçamento anual, o valor de 165:000\$000, retirado do imposto predial e do imposto sobre transmissão de propriedade. Ainda, de acordo com a Resolução, os saldos do empréstimo seriam depositados e movidos à parte de qualquer outra renda da câmara, garantindo sua aplicação única e exclusivamente sobre as obras de saneamento e expansão urbana propostas por Howyan.

Segundo Oliveira, a adesão ao empréstimo foi entusiasmada por parte das “pessoas”, que, antes mesmo de impressas as apólices, já haviam se inscrito no livro de candidatos à aquisição. Ao final do processo, chegou-se a essa relação de subscritores:

¹³³ Observamos que o valor das apólices revela o público alvo deste tipo de investimento, já que o trabalhador fabril médio da cidade dificilmente recebia um ordenado superior a 100\$000 por mês.

¹³⁴ Em sua dissertação, Felipe Duarte (2013) faz um exame minucioso deste empréstimo. Baseamos neste trabalho para realizar esta análise da estrutura econômica que financiou o Plano Howyan.

Tabela 13 – Subscritores selecionados do Empréstimo de 1893
(Somente acima de 50 apólices)¹³⁵

Subscritor	Nº de apólices adquirida	Capital	Atividade econômica	Outras atividades
Francisco Mariano Halfeld	850	170:000\$000	Cafeicultora	Secretário de Obras do Estado de Minas Gerais (1857)
Carmelina de Assis Isabel Campos	359	71:000\$000	Cafeicultora	
<i>Banco de Crédito Real de Minas Gerais</i>	250	50:000\$000		Instituição bancária
Cândido Teixeira Tostes	250	50:000\$000	Cafeicultor, investidos imobiliário, acionário e de capitais	Advogado e diretor do Banco do Crédito Real de Minas Gerais
Joaquim Clemente de Campos	225	45:000\$000	Fazendeiro	
Antero José <i>Barbosa Lage</i>	175	35:000\$000	Cafeicultor	Vereador e Presidente da Câmara (1865 – 1868)
Bernardina Clara do Nascimento	160	32:000\$000		
Francisco Inácio de Andrade Golarte	150	30:000\$000	Cafeicultura, industrial, investidor acionário	Médico e diretor da Companhia Fiação & Tecelagem Santa Cruz
Constança Vidal <i>Barboza Lage</i>	120	24:000\$000	Cafeicultora	
Antônio Bernardino Monteiro de Barros	100	20:000\$000	Cafeicultor	Vereador (1895-1907)
Frederico Olivares da Silva	100	20:000\$000		
Balbino de Magalhães Gomes	60	12:000\$000		
Francisco Fidro <i>Barbosa Lage</i>	53	10:600\$000	Cafeicultor	
Maria Cândida de Assis	52	10:400\$000		
<i>João Nogueira Penido</i>	50	10:000\$000	Investidor imobiliário, financeiro e acionário	Médico, Presidente da Câmara e Presidente da SMCJF
Gabriel Antônio de Barros	50	10:000\$000	Cafeicultor, investidor imobiliário e financeiro	Barão de S. José Del Rey
Gabriel José de Barros	50	10:000\$000	Fazendeiro	
José Ricardo de	50	10:000\$000		

¹³⁵ Chamamos atenção do leitor para a forte presença da família Barbosa Lage, da família Assis Penido, e de algumas figuras diretamente envolvidas no projeto, como Francisco Bernardino, Gregório Howyan, João Penido Nogueira, Francisco Brandi, além de uma instituição, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o qual também foi receptor da verba arrecadada. Para a tabela completa, Cf. DUARTE, 2013, p.113.

Oliveira Bello				
Anna Carolina de Assis	50	10:000\$000	Cafeicultora, investidor acionário	
Gregório Howyan	50	10:000\$000	Profissional liberal	Engenheiro
Manuel Honório de Campos	50	10:000\$000	Cafeicultor	Vereador (1895 – 1897)
Francisco Bernardino Silva	50	10:000\$000	Cafeicultor	Advogado, Deputado Federal, Presidente da Câmara (1893 – 1895), Diretor da Companhia Estrada de Ferro União Mineira
Oscar Vidal Barboza Lage	50	10:000\$000	Pecuarista	Engenheiro
Manuel Vidal Barboza Lage	50	10:000\$000	Cafeicultura	
Constança Vidal Barboza Lage	50	10:000\$000	Cafeicultura	
José Joaquim Monteiro da Silva	50	10:000\$000	Cafeicultura	Presidente do Estado de Minas Gerais, Barão de Santa Helena, Vereador (1860-1864), Presidente da Câmara (1881-1887), Senador do Império, Fundador do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.
Virgílio Moretzsolm	50	10:000\$000	Profissional liberal	
Francisco Antônio Brandi	50	10:000\$000	Cafeicultura, Investidor Imobiliário e Acionário, Comerciante	Comendador, Concessionário da Loteria Municipal,
Augusto Moretzsolm	50	10:000\$000	Capitalista	
Bernardo Pedro Ferreira	50	10:000\$000		
Hemínia de Cerqueira Coelho	50	10:000\$000		
TOTAL	4309	861:800\$000		

Fonte: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República. Série: 14 - 21/1 Caixa: 01, apud DUARTE, 2013, p.113.

Como podemos observar, apesar das garantias oferecidas para o pagamento do empréstimo, as subscrições efetivadas não chegaram à metade dos papéis oferecidos pela câmara, sem deixar, contudo, de ser uma vultuosa quantia para os cofres municipais (DUARTE, 2013, p.110 et seq.).

Para além do ensejo propício de realizar as obras de saneamento, é possível deduzir também objetivos escusos na execução do projeto. Como vimos, o princípio

federativo vigente no período republicano facultou aos municípios a autonomia necessária para a gestão do espaço urbano, contudo, para garantir certa robustez nessa gestão, era imprescindível que houvesse um acréscimo na receita ordinária do município.

Neste sentido, conferir infraestrutura de saneamento e abastecimento na cidade é garantir a mercantilização de um serviço que anteriormente, a despeito de sua precariedade, não havia custo algum aos munícipes, uma vez que o esgoto era despejado nos canais fluviais e o abastecimento era feito de forma coletiva a partir da instalação de chafarizes em alguns pontos da urbe (MIRANDA, 1990, p.177). Esta nova configuração inaugura nas receitas do município a categoria “impostos sobre serviços públicos”, identificado como uma cobrança sobre penas d’água, esgotos e coleta de lixo (MIRANDA, 1990, p.182), infraestruturas que passarão a compor parte significativa da receita municipal a médio prazo:

Tabela 14 – Composição da Receita de Juiz de Fora (1892 – 1899)

Anos	Atividades produtivas e profissões	Propriedades	Serviços Públicos
1892	32,3	-	2,9
1893	30	40*	2,9
1894	32	35*	1,8
1895	32	39*	1,8
1896	33,6	36,4*	2,7
1897	28,6	36*	8,2
1898	28,4	32,6	10,9
1899	29,2	26*	14,9

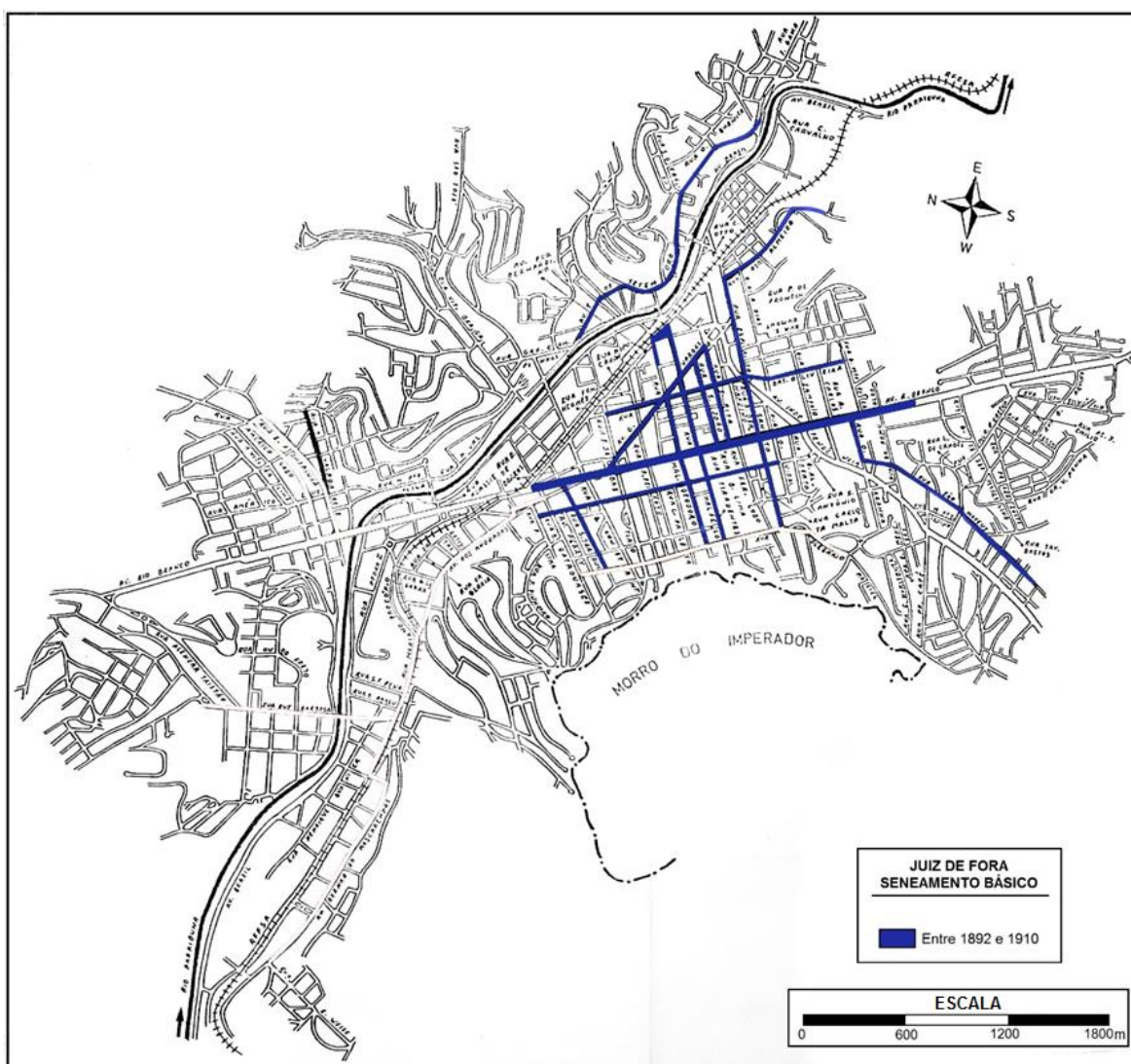
*Dados considerados: receita emanada prioritariamente dos distritos.

Fonte: Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora apud MIRANDA, 1990, p.181, (valores selecionados).

Analisando a tabela, observamos o crescimento da importância dos serviços públicos na composição da receita municipal, sobretudo a partir de 1897, chegando a quase um sexto do montante arrecadado no último ano da década de 1890, confirmando aquilo que Miranda caracterizou como uma prática mercantil dos serviços públicos (1990, p.172). Ademais, cabe enfatizar que a seletividade espacial inerente à execução deste empreendimento gera uma reestruturação da organização social do município.

A análise do mapa abaixo nos leva a perceber que até o fim da primeira década do século XX, as ruas agraciadas pelo saneamento básico foram aquelas do centro da cidade, exceção feita às ruas São Mateus, Sete de Setembro e Osório de Almeida.

Figura 21 – Mapa do Saneamento Básico em Juiz de Fora



Fonte: adaptado de MIRANDA, 1990, Anexo nº6.

A cobrança de impostos sobre tais serviços básicos gerou uma pressão econômica nas classes desfavorecidas, sobretudo as camadas proletárias que residiam muitas vezes em cortiços dispersos em algumas ruas do centro, mormente aquelas mais próximas ao rio, sujeitas à frequente inundação (como a avenida Getúlio Vargas, e a parte baixa das ruas perpendiculares a ela). Mediante aos módicos salários recebidos nas fábricas, a obrigação de arcar com uma taxa

mensal de saneamento e abastecimento foi um fator ativo na expulsão dessas classes de baixo poder aquisitivo do centro da cidade rumo às regiões periféricas.

Por meio das fontes consultadas, podemos afirmar que as obras do Plano Howyan só começaram no segundo semestre de 1893, ainda assim com um ritmo muito lento. O primeiro indício que nos leva a concluir isso é a Resolução nº167 referente ao primeiro saque do erário oriundo do empréstimo que descrevemos, no dia 25 de maio de 1893, onde foi autorizada a retirada de 80:000\$000 do Banco do Commercio (Rio de Janeiro), “que serão aplicados nas obras do saneamento” (O PHAROL, 3 jun. 1893). No mesmo dia é promulgada a Resolução nº173, que autoriza o presidente da câmara a “providenciar sobre a aquisição dos materiais, que tem de ser importados do estrangeiro, para o serviço de abastecimento de água potável e de exgottos e do saneamento geral desta cidade” (AHCJF, Resoluções, 1893). Na resolução nº214, de outubro daquele ano, é providenciado o fechamento de uma vala onde era despejado os esgotos da rua Halfeld e providenciada sua canalização e derivação direta daquela rua para o rio Paraibuna. Até então, o esgoto corria paralelo aos trilhos da Estrada de Ferro e desaguava próximo à ponte do Otto¹³⁶, no Botanágua (AHCJF, Resoluções, 1893). Da mesma data, ainda, a resolução nº 204 providencia os trabalhos necessários para o abastecimento d’água do Morro da Gratidão (AHCJF, Resoluções, 1893). Ratificando esse início mais intenso das atividades, lemos a seguinte notícia no *O Pharol*:

Sob a criteriosa e inteligente direção do activo engenheiro Luiz José da Costa, começaram desde o mez passado [outubro], os serviços de construção das galerias de exgotto, de acordo com o plano de saneamento organizado pelo notável engenheiro, dr. G. Howyan (18 nov. 1893).

A mesma matéria publicada lega-nos ainda algum vestígio sobre a espacialidade dessas obras: “[...] a primeira galeria está sendo construída na rua do Espírito Santo, achando-se já bastante adiantado os trabalhos” (O PHAROL, 18 nov. 1893). Além disso, observamos o fato do plano iniciar-se pelos esgotos, o que contraria a proposta feita por Howyan, no qual planejava começar o saneamento da cidade pelo canal de cintura, e, somente como penúltimo item, seria construída

¹³⁶ Acreditamos tratar de uma versão mais modesta da atual ponte Carlos Otto.

a rede de esgotos. Acreditamos que o motivo para tal subversão do projeto esteja na arrecadação imediata que somente a coleta de esgoto e o abastecimento d'água conferiria à câmara, em consonância com o que propôs Miranda (1990).

O ritmo lento é atestado por dois motivos, primeiro pela demora na importação dos insumos necessário para a execução das obras, e, segundo, pela data do próximo saque, que só se deu um ano depois, em maio de 1894, correspondente a cifra de 200:000\$000. Sobre a matéria-prima, foi obtida a isenção nos impostos sobre importação, e Bernardino providenciou que todo o cimento necessário para a obra fosse adquirido da França¹³⁷; esta negociação demandou troca de correspondências que datam de dezembro de 1893, o que nos leva a pensar que a maior parte do plano foi executada no último ano de sua gestão:

com a chegada da primeira remessa de cimento, em princípios de 1894, foi que as obras tiveram mais rápido andamento e continuaram a um ritmo acelerado até 31 de dezembro, último dia da administração Francisco Bernardino, sendo certo que em abril e maio o dr. Betim [responsável na Europa pelas importações] despachara novas partidas de cimento [...] (OLIVEIRA, 1966, p.165).

As descrições das obras que obtivemos levam-nos a, ao menos, questionar a ideia de que a população se acomodou no que hoje chamamos de “triângulo central” da cidade em decorrência de suas características topográficas, ou seja, pela grande área plana compreendida entre as avenidas Rio Branco, Francisco Bernardino e Itamar Franco (na época, ainda córrego Independência). O que percebemos através dos relatos é que todo esse “plano”, era demasiadamente irregular, levando-nos a concluir que o desnível entre o curso do rio e sua margem direita, onde a cidade se desdobrou, tenha sido acentuado por variadas obras de aterro.

Esses aterros, planejados por Howyan, suscitaram alguns debates entre os cidadãos doutos do município, cujas opiniões divergiam em alguns pontos. Para uns era necessário a dessecação do leito e retificação do curso do rio Paraibuna e de seus tributários mais caudalosos, como o córrego Independência e, posteriormente, seria mister obras de drenagem e aterro, uma vez que os terrenos

¹³⁷ Segundo descreve a carta, seriam importadas 180 toneladas de cimento Knight Beavan Sturge à um preço de “50 francos” por tonelada de cimento e frete a “56 xelim” por cada tonelada expedida (OLIVEIRA, 1966, p.165).

marginais não são muito altos. Para outros, bastaria a boa drenagem das águas fornecida pelos canais de cintura propostos por Howyan atrelado aos aterros em pontos específicos para o bom saneamento da cidade (O PHAROL, 10 dez. 1893). Como sabemos, a dessecação do leito do Paraibuna e sua retificação só seria feita algumas décadas depois, restando para a execução somente as obras de drenagem e aterro das regiões pantanosas. O trecho que transcrevemos é parte de um relatório de Bernardino acerca dos aterramentos decorrentes da execução do Plano Howyan:

O prosseguimento das obras serviu para atestar aos olhos de todos que os insignificantes aterros calcados em algumas ruas mais se recomendam pela necessidade da retificação geral do nivelamento da cidade, extremamente defeituoso, do que pela elevação maior da rede, como vê-se na rua Halfeld e na rua São Mateus. Na rua Quinze de Novembro, em certa extensão, a abóboda das galerias emergindo alguns centímetros do leito superficial dessa grande via, determinou alguns aterramentos em íntima relação com o melhoramento de nível da rua Halfeld. Mas a verdade é que todas essas ruas se embelezaram e ninguém desconhecerá hoje que o razoável e sistemático alteamento das vias públicas, visto este plano de amostra, iria sanear tanto quanto embelezar a cidade (OLIVEIRA, 1966, p.167).

O mesmo relatório traz ainda algumas informações acerca do abastecimento hídrico da cidade, afirmando ter anexado ao reservatório geral o “manancial dos Passos”, possibilitando o aumento do abastecimento em mais de 70 penas d’água, além de desapropriar terrenos e aguadas que visariam reforçar o abastecimento urbano, tudo em prol do abastecimento adequado da cidade, que esperava, no curso de alguns anos aumentar em muitas vezes sua população.

Existem algumas razões que fizeram com que o Plano Howyan não fosse levado a cabo pela administração de Francisco Bernardino. A primeira que destacamos é sua magnificência. Como abordamos acima, os planos eram visionários, e para sua execução, eram necessárias as mais refinadas técnicas de engenharia da época; como enfatizou Penido em tom irônico, mais parecia que Howyan queria construir uma cidade para seus esgotos do que uma rede de esgotos para Juiz de Fora (OLIVEIRA, 1966, p.171). Outra questão determinante é de ordem econômica, pois, como salientou Duarte (2013, p.113) em seu levantamento acerca dos subscritores dos títulos do lançamento de 1893, menos de 50% das apólices haviam sido compradas, portanto, seria necessário readequar

o plano à realidade fiscal. Além disso, como explana Miranda (1990) e bem desenvolve Barbosa (2013), o Plano Howyan começou a receber críticas travestidas de um discurso cientificista comandado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e reforçado pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Críticas que, na realidade, refletia dissensões maiores, inerentes ao jogo político da época, que envolvia “tanto monarquistas e republicanos como frações da elite local contrárias a grupos no poder a nível municipal e estadual” (MIRANDA, 1990, p.185).

Neste ponto, faz-se mister apresentar algumas personagens que comporão a trama política em torno da execução do plano. Francisco Bernardino, agente executivo do município em exercício, era filho de um senador e de uma herdeira de um grande proprietário de terras de Juiz de Fora, formou-se em direito e, desde o período imperial, já havia se consolidado tanto no cenário político nacional, quando governou a província do Piauí, quanto no local, quando compôs a câmara no mandato de 1884 a 1886. João Nogueira Penido Filho, médico e filho do médico fundador da SMCJF e relevante figura política da cidade (ocupou por cinco vezes cadeira na câmara), desponta como a figura de sucessão do pai, já em idade avançada, 72. Visto como uma liderança dos “republicanos históricos”¹³⁸, Penido Filho alcança a Câmara Federal em 1894 e galgava o cargo do executivo municipal nas eleições de Juiz de Fora para o mandato de 1895. Outras figuras relevantes no período são os engenheiros Luiz José da Costa, que assumiu o cargo de chefe do serviço de esgotos da cidade, e Francisco de Paula Bicalho, que há um tempo vivia na cidade chefiando a construção da Alfândega de Juiz de Fora (obra sobre a qual nos debruçaremos adiante), financiada pelo estado de Minas Gerais (BARBOSA, 2013, p.93 et seq.).

Com seu mandato chegando ao fim e o projeto de saneamento, ao contrário, longe do fim, começaram a surgir críticas e celeumas que se acentuam a partir do pedido de demissão do engenheiro responsável pela obra, Luiz José da Costa. Segundo a justificativa do engenheiro publicada no *O Pharol*, o mesmo realizou sem custo algum à câmara, adaptações no projeto original – que, devido um erro

¹³⁸ Designação dada àquelas figuras políticas que proferiam os ideais republicanos ainda no período imperial. A alcunha servia para distingui-los daqueles que, com a queda do regime monarca, subitamente passou a apoiar a causa republicana, já ganha.

aritmético, superdimensionava a obra –, reduzindo em muitos contos seu custo. Contudo, sua sugestão fora recusada, não lhe restando, assim, outra alternativa senão o pedido de demissão, já que supôs o primeiro projeto “inexequível e inconveniente”.

Julgando um descalabro a declaração do engenheiro, Francisco Bernardino retruca afirmando que, se merecesse o projeto tais qualificações, deveria tê-lo acusado antes de aceitar ou rejeitado a incumbência. Além disso, investindo em si a encarnação do município, afirma que a câmara “não podia ter aprovado, ter adquirido, não podia ter mandado executar um projeto de esgotos inconveniente, errado e inexequível” (O PHAROL, 13 jul. 1894)

Francisco Bicalho entra na discussão como a figura de mediação entre os dois, uma vez que era amigo de infância de Bernardino, e, também, quem convidara Luiz José Costa para sair da capital e assumir o cargo em Juiz de Fora. Com pesar pelo desgosto passado pelo amigo engenheiro na cidade, ratifica a correção do projeto original apontada pelo mesmo e inicia uma longa querela sob os julgamentos da opinião pública, que acompanhava tudo pelo *O Pharol*.

Com o intuito de legitimar seu discurso, Bernardino sustenta-se no parecer favorável ao plano conferido pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, do qual faziam parte seus adversários políticos, os “republicanos históricos”, entre eles, o presidente da sociedade, João Penido Filho, candidato ao executivo das próximas eleições. Com forte receio de que as críticas a si dirigidas tivessem cunho político, o chefe do executivo coloca em xeque a opinião pública. Das duas, uma: ou câmara, junto com todas as vozes do município que o apoiou, errou, evidenciando assim o fracasso do regime republicano, ou o fundamento das críticas a ele dirigidas tem um fundo político que visam somente depreciar sua imagem pessoal e política (BARBOSA, 2013, p.101).

O debate prossegue e, em certa medida, Bernardino admite sua responsabilidade no caso do erro aritmético realmente se confirmar¹³⁹, afirmando aceitar “todas as consequências moraes e jurídicas do meu conselho e do meu

¹³⁹ O erro aritmético em questão diz respeito à dimensão dos canais de cintura previstos para a cidade. Segundo os engenheiros do período, Howyan teria errado ao colocar no cálculo para dimensionar a obra um número 3 no numerador e um número 2 no denominador, quando o inverso era o correto. Desta forma, daria uma dimensão colossal à obra, dispendendo grandes quantias de dinheiro público (OLIVEIRA, 1966, p.165).

acto, não alieno, não disfarço a responsabilidade severa. Sou o principal responsável. *Me, me adsum qui feci*" (O PHAROL, 20 jul. 1894). Contudo, as eleições já estavam marcadas para o dia sete de setembro daquele ano, e tal escândalo não passaria impune pela opinião pública, arena na qual seria solvido o debate.

Ferido o pleito [...], coube a vitória, por grande maioria, ao dr. Penido [chefiava a corrente contrária ao plano] ou, melhor, ao partido por ele chefiado, tendo o que obedecia à orientação do dr. Francisco Bernardino conseguido eleger apenas quatro dos quinze vereadores que constituíam a Câmara Municipal (OLIVEIRA, 1966, p.161).

Tendo em vista tal imbróglio, não é preciso dizer que o Plano Howyan foi posto de lado pela administração de João Penido Filho. Esse, por seu turno, ao assumir o cargo de agente executivo do município continuou a difamar a figura de Bernardino, mas não sem razão alguma, pois, segundo balanço das contas da câmara, toda a verba arrecada com o empréstimo para a execução do Plano Howyan fora gasta ainda em seu mandato, mas com um lastimável detalhe: a câmara gastou, entre o início do ano e sete de setembro (dia da eleição), 537:922\$622, e deste dia ao fim do ano, 583:000\$000 (OLIVEIRA, 1966, p.170). Ou seja, foi gasta toda a receita extraordinária proveniente do empréstimo de 1893, e, como se não bastasse, o levantamento de Miranda (1990, p.185) aponta para o fato de parte do empréstimo ter sido revertido para ações que não estavam diretamente vinculadas ao saneamento, como

desapropriações, arruamentos, ampliação de ruas e avenidas, construção de monumentos comemorativos, prédio públicos, hospital de isolamento insuficiente do ponto de vista sanitário, incluindo até mesmo a irrelevante compra do quadro "Martírio de Tiradentes"¹⁴⁰.

A autora alega, ainda, que os contratos eram feitos com construtoras privadas e incluíam, além das obras públicas, obras particulares, feitas em "suas próprias propriedades, bem como obras em áreas desapropriadas ou doadas à municipalidade, o que elevava significativamente o valor dos terrenos vizinhos" (MIRANDA, 1990, p.186).

¹⁴⁰ Essa obra de Pedro Américo é uma das principais telas do acervo do Museu Mariano Procópio.

Um efeito esperado, porém, desagradável deste processo, foi o peso enorme que a dívida com o pagamento dos títulos legou na composição dos passivos do município. Como aponta Duarte (2013, p.111), até o ano de 1892 o pagamento da dívida comprometia 13,25% da arrecadação, doravante, passa a consumir 32,35% do orçamento, praticamente sua terça parte – extrapolando a meta de $\frac{1}{4}$ da receita proposta pela constituição estadual supracitada, impedindo, portanto, o pedido de novos empréstimos. Uma ação possível seria o pedido a moratória da dívida, todavia, como, de forma perspicaz, nos atenta Miranda (1990, p.186), a maior parte dos vereadores, e, em especial, a família Assis Penido, controlavam esses títulos, dos quais retiravam seus rendimentos semestrais. Conforme aponta a autora (1990, p.187), com o orçamento comprometido, houve uma redução na capacidade de investimentos em infraestrutura, o que levou João Penido a adotar um projeto de saneamento mais modesto, mas esse tema abordaremos mais adiante.

* * *

Como explicitamos, o Plano Howyan é somente uma parte do que foi feito no mandato de Francisco Bernardino, são incontáveis os registros de intervenção no espaço urbano, principalmente no que tange aos arruamentos. Por meio das resoluções¹⁴¹, observamos que as ruas do centro constantemente passavam por reparos, concertos, além de sujeitarem-se aos serviços de alinhamento, nivelamento e, algumas vezes, pelo processo de mecadamização. Assim, não é incomum deparar-se com resoluções que mandam cobrir com saibro as depressões existentes nas ruas (como no caso da rua do Commercio), nivelar e alinhar outras (como a rua Barbosa Lima), e promover reparos em algumas pontes da cidade.

Além desses variados concertos, observamos obras para o prolongamento de algumas ruas e para a criação de novos arruamentos. Um marco desse período é o já referido prolongamento da rua Direita na direção norte, ou seja, para os terrenos do Manoel Honório de Campos. Depois de todo o imbróglio envolvendo a Câmara e a CCM acerca do prolongamento da referida rua, acreditamos que a mesma se encontrava ao menos até onde hoje é seu cruzamento com a rua Barão

¹⁴¹ As resoluçõesue muitas vezes são superficiais, incompletas e imprecisas em suas informações geográficas, levando-nos a deduzir seu assunto e suas referências.

de Cataguases, já que em outra resolução (nº47, de 1892), deveras imprecisa, acreditamos que há a alusão à extensão da rua Direita e à abertura daquela que viria a ser a pista esquerda da Av. Brasil:

Art. 1º É aprovado o projeto apresentado pelo engenheiro da câmara para a regularização da rua da Gratidão sobre uma extensão de 200 metros, e abertura de uma avenida de 1900 metros de comprimento sobre 27,50 metros de largura, que, atravessando o rio Parahybuna se desenvolva pela margem esquerda deste rio até a ponte do Tapera, abrindo-se, nessa extensão quatro largos.

Fazendo uma conferência a partir dos mapas da cidade, observamos que, primeiramente, essa largura é compatível com a largura da rua Direita, além disso, 1900 metros seria a distância aproximada do seguinte percurso: partindo da ponte do Tapera (Av. Rui Barbosa), passando pela margem esquerda do Paraibuna, virando à Direita na atual ponte Pedro Marques e seguindo pela rua Direita até o atual Mergulhão – ponto em que acreditamos que a extensão da rua Direita feita pela CCM tenha parado, por se tratar dos limites de seus terrenos (na rua Barão de Cataguases), como mostrado na Figura 16. Portanto, temos fortes indícios para concluir que essas resoluções fazem referência à extensão da atual avenida Rio Branco até a ponte Pedro Marques, e, a partir dessa, temos uma derivação para a esquerda, seguindo pela margem esquerda do rio Paraibuna até a altura da ponte do bairro Santa Terezinha, conformando o que hoje chamamos de Avenida Brasil.

Contudo, parece-nos que somente aproximadamente um ano após essa obra que a construção da ponte sobre o rio Paraibuna se efetivou, uma vez que a resolução nº176, de maio de 1893, autorizava a “construção de uma ponte sobre o rio Parahybuna, no prolongamento da rua Direita, desta cidade, correndo as respectivas despesas da verba – obras públicas, do orçamento em vigor” (AHCJF). Ora, o único ponto em que uma hipotética extensão da rua Direita tangeria o rio Paraibuna seria neste ponto, na altura da ponte atual, não sendo possível concluir algo diferente, mediante as informações disponíveis nessa resolução.

Nesta mesma região, foi aprovada, ainda em 1892, a resolução nº34, que promovia o arruamento nos terrenos de Manoel Honório de Campos. Segundo a resolução, o presidente da câmara ficava autorizado a “mandar proceder aos arruamentos convenientes nos terrenos de propriedade do tenente Manoel Honório

de Campos, sitos na Chácara outr'ora denominada Fazenda da 'Divisa'¹⁴²”. As despesas para tais arruamentos correriam da verba “obras públicas”. O pedido para este serviço havia chegado em novembro do ano anterior, no formato de uma carta:

Illustrado cidadão Dr. Presidente e mais intendentes da municipalidade de Juiz de Fora

Diz Manoel Honório de Campos, proprietário e residente n'esta cidade, que tendo um bom e grande terreno na margem direita¹⁴³ do Rio Parahybuna no prolongamento dos terrenos da Companhia Chimico Industrial e lugar onde a mesma companhia está edificando sua fábrica, o fez medir, demarcar e dividir em lotes, projectando uma rua de 60 palmos de largura, com uma extensão de quase um killometro, parallela às ruas Direita e Commercio d'esta cidade, e denominando-a Rua Manoel Honório, conforme a planta organizada pelo Cap. Julio César Pinto Coelho¹⁴⁴, tomo a liberdade de offerecel-a a essa Intendência, declarando que sendo os terrenos d'esse lado do Rio¹⁴⁵ completamente secos e (?) inundações e planos, tornar-se-há um excellente arrabalde da Cidade, espera que a Municipalidade aceitando a offerta que faz ordene sua abertura.

Juiz de Fora, 5 de Novembro de 1891.
Manoel Honório de Campos (AHCJF, Plantas)

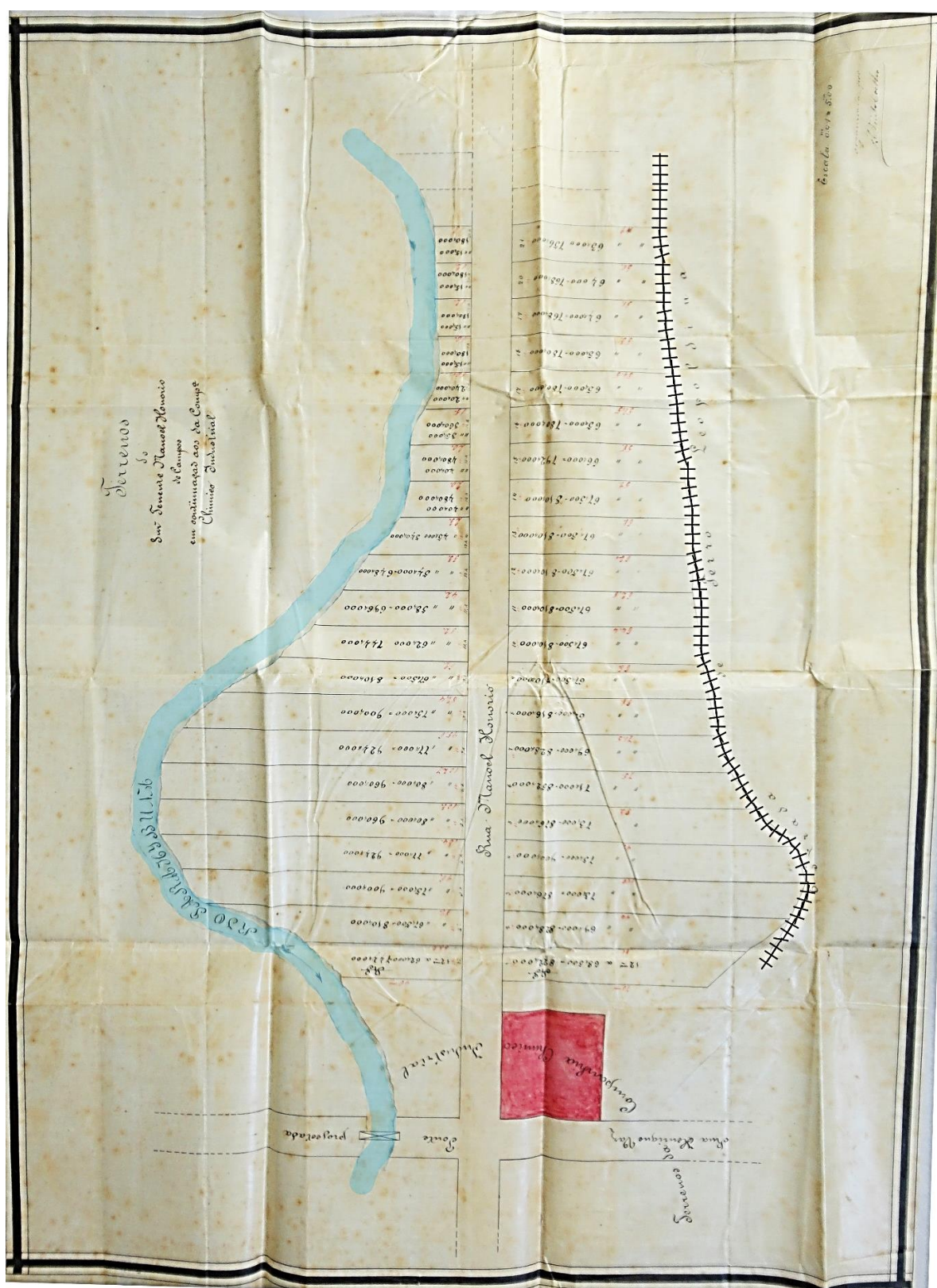
¹⁴² O nome da chácara fazia referência ao seu real papel de divisa da cidade, o primeiro distrito, uma vez que aí se conformava um de seus limites.

¹⁴³ Ele errou. Como notamos na planta em anexo à carta (Figura 22), os terrenos se localizam entre o rio Paraibuna e a Estrada de Ferro Leopoldina, portanto, na margem esquerda do rio. O único momento em que essa estrada de ferro se localiza à direita do rio é no seu início, na estação central (como mostrado na Figura 13). Interessante mencionar, que a estreita ponte que lhe dava sustentação para atravessar o rio permanece incólume, num diferente traçado diagonal (quase 45° em relação ao rio), a ponte ainda serve para a travessia de pedestres, próxima à atual rua Leopoldo Schmidt.

¹⁴⁴ Justamente aquele que tanto lutou para que a câmara não aprovasse o projeto da CCM, que não contemplava o prolongamento da rua Direita, como expomos acima.

¹⁴⁵ Confirmando seu erro, uma vez que ele opõe “esse lado do rio” ao lado no qual seu interlocutor se localiza, na margem direita, na câmara municipal.

Figura 22 – Arruamento na propriedade de Manoel Honório de Campos



Fonte: AHCJF, Plantas, Manoel Honório de Campos – Loteamento (1891).

claramente uma situação onde uma relação pessoal interfere na esfera pública, no desenvolvimento urbano.

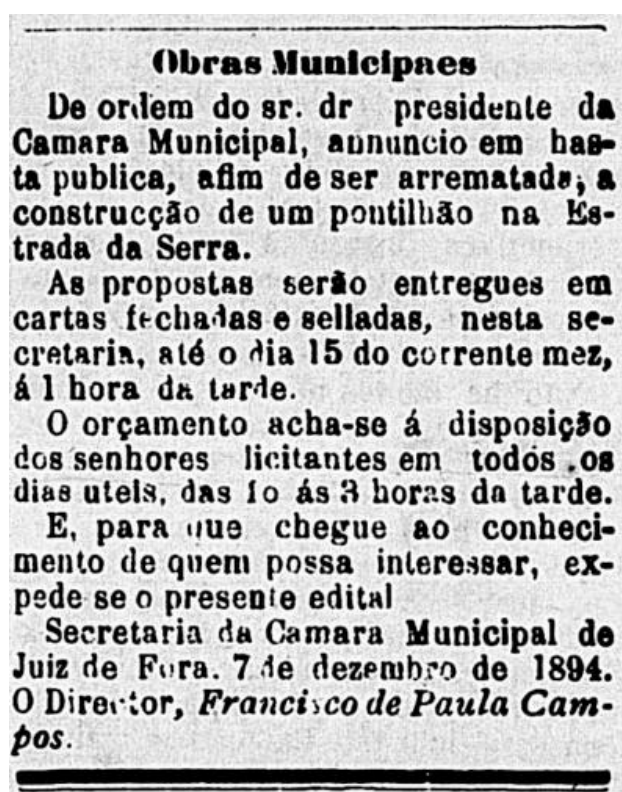
A cidade cumpria seu crescimento até onde o obstáculo natural lhe permitia. Neste sentido, o Morro do Cristo constitui-se uma barreira natural indelével para a expansão da malha urbana de Juiz de Fora; limite esse que levaria ainda algumas décadas para que o “progresso” o contornasse e urbanizasse a sua outra vertente.

Contudo, aproximando-se até onde era possível de seu sopé, destacamos a rua Tiradentes, cuja resolução nº22, de maio de 1892, decidia que

Art. 1º Ficão aprovados os estudos apresentados pelo engenheiro municipal sobre os perfis longitudinal e transversaes da projectada rua “Tiradentes”. Art. 2º Fica o presidente da câmara autorizado a dar as providencias necessárias para a aquisição dos terrenos para a rua mencionada.

A rua mais alta da região central da cidade data deste período também – a rua da Serra. Nossa pesquisa nos leva a concluir que a mesma passou a existir oficialmente a partir de uma Sessão Extraordinária da Câmara, relatada no O Pharol de 17 de maio de 1888, mas, parece-nos que este foi um processo demorado, pois numa resolução 1894 temos a seguinte promulgação: “é decretada a desapropriação por utilidade pública, dos terrenos pertencentes à D. Carlota Candida de Jesus e necessários para abertura da estrada da Serra, nesta cidade” (AHCJF, Resolução nº303, 1894). E, no mesmo ano, temos notícia de um edital:

Figura 24 – Edital do *O Pharol*



Fonte: O PHAROL, 8 de dezembro de 1894.

Um elemento já citado e que contribuiu sobremaneira para avolumar os arruamentos e a ocupação dessa região mais alta da cidade foi a construção do prédio da Academia do Comércio. Sua fundação é a materialização de vários elementos do período coadunados: a idealização conjunta de um empreendimento no formato de sociedade anônima, a inversão de capitais superavitários de uma economia agrária para uma economia urbana, a participação da instituição bancária a partir da abertura de uma carteira comercial no Banco Credireal, a aspiração burguesa de fomentar o progresso por meio da educação nos moldes europeus, e sua construção por meio de outra sociedade anônima, a Companhia Construtora Mineira.

Como mencionamos, a sociedade havia se organizado em 1891 para sanar a “lacuna da educação nacional”. Foi a primeira instituição de ensino superior de comércio do Brasil, reflexo da modernização capitalista que o país passava mediante a abolição da escravatura. Seu modelo foi copiado de nossa maior referência cultural, já que, “[...] Batista de Oliveira, ao visitar a França por várias vezes, de lá trouxesse a grande e útil ideia de fundar, na primeira das cidades

mineiras, uma academia de commercio” (O PHAROL, 8 jan. 1891), tendo seu modelo arquitetônico replicado a disposição da Escola dos Altos Estudos de Paris (O PHAROL, 4 abr. 1891).

Satisfeitas as necessidades imediatas de capital a partir da abertura de suas ações e escolhido o local para a edificação da escola, procedeu-se com a contratação da empresa responsável por sua construção.

O escrivão do 2º officio expediu guia para pagamento dos direitos de contracto celebrado entre a Companhia Constructora e o sr. Francisco Baptista de Oliveira, para a construção do edifício destinado à Academia do Commercio, no valor de 200:000\$. A escriptura deve ser passada hoje (O PHAROL, 12 jan. 1891).

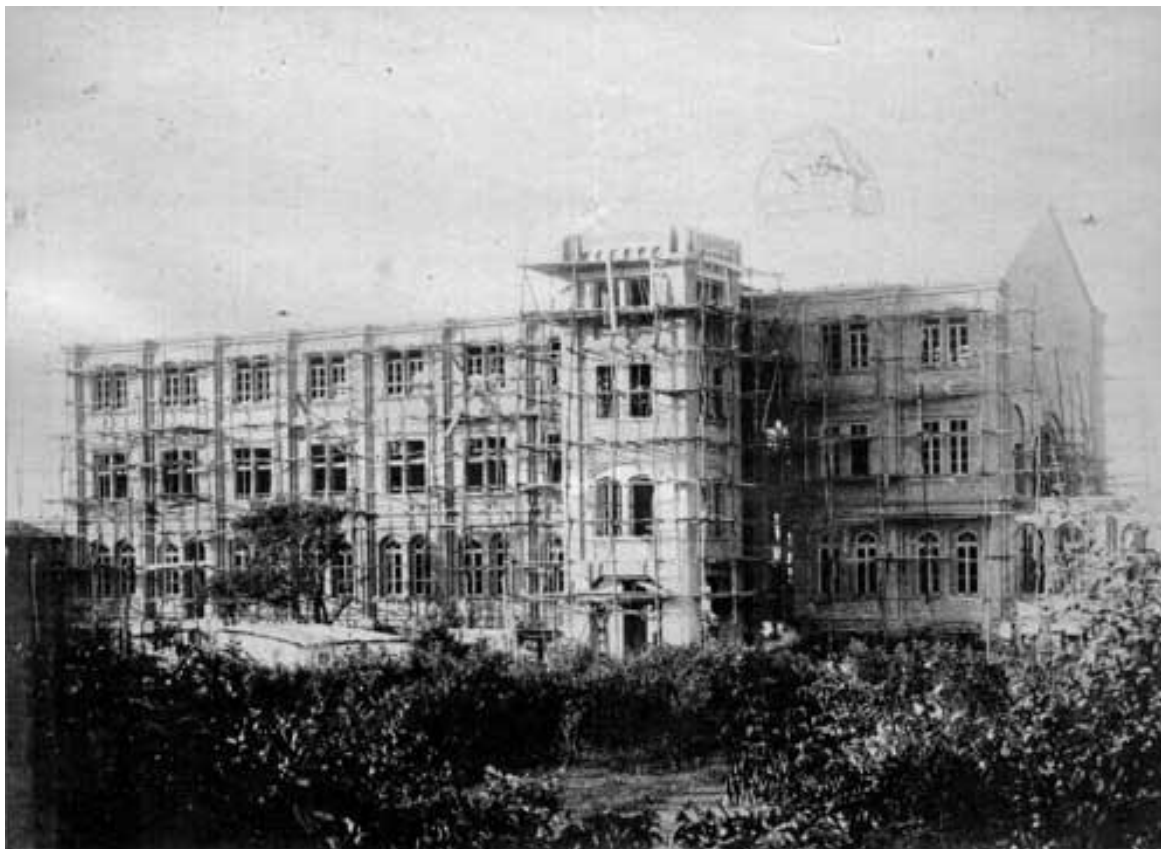
200:000\$000 foi o preço pago à Companhia Construtora Mineira pela construção do prédio da Academia do Comércio. Diferente da maioria das Sociedades Anônimas de Juiz de Fora, que foram financiadas a partir dos setores superavitários da economia juizforana, a Academia do Comércio contou com a participação de capital de outras praças. Em março de 1891 foi realizada uma reunião na cidade de São Paulo e angariado “entre os mineiros residentes no estado [de São Paulo] e muitos distintos cavalheiros não mineiros” (O PHAROL, 7 abr. 1891), a vultuosa quantia de 25:000\$000, revelando a solidez do empreendimento criado por Batista de Oliveira, ou o frenesi proveniente dos primeiros anos da política do Encilhamento.

Os auxílios para a execução de tal projeto não vieram somente do setor privado, reconhecendo e louvando os “[...] intuitos patrióticos e altruístas da sociedade, e, considerando a grande vantagem pública de tão útil estabelecimento [...]”, o congresso nacional concedeu à Academia de Comércio de Juiz de Fora a “[...] isenção e direitos de importação e transporte gratuito na estrada de ferro Central para os materiais de construção e objetos necessários à instalação do estabelecimento escolar”, como comprova *O Pharol* de 11 de julho de 1891. Além dessa isenção, consta também na Lei nº191-B, de 30 de setembro de 1893¹⁴⁷, que fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brazil, o dispêndio de 50:000\$000 para “a conclusão do edificio, aquisição de moveis, utensilios e

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-191-b-30-setembro-1893-541013-publicacaooriginal-42740-pl.html>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

montagem de laboratorios da Academia do Commercio de Juiz de F6ra, no Estado de Minas Geraes”

Figura 25 – Constru73o da Academia do Com6rcio



Dispon6vel em: <<http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/colegfaculd/academia/index.html>>. Acesso em: 30 out. 2015.

Como observamos, essa regi3o da cidade era ainda pouco ocupada devido ao seu relevo (o sop6 do Morro do Cristo), que dificultava sobremaneira o estabelecimento de moradias e o seu arruamento. A partir de iniciativas de ocupa73o como essa, podemos perceber um processo de valoriza73o do solo dessa regi3o a partir de an6ncios de vendas e leil6es de terrenos nessa regi3o, utilizando, ainda a presen73a da Academia de Com6rcio como recurso propagand6stico, em conson4ncia com aquilo que Corr6a exp6e sobre a valoriza73o do solo a partir das amenidades f6sicas (1989, p.18). Neste caso, por6m, observamos uma valoriza73o a partir do fixo “Academia do Com6rcio”, e do fluxo, constru6do para dar acesso 3 Escola. Este 6ltimo, inclusive, com subs6dio do

município, já que na resolução nº241, de janeiro de 1894, ficava o presidente da câmara

autorizado a conceder um auxílio de 5 contos de réis (5:000\$000) à Academia do Commercio, como indenização das despesas feitas por essa sociedade anônima com a abertura de um trecho da rua em frente do seu edifício, e melhoramento de outra que passa ao lado (AHCJF, Resoluções, 1894).

Figura 26 – Leilão de Terrenos próximos à Academia de Comércio¹⁴⁸



Fonte: O PHAROL, 5 de janeiro de 1893.

Sua construção foi demorada, uma vez que o prédio somente foi inaugurado em julho de 1894, com a presença de Affonso Penna, presidente do estado. O *O Pharol* do dia trouxe a descrição do evento e das características do prédio construído pela Companhia Construtora Mineira¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Em letras menores: "THEOPHILO G. FORTES, competentemente autorizado pelo proprietário venderá em leilão diversos lotes de terrenos sendo cada lote com 70 palmos de frente para a rua Halfeld, e com 140 palmos de fundo, dividido com bons vizinhos".

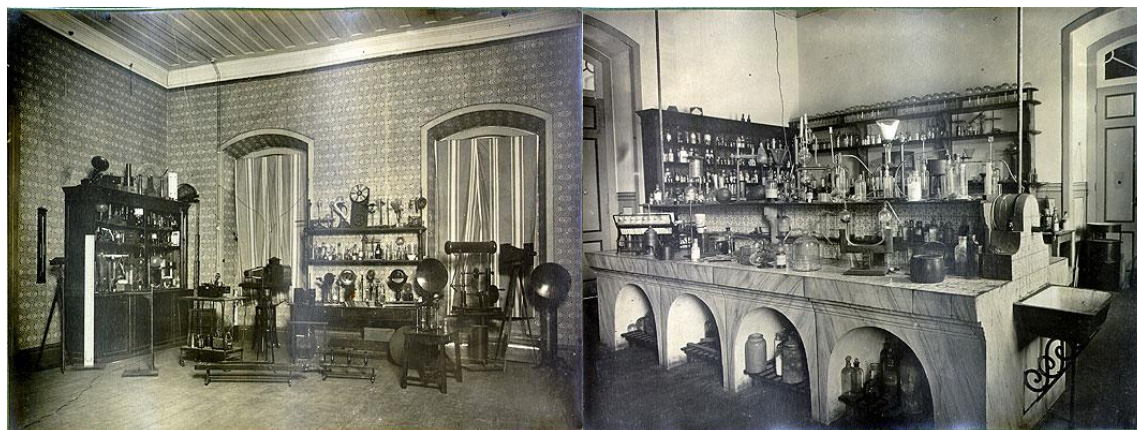
¹⁴⁹ "Do edifício da Academia do Commercio, que é de vastas proporções, acha-se apenas concluída uma grande parte, que se compõe de um pavilhão de entrada e de uma ala, com extensão total de 80 metros. À entrada ficam os compartimentos destinados à administração e à sala de visitas. À esquerda está situado o amphiteatro, que tem capacidade para 102 assentos. Ao longo de toda a ala há um grande corredor, que dá entrada para os seguintes compartimentos: laboratório de chimica, com um grande forno, mesa central para as manipulações e mais acessórios; Sala dos cursos, munidas de carteiras e mesas para os alumnos; Gabinete de physica e museu escolar; o

Figura 27 – Vista da Academia do Comércio



Disponível em: <<http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/colegrafaculd/academia/index.html>>. Acesso em: 30 out. 2015.

Figura 28 – Laboratórios da Academia do Comércio



Disponível em: <<http://www.academia.com.br/o-colegio/nossa-trajetoria/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

gabinete de physica está montado com todos os aparelhos necessários ao estudo daquela sciência. Na parede do corredor veem se quadros de ensino e cartas geographicas etc. No andar superior estão collocados a bibliotheca, o museu commercial e a sala de desenho. Estão matriculados na Academia actualmente 23 alumnos, todos do curso preparatório, único que por emquanto ali funciona [...]” (O PHAROL, 27 jul. 1894).

Outra sociedade anônima que fomentou o crescimento urbano foi a Companhia Agrícola de Juiz de Fora. Esta companhia, formada em 1891 com um avultado capital de 2.200:000\$000, é o resultado da organização dos latifundiários da região que buscavam uma espécie de coalizão a fim de mitigar os prejuízos advindos da crise da mão de obra oriunda da abolição. Segundo Croce (2008, p.176), “as sociedades anônimas ligadas ao setor agrícola, fundadas no período do Encilhamento em Juiz de Fora, demonstram uma nova mentalidade nos movimentos agrários referentes à diversificação de investimento”.

Esta diversificação de investimento, analisa Pires, é proveniente do impulso econômico local, que estimulou “os primeiros investidores (em geral agricultores locais) a deslocar riqueza de bens tangíveis (escravos, terras etc.) para papéis *representativos* de riqueza, patrimônio intangível” (2004, p.297, grifo do autor). Mas não somente. Esses proprietários fundiários, interessados no valor de troca de suas propriedades, buscam incessantemente sua valorização. Neste processo, acabam por adotar alguns estratégias com o intuito de alcançar tal objetivo, fomentando, por exemplo, a expansão do espaço urbano, ou seja, a expansão dos limites da cidade, uma vez que o solo urbano é mais valorizado que o rural. Deste modo, o uso agrícola da periferia é substituído pelo uso urbano num processo complexo que envolve a demanda habitacional por novos grupos sociais, como proletários e imigrantes (CORRÊA,1989, p.16).

É neste sentido que a Companhia Agrícola de Juiz de Fora sujeitou à Câmara Municipal um projeto para a aprovação de um bairro “a formar-se além do Parahybuna” (O PHAROL, 30 set. 1894). Com esta expressão, o autor alude à margem esquerda do rio, pois, como observamos na Figura 13, a cidade concretiza-se, inicialmente, na margem oposta daquele rio, guardando uma ocupação extremamente incipiente para aquelas cercanias por onde passava o Caminho Novo. A sociedade anônima propôs as seguintes ruas: Avenida Garibaldi (com 884 metros de extensão), rua Rodrigues Silva (com 716 metros), rua do Parque (273 metros), rua do Centro (104 metros), rua da Ponte (207 metros), rua do Monte (351 metros), travessa da Chácara (38 metros), Travessa da Olaria (47 metros) e rua das Duchas (194 metros), que conformariam um novo bairro denominado Santa Henriqueta (O PHAROL, 30 set. 1894).

O nome não pegou, mas o bairro Vitorino Braga (Anexo 2) se conformou a partir desse momento. A maior parte das ruas mudou de nome, mas algumas ainda persistem, como a rua Garibaldi Campinhos¹⁵⁰ e a rua do Monte. Outras, pelo nome e pelo tamanho, conseguimos inferir do que se trata. A rua do Centro, possivelmente era aquela que dava acesso a esse bairro, e seu tamanho corresponde, aproximadamente, ao tamanho da atual Benjamin Constant, no seguimento entre a ponte e a rua Garibaldi Campinho, sobretudo se considerarmos que o Paraibuna foi retificado nesse trecho. A rua da Ponte, como o nome diz, atravessava o rio, em continuação à rua do Centro, e seu tamanho compreende a continuação da Benjamin Constant até tocar naqueles arruamentos que estavam sendo desenvolvidos pela Companhia Construtora Mineira, nas ruas Saint Clair de Carvalho e Prof. Osvaldo Veloso.

A Diretoria de Obras aprovou o plano proposto pela companhia, e a Câmara, por sua vez, ratificou a decisão através da Resolução nº 309, de setembro de 1894: “Art. 1º – Fica autorizado o presidente da câmara a aprovar novos arruamentos na cidade, aceitando as doações de terrenos feitas para esse fim” (AHCJF, Resoluções, 1894). O único óbice colocado pela municipalidade foi em relação ao nome das ruas: Bernardino provavelmente não aceitou a homenagem e mudou o nome da rua Rodrigues Silva para rua da Providencia, e, talvez achando inadequado, mudou a rua das Duchas para rua do Piau – provavelmente em referência à proximidade desta via com a estrada de ferro que levava até àquela cidade.

Notamos algumas obras também no sentido norte da cidade. Essa região vinha se desenvolvendo desde a instalação da Estação de Mariano Procópio, no fim do Morro da Gratidão, em 1875. O que percebemos, na verdade, são duas condições indispensáveis para a conformação da atual mancha urbana de Juiz de Fora: se repararmos, ela apresenta uma concentração mais ou menos simétrica à exceção da zona norte, direção na qual se estende um longo braço de intensa ocupação, acompanhando a linha férrea, principalmente.

Tal anomalia no tecido urbano, acreditamos, pode ser creditada, primeiramente, pela imposição de um eixo de crescimento para a cidade neste

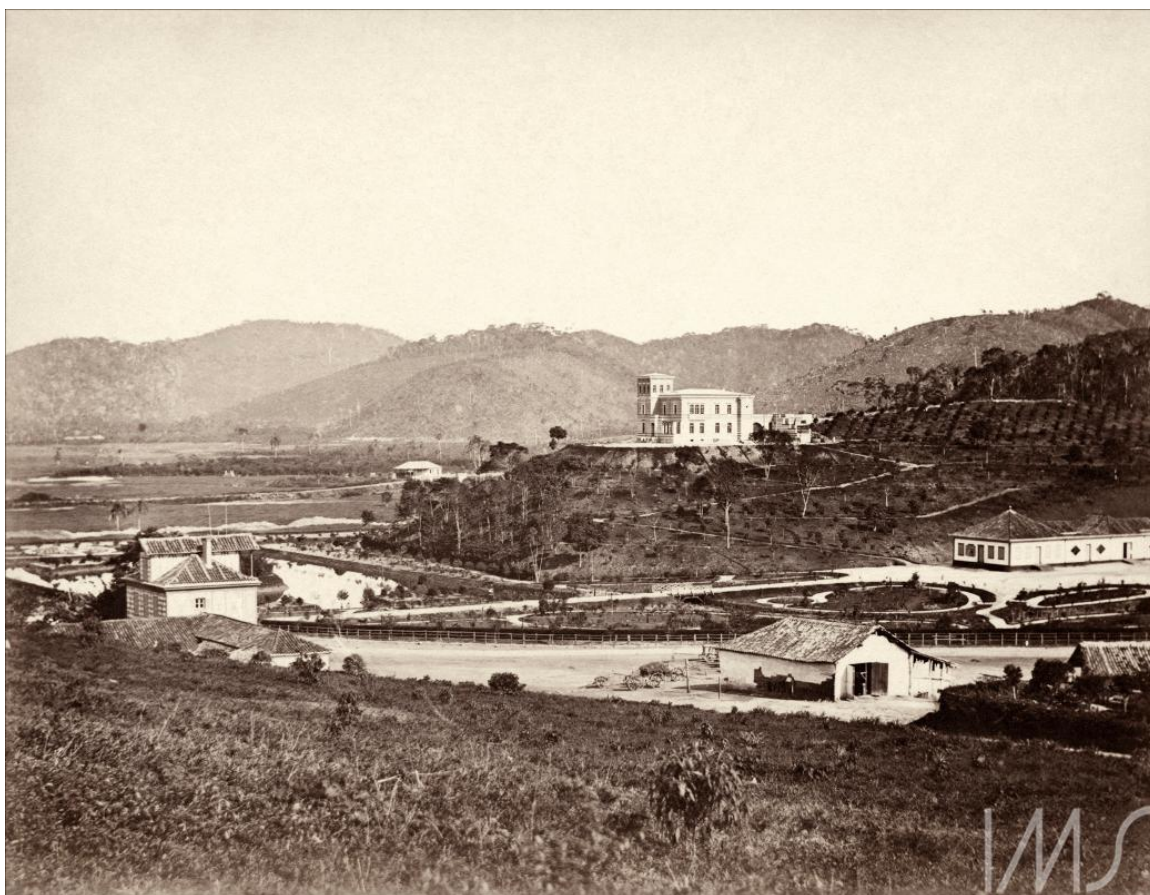
¹⁵⁰ É nesta rua que se localizava a fazenda do Juiz de Fora, que deu nome à cidade.

sentido. Imposição, pois, Mariano Procópio buscou por meio de vários mecanismos, a ocupação desta região, que era de sua propriedade. Por exemplo: (i) a partir do momento em que Mariano Procópio organiza os terrenos dessa região para receber os cerca de 2.000 colonos alemães que por aqui se instalou após a construção da estrada União e Indústria, e “[...] fundou então a Colônia Alemã de Dom Pedro II a partir do traçado de uma reta de aproximados dois quilômetros em local que ficaria conhecido como Vilagem, atual Rua Bernardo Mascarenhas no Bairro Fábrica” (CORDOVIL, 2013, p.113) (Anexos 1 e 2) e, posteriormente, (ii) busca valorizar suas terras instalando a estação da Estrada de Ferro D. Pedro II no terreno de sua propriedade, à revelia dos habitantes que moravam na cidade (BARBOSA, Y., 2013, p.46). Segundamente, pela existência de uma fazenda mais ou menos distante da cidade, que vinha apresentando um crescimento notável desde a construção de sua estação, em 1877 – Benfica¹⁵¹. Benfica apresentava-se a essa época como um dos principais produtores de alimento para a cidade de Juiz de Fora. Suas fazendas forneciam, além de grãos diversos, carne verde, leite e produtos derivados, principalmente a partir da década de 1890, com a instalação de um matadouro, investimento da Companhia Pastoril Mineira. Destacamos, ainda, a presença de instrumentos técnicos sofisticados, como gasômetro, aparelho para o fabrico de gelo (necessário para o transporte do leite), chocadeira artificial, máquina de bater manteiga (SILVA, 2015, p.39), enfim, elementos que revelam um intercâmbio de ideias e tecnologias que iam para além do urbano.

Neste sentido, mais ou menos entre esses dois pontos (a vila de Mariano Procópio e a fazenda de Benfica) – e por causa desses dois pontos –, se conformou esse braço alongado, destoante na mancha urbana, aquilo que chamamos hoje de Zona Norte.

¹⁵¹ Sobre Benfica, ainda, recomendamos fortemente a leitura do trabalho “Benfica: subúrbio ferroviário, industrial, militar e operário”, listado em nossa bibliografia.

Figura 29 – Cercanias de Mariano Procópio



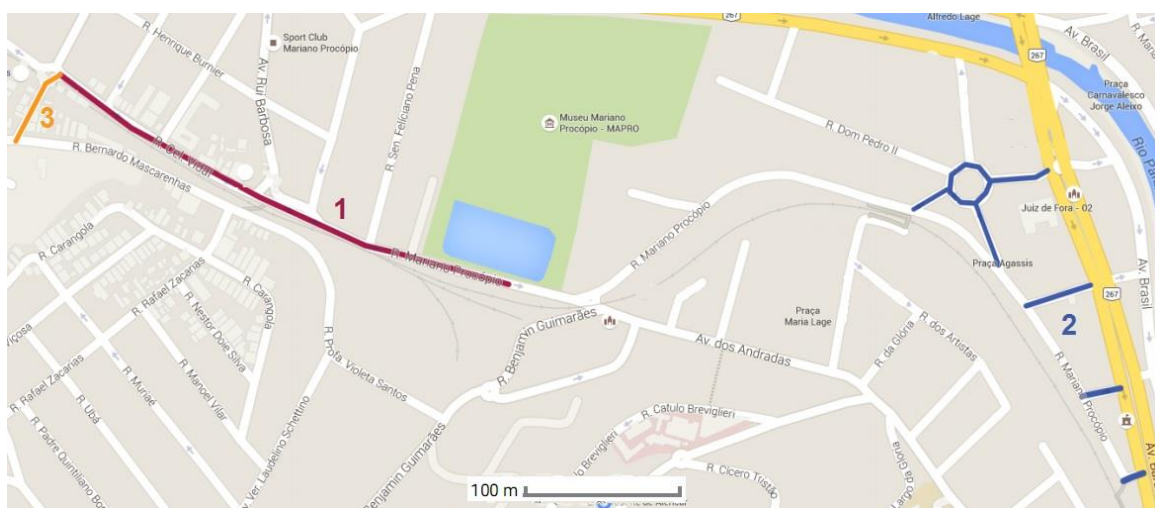
Fonte: Revert Klumb, 1861. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/2247>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

No período em questão, Francisco Bernardino autorizou o prolongamento da via que margeia a Estação de Mariano Procópio, rua Coronel Vidal, até a rua Bernardo Mascarenhas (AHCJF, Resolução nº157, 1893). A rua, segundo uma resolução que seria publicada mais adiante, seria prolongada desde seu cruzamento com a linha de bondes até o limite do perímetro da cidade; e teria, ainda, “a largura de 30m, a partir do eixo da linha da mesma Estrada de Ferro Central do Brazil para o lado do rio Parahybuna” (AHCJF, Resolução nº200, 1893). Observamos que a resolução deixa claro que esse era considerado o limite do perímetro urbano, até então – as cercanias da rua Bernardo Mascarenhas (Número 1, na Figura 30).

O prolongamento da rua Direita repercute nos espaços pelos quais agora abrange, e, como consequência, traz consigo novos arruamentos. Semelhante ao que propôs Manoel Honório em sua propriedade, no atual bairro Ladeira, o bairro da família Procópio também seria agraciado com a benesse de novos arruamentos

(embora não saibamos, como no caso de Manoel Honório, se tal iniciativa adveio da família ou do próprio poder público, apesar de ambas poderem estar – e muito provavelmente estavam – imbricadas, já que Alfredo Ferreira Lage, filho de Mariano Procópio, ocupava uma cadeira na câmara na ocasião). Ficava, então, “[...] aprovado o projecto de abertura de novas ruas no bairro de Mariano Procópio, em seguimento à rua Direita com a modificações exaradas na planta junta” (AHCJF, Resolução nº262, 1894). Não tivemos acesso a esta planta, contudo, pelo contexto, podemos entender tratar essas “novas ruas” daquelas que passam de forma perpendicular à extensão da rua Direita, ligando-a ao bairro de Manoel Honório, como a Marechal Setembrino de Carvalho, a Antônio Lagrota e a Agassis, conformando as imediações da atual Praça Agassis (Número 2, na Figura 30).

Figura 30 – Novas ruas no Mariano Procópio



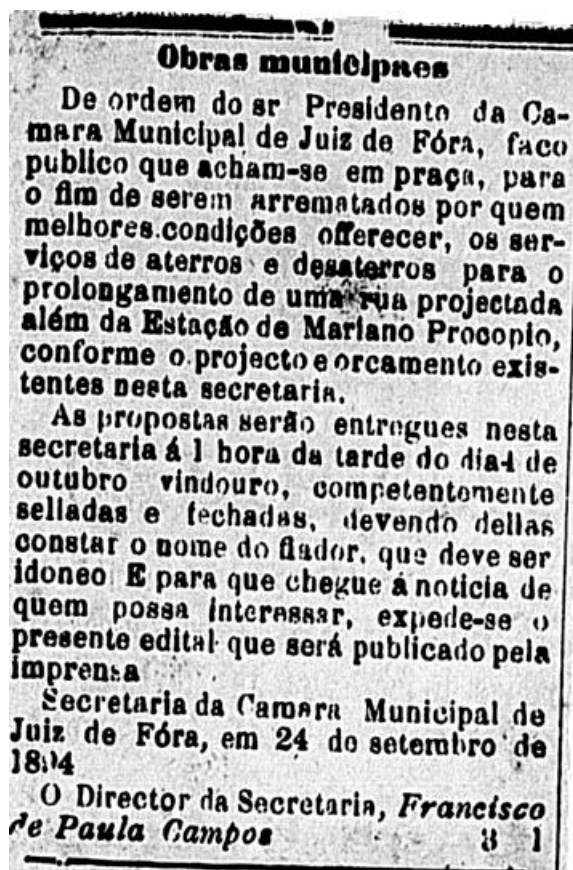
Fonte: adaptado de Google Maps, 2015.

A via de ligação entre as ruas Coronel Vidal e Bernardo Mascarenhas, conformando a rua Tereza Cristina (Número 3, na Figura 30), é apontada na resolução nº278, em agosto de 1894, onde se lê:

Art. 1º É aprovada a planta de uma rua entre a Avenida projectada em Mariano Procópio, ao lado da Estrada de Ferro Central, e a rua Bernardo Mascarenhas. Art.2º Fica decretada a desapropriação, por utilidade pública, dos terrenos de Jorge Becker e outro para a abertura da dita rua.

Um edital, ainda, parece dar conta dessa obra, na qual observamos a terceirização da mesma e a necessidade de obras específicas de aterro e desaterro:

Figura 31 – Edital para obra em Mariano Procópio



Fonte: O PHAROL, 25 set. 1894.

Doravante essa região ganha maior expressão, mediante as vias de ligação da mesma com a cidade em si (representada por meio da extensão da rua Direita), que, naquele período, parecia distante das pessoas que ocupavam esses arrabaldes.

No crepúsculo da administração de Francisco Bernardino, é iniciada a construção da alfândega de Juiz de Fora. Apesar da placa cravada em seu frontispício marcar o ano de 1893, o que observamos em nossa pesquisa é uma grande burocracia na execução da sua obra, que só seria concluída um tempo depois.

A necessidade de uma infraestrutura deste naipe vinha a reboque do discurso emancipatório que permeava fortemente aquele tempo, dada

reformulação das constituições federal e estadual. Neste sentido, o discurso em prol da construção da alfândega que se observa nos jornais da época ressalta a necessidade de uma “emancipação commercial do Estado”:

Mais tarde, quando a experiência vier a demonstrar os enormes resultados que vai tirar o nosso commercio de importação e exportação, libertando-o no de importação dos intermediários estrangeiros que prejudicam immensamente os nossos consumidores, de outro lado, no de exportação, libertando-o da grande escala de intermediários, como se dá com o comércio de café, quando os nossos productos podem ser directamente exportados para o estrangeiro [...]. Nestas condições, os nossos productos serão conhecidos na Europa como productos mineiros; o Estado de Minas tornar-se-ha cada vez mais conhecido como um Estado próspero, rico, laborioso, e por consequência, nas condições de muito aproveitar uma corrente imigratória¹⁵² que se estabeleça a nosso favor (O PHAROL, 29 maio 1892).

E continuava o Deputado Estadual Augusto Clementino:

[...] devemos tratar sinceramente da emancipação commercial do Estado como pela constituição federal já ficou estabelecida a emancipação política, que consigamos do congresso nacional o alfandegamento de Juiz de Fora, que me parece o lugar mais apropriado para a importação e exportação de mercadorias mineiras. Juiz de Fora é o verdadeiro portão de Minas, que hoje conta quatro estabelecimentos bancários, que possui um grande número de sociedade anonyms, com um capital superior a 14 mil contos; Juiz de Fora que se acha ligada a diversos centros commerciaes, que pela estrada de ferro central do Brazil, quer pela grande e vasta rede da Leopoldina, pela Sapucahy, Barra Mansa, Muzambinho, pela oeste de Minas, é o lugar mais apropriado para o entreposto commercial de exportação e importação de nossos productos (O PHAROL, 29 maio 1892).

Os anseios da municipalidade não se concretizaram de pronto e a realização do projeto teve de aguardar um grande processo burocrático passado pelo congresso e pelo senado. A comissão de orçamento do Congresso Nacional autorizou a criação das alfândegas (a da cidade de São Paulo estava na mesma pauta de discussão), “[...] abrindo o necessário crédito para occorrer às despesas de instalação e outras necessárias” (O PHAROL, 21 jul. 1892). Ao contrário, a Comissão de Finanças do Senado apresentou parecer oposto à criação das

¹⁵² Sobre propaganda imigratória empreendida pelo governo mineiro, consultar: SANTOS, H. M. G. *Você já foi a Minas? Não? Então vá – Notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar dos oitocentos*. Revista de Geografia, Juiz de Fora, v.1. 2015. Número Especial. ISSN 2236-837X.

mesmas, argumentando que tal empreendimento iria “[...] trazer maior complicação à crise atual do transporte, diminuindo ao mesmo tempo as garantias da arrecadação dos impostos aduaneiros, por facilitar o contrabando” (O PHAROL, 26 ago. 1892)

O projeto das alfândegas de Juiz de Fora e São Paulo foi aprovado somente em meados do ano seguinte, pelo Decreto Nº 149-A, de 20 de julho de 1893. Neste, ficou estabelecido, em decorrência da oposição por parte de representantes de outros estados, que caberia à esfera federal somente a manutenção do estabelecimento e o provimento dos empregados, sendo de responsabilidade dos respectivos estados a providencia de "um edifício com a capacidade, a mobilia, machinismos e os utensilios necessarios á installação do serviço aduaneiro".

Figura 32 – Vista panorâmica da alfândega de Juiz de Fora



Fonte: FAZOLATTO, 2007, p.45.

O estado de Minas Gerais despendeu a quantia de 500:000\$000 para as despesas da construção e designou para esta incumbência o engenheiro Francisco Bicalho. Os valores referentes à construção da alfândega foram, a despeito de alguns problemas burocráticos, paulatinamente sendo depositados no Banco do Crédito Real (O PHAROL, 9 dez. 1893).

O local ainda não estava definido, e houve quem ofertasse a doação de terrenos para a construção do referido prédio e para a habitação de seus funcionários na região próxima aos terrenos de Mariano Procópio (O PHAROL, 9 ago. 1893), mas como já abordamos, era de extremo interesse do poder público municipal a valorização da cidade, entendida aqui num sentido estrito, ou seja, aquilo que configura atualmente o bairro centro.

O Decreto Nº 1.748, de Julho de 1894, marcava provisoriamente

[...] o numero, classe e vencimentos dos empregados das Alfandegas das cidades de S. Paulo e Juiz de Fôra, nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes, e extingue a Delegacia Fiscal no Estado de S. Paulo [...].

Art. 1º Mandar pôr em execução as tabellas que com este baixam, do numero, classe e vencimentos dos empregados das referidas Alfandegas, as quaes deverão, provisoriamente, servir até ulterior deliberação do Congresso Nacional, a cuja apreciação e approvação serão opportunamente submettidas.

Tabela 15 – Pessoal empregado na alfândega de Juiz de Fora com verbas do Governo Federal

Pessoal	Empregos	Ordenado	Gratificação	Total de cada emprego	Total de cada classe
1	Inspector	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
2	Chefes de secção	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	12:000\$000
6	Conferentes	3:800\$000	1:800\$000	5:600\$000	33:600\$000
4	Primeiros escripturarios	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	19:200\$000
6	Segundos ditos	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	24:000\$000
6	Terceiros ditos	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	14:400\$000
8	Quartos ditos	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	16:000\$000
1	Thesoureiro	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Fieis	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
1	Porteiro	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
4	Continuos	800\$000	400\$000	1:200\$000	4:800\$000
1	Administrador das capatazias	3:600\$000	1:800\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Fieis de armazem	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	12:000\$000
1	Cartorario	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	2:000\$000
48					169:800\$000

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1748-3-julho-1894-523065-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

O que os jornais noticiavam no último mês do mandato de Bernardino, é a condução das obras por Bicalho, que, embora iniciadas, necessitavam de nova submissão à concorrência pública a fim de contratar uma empreitada para terminar os serviços de construção (O PHAROL, 15 dez. 1894). O funcionamento da alfândega concentrou ainda mais o capital da Zona da Mata mineira em Juiz de Fora, fazendo com que grande parte da mercadoria que entrasse e saísse do estado passasse pela cidade. Ademais, a instalação da alfândega naquele local (numa hipotética extensão da rua Santa Rita¹⁵³), viria a valorizar essa região que

¹⁵³ Se estendermos a referida rua através da atual Praça Antônio Carlos, ela intercepta a antiga alfândega, que hoje ocupa o cruzamento das ruas Dr. Paulo Frontin e a Travessa Dr. Prisco. Com

estava sendo incorporada ao centro da cidade a partir das obras de aterro. A região era desprestigiada por um meandro do rio Paraibuna recém-abandonado, em virtude das obras de retificação de seu curso, executadas para a construção da Estrada de Ferro, ainda na década de 1870. Conformando, assim, uma área constantemente alagada pelas cheias do rio, e, como se não bastasse, a presença da cadeia municipal e a parte baixa da rua Santa Rita, prenhe de cortiços “mal-habitados”, conferiam à região um ar de insalubridade que seria dissipado pela presença da alfândega e de seu aterramento correlato.

Figura 33 – Região da Alfândega¹⁵⁴



Disponível em: <<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com.br/2015/09/fabricas-eindustrias.html#!>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

isso queremos dizer que o prédio claramente não foi construído para se encaixar nessas ruas, ao contrário, as ruas foram construídas posteriormente, ignorando a existência da alfândega, de modo que ela fique “à deriva” no arruamento atual.

¹⁵⁴ Nesta foto, observamos em primeiro plano a cadeia municipal (prédio em formato de ferradura). Seguindo a rua, é possível notar o prédio da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas em processo de construção (repare que somente a metade esquerda está construída e há uma espécie de aglomeração, aparentemente levantando o muro para a construção do restante do prédio), em decorrência desta observação, acreditamos que a foto seja anterior a 1888, ano de inauguração da companhia. Por fim, é possível perceber também, nos fundos do referido prédio e de frente para a cadeia, a região pantanosa que mencionamos acima.

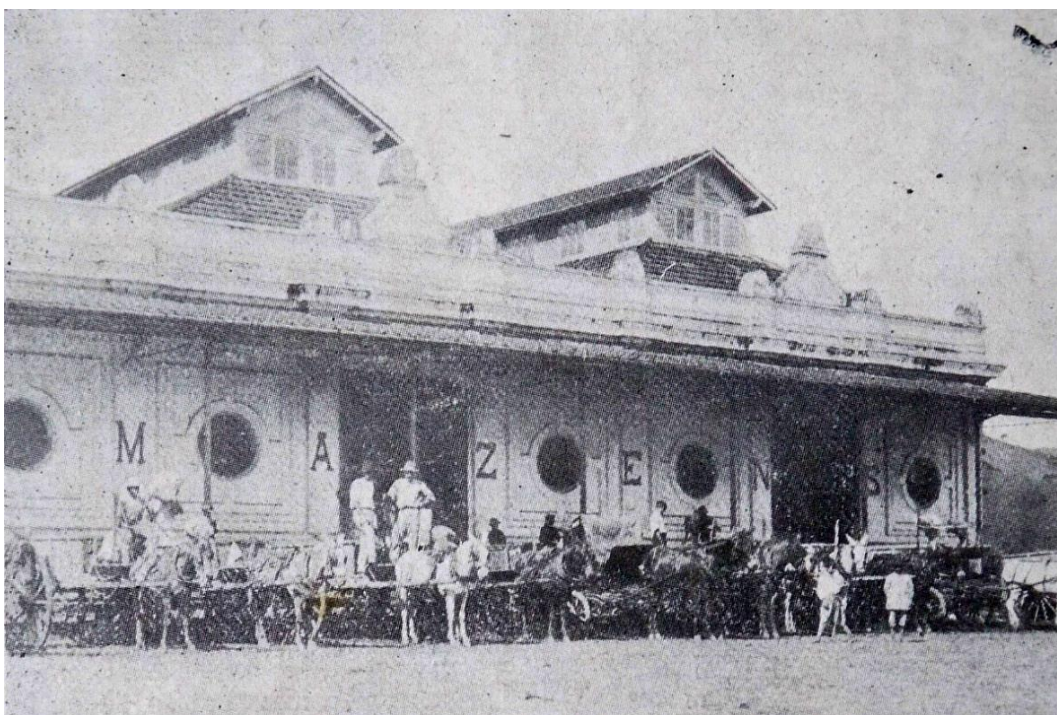
Figura 34 – Pântanos em frente a cadeia



Fonte: FAZOLATTO, 2007, p.85.

A união de fixos voltados para a circulação do capital, como as estradas de ferro, a alfândega, os bancos, o comércio e a indústria, transformaria a cidade no maior entreposto comercial do estado, conformando uma urdidura, cujo nó central – a hinterlândia – era Juiz de Fora.

Figura 35 – Vista detalhada da alfândega de Juiz de Fora



Disponível em: <<http://juizdeforasempre.comunidades.net/foto-album-1915>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

Como pudemos observar, o período pelo qual transcorre o mandato de Francisco Bernardino (1892 – 1894) foi marcado por uma profusão de obras – públicas e privadas – pela cidade. Tal fenômeno se justifica por meio da possibilidade de arrecadar verbas extraordinárias, a partir do processo de ampliação da autonomia municipal decorrente da Constituição republicana, e também da conformação das sociedades anônimas na conjuntura do Encilhamento, que permitiu a reunião e a inversão de capitais, muitas vezes rurais, em empreendimentos urbanos que propiciaram o crescimento de Juiz de Fora.

O volume de obras identificadas em nosso levantamento é tão grande que seria impossível uma apresentação de cada uma delas. Em virtude disso, elaboramos uma tabela (Anexo 3), onde descrevemos, ainda que de forma sucinta, estes empreendimentos.

III.3.3 – Rompendo a ruptura: as intrigas políticas de João Penido

Como já foi explanado, João Penido venceu as eleições mediante as intrigas políticas que permearam a execução do Plano Howyan e o consequente desgaste da imagem de Francisco Bernardino perante a opinião pública. Bombardeado, ao longo dos meses no *O Pharol*, por argumentos endossados por grandes figuras intelectuais e científicas da época, além de instituições de prestígio, como a SMCJF, sua vitória no pleito foi, ao longo da campanha, parecendo cada vez mais improvável. Por outro lado, João Nogueira Penido Filho, apresentava um fôlego renovado. Nascido em Juiz de Fora, aos 32 anos era médico e se sentia preparado para tomar posse não só da presidência da câmara, mas de todo legado construído por seu pai, fundador da SMCJF.

As trocas de acusações e insultos, contudo, transcenderam o pleito. Já em março de 1895 os envolvidos continuavam se digladiando sob a apreciação da opinião pública no jornal local:

O ex-Agente Executivo, dr. Francisco Bernardino Rodrigues da Silva, não tem o direito de discutir e muito menos insultar a um homem serio, enquanto não responder, justificando-se, aos seguintes provarás:

Que não esbanjou em três annos de administração mais de 2400 contos de réis;

Que não gastou pela verba “saneamento” de 1º de janeiro de 1894 a 7 de setembro, dia da eleição, 538:992\$622 rs;

Que a contar do dia da eleição, dia da vergonhosa derrota, até 31 de dezembro, *na terça parte do tempo*, não esbanjou propositalmente 583:000\$000; [...].

Que para diminuir o custo de certas obras feitas sem necessidade, e *sem autorização da respectiva câmara*, não distribuiu de má fé as verbas por diversas obras de modo a tornar impossível saber-se o custo real de cada uma, lançando, como fez por exemplo, os 6 bancos de pedra toscamente lavrada no Jardim Municipal pela quantia de 6.884\$630 rs;

Que para embaraçar propositalmente a administração nova não firmou no último dia de seu mandato, a 31 de dezembro, contractos que attingem a avultada somma, e um delles às 9 horas da noite com o cunhado de um vereador.

Que não supprimiu a verba *Obras Públicas* do orçamento de 1895, votado depois da derrota, no intuito perverso de impedir que a nova camara melhorasse as ruas da cidade que deixou em condições vergonhosas, sob pena de transgredir a lei do orçamento; [...].

Que não pagou a custa dos cofres municipaes folhetos e artigos contendo as diatribes que escreveu contra seus suppostos inimigos, e de exclusivo interesse particular;

Que não fez consultas capciosas e de má fé a médicos e engenheiros a propósito do malsinado açude, pagando os pareceres a 500\$000 quasi todos, e um delles a 2:000\$000;

Que não desapropriou, *ao expirar de seu mandato*, os terrenos da Companhia Constructora Mineira por mais de 123 contos de réis, quando podia te-lo feito por 100:000\$000; [...].

Que não empregou uma boa somma do empréstimo municipal, contrahido especialmente para prover a cidade de água e esgottos, em valorizar terrenos de dous companheiros de administração!

Enquanto não se justificar, o que jamais conseguirá, há de curvar-se ao peso das próprias culpas. [...] (O PHAROL, 14 mar. 1895).

As acusações apresentadas são muito sérias e de difícil apuração. O sexto ponto, contudo, parece proceder, já que as primeiras resoluções baixadas por Penido em seu mandato autorizavam-o a despender variadas quantias destinadas especificamente para as Obras Públicas. Além disso, o mapa demonstrativo de despesas da câmara, presente no AHCJF não traz valor algum para este item no ano de 1895, corroborando com a crítica feita por Penido:

Figura 36 – Mapa das despesas da Câmara

Verbores:	1893.	1894.	1895.
Despesas do Rio de Janeiro			
Subsidios ao agente executivo			
Commissões diversas	45.476.135	63.464.355	58.930.968
Despesas do município	168.755.272	161.430.760	163.000.000
Despesas muni.	44.975.723	53.000.000	

Fonte: AHCJF, Mappas de despesas da Câmara.

Autorizava-o também a despender mensalmente a quantia de 20:000\$000 para a execução dos projetos de esgoto e abastecimento de água para a cidade, cuja despesa correrá “por conta do empréstimo municipal, podendo o agente executivo fazer, para o fim indicado, as necessárias operações de crédito” (AHCJF (Resolução nº328, 1895). Administrar o município a partir da promulgação de resoluções parece ter sido a solução encontrada por João Penido para se esquivar desse golpe desferido por Bernardino e ainda cumprir aquilo que era o carro-chefe de qualquer governo: as obras públicas.

Para dar prosseguimento a essas últimas, Penido encomendou um novo plano, pois, em decorrência da querela, o agente executivo estava imbuído do dever moral de, não somente descontinuar as políticas públicas elaboradas por Bernardino, como de fazer um trabalho essencialmente distinto daquele que o

mesmo vinha desenvolvendo; abortando, por conseguinte, os planos elaborados por Gregório Howyan.

Foi formulado, então, o “plano de abastecimento de água da cidade de Juiz de Fora” (Resolução nº326), e o “projecto substitutivo da rêde de esgotos da cidade” (Resolução nº327). Tais projetos ficavam sob o encargo do novo Diretor de Obras Municipais, que a ironia do destino quis que fosse o Dr. Francisco de Paulo Bicalho¹⁵⁵, justamente ele, que ratificara o equívoco aritmético cometido na elaboração do plano de Howyan. O projeto de Bicalho contava com “[...] as modificações parciaes que se tornassem necessárias para sua realização, aproveitando-se, tanto quanto possível for, as obras que se acham feitas” – aproveitando-se, portanto, de parte daquilo que foi construído por Howyan e Bernardino.

As ações do plano desenvolvido por Francisco Bicalho se concentravam, portanto, em dois pontos: primeiro na captação de mananciais com o intuito de aumentar o abastecimento doméstico, e, segundo, na extensão das galerias de esgoto para as residências particulares, aumentando assim, de forma significativa, as receitas do município, como revela a tabela a seguir:

¹⁵⁵ Futuramente iria participar do planejamento e construção da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, e do projeto de reforma da cidade do Rio de Janeiro, operada pelo prefeito Pereira Passos nos primeiros anos do século XX.

Tabela 16 – Evolução da arrecadação dos Impostos Municipais (1893 – 1900)

Ano	Imposto de Transmissão de propriedades	Imposto Predial	Impostos sobre Indústrias & Profissões	Taxa de Penas d'água	Taxa de Esgoto
1893	285:441\$551	30:995\$050	89:471\$510	8:580\$000	-
1894	272:186\$738	34:202\$655	106:942\$000	9:848\$000	-
1895	216:191\$747	47:693\$480	136:473\$650	10:965\$000	-
1896	189:768\$010	53:090\$230	179:782\$800	21:160\$500	-
1897	159:241\$130	51:698\$070	168:300\$000	34:262\$500	19:488\$000
1898	140:781\$336	50:180\$990	145:480\$500	68:440\$500	24:984\$000
1899	108:980\$191	46:263\$712	139:902\$800	63:574\$250	24:552\$000
1900	97:608\$962	51:065\$118	121:918\$550	57:013\$500	25:608\$000

Fonte: AHCJF – Mappa de despesas da Câmara Municipal.

Essa tabela reforça os dados levantados por Miranda (1990) e comprovam o processo de mercantilização dos serviços públicos em Juiz de Fora e uma valorização do solo urbano, dada a ampliação infraestrutural pela qual este passou. Segundo a autora (1990, p.187), “na época, menos da sexta parte das residências da cidade eram abastecidas por tal sistema canalizado [de água], obviamente concentrado nas ruas centrais da cidade, onde residia a população mais rica”. As galerias de esgoto passaram pelo mesmo processo, “cumprindo a função importante no sentido de ampliar a demanda e o pagamento desse tipo de serviço” (1990, p.187).

Em seu relatório, Penido afirma ter construído 20.873 metros de galeria subterrâneas de esgoto, em oposição aos 3.120 pré-existentes, construídos por Bernardino (MIRANDA, 1990, p.187). Tal feito inaugurou uma nova fonte de renda para a cidade, a “taxa de esgoto”, que, como observamos na tabela acima, passa a vigorar a partir do ano de 1897. Suas condições são definidas na resolução nº364, de 1896, “que regula o uso do serviço de esgotos para todo o imóvel que se achar compreendido no perímetro dos trabalhos do saneamento” (AHCJF, Resoluções,

1896). Nesta resolução, além de detalhar pormenorizadamente todos os aspectos técnicos do serviço de coleta de esgoto, promulga também o valor da taxa anual comum a todas as residências: 24\$000. O que nos leva a concluir, de acordo com a tabela, que em seu primeiro ano, 1897, 812 residências eram atendidas por tal serviço – número que, de maneira geral, elevou-se nos anos subsequentes.

No que diz respeito a “taxa de penas d’água”, a despeito do que afirma Miranda (1990, p.188), os valores cobrados eram diferenciados, não espacialmente, mas em função do valor locativo do imóvel. Assim, os imóveis cujo valor locatício anual for menor que 100\$000, o suprimento de água seria de 600 litros por dia, distribuído gratuitamente. Os imóveis cujo o valor locatício se fixasse entre 100\$000 e 300\$000, teriam um suprimento diário de 1.200 litros d’água, porém, seria cobrado o valor anual de 30\$000. Por último, os imóveis cujo valor locatício anual fosse superior à 300\$000, teria uma taxa de 50\$000 pelo mesmo abastecimento d’água (AHCJF, Resolução nº363, 1896).

A extensão da oferta de serviços básicos na cidade foi, portanto, um fator importantíssimo para a ampliação da arrecadação ordinária de Juiz de Fora e um diferencial na administração de João Penido. Importância essa reiterada quando observamos um decréscimo significativo daquela que era a principal fonte de impostos, a transmissão de propriedades. Essa redução pode indicar certo desaquecimento do mercado imobiliário em função da estabilização do cenário político-econômico pós-abolição, ou mesmo de mudanças legislativas que necessitariam de uma análise pregressa das taxas arrecadas pela municipalidade¹⁵⁶.

O caso é que a sanha por verbas permanecia latente na administração em questão e o aumento da arrecadação ordinária, somente, não era suficiente para sanar a demanda. Como mencionado, ainda em seu primeiro ano, privado de verba específica para as “Obras Públicas”, baixou três resoluções (nº 325, nº348 e nº362) nas quais despendia mais 260:000\$000 para este fim. Era necessário dar uma resposta concreta à sociedade que o elegeu, neste sentido, Penido providencia

¹⁵⁶ Miranda irá demonstrar que o mercado imobiliário de Juiz de Fora irá nascer no final do século XIX, contudo, apresentará um aspecto tímido até a segunda década do século XX (precisamente, 1916), quando tomará, doravante, maior corpo (1990, p. 212 et seq.).

estes recursos para executar seus projetos infraestruturais que o distinguiam de seu predecessor.

Além disso, a despeito do artigo nº79 da Constituição do estado, que previa o impedimento na contração de novos empréstimos para aqueles municípios que já possuísse mais de um quarto de suas rendas consumidas pelo pagamento do mesmo, o agente executivo de Juiz de Fora promulga a Resolução nº345, que previa a contração de um

[...] empréstimo, interno ou externo, para resgatar os empréstimos existentes da Câmara Municipal de Juiz de Fora, e bem assim para realizar melhoramentos urgentes no município, fazendo para isso as operações de crédito que forem oportunas e convenientes (AHCJF, Resoluções, 1895).

Tal empréstimo não poderia exceder a quantia de 4.000:000\$000¹⁵⁷, quando interno, ou £250.000, quando externo. Neste momento, cerca de 28% da arrecadação municipal já estava comprometida com o pagamento da dívida precedente, revelando certo descompromisso com a administração pública à longo prazo – uma tônica da política brasileira –, já que tais compromissos corroíam fortemente as possibilidades do município se desenvolver as suas próprias custas.

Esse empréstimo não parece ter se realizado imediatamente, em primeiro lugar, por que é extremamente minguaado o número de obras elencadas nas resoluções oficiais e também nos editais do jornal local. Em segundo, por que só observamos esse assunto novamente em 1897, já no último ano de sua gestão: a resolução nº394 autorizava o agente executivo a lançar um empréstimo de 1.400:000\$000 garantido pelo governo de Minas Gerais – um empréstimo estadual, portanto. Seu destino seria as obras de saneamento, em eterno andamento no município.

Alguns meses depois esta resolução seria revogada, dando lugar à outra com um valor mais modesto, de 605:000\$000. A garantia para o pagamento do empréstimo estadual foi conferida pelo município pelas rendas arrecadadas das taxas de penas d'água e do serviço de esgoto, o que, no final das contas, subtraía

¹⁵⁷ A título de comparação, o empréstimo mais oneroso que a Câmara Municipal contraiu até esse momento, havia sido o da gestão anterior, de Francisco Bernardino, em 1893. Sob o pretexto de executar os planos desenvolvidos por Howyan, pôs no mercado títulos da dívida pública municipal que somavam 2.000:000\$000, metade do valor deste que João Penido almejava.

mais um ativo do município e tornava inútil, em médio prazo, todo o esforço empregado no sentido de alavancar a arrecadação ordinária da câmara.

Penido já vinha tentando de longa data um empréstimo com o governo estadual, como revela uma de suas correspondências com o governador Bias Fortes:

[...] De acordo com o orçamento feito na ocasião, estava convencido o Presidente da Câmara Municipal da suficiência desta quantia, despendida com critério e conveniente escrupulo, para a conclusão das obras de abastecimento de água potável e construção de galerias de esgotos, reputadas pelos competentes como indispensáveis e imprescindíveis para a salubridade de Juiz de Fora. Falhou infelizmente a minha previsão orçamentária, [...]. Nesta época, porém, de vicissitudes e instabilidades, de densas e cruéis provações para nossa pátria, em que tudo falha e os cálculos das sumidades financeiras esvaem-se como tênues bolhas de sabão, *como estranhar que o profissional consciencioso, tendo formulado o preço do material a câmbio de 9, visse depois a mesma mercadoria introduzida no país a câmbio de 7 7/8*, sobrecarregado em demasia seu imposto. [...] Em virtude do art.37, §8º, 1ª parte da Lei n.2 de 14/09/1891, não é facultativo à Câmara Municipal, não obstante dispor de crédito, dele a utilizar, por comprometida com os encargos dos empréstimos existentes a quarta parte da verba ordinária. [...] A Constituição Mineira, porém, em sua sabedoria, acode em auxílio dele, e pelo art. 12 habilita o Governo do Estado a vir de encontro às necessidades prementes das localidades em caso de calamidade pública. O momento é favorável, e concita a manifestação solene e prática da prerrogativa sublime concedida ao Chefe do Governo afim de que venha em socorro da primeira cidade de Minas, cujo descrédito acarretará para o Estado prejuízos incalculáveis [...]. Para conclusão completa das obras de saneamento são necessários mais do que 500:000\$000, quantia cujo adiantamento não deve pesar no ânimo do governo patriótico de V.Exa., por ser mínima em relação à soma fabulosa de benefícios que vai de futuro produzir (BARROSO, 2008, anexo 7, grifo nosso).

Neste momento percebemos nítidamente o processo multiescalar do sistema-mundo capitalista. Como observamos na parte final do capítulo II.2 e no capítulo III.1, a emissão desenfreada de meio circulante durante a política econômica do Encilhamento conduziu o mil-réis a uma aguda desvalorização frente às moedas estrangeiras, sobretudo o franco e a libra. Com a balança comercial extremamente descompensada, a importação de materiais de construção foi ficando cada vez mais dificultada a ponto de inviabilizar as pretendidas obras de abastecimento d'água e coleta de esgoto em Juiz de Fora de João Penido.

Além disso, observamos que, cerca de um ano antes, o estado de Minas Gerais contraía um empréstimo no valor de 68.800:000\$000 (Tabela 03) com o *Banque de Paris et des Pays Bas*, situado na França (MAIA; SARAIVA, 2012,

p.114). Como explanamos anteriormente também, este período foi marcado pelo desenvolvimento da paradiplomacia financeira, expressa na

iniciativa própria e autônoma de um governo subnacional no sentido de negociar diretamente a captação de créditos de médio e longo prazo ofertados por fontes internacionais e/ou estrangeiras com vistas a complementar suas necessidades de financiamento (MAIA; SARAIVA, 2012, p.108).

Observamos, portanto, que a adesão do Brasil ao modelo Federalista a partir da Proclamação da República (concedente de autonomia fiscal e administrativa para os estados recém-criados), propiciou um maior fluxo financeiro interestelar: do grande capital mundial ao capital local. Por esta via, fica mais patente o abundante fluxo de capital estrangeiro que escorria da Europa para, não somente para o Estado brasileiro, mas também, seus entes federados, numa tentativa de reduzir a liquidez presente no Velho Continente e, concomitantemente, auferir altos lucros provenientes dos juros e dos investimentos em infraestruturas. Com isso queremos dizer que, embora não consigamos rastrear a origem precisa desse capital emprestado pelo estado de Minas Gerais para Juiz de Fora, é presumível a presença de uma relação financeira que imbrica variadas escalas. Tal relação inicia-se na exportação do excesso de capital presente na Europa para as bordas do globo, sendo o Brasil e o estado de Minas Gerais um desses representantes, e se realiza, por fim, na aplicação prática deste capital em investimentos de infraestrutura urbana e de transporte.

Além do empréstimo contraído com o estado de Minas Gerais, João Penido baixou ainda um decreto para emissão de novas letras da Câmara a fim de adiantar até 25% das receitas do ano seguinte. Torna-se impreciso identificar as razões deste ato, já que o mesmo se deu nos últimos dias de seu mandato, num momento em que já as eleições já haviam se decidido em prol da chapa organizada pelo seu partido, o PR, tendo como representante o também médico Ambrósio Vieira. Neste sentido, acreditamos que tal resolução tenha sido baixada mais em função de um adiantamento da verba para a gestão posterior do que para fins práticos, já que não havia mais tempo para nenhuma execução.

Por fim, essa verba arrecadada haveria de ter algum propósito concreto. Destarte, para além das realizações na área do saneamento básico e do

abastecimento d'água da cidade, observamos, por meio das resoluções do período, algumas obras relevantes que, apesar de menos significativas que as do mandato Bernardino, contribuíram para os melhoramentos urbanos.

A distância entre as duas margens do Paraibuna se estreitava cada vez mais, integrando fortemente a cidade. O bairro Botanágua (Anexo 2), apesar de resistir a uma ocupação mais maciça em função de seu acidentado relevo, era um dos eixos de crescimento da cidade. Exemplo disso é o alinhamento promovido nas ruas abertas nesse bairro, nas imediações da atual Avenida Sete (AHCJF, Resolução nº396, 1897) e o empreendimento conjunto da municipalidade e outras duas sociedades anônimas: a Companhia Construtora Mineira e a Companhia Agrícola de Juiz de Fora (Resolução nº342). Nela, o município aceitava o título de cessão de um terreno concedido pelas referidas sociedades anônimas, além da contribuição de 3:000\$000 para que ali fosse construída a continuação da rua “Silva Jardim”¹⁵⁸, em prolongamento desde a linha férrea Central do Brasil até a ponte que deve ser construída desde o rio Parahybuna, em frente a mesma rua” (AHCJF, Resoluções, 1895), interligando a cidade com a margem oposta do rio. A rua foi construída, sua ponte, porém, até onde nossa investigação permitiu apurar, nunca foi concretizada – acima de tudo porque a própria resolução continha uma ressalva que afirmava que a obra seria concretizada “dentro das forças da verba respectiva, logo que o permitirem os recursos do cofre municipal” (AHCJF, Resoluções, 1895). E, como podemos perceber pela Tabela 10, alijado de grandes verbas extraordinárias, a gestão de João Penido fechou todos seus anos fiscais em débito – um sinal de que aquelas obras que iam um pouco além do abastecimento e do saneamento encontravam dificuldades para execução.

A reforma do Jardim Municipal¹⁵⁹ foi outra dessas exceções. Talvez sem muito recurso para investir nos arrabaldes da cidade, a reforma de uma estrutura centralizada, que ficava sob os olhos da população, conferisse à imagem de Penido a impressão de uma gestão operosa. Isso porque investimentos em infraestrutura, sobretudo aqueles que ficam alguns bons metros abaixo da terra, não costumam dar notoriedade para político algum. Ficou, então, autorizado a promover o “melhoramento e embelezamento do Jardim Municipal” (Resolução nº366 e

¹⁵⁸ Sua extensão atualmente é denominada rua Deputado Oliveira Souza.

¹⁵⁹ Atual Parque Halfeld.

Resolução nº379), onde serão permitidos “os jogos não proibidos pelas leis do paiz, taes como voltarete, jogo da bola e diversões semelhantes, corridas a pé e a velocípede, café cantante, esgrima, tiro ao alvo e exercícios úteis” (AHCJF, Resoluções, 1896).

Figura 37 – Jardim Municipal



Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29998>. Acesso em: 07 jan. 2016.

Poucas obras além das supracitadas foram identificadas nas fontes que consultamos sobre este período. O que percebemos é que a situação econômica estava sensivelmente diferente daquela encontrada por Bernardino em sua gestão. A elevada parte do orçamento comprometida com o pagamento dos títulos da dívida pública (165:000\$000 nos três anos), a renda pífia reservada para as obras públicas (nenhuma em 1895, 40:000\$000 em 1896, e 17:000\$000 em 1897, como revelam os orçamentos presentes nos livros de resoluções), além da impossibilidade de levantar vultosos empréstimos, como outrora, colaboraram para que o dinamismo econômico e produtivo sofresse certa desaceleração.

Prova disso foram as sociedades anônimas recém-fundadas que liquidaram nesses três anos, como a Cia. Pastoril Mineira, a Cia. Organização Agrícola Mineira, a Cia Agrícola de Juiz de Fora e a Cia. Mecânica Mineira, em 1896, e a Cia. De Ferro Carril Bonds de Juiz de Fora e a Cia. Industrial de Juiz de Fora, no ano seguinte (CROCE, 2006, pp.37-38). Um fato que pode explicar essa queda no rendimento das sociedades anônimas nesse período é a crise dos preços do café, iniciada em 1896 – não por acaso, metade das sociedades que foram à bancarrota estavam intimamente associadas à produção da rubiácea.

O grande processo de expansão pelo qual passou a economia brasileira nos primeiros anos da política do Encilhamento estabeleceu o poderio dos produtores de café.

Em uma época em que a intervenção governamental no mercado não era necessária, a política monetária e seus reflexos cambiais dos primeiros governos republicanos representaram, em curto prazo, um poderoso incentivo ao avanço da cafeicultura [...]. Estimulados pela onda de investimentos externos nos anos que se seguiram a 1885 [...], e pelo dinheiro barato do governo republicano provisório, os novos plantios em São Paulo dobraram os cafezais do Brasil (FILOMENO, 2010, pp.159-160).

Como não poderia deixar de ser, o corolário desta conjuntura foi um processo de superprodução de café e consequente desvalorização do seu preço (DESTRO, 2006). A cidade de Juiz de Fora sofreu consideravelmente o impacto dessa crise pelo fato de ter sua base econômica estribada na produção do grão e de seus setores secundários serem indiretamente dependentes dessa capital. Deste ponto, e até o final daquilo que denominamos aqui de Conjuntura do Encilhamento, a cidade sofrerá com certa retração nos investimentos (CROCE, 2008), devido ao clima de instabilidade e incerteza que se instaurou. De acordo com Pires, o ocaso dessas sociedades anônimas

[...] se liga diretamente às conjunturas recessivas que tiveram que enfrentar e que efetivamente inviabilizaram sua continuidade por tudo que representaram (extremas flutuações cambiais, inflação, diminuição da demanda de produtos, retração de capitais, elevação de juros, deflação etc.), agravadas que foram pelo fato de serem ainda indústrias novas, com necessidade de consolidação de mercados, ampliação e aperfeiçoamento da produção, precisão de financiamento de curto e longo prazo etc (2009, p.315).

É neste contexto que relatamos uma total falta de operações por parte da Companhia Construtora Mineira neste período. Apesar de persistir nesse início da crise, não notamos suas obras pela cidade nos registros pesquisados, mormente nos jornais locais. As notícias que temos das operações desta companhia centram-se em anúncios publicitários no *O Pharol*. Nesses, eram oferecidos produtos para a construção civil comercializados pela companhia, como tijolos, telhas e manilhas; também, serviços como o de serraria a vapor, o preparo de assoalhos, e trabalhos com o torno; e até mesmo serviços mais complexos, como a encomenda de construções, produzindo, inclusive, a planta necessária para a mesma.

Figura 38 – Anúncio da Companhia Construtora Mineira

Companhia Construtora Mineira
Aos srs. proprietários, constructores e mestres de obras
 Esta companhia tem em depósito todos os productos da Companhia Industrial Cerâmica de Brás de Pina vendendo-os pelo preço da Fábrica.
 Convida-se aos srs. PROPRIETÁRIOS, CONSTRUTORES, EMPRESÁRIOS E MESTRES DE OBRAS a virem ao escriptorio, onde encontrarão amostras de tijolos, telhas e manilhas de todos os tamanhos, por preços bem baixos. Cont.

COMPANHIA Construtora Mineira
 Tem sempre em depósito materiais de construção, de primeira qualidade; com serraria a vapor e todas as machinas para preparo de soalhos, forros, cimalhas, esquadrias, lambequins, frontões para chalets, trabalhos de torno, etc.
 Encarrega-se da construção de quaisquer obras por empreitada ou administração, tanto nesta cidade, como fóra, incumbindo-se de levantar e fornecer as plantas mediante ajuste.
 Concertos e assentamentos de machinas para café
PREÇOS MODICOS
Rua Roberto de Barros 23
JUIZ DE FORA

Fonte: O PHAROL, 17 de setembro de 1895; O PHAROL, 7 de abril de 1897.

Sob nossa ótica, se comparado com a gestão que o precede, João Penido não alcançou o mesmo desempenho no que tange ao processo de desenvolvimento urbano. Como mencionamos, sua administração passou por alguns problemas de ordem econômica, como a dificuldade com as verbas para as obras públicas e para angariar um novo empréstimo; problemas esses que Bernardino (de modo proposital ou não) legou para a cidade.

Outrossim, à nível nacional a economia sofria vários tropeços: os efeitos da política do Encilhamento começavam a se agravar, atingindo os setores produtivos. A crise dos preços atingiu a economia juiz-forana diretamente, causando retração nos investimentos e uma readaptação do seu setor produtivo, passando a uma diversificação de sua produção primária, com forte tendência de crescimento da

pecuária (DESTRO, 2006). Muitas sociedades anônimas não conseguiram sobreviver a esse processo, outras perderam a iniciativa que exibiam nos primeiros anos da década. O fato é que houve um decréscimo da atividade econômica em consequência da crise nacional que se instalara.

Ao seu alcance, Penido providenciou o processo de saneamento da cidade, primando pelo abastecimento d'água e pela rede de esgotos, em contrapartida, as contas da câmara fecharam no vermelho nos três anos de sua gestão, deixando para seu sucessor um déficit superior a 100:000\$000 (Tabela 10).

III.3.4 – O Encilhamento cobra a conta: a inércia de Ambrósio Vieira Braga

Depois de duas administrações dinâmicas, como as que a precederam, a do dr. Ambrósio Vieira Braga, eleito para o triênio 1898 – 1900, não podia deixar de ser o que foi – de absoluta economia, destinada a restaurar as finanças municipais, tão profundamente abaladas pelos grandes empreendimentos a que nos referimos e por outros gastos em obras inadiáveis, a que fazem referências os relatórios anuais daqueles dois chefes do Executivo Municipal (OLIVEIRA, 1966, p.157).

É com essa observação que Paulino de Oliveira inicia o subcapítulo destinado a narrar a presidência de Ambrósio Vieira Braga na Câmara de Juiz de Fora. As eleições de 1897 não tiveram a mesma emoção observada na anterior. Os políticos locais debatiam com mais frequência questões externas, estaduais ou nacionais, minorando a importância das eleições municipais (BARBOSA, 2013, p.121). Além disso, os candidatos perceberam os riscos de trocarem acusações pessoais, tendo em vista o desprestígio que tal ação poderia trazer ao próprio delator, decidindo por um “esforço das partes em se distinguir, defendendo uma visão comum quanto à forma como administrar o município”, realizando uma espécie de “distinção sem discórdia” (BARBOSA, 2013, p.122).

Portanto, a estratégia da oposição se fixava em denunciar as mazelas da gestão municipal munido de um caráter impessoal, sem focar na figura pública de João Penido, por exemplo. Nesse sentido, dizia *O Pharol* – periódico que, segundo Barbosa (2013, p.121), funcionava como um órgão de propaganda política para a facção de Bernardino:

[...] no exercício corrente de 1897, a receita arrecadada foi de 310.259,084 e a despesa efetuada eleva-se a 408.634,301, apresentando o semestre do orçamento ordinário um déficit maior de 100.000,000, que foi liquidado pela dívida em conta corrente. [...]. É o caso de consultar-se agora o município se está satisfeito com este estado financeiro, e se as enormes despesas realizadas estão representadas por benefícios correspondentes. Se o município está satisfeito, deve votar em cidadãos, que continuem as normas atuais da administração. Se, porém, o município não está satisfeito, terá de pronunciar-se na eleição de modo que se modifiquem profundamente os processos administrativos, que estão prevalecendo [...] (O PHAROL, 7 ago. 1897).

Não haveria como ser diferente também, pois, ao contrário de Bernardino nas eleições anteriores, Penido não buscou sua reeleição, tendo seu partido indicado o, também médico, Ambrósio Viera que, timidamente, acatou a decisão do PR, a despeito de sua própria crença em sua habilidade política¹⁶⁰. Os argumentos levantados por Bernardino no jornal aparentemente não surtiram os efeitos desejados, já que o candidato do PR venceu as eleições. E como que reproduzindo aquela insegurança demonstrada ainda no período das eleições, Vieira Braga conduziu uma administração discreta, focada simplesmente na reprodução da câmara – sem extravagâncias.

Não era para menos também, além da situação de débito deixada pelo seu antecessor na câmara municipal, Vieira Braga teve ainda que lidar com a caótica situação vivida pelo país, uma vez deflagrada a crise dos preços. É neste momento que o Brasil vai se sujeitar de forma mais acentuada aos ditames das grandes casas financeiras:

neste momento, a finança internacional consolidou suas posições, fortes e sólidas, no terreno da maior riqueza do país: o comércio do café – o qual passou daí por diante a ser estreitamente controlado em função dos seus interesses [...]. O aumento da produção foi aproveitado para forçar a baixa do preço do produto, que declinou daí por diante em até 50%; contudo, com o controle do comércio e da exportação, impediu-se que os excessos chegassem até os mercados consumidores, onde o preço se manteve sem modificação. Os intermediários, que em última instância eram agentes diretos ou indiretos da finança internacional, ganharam assim grossas diferenças (FILOMENO, 2010, p.160).

¹⁶⁰ Em seu trabalho, Barbosa (2013, p.124) revela certa insegurança do médico ao aceitar sua nomeação para candidato à presidência da Câmara.

Tais dificuldades, como explicado no início desse capítulo, levaram o país a declarar moratória de sua dívida em 1898 e a por em ação um plano de refinanciamento da dívida externa, que ficou conhecido como *funding loan* – “os termos do acordo eram re-financiar o serviço da dívida pública externa e algumas garantias de juros, em troca de medidas de saneamento fiscal e monetário” (FILOMENO, 2010, p.162).

Neste sentido, Viera Braga buscou – e com sucesso – “pôr a casa em ordem” em seu primeiro ano de gestão, liquidando o *déficit* que a câmara apresentava. A comissão nomeada para examinar e emitir um parecer sobre as contas de 1898, narra Oliveira (1966, p.158), as aprova e salienta: “que seja louvado o digno agente executivo pela maneira econômica com que administrou o Município no ano findo”, e acrescenta o autor, “ainda assim, pôde essa administração dar prosseguimento às obras iniciadas, concluindo algumas delas, e dar começo a outras, de pequeno vulto, sem sacrificar os orçamentos anuais” (OLIVEIRA, 1966, p.158).

Neste momento, a opulência vivida no início da conjuntura do Encilhamento era apenas uma lembrança distante. A nova realidade econômica do país suplantava todo o otimismo oriundo de uma *Belle Époque* e a única solução ao alcance das mãos era uma readaptação aos novos tempos. Viera Braga focou, então, todos seus esforços nas obras essenciais:

a verba votada para as obras, no corrente exercício, será aplicada essencialmente em serviço de saneamento, reparos dos serviços existentes, calçamento de ruas, concertos de estradas, pontes, preferidas aquellas para cuja construção concorrerem os mais interessados com auxílios valiosos (Resolução nº450, 14 jan. 1899).

Figura 39 – Obras de calçamento am andamento na rua Direita



Fonte: FAZOLATTO, 2007, p.91.

Minguada a receita em virtude dos quase 40% da verba destinada ao pagamento de ativos municipais, Vieira Braga publicou a Resolução nº452, que visava granjear recursos para a execução das obras de saneamento:

Art. 1 – Ficam elevados os actuaes impostos e taxas municipaes em 20% para o districto da cidade.

Paragpho único. Esta elevação de impostos será provisória, durará apenas por três annos e será destinada exclusivamente às obras do saneamento.

Art. 2 – Fica o agente executivo autorizado a recorrer aos meios constantes dos parágrafos seguintes, para habilitar-se a executar as obras de mais urgenrte necessidade para saneamento desta cidade, a saber:

[...]

§3: Recorrer ao congresso do estado, pedindo-lhe que vote um auxílio de 100:000\$ a 200:000\$ para as referidas obras;

§4: Reduzir 10% nos vencimentos dos empregados municipaes, durante três annos, a título de empréstimo, que será resgatado findo os trabalhos de saneamento;

§5: Entender-se com os maiores possuidores de apólices do empréstimo municipal sobre a suspensão da amortização das mesmas apólices por três annos, e bem assim para que consintam em receber somente 5% dos juros, durante três annos, ficando os 2%, que integram o juro anual, considerados como novo empréstimo, que será resgatado quando se terminarem as obras de saneamento.

Art. 3 – Serão suspensas todas as obras municipaes que não forem de carater urgente, para só se cuidar nas obras do saneamento, revertendo

para as mesmas obras de saneamento as verbas votadas e que de futuro se votarem para obras públicas.

Art. 4 – Fica o agente executivo autorizado a realizar, para os efeitos desta lei, as operações de crédito e desapropriações que julgar necessárias.

Buscou ainda recursos na esfera federal, pleiteando a restituição dos impostos pagos nos anos anteriores para a importação de matéria-prima necessária à execução dos serviços de saneamento – recurso que seria reinvestido no mesmo serviço (Resolução nº454, 12 jul. 1899).

Juntamente com o saneamento, o abastecimento também foi colocado em destaque, e, para tal, Ambrósio Vieira faz valer o quarto artigo da resolução supracitada, e promoveu tanto desapropriações quanto uma nova operação de crédito, desta vez, em curto prazo. As resoluções, publicadas no mesmo dia (nº457 e nº458, 14 set. 1899), davam conta da desapropriação do sítio do Poço D'Anta, propriedade do major Ignácio Gama, para que servisse ao sistema de abastecimento d'água na cidade, mediante a captação e canalização de seus mananciais. As despesas necessárias para a desapropriação e execução dos serviços

[...] correrão por conta dos auxílios angariados pela comissão de commerciantes, industriaes e proprietários e bem assim das operações de crédito que effectuar o agente executivo sob a base dos 20% additionaes sobre os impostos da cidade [...] (Resolução nº457, 14 set. 1899).

Sobre esses 20% adicionais baseava-se também a “operação de crédito” promovida para financiar este projeto. Almejando a quantia de 150:000\$000 “destinado ao serviço do novo abastecimento de água potável”, a câmara contrai um empréstimo a juros de 10% ao ano, pagos num prazo de três anos – uma novidade em relação aos empréstimos anteriores, que possuíam alargados prazos para o pagamento e juros mais reduzidos, girando entre 6% e 8%. Para o pagamento desse empréstimo, ficou consignado

1ª. os 20% additionaes sobre os impostos da cidade [...]; 2ª. os auxílios do governo estadual; 3ª. a importância que reverter à Camara de setenta contos de réis pagos à Alfândega do Rio de Janeiro pela importação de materiaes de saneamento (Resolução nº458, 14 set. 1899).

Com estas resoluções ficava garantido o abastecimento d'água dos bairros que iam se desenvolvendo na margem esquerda do rio Paraibuna, ampliando também a renda proveniente dos serviços de infraestrutura prestados pela municipalidade, chegando à 1/6 da arrecadação, como mostrou a Tabela 14.

Igualmente débil, a Companhia Construtora Mineira, não passava impune por esse período improdutivo. Apesar de resistir inicialmente à crise iniciada em 1896, mostrando uma solidez atípica para o período do Encilhamento, a CCM acabou, sob nossa perspectiva, se tornando improdutiva nesses anos que se seguiram. Tal improdutividade aumentou, conseqüentemente, sua dívida com o Banco de Crédito Real, que em 1899 “[...] atingia a cifra avultada de 169:846\$000” (CROCE, 2008, p.160). Os empréstimos da companhia para com o banco foram feitos sob uma garantia hipotecária no valor de 24:000\$000, referente à própria sede da empresa. Quitando a maior parte do débito no mesmo ano, a CCM aparentemente se preparava para ser liquidada. A decisão, contudo, só foi tomada três anos depois:

Depois de se manifestarem a respeito diversos accionistas, foi discutida e aprovada a seguinte proposta: Proponho que entre a Companhia Constructora Mineira em liquidação amigável, ficando a actual directoria investida de todos os poderes para proceder à mesma, podendo alienar, transigir e inclusivamente dar em pagamento ao credor hypotecário os bens sociaes mediante quitação e outras vantagens que se possa obter (O PHAROL, 17 out. 1902).

Assim, naquele ano, o prédio da companhia é repassado ao Credireal, solvendo a dívida que já se encontrava num valor inferior ao da garantia hipotecada.

Por fim, a história da Companhia Construtora Mineira em Juiz de Fora revela-se “[...] como um ramo ativo de produção local. No interior de sua administração vemos que esta, apesar das dificuldades encontradas, honrou seus compromissos financeiros de forma sensata e coerente” (CROCE, 2008, p.160). Além disso, observamos em suas ações tratar de um agente impetuoso no processo urbano de Juiz de Fora, fomentando e produzindo inúmeras obras, sejam elas urbanísticas ou arquitetônicas.

* * *

Nesse capítulo buscamos estabelecer os nexos entre os eventos que fomos construindo ao longo dessa pesquisa. O Encilhamento, já entendido como um evento cuja participação da economia mundial foi crucial, afetou consideravelmente a sociedade juiz-forana a partir de uma ampliação no número de sociedades anônimas. Dentre essas, destacamos o papel dos bancos, que acabaram por criar um mercado de crédito para novos empreendimentos e também um mercado de capital mobiliário, decorrente da comercialização de títulos e ações. *Pari passu*, com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, houve um crescimento significativo do raio de ações que a esfera municipal tangia, ampliando seu controle e gestão sobre o espaço urbano.

Aliando esses dois eventos, observamos uma década de substanciais transformações em Juiz de Fora. Seus limites se expandiram para todas as direções, aumentando os arrabaldes e incorporando novas áreas ao centro da cidade. Os pântanos, um problema de longa data que ocupavam uma grande área na região central, foram drenados e aterrados, permitindo sua ocupação. O nivelamento e o calçamento ocorreram em inúmeras ruas, mitigando os problemas existentes em períodos de chuva, quando o trânsito de pessoas e coches ficava travancado pelo lamaçal que se formava. Cortiços foram removidos do centro, “higienizando” esse espaço. E, planejando uma grandiosa estratégia de ação para o “saneamento e expansão da cidade”, mas executando apenas uma parte dela, a cidade ampliou sua rede captação de água e passou a distribuí-la em domicílio, idem para o serviço de esgoto, que passou também a ser domiciliar. Falando desses atributos, não nos esqueçamos dos tributos. Observamos que a estratégia de dotar o município de tais serviços estava pautada numa política de ampliação da receita municipal, via mercantilização dos serviços públicos. A infraestrutura foi incorporada à cidade, criando um ativo perene aos cofres públicos e segregando quem podia de quem não podia habitar as áreas atendidas pelo serviço, dado o próprio encargo financeiro, cobrado mensalmente, mas também a valorização do solo mediante a instalação dessa infraestrutura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa é uma aposta. Quando vislumbramos esse objeto, relacionar a inflexão do processo urbano de Juiz de Fora à conjuntura do Encilhamento, não sabíamos se o resultado final seria satisfatório, isto é, não sabíamos se nossa hipótese seria confirmada. A medida em que avançávamos as pesquisas em fontes primárias, uma realidade preocupante ficava cada vez mais latente: aonde estão as obras? Aonde está o processo urbano? Ele aparecia muito claro em alguns anos, mas em outros, era praticamente inexistente. Quando esgotamos o tempo reservado para pesquisa em fontes primárias, sentimos que aquela hipótese levantada no projeto inicial não havia sido plenamente alcançada, a *conjuntura do Encilhamento* não produziu um crescimento vertiginoso da cidade.

Ao adotar esse período como nosso recorte temporal, a expectativa era de que todo esse íterim tivesse sido contemplado por efusivas ações das esferas pública e privada sobre o espaço urbano. Na primeira metade do período, ente 1889 e 1894, aproximadamente, a hipótese se confirma, e isso fica patente ao analisar o próprio sumário deste trabalho: o número de páginas revela ser esse, um período denso. O nosso calcanhar de Aquiles era, portanto, a segunda metade, de 1895 em diante, essa seção mostra um profundo arrefecimento produtivo das sociedades anônimas e também da própria Câmara Municipal: a cada ano ficava pior. Estávamos, na verdade, esperando a coisa errada, e nessa ânsia, acabamos não percebendo aquilo que o resultado insistia em mostrar.

No processo de revisão, contudo, olhando atentamente aquilo que havíamos levantado, tivemos uma epifania, e o que tínhamos alcançado na pesquisa ficou claro como água. O que imaginávamos ser o nosso ponto fraco, é, na verdade, o ponto mais forte de nosso trabalho. Ora, se examinamos com escrutínio as fontes primárias, se pesquisamos profusamente no *O Pharol*, analisamos ano a ano as Resoluções Municipais e, ainda assim, o processo urbano aparece extremamente minorado a partir de 1895, é por que, muito possivelmente, assim o foi. E é essa constatação que faz com que, o Encilhamento, *entendido agora como uma conjuntura mais estreita*, tenha influenciado sobremaneira o processo urbano de Juiz de Fora.

Entre 1889 e 1894, durante o período da intendência municipal e da administração de Francisco Bernardino, vislumbramos dois cenários: (i) a abertura de uma miríade de sociedades anônimas, acompanhadas de uma intensa atividade produtiva da parte delas, e (ii) um crescimento vertiginoso das ações do poder público sobre o espaço urbano que, como vimos, vai além da concepção e execução (ainda que parcial) do Plano Howyan. Claro, há de se colocar nessa equação as reformulações legais promovidas pela Constituição de 1891, mas o fato é que as obras promovidas pelo setor público durante esse período seriam impensáveis sem as arrecadações extraordinárias, e as arrecadações extraordinárias seriam improváveis se não houvesse se consolidado na cidade um significativo mercado mobiliário, consequência direta do Encilhamento.

Logo, a conjuntura do Encilhamento está presente e é figura marcante em todo o processo urbano do período. Nossa pesquisa revelou constantes intervenções sobre a cidade, seja por parte das sociedades anônimas, a partir de suas próprias estruturas físicas ou a partir dos investimentos em solo urbano, como no caso da Companhia Constructora Mineira, que fomentou loteamentos e o mercado de terras na cidade, seja por parte do poder público, que desde a primeira administração do período republicano, buscou dotar a cidade daquilo que havia de mais sofisticado na área do planejamento urbano.

Imaginamos, ainda, ser possível que o vultoso empréstimo que fomentou o Plano Howyan, em 1893, tenha sido reflexo da lenta perda de credibilidade das sociedades anônimas no mercado mobiliário. Apesar de os efeitos do *crack* do Encilhamento não terem sido tão traumáticos em Juiz de Fora quanto foram no Rio de Janeiro (fruto de uma forte natureza produtiva dos empreendimentos juiz-foranos), é razoável presumir que aqueles eventos causaram certo receio nos investidores locais, sobretudo com a falência do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais. Nesse sentido, nada mais esperado por parte do mercado do que migrar seus investimentos para uma atividade financeira mais segura. Nesse momento, essa atividade eram os Títulos da Dívida Pública Municipal. Todavia, ao contrário do mercado de capital privado, que surgia extremamente desregulado nesse contexto, a administração pública tinha leis bem rígidas no que diz respeito à sua gestão financeira: haviam limites claros para a quantidade de empréstimo que se poderia contrair – “até consumir um quarto da renda”.

Do nosso ponto de vista, são esses apontamentos – uma lenta, mas real, fuga de capitais das sociedades anônimas e uma capacidade produtiva limitada da municipalidade – que explicam uma redução significativa no volume de ações sobre o espaço urbano, decorrido o período mais imediato da crise do Encilhamento. O fato de a crise do Encilhamento ter se estendido, e pior, ter se agravado, nos anos subsequentes, com uma desvalorização constante do mil-réis, resultando em uma inflação galopante, comprometeu a eficiência e a duração de boa parte das sociedades anônimas (como vimos, seis sociedades anônimas foram liquidadas até 1897, sobretudo aquelas voltadas ao setor primário, dada a crise dos preços do café). No setor público, além da própria situação econômica do país ser extremamente desfavorável a ações significativas, havia ainda o fato de Francisco Bernardino ter feito um alto empréstimo em sua gestão, comprometendo fortemente as administrações que o sucedeu, dado que parte considerável do orçamento já estava comprometida com o pagamento da dívida. Tentou-se como pôde, principalmente na gestão de João Penido, lançar mão de estratégias que visassem garantir uma nova renda extraordinária. Não obstante, mesmo se efetivada, não resultou em gradientes efeitos práticos sobre a estrutura da urbana de Juiz de Fora. A situação chega ao seu extremo na gestão de Vieira Braga, onde a inércia foi a tônica.

Por fim, acreditamos ter alcançado a análise multiescalar que nos propomos a fazer da última década do século XIX: primeiramente, estabelecer os liames entre sistema-mundo capitalista e a conjuntura do Encilhamento no Brasil, e, mais importante, os reflexos dessa política econômica sobre o processo urbano de Juiz de Fora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora:

- Cadernos de Resoluções: 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899.
- Acervo de Plantas.
- Mappa de despesas da Câmara Municipal.
- Mappa de rendimentos da Câmara Municipal.
- Editais.

BRAZIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Imperio do Brazil: promulgada em 25 de Março de 1824.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 15 jan. 2015.

BRAZIL. **Lei de 1º de outubro de 1828.** Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRAZIL. **Decreto Nº 169 de 18 de janeiro de 1890.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-169-18-janeiro-1890-541634-publicacaooriginal-47261-pe.html>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

BRAZIL. **Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890.** Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. Officina da Estatistica, Rio de Janeiro, 1898. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BRAZIL. **Decreto Nº 1.362 de 14 de fevereiro de 1891.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=53869&norma=69713>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

BRAZIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil:** promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso em: 15 jan. 2015.

DIARIO DE MINAS. **Secção Economica.** Juiz de Fora, 24 de setembro de 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=373460&pesq=>>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

DIARIO DE MINAS. **Banco Constructor**. 25 de setembro de 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=373460&PagFis=0&Pesq=>>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

ILLUSTRAÇÃO MINEIRA. 20 de julho de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=815640&pasta=ano%20189&pesq=>>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

MINAS GERAES, Constituição (1891). **Constituição do Estado de Minas Geraes**: promulgada em 15 de julho de 1891. Organização do Texto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, 1907, 222 p. Regimento interno da Câmara dos Deputados, Regimento Comum e Regimento Interno do Senado, Constituição do Estado de Minas e Leis Adicionais, Constituição Federal. Disponível em: <<http://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/6666>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

O PHAROL. **Abastecimento de água**. Juiz de Fora, 23 de janeiro de 1883. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=>>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Constructora Mineira**. Juiz de Fora, 29 de julho de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=7076&Pesq=>>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Constructora Mineira**. Juiz de Fora, 30 de julho de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=>>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Prolongamento da cidade**. Juiz de Fora, 25 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=7379&Pesq=>>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Estatutos do Banco de Crédito Popular de Minas**. Juiz de Fora, 27 de janeiro de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pesq=>>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

O PHAROL. **As eleições próximas**. Juiz de Fora, 31 de janeiro de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=8844&Pesq=>>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

O PHAROL. **O temporal de ontem**. Juiz de Fora, 01 de fevereiro de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=0&Pesq=>>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

O PHAROL. **Directoria de Obras**. Juiz de Fora, 12 de agosto de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=8841&Pesq=>>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

O PHAROL. **Casos e Cousas**. Juiz de Fora, 18 de agosto de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

O PHAROL. **Annuncios**. Juiz de Fora, 28 de setembro de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=9574&Pesq=>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

O PHAROL. **A pedidos**. Juiz de Fora, 12 de setembro de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=galluzzi>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

O PHAROL. **Câmara Municipal**. Juiz de Fora, 03 de junho de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Camara Municipal – Projecto de saneamento**. Juiz de Fora, 08 de agosto de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.Asp?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Obras Municipaes**. Juiz de Fora, 25 de setembro de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

O PHAROL. **Publicações a pedido**. Juiz de Fora, 15 de fevereiro de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

O PHAROL. **Questão de Hygiene**. Juiz de Fora, 03 de junho de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%2019&pesq=>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Saneamento**. Juiz de Fora, 18 de novembro de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

O PHAROL. **Saneamento**. Juiz de Fora, 20 de julho de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

O PHAROL. **Academia de Comércio**. Juiz de Fora, 13 de agosto de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=7537>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Academia de Comércio**. Juiz de Fora, 22 de agosto de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=8407>>. Acesso em: 27 fev. 2015

O PHAROL. **Aterro do pantano**. Juiz de Fora, 4 de outubro de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=9181>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

O PHAROL. **C. Construtora Mineira**. Juiz de Fora, 17 de agosto de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=7142>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **C. Construtora Mineira**. Juiz de Fora, 26 de agosto de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=7170>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Companhia Construtora Mineira**. Juiz de Fora, 17 de agosto de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=7142>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Editaes**. Juiz de Fora, 1 de junho de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=9289>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

O PHAROL. **Estatutos da Companhia Construtora Mineira**. Juiz de Fora, 1 de agosto de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=7087>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Prolongamento da cidade**. Juiz de Fora, 25 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=7379>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Sem Título**. Juiz de Fora, 13 de dezembro de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=9968>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

O PHAROL. **Leilão de Terrenos próximos à Academia de Comércio**. Juiz de Fora, 5 de janeiro de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=10047>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Academia de Comercio**. Juiz de Fora, 27 de julho de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=11240>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Novas Ruas**. Juiz de Fora, 30 de julho de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=11455>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Obras Municipaes**. Juiz de Fora, 25 de setembro de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=11435>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Obras Municipaes.** Juiz de Fora, 25 de setembro de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=11435>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Alfandega em Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 29 de maio de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=9276>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Alfandega em Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 22 de agosto de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=9602>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Sem Título.** Juiz de Fora, 9 de dezembro de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=11076>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Alfandega de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 9 de agosto de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=10776>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Alfandega de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 15 de dezembro de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=11671>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Sem título.** Juiz de Fora, 14 de março de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=11919>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Companhia Construtora Mineira.** Juiz de Fora, 17 de setembro de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=12505>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Companhia Construtora Mineira.** Juiz de Fora, 7 de abril de 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=12833>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Eleição municipal.** Juiz de Fora, 7 de agosto de 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=13246>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O PHAROL. **Sem título.** Juiz de Fora, 17 de outubro de 1902. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=16659>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Bibliografia

ABREU, Maurício de. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP**, nº7, 13 - 25, 2000.

ABREU, Maurício de. Paradoxos da Modernidade: o Rio de Janeiro do período joanino, 1808-1821. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (orgs). **Escritos sobre espaço e história**. 1º edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2014.

ALMICO, Rita C. S. **Fortunas em Movimento**: um estudo sobre a transformação da riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870 – 1914). Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001

ALMICO, Rita de Cassia da Silva. **Dívida e Obrigação**: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX. 2009. 297 f. Tese – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ALVES, Vitor de Araujo. A Geografia Histórica como campo de pesquisas: definições, tensões e metodologias. **Revista Cidades**, Vol. 8, Nº14, p.623-644, Presidente Prudente, 2011.

ARANTES, Luiz Antônio do Vale. **As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora – 1858/1912**. Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.

ARENDT, Hanna. **Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. 8º edição. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2009.

ARRIGHI, Giovani. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa**: edição de bolso. Ed. Paulo Geiger. Lexikon Editora Digital, 2007.

BARBOSA, Luciano Senna Peres. **“Viva o povo de Juiz de Fora!”** – Eleições e estratégias discursivas na Primeira República brasileira. Ed. FUNALFA, 1ª Edição, Juiz de Fora, 2013.

BARBOSA, Yuri Amaral. **O Processo Urbano de Juiz de Fora – MG**: Aspectos econômicos e espaciais do Caminho Novo ao ocaso industrial. 2013. 135 f. Monografia – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade como elemento de modernização em Juiz de Fora (1889 – 1915)**. HEERA. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 3, Nº5, jul-dez, 2008.

BARROSO, Elaine Aparecida L. **Modernização e Higienismo: controle sanitário e gestão político-científica na Manchester Mineira (1891-1906)**. 2008. 224 f. Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

BEAUCHAMP, Chantal. **Revolução industrial e crescimento econômico no séc. XXI**. Lisboa: Ed. Edições 70, 1998.

CARVALHO, Ney. **O Encilhamento**: anatomia de uma bolha brasileira. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Bolsas; São Paulo: Bovespa, 2003.

CAMPOS, Edemilson Antunes de. **A tirania de narciso**: alteridade, narcisismo e política. 1º edição. São Paulo: Ed. Annablume, 2001.

CORDOVIL, Wilton Dias. **Do Caminho Novo a Manchester Mineira**: As dinâmicas sócio-espaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da Zona da Mata mineira. 2013. 245 f. Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Editora Ática, 1989.

CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura**. 2006. 306 f. Dissertação – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura**. 1º edição. Juiz de Fora: Ed. FUNALFA, 2008.

DESTRO, José Augusto de Souza. **A transição da agricultura para a pecuária em Juiz de Fora 1896 – 1930**. 2006. Dissertação – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DUARTE, Felipe Marinho. **Mercado financeiro e crédito público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)**. 2013. 146 f. Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

DUARTE, Felipe Marinho. Uma composição historiográfica para Juiz de Fora: leituras escolhidas (1958 – 2012). **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** (HEERA). Vol. 10, nº 16, jan-jun, 2014.

FAZOLATTO, Douglas. **Juiz de Fora: imagens do passado**. 4ª edição. Juiz de Fora: Ed. Panorama, 2007.

FILOMENO, Felipe Amin. **Brasil e Argentina nos Quadros Da Economia-Mundo Capitalista: Dívida Externa e Política Econômica (1870/1930)**. 2006. 210 f. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FILOMENO, Felipe Amin. A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. **Revista Economia e Sociedade**. V. 19, n. 1 (38), Campinas, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia editora nacional, 1998.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Juiz de Fora: Ed. Clio Edições Eletrônicas, 2002.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. 1º edição. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1988.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 8º edição. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

HARVEY, David. **A Liberdade da Cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 26, pp. 09 - 17, 2009;

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2º edição. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

HARVEY, David. **París, Capital de la Modernidad**. Madrid: Ed. Akal, 2008.

HARVEY, David. **Paris: capital da modernidade**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do capital: 1848 – 1875**. 3º edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do capital: 1848 – 1875**. 9º edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos impérios: 1875 – 1914**. 8º edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2003.

HOWYAN, Gregório. **Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação dos rios e drenagem**. Juiz de Fora: Ed. FUNALFA, 2004.

KINDLEBERGER, Charles. **Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras**. Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1992.

LANA, Vanessa. **Uma associação científica no “interior das gerais”: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889-1908**. 2006. 109 f. Dissertação – Fundação Oswaldo Cruz / FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3º edição. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros** – Do Caminho Novo à Proclamação. 1º edição. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1985.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. 1º edição. Barueri: Ed. Manole, 2009.

MAIA, José N. B.; SARAIVA, José F. S. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890–1930. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.55, N.1, pp.106-134, 2012.

MARQUES, Eduardo Cesar. Da Higiene à Construção da Cidade: O Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. II (2), p.51-67, jul-out, 1995.

MASCARENHAS, Nelson Lage. **Bernardo Mascarenhas**: o surto industrial de Minas Gerais. 1º edição. Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Editora Aurora, 1954.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 5º edição. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1985.

MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, Capital e Poder**: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. 1990. 322 f. Dissertação – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MOURA FILHO, Heitor Pinto. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Cadernos de História, Belo Horizonte**, V.11, N. 15, 2010.

NASSIF, Luís. **Os cabeças-de-planilha**: como o pensamento econômico da FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

NAVA, Pedro. **Baú de ossos (memórias)**. 10º edição. São Paulo: Ed. Ateliê Editorial, 2002.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade** – A formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877 – 1920). Ed. FGV, 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Paulino de. **Efemérides Juizforanas** (1698 – 1965). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1975.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª Edição. Juiz de Fora: ed. Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

OLIVEIRA, Simone. **A fé racionalizada na Atenas de Minas: gênese e consolidação do Espiritismo em Juiz de Fora (1880-1930)**. 2001. Dissertação – Departamento de Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2001.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. “**...E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a ‘Manchester Mineira’ que se transformou num “baú de ossos”**”. História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”. 2006. 426 f. Tese – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Estrutura dinâmica da indústria de Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira – 1930/1935. **HEERA**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, vol. 3, nº 4, 2008.

PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. 1993. Dissertação – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. 2004. 424 f. Tese – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889 – 1930**. Juiz de Fora: Ed. Funalfa, 2009.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reflexões Sobre a Contribuição da geografia histórica e da geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século XX. **I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico**, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Compus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

ROMERO, José Luis. **América Latina: As cidades e as Idéias**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A questão do crédito na economia paulista da Primeira República. **História Econômica: ensaios**. Instituto de Pesquisas Econômicas da faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, nº 13, 1983.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Ed. Bestseller, 1999.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. 2º Edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 4ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª edição. São Paulo: Edusp, 2014.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 1º edição. São Paulo: Ed. Cia. Das Letras, 1988.

SERRA, Elpídio. Noções de "espaço" e de "tempo" em Geografia. **Boletim de Geografia** (UEM). Ano 2, nº2, p.03-16, 1984.

SILVA, Marcelo Werner da. A geografia e o estudo do passado: Conceitos, periodizações e articulações espaço-tempo. Revista **Terra Brasilis** (Nova Série), Nov, 2012.

SILVA, Régis. **Benfica**: subúrbio ferroviário, industrial, militar e operário. 2015. 197f. Dissertação – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SOUZA, Sonia M. de. **Além dos cafezais**: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. 1998. 203 f. Dissertação – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850 – 1950**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979;

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: Origem e desenvolvimento. São Paulo: Ed. Hucitec – fucamp, 2000.

TANNURI, Luis Antonio. **O Encilhamento**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

TAUNAY, Visconde de. **O Encilhamento**: cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia limitada, 1971.

VALE, Vanda Arantes do. **Pintura brasileira do século XIX** – Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2001.

VARGAS, Renata Correa. **Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora**: Escolarização e Educação Physica (1889-1911). 2008. 148 f. Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões Metodológicas na Geografia Urbana Histórica. **GeoTextos**, Salvador, v. 5, nº 2, p. 147-157, dez 2009.

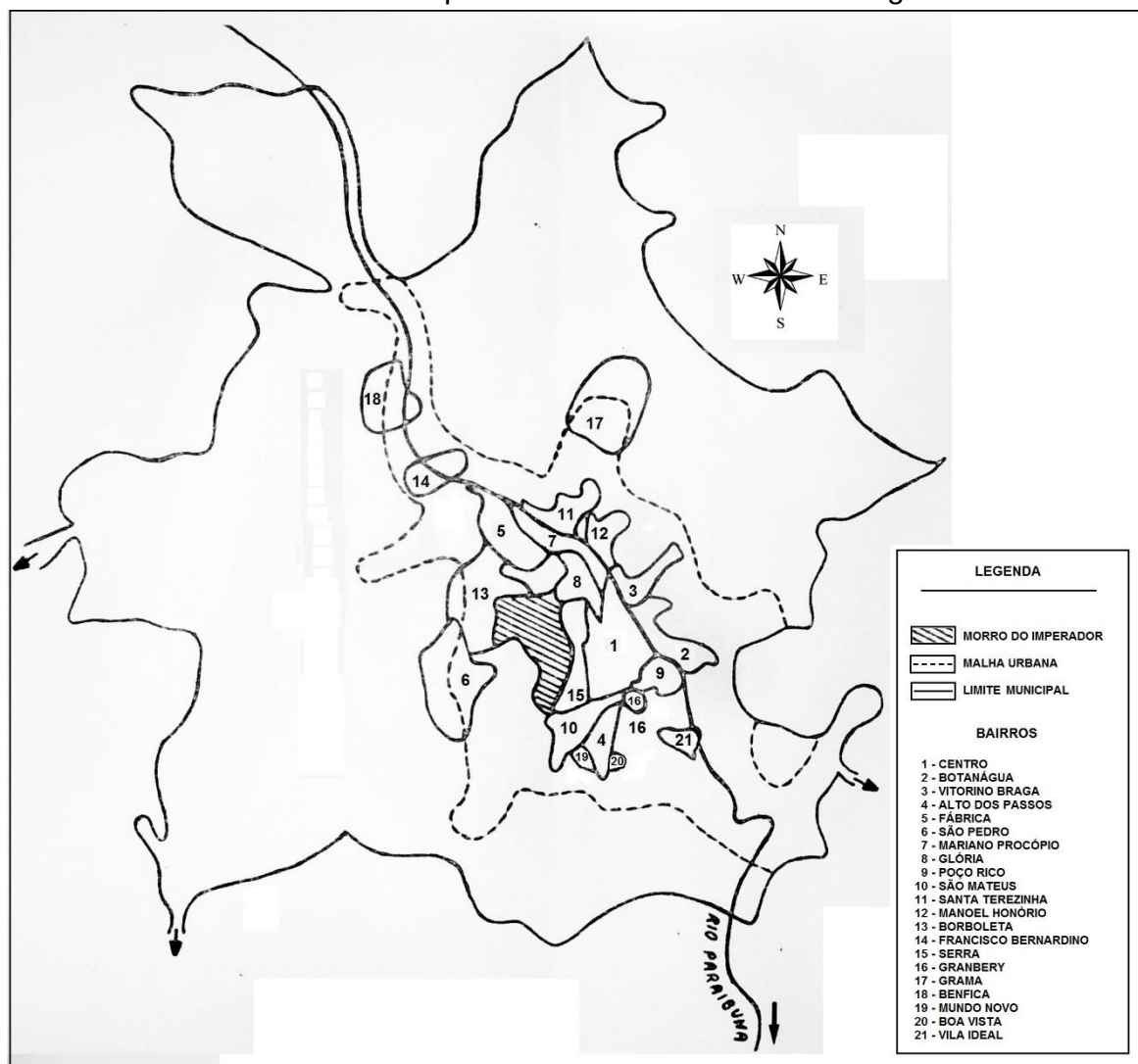
WALDMAN, Maurício. **Tempo, Modernidade e Natureza**. Caderno Prudentino de Geografia, Pres. Prudente, Brasil, v. nº 16, p. 24-73, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. ***The essencial Wallertein***. New York: Ed.The New Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a ciência social**: os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Ed. Ideias e Letras, 2006.

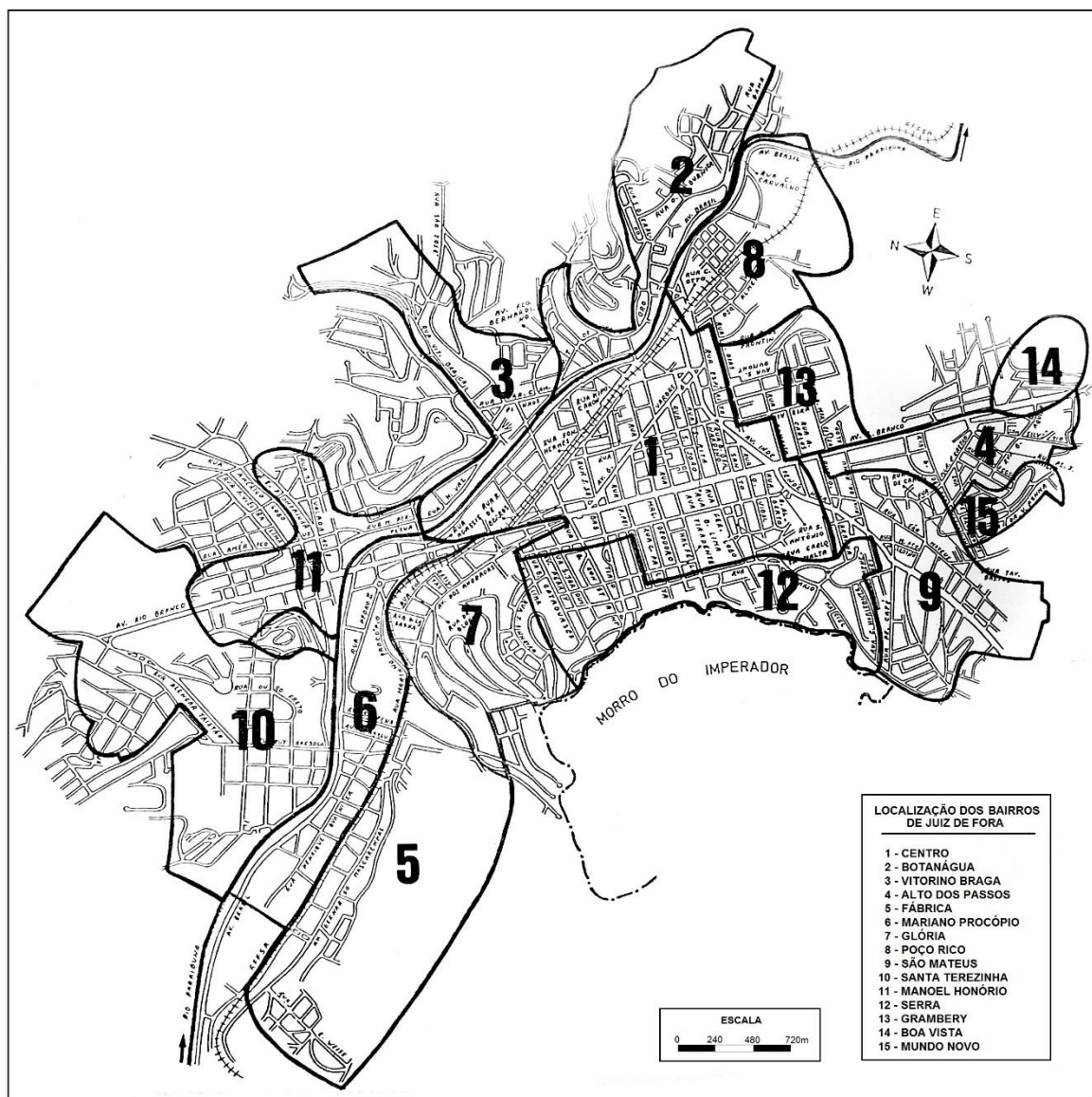
ANEXOS

Anexo 1 – Município de Juiz de Fora: bairros e regiões



Fonte: MIRANDA, 1990, Anexo 1.

Anexo 2 – Município de Juiz de Fora: localização dos bairros



Fonte: MIRANDA, 1990, Anexo 2.

Anexo 3 – Editais¹⁶¹ e Resoluções¹⁶² que tratam de transformações sobre o espaço urbano de Juiz de Fora

1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899
Edital, 2 jan. Arremate de obras de saneamento e esgoto	Edital, 21 fev. Pedido para cumprimento código de posturas: “nada pode ser construído sem o aval do alinhador”	Informes, 4 mai. Aterro do pântano em frente a cadeia	Edital, 14 jul. Conserto da Escola Pública financiado pelo estado	Edital, 12 ago. Conserto da ponte sobre o Paraibuna na estação do Paraibuna (?) (25:000\$000)	Resolução 325 60:000\$000 para obras públicas	Resolução 363 Regula o abastecimento de água potável na cidade: Casas mais caras pagarão mais	Resolução 394 Empréstimo do estado de MG: 1.400:000\$000 para obras de saneamento (revogada)		Resolução 450 Dispõe sobre como a verba pública será aplicada nas obras
Edital, 11 fev. Pedido para cumprimento código de posturas: nivelamento e assentamento de calçadas	Edital, 21 fev. Introdução de imigrantes	Edital, 25 mai. Licitação para a coleta de lixo	Resolução 147. Impostos sobre transmissão de propriedade	Edital, 25 set. Aterro e desaterro para a rua projetada para além da estação do Mariano Procópio	Resolução 326 Novo plano de abastecimento de Paulo Bicalho	Resolução 364 Regula o serviço de esgotos (obrigatório para todo imóvel dentro do perímetro do saneamento, taxa única, 24\$000/ano)	Resolução 395 Orçamento para 1898 (572:000\$). Teve um incremento nos gastos públicos e no pagamento de empréstimo (214:000\$)		Resolução 452 Aumento de 20% nos impostos (por 3 anos) para obras de saneamento (pediu auxílio do estado, reduziu em 10% os ordenados, negociou parar de pagar os empréstimos por 3 anos, suspendeu as obras não urgentes)
Edital, 12 fev. Pedido para cumprimento código de posturas: limpar e roçar as casas que moram próximas ao córrego independência	Edital, 4 mar. Pedido para cumprimento código de posturas: fazer calçada	Edital, 1 jun. Colocar sifão nos esgotos	Resolução 149 Desapropriação do morro de Pedro Schubert	Edital, 7 out. Aterro e desaterro para a rua projetada para além da estação do Mariano e av lateral a estrada de ferro, em Mariano	Resolução 327 Novo plano de esgoto de Paulo Bicalho	Resolução 366 Obras no Jardim Municipal	Resolução 396 Arruamento no Botânica		Resolução 454 Restituição de impostos de importação de materiais para o saneamento da cidade por parte da Alfandega da Capital Federal

¹⁶¹ Os editais foram extraídos do jornal “O Pharol” a partir do site da Hemeroteca Digital (<https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>).

¹⁶² As resoluções foram consultadas no Arquivo Histórico da cidade de Juiz de Fora, como aponta o referencial bibliográfico.

Edital, 12 fev. Pedido para cumprimento código de posturas: É proibida a construção de cortiços	Edital, 15 mar. Licitação para a coleta de lixo	Edital 29 dez. Arremate do material dos prédios desapropriados para o prolongamento da São João	Resolução 155 Aquisição do Plano Howyan	Edital 8 dez. Construção de uma ponte sobre o Paraibuna	Resolução 328 Estipula um gasto mensal fixo com saneamento	Resolução 374 Legisla sobre abertura de ruas, praças, avenidas, alinhamento e nivelamento	Resolução 399 Construção de um mercado no largo ou outro lugar (Mercado Municipal?)		Resolução 457 Desapropriação do sitio do Poço D'anta para abastecimento d'água
Edital, 12 fev. Pedido para cumprimento código de posturas: que manda as industrias poluidoras irem para fora do perímetro urbano	Edital, 25 mar. Calçamento da rua Direita e transversais	Resolução 6 Projeto e orçamento para canalização das águas do Morro da Gratidão	Resolução 157 Prolongamento da rua Mariano Procópio até a Bernardo Mascarenhas	Edital 8 dez. Pontilhão na estrada da Serra	Resolução 333 Cobrança de dívida ativa	Resolução 377 Receita para 1897 (550:000\$), despesas, idem (aumento nos impostos, 17:000\$ para obras públicas, somente	Resolução 400 Mais um empréstimo por conta do estado de 605:000\$ (aplicado no "saneamento do distrito da cidade") (revoga-se a resolução nº 394)		Resolução 458 Empréstimo de 150:000\$ para o abastecimento
Edital, 4 mar. Aqueles que possuíam agua encanada, comprar torneira de boia para evitar desperdício	Edital, 12 set. Licitação para a coleta de lixo	Resolução 12 Reparos na rua do S. Mateus	Resolução 167 Saque do empréstimo no Banco	Edital, 15 dez. Sobre a desapropriação dos terrenos da CCM para a extensão da rua Direita	Resolução 339 Terreno para cemitério	Resolução 379 Jardim Municipal	Resolução 407 Colocar passeios		
Edital, 25 set. Intendência estabelece preço fixo para instalação de agua encanada		Resolução 16 Alinhamento e nivelamento da rua Barbosa Lima	Resolução 173 Aquisição de materiais para o saneamento	Resolução 241 Indenização à Academia Comercio pela abertura de ruas	Resolução 342 Prolongament o e ponte Silva Jardim	Resolução 384 Travessa do Sampaio	Resolução 409 Expedição de letras para adiantamento das verbas do ano seguinte, tendo como limite 1/4 da		

							renda esperada		
Edital, 18 mai. Pedido para cumprimento código de posturas: sobre arborização. Alinhamentos, construções, etc.		Resolução 18 Reparo R. Marechal Deodoro	Resolução 176 Ponte sobre o Paraibuna na extensão da rua Direita	Resolução 242 Prolongamento e abertura de ruas no Grambery	Resolução 345 Autorização para empréstimo de ate 4.000:000\$000 ou £250.000 (para resgatar os empréstimos existentes e para melhoramentos urgentes)				
Edital, 7 out. Pedido para cumprimento código de posturas: sobre o lixo		Resolução 22 Abertura R. Tiradentes	Resolução 178 Alargamento da rua Santa Rita	Resolução 246 Saque do empréstimo	Resolução 348 100:000\$000 em obras públicas				
Edital, 29 out. Construção de canais nas ruas Antonio Dias e Comercio		Resolução 23 Concerto R. Direita	Resolução 181 Desapropriação/ doação terrenos para prolongamento da rua Sto Antonio	Resolução 259 Saque do empréstimo	Resolução 354 Receita 1896: 550:000\$000				
		Resolução 24 Prolongamento da S. João	Resolução 196 Aprovada planta para determinar eixo e alinhamento da Sto Antônio e S. Sebastião	Resolução 262 Novas ruas no Mariano Procópio	Resolução 357 Desapropriação de terreno para abastecimento d'água				

		Resolução 25 Pagamento serviços	Resolução 200 Prolongamento da rua Cel. Vidal	Resolução 272. Rua projetada além da estação de Mariano Procópio	Resolução 361 Sobre o cemitério				
		Resolução 34 Arruamento no terreno de Manoel Honório	Resolução 204 Abastecimento d'água do Morro da Gratidão	Resolução 274 Desapropriação dos terrenos entre o largo Riachuelo e a linha férrea	Resolução 362 Mais 100:000\$000 em obras públicas				
		Resolução 37 Melhoramento Santa Rita	Resolução 211 Prolongamento da São Sebastião até o rio Paraibuna e abertura da rua José Calil Ahouagi (?)	Resolução 278 Rua na estação de Mariano Procópio					
		Resolução 38 Pontilhão Sampaio	Resolução 214 Esgotos da rua Halfeld	Resolução 280 Saque do empréstimo					
		Resolução 47 Abertura de segmento da Direita (?)	Resolução 216 Aquisição de material para o saneamento	Resolução 288 Retificação do rio Paraibuna					
		Resolução 48 Instalação de Sifões	Resolução 217 Orçamento para 1894	Resolução 302 Eixo da rua Liberdade					
		Resolução 51 Reparos na rua Direita	Resolução 226 Aquisição do quadro de Pedro Américo	Resolução 303 Desapropriação para abertura da Estrada da Serra					

		Resolução 54 Quebramento de Cachoeiras	Resolução 228 Prolongamento e ponte da Benjamin Constant	Resolução 306 Orçamento para 1895					
		Resolução 55 Canalização de um córrego	Resolução 230 Desapropriação dos terrenos do largo do Riachuelo	Resolução 309 Novos arruamentos					
		Resolução 59 Abertura de uma rua Silva Jardim (?) Barão de Cataguases (?)		Resolução 313 Saque do empréstimo					
		Resolução 62 Desapropriação para o Cemitério do Poço Rico		316. Novos arruamentos					
		Resolução 63 Desapropriação da região pantanosa em frente a cadeia		Resolução 320 Canalização do manancial do Passos					
		Resolução 84 Lançamento do empréstimo		Resolução 321 Novos arruamentos no São Mateus e Bom Pastor					
		Resolução 86 Aprova o Plano Howyan		Resolução 322 Projeto de abastecimento da cidade					

		Resolução 87 Rescisão de contrato de obras		Resolução 324 Construção de duas pontes					
		Resolução 89 Contrato de pessoal para as obras de saneamento							
		Resolução 104 Prolongamento da rua S. João							
		Resolução 112 Derivação do rio Paraibuna							
		Resolução 114 Alinhamento e nivelamento da rua do Capim							
		Resolução 115 Concertos na rua do Comercio							
		Rersolução 119 Regula o imposto predial							